

Glauber Lima Moreira
Edna Maria Vasconcelos Martins Araújo
(Organizadores)

Estudos do léxico e suas interfaces

diálogos com a obra de Antonio Luciano Pontes



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

Hidelbrando dos Santos Soares

VICE-REITOR

Dárcio Ítalo Alves Teixeirav

EDITORA DA UECE

Cleudene de Oliveira Aragão

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso

Francisco Horácio da Silva Frota

Francisco Josênio Camelo Parente

Gisafran Nazareno Mota Jucá

José Ferreira Nunes

Liduina Farias Almeida da Costa

Lucili Grangeiro Cortez

Luiz Cruz Lima

Manfredo Ramos

Marcelo Gurgel Carlos da Silva

Marcony Silva Cunha

Maria do Socorro Ferreira Osterne

Maria Salete Bessa Jorge

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

Glauber Lima Moreira
Edna Maria Vasconcelos Martins Araújo
(Organizadores)

Estudos do léxico e suas interfaces

diálogos com a obra de Antonio Luciano Pontes

1ª Edição
Fortaleza - CE
2024



ESTUDOS DO LÉXICO E SUAS INTERFACES: DIÁLOGOS COM A OBRA DE ANTONIO LUCIANO PONTES

©2024 *Copyright* by Glauber Lima Moreira e Edna Maria Vasconcelos Martins Araújo

O conteúdo deste livro, bem como os dados usados e sua fidedignidade, são de responsabilidade exclusiva do autor. O download e o compartilhamento da obra são autorizados desde que sejam atribuídos créditos ao autor. Além disso, é vedada a alteração de qualquer forma e/ou utilizá-la para fins comerciais.

Coordenação Editorial

Cleudene de Oliveira Aragão
Nayana Pessoa

Diagramação e capa

Narcélio Lopes

Revisão de Texto

Glauber Lima Moreira e Edna Maria Vasconcelos Martins Araújo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

E79 Estudos do léxico e suas interfaces: diálogos com a obra de Antonio Luciano Pontes [recurso eletrônico] / Glauber Lima Moreira; Edna Maria Vasconcelos Martins Araújo (org.). – Fortaleza: Editora da UECE, 2024.

PDF

ISBN: 978-85-7826-930-2

Literatura . 2. Língua portuguesa. 3. Pedagogia. 4. Moreira, Glauber Lima (org.). 5. Araújo, Edna Maria Vasconcelos (org.). I. Título.

CDD 370

Bibliotecária – Doris Day Rodrigues Eliano França - CRB-3/785

Todos os direitos reservados

Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE

Av. Dr. Silas Munguba, 1700 – Campus do Itaperi – Reitoria – Fortaleza – Ceará

CEP: 60714-903 – Tel: (085) 3101-9893

www.uece.br/eduece – E-mail: eduece@uece.br

Editora filiada à



A Palavra

Já não quero dicionários
consultados em vão.
Quero só a palavra
que nunca estará neles
nem se pode inventar.

Carlos Drummond de Andrade

Apresentação

O léxico e os seus desdobramentos

Léxico é um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrangente a todo o universo conceptual dessa língua. O sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através do tempo.
(Biderman, 1978)

Este livro, *Estudos sobre o léxico e suas interfaces: diálogos com a obra de Antônio Luciano Pontes*, foi organizado com o intuito de prestigiarmos o professor Antônio Luciano Pontes, por sua dedicação aos estudos do léxico, ao longo dos anos, especialmente sobre o léxico especializado e a lexicografia pedagógica, voltada aos dicionários escolares.

Trata-se de uma obra voltada para os estudos do léxico, no qual elencamos onze capítulos relacionados especialmente à Lexicologia e suas interfaces com a Lexicografia e Terminologia. Segundo Pontes (2009, p. 18)¹, “a Lexicologia é a disciplina responsável pelo estudo das

¹ PONTES, Antonio Luciano. Dicionário para uso escolar: o que é, como se lê?. Fortaleza, EdUECE, 2009.

palavras de uma língua, em discursos individuais e coletivos.” Ao estudarmos o léxico, adentramos no caminho que nos levam a conhecer os valores, a história e a ideologia de uma comunidade linguística.

Para Krieger e Finatto (2004)², a Lexicologia observa e descreve as “unidades lexicais de um idioma dentro do contexto dos estudos linguísticos.” Frente a essa afirmação, entendemos que conhecer o léxico de uma língua e suas características nos levará a compreender as particularidades, os valores e as crenças de um povo.

Para essa homenagem convidamos professores pesquisadores, de algumas universidades brasileiras, que de alguma forma, direta ou indiretamente, participaram da vida acadêmica do professor Luciano Pontes. Os trabalhos elencados representam o interesse acadêmico de professores sobre o léxico, em especial, o léxico especializado, as fraseologias, o dicionário escolar, o atlas linguístico, entre outros.

Iniciamos a apresentação dos capítulos pelo trabalho da professora Maria do Socorro Aragão, que trata dos *Falares regionais populares no nordeste brasileiro*. Essa pesquisa enfoca os aspectos diatológicos, sócio e etnolinguístico da linguagem dos autores nordestinos: José Américo de Almeida, José Lins do Rego, Patativa do Assaré, Oliveira Paiva, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, Domingos Vieira Filho e Graciliano Ramos.

2 FINATTO, M. J. B.; KRIEGER, M. G. Introdução à Terminologia: teoria e pratica. São Paulo: Contexto, 2004, 223p.

O segundo capítulo, *Léxico das práticas homossexuais em documentos da inquisição do Brasil, no século XVI*, de Exedito Eloísio Ximenes e Eric Gomes da Mota, traz uma discussão sobre o léxico da homossexualidade em documentos com relatos das autoconfissões das pessoas que praticaram crimes de heresia, conforme o Santo Tribunal da Inquisição nomeava as práticas homoafetivas no século XVI.

Em *As interfaces das pesquisas em Metalexigrafia: as contribuições de Antônio Luciano Pontes*, Hugo Leonardo e Ana Grayce discorrem sobre o caráter interdisciplinar de algumas pesquisas em Metalexigrafia orientadas pelo professor Luciano Pontes nos cursos de Mestrado e Doutorado, entre os anos 2010 e 2020, nos programas de pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERNE).

O capítulo seguinte, *O registro da informação fônica em dicionários escolares de língua portuguesa*, de autoria de Márcio Sales Santiago, mostra uma análise de alguns verbetes de dicionários tipo 3, voltados para o aprendiz da língua portuguesa e que fazem parte do PNLD de 2012. O autor analisou como a pronúncia desses verbetes estavam registradas nesses dicionários.

Ao apresentar o texto *O Atlas Linguístico como obra lexicográfica*, Jamyle dos Santos Monteiro tece uma discussão sobre o Atlas Linguístico como produto híbrido da Geolinguística e da Lexicografia, que fazem

parte dos estudos das ciências da linguagem. A autora compara a estrutura das obras lexicográficas e dos Atlas Linguísticos, chegando ao resultado de que devido a estrutura do Atlas, esse pode ser considerado uma obra lexicográfica.

No sexto capítulo, Maria auxiliadora Ferreira Lima apresenta um estudo sobre *O funcionamento semântico dos adjetivos 'alto' e 'baixo': em busca de uma invariância*. A autora tem como interesse principal fazer uma análise do funcionamento semântico das unidades lexicais 'alto' e 'baixo' em enunciados diversos, com o objetivo de identificar a invariância dessas palavras.

Em seguida, no capítulo sete, *A construção da significação especializada: de onde para quem*, a pesquisadora Maria José Bocorny Finatto apresenta um estudo sobre a construção da significação especializada em materiais de divulgação sobre Saúde Pública. A autora busca reconhecer os desafios que viabilizem uma maior acessibilidade textual terminológica (ATT).

Sobre a linguagem especializada da Economia, as autoras Lucimara Alves Costa e Ieda Maria Alves, no capítulo oito, *Variante denominativas e economia: perfil lexicossemântico*, apresentam uma análise sobre as variantes denominativas relacionadas ao léxico da Economia, na tentativa de traçar as informações formais e conceituais, observando de que forma essas informações podem interferir cognitivamente na construção do conhecimento especializado dessa ciência.

Em a *Comunicação especializada: algumas noções teórico-conceituais*, de autoria de Edmar Peixoto de Lima, José Marcos Rosendo de Souza e Josefa Francisca Henrique de Jesus, investigam os conceitos das linguagens, com foco na linguagem de especialidade, observando como ela se configura e como se caracteriza e como se conceitua o gênero textual especializado. Para tanto, foi utilizado o Corpus da Terminologia (CoTerm), composto de textos de divulgação científica sobre os estudos terminológicos.

No penúltimo capítulo, as autoras Gislene Lima Carvalho e Ticiane Rodrigues Nunes, apresentam o texto *Análise léxico-cultural de expressões idiomáticas com lexias ligadas à religião*, o qual analisa expressões idiomáticas com palavras da área religiosa e os aspectos da relação língua-cultura dessas expressões.

Ao final, no décimo primeiro capítulo, *Topologia cognitiva e rede lexical da partícula “up”*, as autoras Elaine Carvalho Chaves Hodgson e Paula Lenz Costa Lima apresentam um estudo sobre a fraseologia dos verbos multpalavras. Tais verbos são acompanhados de preposições, advérbios ou preposição e advérbios. Essas partículas modificam o significado dos verbos para uma única unidade linguística. Os verbos utilizados no estudo são os que apresentam a partícula “up”.

Acreditamos que todos os trabalhos elencados nesta obra podem contribuir para o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas voltadas para o estudo do léxico e suas interfaces com outras ciências. Esta coletâ-

nea também oferece aos seus leitores a oportunidade de conhecerem o que está sendo estudado sobre o assunto, em algumas universidades brasileiras, tendo como fundo os trabalhos realizados pelo professor Antônio Luciano Pontes.

Esperamos ter despertado o interesse de alunos e professores acadêmicos pelos estudos linguísticos, especialmente, pelos estudos de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Os organizadores

Sumário

Apresentação – O léxico e os seus desdobramentos | 6

Prefácio – Contribuições essenciais aos estudos lexicográficos e ensino do léxico | 14

Maria da Graça Krieger

A fraseologia como marca do léxico regional-popular | 20

Maria do Socorro Silva de Aragão

Léxico das práticas homossexuais em documentos da inquisição no Brasil, no século XVI | 46

Expedito Eloísio Ximenes

Eric Gomes da Mota

As (inter)faces das pesquisas em metalexicografia: as contribuições de Antônio Luciano Pontes | 75

Hugo Leonardo Gomes dos Santos

Ana Grayce Freitas de Sousa

O registro da informação fônica em dicionários escolares de língua portuguesa | 97

Márcio Sales Santiago

O atlas linguístico como uma obra lexicográfica | 121

Jamyle dos Santos Monteiro

O funcionamento semântico dos adjetivos alto e baixo: em busca de uma invariância | 147

Maria Auxiliadora Ferreira Lima

A construção da significação especializada: de onde e para quem | 171

Maria José Bocorny Finatto

As variantes denominativas da economia: perfil lexicosemântico | 189

Lucimara Alves Costa

Ieda Maria Alves

Comunicação especializada: algumas noções teórico-conceituais | 212

Edmar Peixoto de Lima

José Marcos Rosendo de Souza

Josefa Francisca Henrique de Jesus

**Análise léxico-cultural de expressões idiomáticas com lexi-
as ligadas à religião | 242**

Gislene Lima Carvalho

Ticiane Rodrigues Nunes

Topologia cognitiva e rede lexical da partícula *up* | 266

Elaine Carvalho Chaves Hodgson

Paula Lenz Costa Lima

Posfácio | 297

Al Dr. Antônio Luciano Pontes

Sobre os autores | 299

Prefácio

Contribuições essenciais aos estudos lexicográficos e ensino do léxico

*“Apesar das várias tentativas de classificação do dicionário escolar, poucas contemplam a figura do usuário como ponto de partida. Aliás, o problema da relação entre usuário e dicionário sempre tem sido deixado de lado”.*³

O reconhecimento de toda uma trajetória acadêmica, traduzida na organização de um livro como *Estudos sobre o léxico e suas interfaces: diálogos com a obra de Antônio Luciano Pontes* é uma das maiores homenagens que um professor pode receber. Ao mesmo tempo, este livro representa o reconhecimento e a prova da produtividade dos ensinamentos, das pesquisas e das orientações de Antônio Luciano Pontes.

A homenagem não apenas resgata e valoriza o trabalho de Luciano Pontes em sua diversidade temática, como destaca seu papel de professor. Mais ainda, o livro evidencia a repercussão de sua importância na formação de jovens que passaram a integrar e expandir qualitativamente uma nova geração de pesquisadores do

³ PONTES, Antonio Luciano. Dicionário para uso escolar: o que é, como se lê?. Fortaleza: EdUECE, 2009.

léxico no Brasil. De fato, muitos desses e dessas jovens contribuem, atualmente, para o fortalecimento das Ciências do Léxico, categorização epistemológica que, tradicionalmente, tem reunido Lexicologia, Lexicografia e Terminologia em nosso país.

A conceituação de uma macro área de estudos linguísticos, denominada de Ciências do Léxico, ao que tudo indica, consiste numa exclusividade brasileira, cuja propriedade denominativa já se confirmou sob vários ângulos a iniciar pelo objeto comum que as congrega: o conjunto léxico do português do Brasil. Mais ainda, os domínios investigativos que compõem nossas Ciências do Léxico unem-se numa linha comum ao tomarem o léxico real, atestado seja pela escritura, seja pelos falares, como o objeto compartilhado de seus desenvolvimentos. Tal conjunção independe da diversidade dos recortes particulares das áreas clássicas do léxico que abrigam e abrem espaços para outros domínios, como: Toponímia, Onomástica, Neologismos, Regionalismos, Fraseologias, entre outras especificidades constitutivas do componente léxico das línguas de cultura.

O alargamento das pesquisas lexicais está também presente neste livro que espelha muito dos avanços das Ciências do Léxico em sua missão de descrever os elementos constitutivos do léxico do português do Brasil. Alunos, ex-orientandos e também colegas reúnem-se aqui, permitindo confirmar, por meio de seus textos e proposições, a abrangência, a diversidade e o alcance dos estudos desenvolvidos sob a ótica das Ciências do

Léxico e à luz de muitos conteúdos e princípios conceituais do homenageado.

Nesta significativa homenagem, é difícil fazer destaques temáticos, considerando a trajetória de pesquisa de Luciano Pontes. Não obstante, seu percurso acadêmico está fortemente associado a importantes reflexões relacionadas à lexicografia teórica ou metalexicografia, como aqui é referida essa área disciplinar. De modo particular, o nome do homenageado costuma aparecer fortemente associado aos impulsos iniciais que estabeleceram o campo da lexicografia Pedagógica no Brasil com ênfase na língua materna. A citação acima em epígrafe ressalta um princípio que está na base do desenvolvimento dos estudos sobre as relações entre dicionários e ensino/aprendizagem de línguas: adequação do tipo de obra lexicográfica e consideração pelo usuário previsto.

Essa ordem de relações sempre mostrou-se evidente para o ensino de línguas estrangeiras, mas ela não atingia o âmbito dos ensinamentos de língua materna. Acreditava-se que o chamado minidicionário por ser de pequena dimensão e pressupostamente simplificado era sinônimo de dicionário escolar. Tal concepção ainda vigorava nos anos iniciais deste século XXI. Entretanto, proposições e conceitos inovadores sobre a adequação de dicionários escolares ganharam expressiva relevância, influenciando, inclusive, a adoção de novos critérios norteadores de políticas públicas brasileiras, relacionadas a material didático próprio para o ensino/aprendizagem da língua materna. Muitas foram as repercussões desse fun-

damento - adequação/usuário/ nível de ensino-, a ponto de atingir o importante Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) já em 2006; conseqüentemente, influenciou o mercado editorial de dicionários em nosso país.

Intimamente relacionadas a esse fundamento, agregam-se proposições endossadas por Antônio Luciano Pontes de que determinados recortes dos estudos sobre unidades lexicais não podem prescindir do exame de questões textuais e de gêneros. Nesse contexto, nosso homenageado compartilha do postulado de que o dicionário não é uma simples listagem de palavras, acompanhadas de um conjunto de informações gramaticais e semânticas, mas que corresponde a um texto dotado de estrutura formal que o conforma e o individualiza como um gênero textual próprio. Direcionamentos desse tipo orientam o desenvolvimento de análises críticas sobre tipologias e qualidades das obras lexicográficas gerais e, particularmente, as de uso escolar.

De fato, os estudos lexicais, e, em especial, os lexicográficos respondem por relações que provocaram impactos importantes. O indiscutível êxito logrado também no âmbito interno das ciências linguísticas sustenta-se sobre proposições consistentes e fundamentadas. Grande número de trabalhos passou a oferecer material de consulta teórica e aplicada sobre léxico, seu funcionamento, sua dimensão semântica e seu valor conceitual das unidades lexicais. Mais ainda, mostram como muitos desses elementos estão representados nos dicionários, incluindo-se a descrição aqui feita sobre informações fônicas em

dicionários escolares. Esse inovador enfoque é revelador de que os dicionários escolares, pelos seus critérios descritivos, reafirmam-se como lugares de representação da pronúncia pertinente à norma culta vigente no país.

Ao abrigo desses avanços e da diversidade temática das pesquisas que integram as Ciências do Léxico, encontra-se, por exemplo, a fraseologia como um componente linguístico de caráter lexical, embora suas propriedades não se esgotem nesse âmbito. Como sabemos, o léxico não é um componente monolítico em sua formação e interliga-se com várias dimensões da língua e da linguagem. Sentidos, ideologias, preconceitos e identidades permeiam e estruturam as unidades lexicais em seus usos, bem como suas variantes denominativas como revela o estudo do *perfil lexicosseântico da terminologia da economia*.

A dimensão semântica é uma face intrínseca das unidades léxicas – não existe palavra sem sentido-. No entanto, sentidos específicos revelam-se nos contextos enunciativos de que participam as unidades lexicais. Neste livro, a perspectiva que interliga léxico e texto é, por exemplo, muito bem identificada no exame dos usos dos adjetivos *alto* e *baixo*. Revela-se assim uma maior compreensão sobre propriedades e funcionamento das unidades que integram o segmento das palavras lexicais propriamente ditas, vale dizer, palavras semanticamente plenas, as quais integram as três categorias gramaticais – substantivo, adjetivo, verbo-que, por excelência, conformam a essência do léxico tomado como objeto das Ciências do Léxico.

No contexto investigativo que aqui se reflete, confirma-se também o reconhecimento da expressão do léxico como elemento revelador das culturas regionais, das religiões, de valores e de preconceitos típicos de diferentes épocas e distintos tempos cronológicos. Nesse mesmo quadro de funcionalidades do léxico, inclui-se a perspectiva das diferentes formas de comunicação que estratificam falares científicos restritos ou abertos a público leigo. A preocupação com os tipos e as formas de definição terminológica é um exemplo maior da importante problemática comunicacional que envolve léxico especializado e suas definições. Nessa linha, destacam-se conceitos e princípios teóricos sobre comunicação especializada, outro ponto significativo das pesquisas de Antônio Luciano Pontes.

Todo esse conjunto de postulados e de descrições pontuais que *Estudos sobre o léxico e suas interfaces: diálogos com a obra de Antônio Luciano Pontes* oferece consiste numa importante contribuição que há de fazer avançar ainda mais as Ciências do Léxico. Não é exagero afirmar que as pesquisas sobre léxico continuarão a beneficiar não apenas professores, gestores de educação e editores de dicionários e de livros didáticos, mas também o círculo de pesquisadores das ciências linguísticas em geral e, em particular, o âmbito da Linguística Aplicada, onde tradicionalmente estão classificadas as áreas que integram as Ciências do Léxico. Nesta produtiva história, o nome de Antônio Luciano Pontes sempre estará gravado!

Maria da Graça Krieger

CNPq/UFRGS

Porto Alegre, março de 2022

A fraseologia como marca do léxico regional-popular

Maria do Socorro Silva de Aragão

1 Introdução

As fórmulas colectivas e tradicionais reflectem maravilhosamente a mentalidade de um povo, sua história, seus costumes, crenças, estados afectivos, tendências gerais, aos olhos de quem saiba vê-las e utilizá-las como instrumentos de indagações superiores.⁴

Ao se estudar o problema da Fraseologia deve-se delimitar os diferentes aspectos em que ela pode ser estudada, uma vez que, dependendo do enfoque que se queira dar, temos que falar de uma fraseologia da língua geral ou língua comum e de uma fraseologia especializada, que devem ser separadas da paremiologia, que estuda especificamente os provérbios.

Inicialmente, faremos uma revisão dos conceitos e campo de ação da fraseologia a partir da visão de alguns autores, que variam na terminologia entre fraseologia, frases feitas, locuções, expressões idiomáticas, ou, ainda, como lexias complexas e textuais, no dizer de Bernard Pottier.

4. AMARAL, Amadeu. **Tradições populares**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948, p. 242.

Neste trabalho, estudaremos a fraseologia da língua geral em autores regionais nordestinos numa forma de delimitar tais frases ou expressões como marcas do falar regional nordestino.

Utilizaremos como *corpus* de análise os autores paraibanos José Américo de Almeida e José Lins do Rego, os cearenses Rachel de Queiroz e Patativa do Asaré, o maranhense Domingos Vieira Filho e o alagoano Graciliano Ramos.

2 A lexicologia e a fraseologia

2.1 Conceituações

A fraseologia faz parte das ciências da linguagem e mais especificamente da Lexicologia, que é o ramo da linguística que trabalha com o léxico.

Para Coseriu (1979, p. 111), a Lexicologia é:

Ramo da linguística que estuda a estrutura do vocabulário da língua, sua composição, variedade, origem, mudanças históricas e adaptação às condições sociais da comunidade respectiva. Na lexicologia clássica se parte da palavra, como unidade natural das línguas naturais. Modernamente esta disciplina estuda a estrutura interna dos vocábulos; por exemplo: a análise componencial, suas regras de subcategorização e de inserção no marco oracional e suas modalidades morfológicas a partir de entidades subjacentes como os lexemas.

No dizer de Henriques (2010, p. 102), Lexicologia:

[...] é uma disciplina que estuda o Léxico e a sua organização a partir de pontos de vistas diversos. Cada palavra remete a particularidades diversas relacionadas ao período histórico ou à região geográfica em que ocorre à sua realização fonética, aos morfemas que a compõem, à sua distribuição sintagmática, ao seu uso social e cultural, político e institucional. Desse modo, cabe à Lexicologia dizer cientificamente em seus variados níveis o que diz o Léxico, ou seja, a sua significação. Ao lexicólogo, especialista da área, incumbe levar a termo essa tarefa tão complexa sobre uma ou mais línguas.

O objeto de estudo da lexicologia é o léxico, no seu mais amplo sentido, incluindo aí os neologismos, os arcaísmos e, naturalmente, as unidades fraseológicas.

Para Biderman (1978, s/p):

Léxico é um vasto universo de limites imprecisos e indefinidos. Abrange todo o universo conceptual dessa língua. O sistema léxico é a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo de sua cultura através do tempo.

O estudo da fraseologia está, assim, inserido na Lexicologia, podendo também ser inserido nos campos da Lexicografia e da Terminologia, nos casos das obras lexicográficas e da fraseologia especializada.

A conceituação de fraseologia não tem tido muito consenso entre os estudiosos do assunto, já que há diferentes aspectos a serem levados em consideração nesse sentido.

Há, inclusive, uma discussão quanto à amplitude da Fraseologia em relação à Lexicologia. Corpas Pastor (1996, p. 15-16), inicialmente considera a fraseologia uma subdisciplina da lexicologia, modificando sua opinião a partir dos estudos desenvolvidos, ao que contrapôs desde logo Ruiz Gurillo (1997, p. 43-44), que considera a fraseologia uma disciplina com o mesmo *status* da lexicologia.

Aparecida Barbosa (2012, p. 245-247), ao estabelecer a configuração conceitual da fraseologia, reforça o caráter de lexicalização e integração semântica e sintática. Em suas palavras:

A fraseologia é um dos ramos das ciências da palavra que tem por objeto de estudo as ‘unidades lexicais’ constituídas de dois ou mais vocábulos ou de sintagmas e de frases, com grau variável de lexicalização, ou seja, com diferentes tipos e graus diversos de integração semântica e sintática de seus constituintes. Fraseologia significa, ainda, o conjunto de frasemas de um universo de discurso. O tema *fraseologia* refere-se, pois a dois conceitos diferentes, embora complementares.

Segundo Milada Malá (2007, p. 243-248):

Encontramos três acepções acerca do termo fraseologia no Dicionário da Real Academia. Segundo ele a fraseologia é: 1. Conjunto de modos de expressão peculiares de uma língua, grupo, época, atividade ou indivíduo. 2. Conjunto de expressões intrincadas, pretenciosas e falaces. Às vezes palavreado. 3. *Conjunto de frases feitas, locuções figuradas, metáforas e comparações fixas, modismos e refrãos, existentes numa língua, no uso individual ou na língua de algum grupo.*⁵

2.2 Unidades de Estudo da Fraseologia

Desde os primeiros estudos da linguística estrutural, a partir de Saussure, têm-se conceituações das unidades de estudo da fraseologia, que, de modo geral, se complementam.

Contudo, há uma grande variação na terminologia denominativa das unidades fraseológicas. Para Montoro del Arco, (2005, p. 96), podemos chamá-las:

[...] unidade fraseológica; expressão pluriverbal; unidade pluriverbal lexicalizada; expressão fixa; fraseolexema; frasema; combinatória lexical. Dentre esses se destacam como mais habituais os termos “unidade fraseológica” e “fraseologismo”.

5 Original: Encontramos tres acepciones acerca del término de fraseología en el *Diccionario de La Real Academia*. Según éste la fraseología es: “1. Conjunto de modos de expresión peculiares de una lengua, grupo, época, actividad o individuo. 2. Conjunto de expresiones intrincadas, pretenciosas o falaces. A veces palabrería. 3. *Conjunto de frases hechas, locuciones figuradas, metáforas y comparaciones fijadas, modismos y refranes, existentes en una lengua, en el uso individual o en el de algún grupo*”.

Vejamos o que nos diz Saussure (1988, p. 143-144) a respeito das unidades fraseológicas. Para ele são:

[...] sintagmas compostos por duas ou mais unidades consecutivas que estabelecem um encadeamento de caráter linear. Os sintagmas podem corresponder a palavras, a grupos de palavras, a unidades complexas de toda dimensão e de toda espécie como as palavras compostas, derivadas, membros de frases e frases inteiras.

Bernard Pottier (1978), ao definir os diferentes tipos de lexias, coloca entre elas as lexias simples, as complexas e as textuais, onde se inserem as unidades fraseológicas, pois se caracterizam por ter seu significado derivado do conjunto e não de cada um dos elementos que a compõem e também por ter um elevado grau de lexicalização.

Já Corpas Pastor (1996, p. 20) dá sua visão do que seja uma unidade fraseológica, mostrando que ela é caracterizada pela frequência de uso e institucionalização:

[...] as unidades fraseológicas – objeto da fraseologia – são unidades léxicas formadas por mais de duas palavras gráficas em seu limite inferior, cujo limite superior se situa no nível da oração composta. Tais unidades se caracterizam por sua alta frequência de uso, e de coaparição de seus elementos integrantes; por sua institucionalização, entendida em termos de fixação e especialização semântica; por sua

idiomaticidade e variação potencial; assim como o grau no qual se dão todos estes aspectos nos distintos tipos.⁶

A definição de Ortiz Alvarez (2013, p. 38) acrescenta à fraseologia o caráter tradicional e de relação com a cultura de um povo:

Os fraseologismos, também chamados de unidades fraseológicas, constituem o objeto de pesquisa da Fraseologia. São fórmulas coletivas e tradicionais que refletem a mentalidade de um povo, sua história, seus costumes, crenças e estados afetivos, aos olhos de quem saiba reconhecê-las e investigar a visão de mundo que refletem. Assim, no correr dos séculos, essas fórmulas foram plasmadas em um vasto número de expressões - muitas vezes caracterizadas como populares -, que seriam portadoras das vivências de uma ou mais gerações aplicadas no cotidiano.

Vilela (2002) relaciona as fraseologias à oralidade e à expressividade da linguagem, ao dizer que “As fraseologias são uma marca da linguagem da proximidade, da oralidade, da expressividade, da desconstrução, da horizontalidade discursivo-pragmática”.

6 Original: [...] las *unidades fraseológicas* (UFS) – objeto de estudio de la fraseología – son unidades léxicas formadas por más de dos palabras gráficas en su límite inferior, cuyo límite superior se sitúa en el nivel de la oración compuesta. Dichas unidades se caracterizan por su alta frecuencia de uso, y de coaparición de sus elementos integrantes; por su institucionalización, entendida en términos de fijación y especialización semántica; por su idiomática y variación potencial; así como por el grado en el cual se dan todos estos aspectos en los distintos tipos.

2.3 Léxico, Cultura e Lexicultura

Ao se estudar a língua, os contextos socioculturais em que ela ocorre são elementos básicos, e, muitas vezes, determinantes de suas variações, explicando e justificando fatos que apenas linguisticamente seriam difíceis ou até impossíveis de serem determinados, pois, no dizer de Barbosa (1981, p. 158): “Língua, sociedade e cultura são indissociáveis, interagem continuamente, constituem, na verdade, um único processo complexo [...]”.

No caso específico do léxico, esta afirmação é ainda mais verdadeira, pois toda a visão de mundo, a ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades humanas são refletidos em seu léxico.

Para se apreender, compreender, descrever e explicar a “visão de mundo” de um grupo sócio-linguístico-cultural, ou de um grupo de especialistas ou profissionais, o objeto de estudo principal são as unidades lexicais e suas relações em contextos.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. Todo ato ou todo objeto ideológico é sempre acompanhado, comentado, analisado, glosado por discurso, na medida em que a ligação que une linguagem e pensamento é uma ligação de unicidade.

O léxico, enquanto descrição de uma cultura, está no seio mesmo da sociedade, reflete a ideologia dominante, mas também as lutas e tendências dessa sociedade.

Para Correia (2011, p. 227), o léxico de uma língua é caracterizado como:

[...] o conjunto virtual de todas as palavras de uma língua, isto é, o conjunto de todas as palavras da língua, as neológicas e as que caíram em desuso, as atestadas e aquelas que são possíveis tendo em conta as regras e os processos de construção das palavras. O léxico inclui, ainda, os elementos que usamos para construir novas palavras: prefixos, sufixos, radicais simples ou complexos.

O que confirma Oliveira (2001, p. 110), ao defini-lo:

O léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa o património sociocultural de uma comunidade. Em vista disso, podemos considerar o léxico como testemunha da própria história dessa comunidade, assim como todas as normas sociais que regem [...]. Todo sistema léxico representa o resultado das experiências acumuladas de uma sociedade e de uma cultura através dos tempos.

Ferraz (2006, p. 40) afirma que:

As relações entre léxico e cultura, léxico e sociedade, são, indubitavelmente, muito fortes, considerando-se que o léxico, com seu estatuto semiótico, é o elemento da língua de maior efeito extralinguístico por se reportar, em grande parte de seu conjunto a um mundo referencial, físico, cultural, social e psicológico, em que se situa o homem.

Já a definição de cultura tradicionalmente é feita a partir da clássica distinção entre cultura erudita e cultura popular. Porém concordamos com Ferreira (1986, p. 508), que não faz essa distinção quando diz que “cultura é o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade”.

Cultura são os modos de viver, de sentir e de fazer os costumes, crenças e visões de mundo de uma sociedade.

Enquanto que, para Coseriu (1990, p. 39-40) “[...] as palavras são formas de cultura que acompanham na sua difusão os conceitos e os objetos da civilização.” Diz ele também que a relação entre linguagem e cultura se dá em três sentidos diferentes:

- a linguagem é uma forma primária de cultura, do espírito criador do homem;
- a linguagem reflete a cultura não linguística, é a atualidade da cultura, manifesta os saberes, as ideias, as crenças acerca da realidade conhecida, das realidades sociais e da própria linguagem enquanto parte da realidade;
- a linguagem não é só competência linguística, mas é competência extralinguística, conhecimento do mundo, saberes, ideias e crenças acerca das coisas. (Coseriu, 1990, p. 39-40).

Nesse caso, a língua é adquirida por um processo de transmissão cultural. Esta definição está ligada ao fato de que os grupos têm línguas diferentes porque têm visões de mundo diferentes. A língua, neste caso, reflete a cultura. Cultura vista como “*conhecimento socialmente adquirido*”.

Definindo a nova área de estudo, que relaciona léxico e cultura, a Lexicultura, diz Barbosa (2008, 2009; p. 31-41):

Entre outros aspectos, a lexicultura mostra-nos a singularidade e a diversidade dos lugares onde a cultura pode ser encontrada em uma língua, pois, sabemos que o léxico é o nível de descrição linguística mais diretamente ligado à realidade extralinguística. [...] A partir dessa composição, o conceito de lexicultura privilegia a consubstancialidade do léxico e da cultura e designa o valor que as palavras adquirem pelo uso que se faz delas.

Já Galisson (1999, p. 480), definindo Lexicultura, diz que ela é:

A cultura depositada em certas palavras, ditas culturais, que convém rever, explicitar e interpretar. A *démarche* consiste em por em dia os sítios culturais. [...] As expressões imagéticas, as palavras-valises, as palavras que têm marcas culturais, os palimpsestos verbo-culturais, as palavras de situação, os nomes de marcas, os provérbios e ditados, as palavras ocultas [...] circunscrevem-se os lugares ou gisements.

3 Análise do *corpus*

Nosso *corpus* é constituído de fraseologias de cinco autores nordestinos, que representam sua visão de mundo e marcam a cultura nordestina presente nessa fraseologia.

Como representantes da literatura regional paraibana escolhemos José Américo de Almeida, escritor e político que se preocupou com a sociedade e cultura paraibanas, especialmente ao escrever sobre o problema da seca nordestina; José Lins do Rego, que em suas obras descreveu os costumes e tradições de sua terra e de sua gente, dando ênfase à natureza em detrimento do homem e Ariano Suassuna por sua riqueza vocabular, regional popular, não só da Paraíba, mas de todo o Nordeste.

Como representantes da literatura cearense escolhemos Rachel de Queiroz, que no conjunto de suas obras marca a linguagem regional popular do Nordeste, fazendo uma verdadeira descrição do sertão cearense e Patativa do Assaré nome artístico (pseudônimo) de Antônio Gonçalves da Silva, foi um dos mais importantes representantes da cultura popular nordestina.

Como representante do Maranhão temos Domingos Vieira Filho, com trabalhos da maior importância sobre a linguagem popular do Nordeste.

Por fim, escolhemos Graciliano Ramos, representante maior da língua e cultura de Alagoas.

A temática, a estrutura literária e a linguagem das obras desses autores caracterizam, com rara precisão,

o nosso povo, seu falar, costumes, crenças, tradições, seu modo de ser, viver, pensar e agir dentro do seu universo sócio-linguístico-cultural.

3.1 José Américo de Almeida

Andar com uma pele-de-ceará nos olhos

Não perceber as coisas; ser conivente; fazer de conta que não vê as coisas.

*“Faz e acontece, e quando acaba, não tem um tiquinho de sentimento. **Anda com uma pele-de-ceará nos olhos**”.* (A Bagaceira, p. 61).

Bater a passarinha

Não se incomodar.

*“- Nem me **batia a passarinha**. E aguentei o rojão. Foi um teitei como ninguém não magina”.* (A Bagaceira, p. 18).

Dar de mamar à enxada

Apoiar-se no cabo da enxada (JA); apoiar-se em uma pessoa na extremidade livre do cabo da enxada parada mantido em posição vertical ou meio inclinado contra o tórax, à altura da mama; é uma atitude própria do enxadaeiro no eito, dando suas paradas em meio a sua labuta, enquanto, num relaxamento necessário, conversa, fuma ou cisma, o que parece aos olhos do patrao rigoroso um desperdício de tempo.

*“- Muambeiro! Só vivedando de **mamar à enxada!**”* (A Bagaceira, p. 19).

Andar com uma mosca na orelha

Estar suspeitando de alguma coisa.

“Papai já **anda com uma mosca na orelha**, é capaz de fazer uma das dele”.

Andar de capas encouradas

Disfarcado; dissimulado; mascarado.

“Há gente que **anda de capas encouradas**; quando menos se pensa. Bota as mangas de fora”.

Meter-se a rabequista

Indivíduo saliente; intrumetido.

“- Ela não dança com bangalafumenga daqui. - Foi bom, que ele é **metido a rabequista**”. (A Bagaceira, p. 43).

3.2 José Lins do Rego

Botar canga

Dominar, submeter, escravizar.

“É verdade que senhor de engenho nunca me **botou canga**. Vivo nesta casa como se fosse dono”. (Fogo Morto, p. 7).

Estar de novilho

Estar com amante jovem.

“A velha **está de novilho**”. (Eurídice, p. 263).

Fazer-se na faca

Empunhar; agredir com arma; brigar com faca.

“Alípio **se fez na faca**, espalhou a feira”. (Banguê, p. 19).

Meter-se a besta

Tornar-se atrevido; fazer-se de importante; provocar; insultar.

*“O cabo ficou para um canto de bofe de fora, e um soldado, que **se metera a besta** não ficou para contar a história”.* (Cangaceiros, p. 19).

Novilho de chifre apontado

Rapaz novo.

*“É esta história de Aparício. Tudo que é **novilho de chifre apontado**, neste sertão, só cuida de cangaco”.* (Cangaceiros, p. 91).

Ser duro de roer

Redução da expressão *osso duro de roer*; situação ou coisa de difícil solução; pessoa de difícil trato.

*“Está aí, o seu Álvaro do Amora custa a pagar. **É duro de roer**, mas gosto daquele homem”.* (Fogo Morto, p. 5).

3.3 Ariano Suassuna

Abraços de cobra

(LND) Abraço de pessoa falsa; que não nos quer bem.

*“Cancão- Geraldo não presta atenção a nada, Dona Lúcia ajeita isso, com um daqueles **abraços de cobra**.”* (A.S.O.C.S.).

Cantar besteira e bendito

(LD) Cantar repentes com temas cotidianos, religiosos e temas de sofrimento.

*“A única coisa que Joaquim Simão faz é tocar viola e **can-
tar besteira e bendito!**” (A.S. F. D. B.P.).*

Ficar logo azeitada

(LD) Pessoa que se torna brava; desaforada.

*“Mas, minha filha, me diga, se eu posso? **Ela fica logo
azeitada!** Isso é que é uma freipa de mulher escorropi-
chada!” (A.S.F.D.B.P.).*

Esse homem tem visgo

(LD) Homem atraente e conquistador de mulheres.

*“Pois esta é de Simão, com pobreza e tudo! **Esse homem
tem visgo, Seu Aderaldo!**” (S.F.D.B.P.).*

Espiar a maçaranduba do tempo

(LD) Olhar a árvore maçaranduba; para ver se esta cres-
cendo no tempo certo.

*“Acordei inda agora, tomei um cafezinho, fiquei por ali
vendo uma coisa, outra, **espiano a maçaranduba
do tempo!**” (A.S.F.D.B.P.).*

Praga de rapariga sarará

(LD) Praga; maldição proferida por uma prostituta louca.

*“Pra mim, isso foi **praga de rapariga sarará**, ou então
foi ele que pisou no rastro de algum corno, em jejum!”
(A.S.F.D.B.P.)*

3.4 Rachel de Queiroz

Botar de banda

Acabar com.

“Hein, minha comadre! **Botou o luxo de banda...**” (O Quinze, p. 43).

Chupar a fruta e atirar fora o bagaço

Aproveitar-se de alguém.

“*Nem amor de verdade lhe daria. Aquilo era como disse a amiguinha dele: só quer mesmo **chupar a fruta e atirar fora o bagaço.***” (O Galo de Ouro, p. 109).

Pau de virar tripa

Pessoa alta e magra.

“-Logo quem fala, esse **pau-de-virar-tripa.**” (Dora Doralina, p. 17).

Seraine (1991, p. 278) afirma que Leonardo Mota inclui a expressão sob a forma ‘*pau de enrolar tripa*’ no rol dos ‘apelidos sertanejos’ e considera-o sinônimo de pitombeta.

Almoçar auto e jantar libelo

Ser extremamente empenhado no seu ofício, em particular, na militância jurídica. (Souza, 2013)

“- *É o seu doutor promotor de Santa Ana... **almoça auto e janta libelo...***” (O Quinze, p.22).

Beber soro azedo, mas arrotar coalhada com açúcar branco

Diz-se de pessoa que conta vantagem sobre qualquer atividade, mas que na verdade não tem nada de especial nem de poder.

“- Sinhazinha, me desculpe, mas esses seus primos pensam que são de raça de fidalgo! ... Dos que **bebe soro azedo, mas arrota coalhada com açúcar branco** ...” (Memorial de Maria Moura, p. 35).

A vela de libra

Acolher regiamente.

“Aquilo é uma doida, uma vagabunda. Danou-se para vir pro Ceará, porque ouviu dizer que estavam tratando retirante **a vela de libra**. (O quinze, p. 76).

3.5 Patativa do Assaré

Bolo de fim de feira

Insignificante; sem valor.

“Tão pensando que voto é **bolo de fim de feira**”.

A expressão não está registrada, mesmo em dicionários regionais nordestinos.

Botar curto

Fiscalizar.

“Mamãe, a senhora **bote bem curto** naquele louro”.

Expressão semelhante a ‘manter as rédeas curtas’, registrada em dicionários regionais nordestinos.

Comprar cartilha pra outro ler

Ser enganado; traído.

*“Só porque meu casamento foi triste e foi azalado, foi mesmo que eu ter **comprado cartia pra outro ler**”.*

Expressão semelhante a *fazer a barba de alguém*, registrada em dicionários regionais do Ceará.

3.6 Domingos Vieira Filho

Ariri-de-festa

Pessoa que não perde uma festa desde o bailarico de vitrola ao baile em clube de primeira.

Babaus-tia-chica

Pronto, acabou-se, era uma vez.

Banda-de-esteira

Amásia; comborça.

Dois-de-fevereiro

Corno; chifrudo.

Gato-pingado

Nome por que eram conhecidos, entre nós, os condutores de defunto.

Jasmim-de-cachorro

Excremento de cachorro a que o povo atribui qualidades terapêuticas

3.7 Graciliano Ramos

Amanhecer em azeites

Acordar pela manhã irritado; ranzinza; muito aborrecido; mal-humorado.

“*Sinhá Vitória **tinha amanhecido em seus azeites***”. (Vidas Secas, 1977, p. 42).

Bater castanholas com os dedos

Produzir um som semelhante ao das castanholas, mediante a fricção forte das pontas dos dedos médio e polegar, num gesto comumente usado no Nordeste para acular o cão.

“*Nesse momento Fabiano andava no copiar, **batendo castanholas com os dedos***”. (Vidas Secas, 1977, p. 92).

Comer toucinho com mais cabelo

Ter enfrentado e vencido desgraça maior do que aquela que estava vivendo.

“ - **Tenho comido toucinho com mais cabelo**, declarou Fabiano desafiando o céu, os espinhos e os urubus”. (Vidas Secas, 1977, p. 133).

Curar no rasto

Fazer sarar a ferida do animal à distância, por meio de rezas ou orações realizadas ao se colocar ramos de folhas cruzados sobre as pegadas deixadas por ele no percorrido.

“*Fabiano **curou no rasto** a bicheira da novilha raposa*”. (Vidas Secas, 1977, p. 18).

Queimar o assento no chão

Abrasando as nádegas, a bunda no chão, que de tão quente, por conta da incidência do sol escaldante sobre ele, assemelhava-se a fogo.

“*Sinhá Vitória, **queimando o assento no chão**, as mãos cruzadas segurando os joelhos ossudos[...]*”. (Vidas Secas, 1977, p. 11).

Saber onde tem as ventas

Ser experiente; saber das coisas.

“*Fossem perguntar a seu Tomás da bolandeira, que lia livros e **sabia onde tinha as ventas***”. (Vidas Secas, 1977, p. 36).

Ter boa ponta de língua

Ser conversadeira; saber conversar.

“*Apesar de **ter boa ponta de língua**, sentia um aperto na garganta e não poderia explicar-se*”. (Vidas Secas, 1977, p. 120).

4 Considerações finais

Ao trabalharmos com a linguagem regional popular do nordeste do Brasil, especialmente, as dos estados da Paraíba, Ceará, Maranhão e Alagoas, podemos nos perguntar, como muitos dos colegas dialetólogos e sociolinguistas certamente também o fazem: o que é regional, o que é popular, o que é criatividade não só dos autores, de seus personagens, mas do povo em geral, ao utilizar sua linguagem para se comunicar, para se expressar, para afirmação do eu ou como função estética?

As respostas a estas questões são, muitas vezes, difíceis, senão ambíguas, pois o homem usa sua linguagem com todas estas funções, intercalando-as, mesclando-as, dando maior ênfase ora a uma, ora a outra, mas sempre partindo de sua realidade, realizando adaptações que têm uma motivação muito específica, com o objetivo final de transmitir aquilo que deseja, criando e/ou modificando sua linguagem para atingir esses objetivos.

A análise dos exemplos aqui apresentados mostramos, de forma clara, as relações existentes entre a Lexicologia, a Lexicultura e a Fraseologia, representando, cada uma delas, a língua, a sociedade e a cultura, reforçando, contudo, que a língua é o elo de ligação entre elas, por se reportar igualmente à sociedade e à cultura.

A visão de mundo, as crenças, as ideologias e as formas de expressão dessa sociedade com sua cultura são transmitidas de geração a geração pela língua, falada e/ou escrita, tornando evidente que a língua representa e guarda as marcas sociais e culturais daquela comunidade que a utiliza.

Referências

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 16. ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

AMARAL, Amadeu. **Tradições populares**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **A linguagem regional/popular na obra de José Lins**. 2. ed. João Pessoa: Mídia Editora, 2018.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. **Cartilha literária José Lins do Rego**. João Pessoa: FUNESC, 1990.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A variação diastrática do português do Brasil. II CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN. **Livro de Resumos**. Fortaleza: UFC/ABRALIN, 2001.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A variação fonético-lexical em atlas lingüísticos do nordeste. **Revista do GELNE**, v. 2, p. 14-20. Fortaleza: UFC, 1999.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. O estudo da linguagem popular – Atlas Lingüístico da Paraíba. **Boletim da ABRALIN**, v.4, p. 67-80. Recife: UFPE, 1983.

____ et al. **Glossário aumentado e comentado de a Bagaceira**. João Pessoa: A União, 1984.

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. O conceito de lexicultura e suas implicações para o ensino-aprendizagem de português língua estrangeira. **Filol. linguíst. port.**, n. 10-11, p. 31-41, 2008/2009.

BARBOSA, Maria Aparecida. **Léxico, produção e criatividade**. São Paulo: Global, 1981.

____. Fraseologia e linguagens: a fraseologia na literatura e no discurso publicitário. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; SEABRA, Maria Cândida T. C. de. (Orgs.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFS, 2012.

BEVILACQUA, Cleci R. Fraseologia: perspectiva da língua comum e da língua especializada. **Revista Língua e Literatura**. Frederico Westphalen: 2004/2005, v. 6/7, n. 10/11.

BIDERMAN, Maria Tereza. **Teoria linguística**: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

CABRAL, Tomé. **Dicionário de termos e expressões populares**. Fortaleza: UFC, 1982.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Locuções tradicionais do Brasil**. São Paulo: Editora Global, 2004, 332 p.

CORPAS PASTOR, Gloria. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996.

CORPAS PASTOR, Gloria. **Diccionario de la RAE**. Ed. XXI, España: RAE, 1992.

CORREIA, Margarita. Produtividade lexical e ensino da língua. In: VALENTE, André C.; PEREIRA, Maria Teresa G. (Orgs). **Língua Portuguesa: descrição e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**. São Paulo: Presença/ Editora da USP, 1979.

COSERIU, E. Fundamentos e tarefas da sócio e etnolinguística. In: MELLO, Lynalda de A. (Org.). **Sociedade, cultura e língua: ensaios de sócio e etnolinguística**. João Pessoa: Shorin, 1990, p. 39-40, 186.

FERRAZ, Aderlande Pereira. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. (Org.) **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006.

FERREIRA, A. B. de. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GALISSON, R. e PUREN, C. (1999). **La formation en questions**. Paris: CLE, 1999.

HENRIQUES, Cláudio César. Lexicologia Aplicada: algumas contribuições didáticas. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida. **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Campo Grande: Editora UFMS, 2010.

MALÁ, Milada. **Notas a discrepancias terminológicas en fraseología y paremiología**. SBORNÍK PRACÍ FILOZOFICKÉ FAKULTY BRNĚNSKÉ UNIVERZITY STUDIA MINORA FACULTATIS PHILOSOPHICAE UNIVERSITATIS BRUNENSIS L 28, 2007.

MARINHO, Clecia Maria N. **O léxico regional-popular de Graciliano Ramos em Caetés, São Bernardo e Vidas Secas: uma análise léxico-semântica**, 2018. 114 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

MONTORO DEL ARCO, E. T. **Aproximación a la historia del pensamiento fraseológico español: las locuciones con valor gramatical y su norma culta**. Tese de Doutorado. Depto. De Língua espanhola, Universidad de Granada, 2005. Disponível em: <<http://hera.ugr.es/tesisugr/15476893.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

NASCENTE, Antenor. **Tesouro da fraseologia brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1966, p. 316.

OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria P. P. de.; ISQUERDO, Aparecida N. (Orgs.) **As ciências do léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

OLIVEIRA, Uelida Dantas de. **A linguagem de Ariano Suassuna**: um glossário léxico-semântico, 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ORTIZ ÁLVARES, Maria Luiza Ortiz. **Fraseologia e paremiologia**. Disponível em: <http://www.sala.org.br/index.php/estante/academico/494-fraseologia-e-paremiologia>. Acesso em: 10 jun. 2013.

POTTIER, B. **Linguística geral**: teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença/ Universidade Santa Úrsula, 1978.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. 86. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

QUEIROZ, Rachel de. **O galo de ouro**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

QUEIROZ, Rachel de. **Dôra, Doralina**. 17. ed. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

QUEIROZ, Rachel de. **Memorial de Maria Moura**. 7. ed. São Paulo: Editora Siciliano, 1992.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

REGO, José Lins do. **Fogo morto**. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.

REGO, José Lins do. **Cangaceiros**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

REGO, José Lins do. **Eurídice**. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.

REGO, José Lins do. **Banguê**. 13. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

RIBEIRO, João. **Frases feitas**: estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios. 2. ed. Aracaju: Sercore, 1984.

RUIZ GURILLO, L. **Aspectos da fraseologia teórica espanhola**. Valencia: Valencia Universitat, 1997.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1988, p. 279.

SERAINÉ, Florisval. **Dicionário de termos populares**: registrados no Ceará. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

SILVEIRA, João Gomes da. **Dicionário de expressões populares da língua portuguesa**: riqueza idiomática das frases verbais, uma hiperoficina de gírias e outros modismos luso-brasileiros. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2010.

SUASSUNA, Ariano. **O santo e a porca**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SUASSUNA, Ariano. **O casamento suspeito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

SUASSUNA, Ariano. **Farsa da boa preguiça**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

VIEIRA FILHO, Domingos. **A linguagem popular do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Gráfica Olímpica, 1979.

VILELA, Mário. **Metáforas do nosso tempo**. Coimbra: Almedina, 2002.

WELKER, H., A. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

Léxico das práticas homossexuais em documentos da inquisição no Brasil, no século XVI

Expedito Eloísio Ximenes

Eric Gomes da Mota

1 Introdução

A linguagem humana detém crenças e valores que identificam uma sociedade e suas vivências em determinado tempo, seja no passado ou no presente. Quando nos deparamos com os textos escritos em tempos remotos, deparamo-nos também com as crenças, os valores da época e as práticas languageiras dos usuários expressas nos textos. Podemos depreender dos textos um repertório de ideias e modos de ver o mundo e de nomeá-lo ao seu tempo. As formas de pensar e de dizer registradas nos textos possibilitam conhecer o ser humano e seu habitat. Diante o conhecimento dos registros do passado, podemos fazer as análises comparativas de como alguns aspectos político-sociais eram tratados em comparação com a contemporaneidade. A análise do contexto sociopolítico dos documentos e do léxico neles contido não tem por objetivo um julgamento maniqueísta, tampou-

co fazermos uma interpretação anacrônica das formas linguísticas, sobretudo, do léxico, que é a expressão mais perceptível e mais externa de uma língua, que revela e expõe um pensamento e o contexto de uso.

O léxico é uma espécie de janela da língua que permite uma introspecção nos fatos, permite uma caminhada no chão de um tempo vivido. Especificamente, este solo se circunscreve nas narrativas que tratam das investigações do Santo Tribunal da Inquisição, no Brasil, no final do século XVI.

Daí somos transportados para aquele início da ocupação do território brasileiro e, assim, podemos conhecer aspectos dos comportamentos dos habitantes do Brasil manifestados as investigações da Igreja Católica em relação aos padrões normatizadores do comportamento, a partir do poder político-religioso manifestado por esta instituição.

A Igreja, como se sabe, detinha forte poder político e jurídico em Portugal e, por consequência, no Brasil, até meados do século XVIII. Tal poder se manifestava para além das relações entre particulares entre si e particulares e o Estado, impunha também padrões de comportamento a serem adotados pelos sujeitos. A inobservância de tais padrões traziam sanções tanto do ponto de vista jurídico, como também do ponto de vista moral e religioso.

Os mandamentos jurídico-morais eram baseados nos textos da Bíblia que compunham o Direito oficial, como também a normatização não-oficial, impostos pelos chefes

religiosos presentes nos territórios, com vistas a regular o comportamento humano. A regulação do comportamento, como se sabe, perpassava desde condutas objetivas e de efeito público, como o roubo, até condutas subjetivas e de caráter totalmente privado e íntimo, como a sexualidade, criminalizando as condutas pessoais e íntimas dissonantes do aceito por Deus. Desta feita, a homossexualidade foi amplamente criminalizada neste período histórico.

E, pelo domínio jurídico da Igreja, havia uma estrutura clerical de aplicação desta normatividade, o Tribunal da Inquisição, composto por padres destacados para julgar quem infringisse a legalidade eclesiástica. Tal julgamento poderia partir pela denúncia da conduta ou pelas confissões daqueles que desobedeciam ao conjunto normativo da Igreja.

Desta feita, o objeto de análise deste trabalho são os textos que narram as autoconfissões dos praticantes de sodomia, em que as pessoas diante ao inquisidor, autodenunciavam-se por praticar atos homossexuais. Tais registros fazem uso de uma tipologia lexical para denominar tais práticas, expressando lexias carregadas de preconceitos e abjeção pelos órgãos genitais e manifestando práticas sexuais como coisas demoníacas.

Os textos e, sobretudo, as formas de nomeação das práticas sodomitas, expressam ideologias, crenças e valores simbólicos dominantes de uma instituição como a Igreja Católica e de um povo a ela subjugado que reverberaram naquele contexto histórico, quiçá, ainda ressoam na sociedade do presente.

O estudo lexical envolve uma imersão nos contextos históricos, ideológicos e nos sistemas de valores, pois as lexias são como pequenas fagulhas que emergem nos textos e apontam uma realidade submersa, em que o pesquisador mergulha para problematizar os significados que estão escusos em um mar de (pre)conceitos e de normas morais que predominam no contexto de uso.

Este capítulo tem como principal objetivo fazer um levantamento e uma análise lexical em dois processos conduzidos pela Inquisição, durante a primeira visita do inquisidor ao Brasil, no ano de 1591, na Bahia. Um dos processos, trata-se da confissão do padre Frutuoso Álvares, vigário do Matoim, que procura o inquisidor para confessar suas práticas homossexuais/sodomitas. No seu relato, podemos ver como são nomeadas as partes do corpo, sobretudo, os órgãos genitais e as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo. O outro processo trata das confissões de Jerônimo Parada, estudante e cristão-velho que confessa suas práticas homossexuais com o mesmo padre Frutuoso Álvares.

As duas confissões que ora investigamos aqui, ocorreram na Bahia, no ano de 1591, quando o visitador Heitor Furtado de Mendonça veio ao Brasil para investigar práticas heréticas de toda natureza contra a fé católica, conforme pensamento reinante. Os dois relatos de confissão foram publicados no livro *Confissões na Bahia: santo ofício da inquisição de Lisboa*, organizado por Ronaldo Vainfas, datado de 1997.

As lexias que retratam práticas homossexuais foram levantadas das narrativas que compõem as duas confissões. Utilizamos a classificação de lexias complexas, conforme Pottier (1978), por se constituírem por mais de uma palavra. Expressam formas de descrever os atos sexuais praticados entre pessoas do mesmo sexo, expressando também, valores negativos atribuídos ao ato de nomear tais práticas. Podemos depreender um pensamento dominante na época em que o corpo é visto como algo abjeto e as práticas homossexuais eram consideradas o ápice do pecaminoso.

Tomemos como base de análise os pressupostos teóricos da Lexicologia com ênfase no estudo do léxico numa abordagem histórica e discursiva, partindo dos relatos dos textos do século XVI, produzido no âmbito inquisitorial da Igreja Católica, que condena a homossexualidade e, por meio da linguagem, sobretudo por meio do léxico, podemos verificar os impactos do direito na vida social e vice-versa na construção e reprodução de violências contra as manifestações sexuais e afetivas dissonantes da heteronormativa.

2 O léxico da língua como uma porta de entrada para o conhecimento do mundo

Sempre afirmamos que o léxico é a parte mais visível de uma língua. É o léxico que expõe mais claramente a intimidade das relações entre língua e cultura, como aponta Faraco (2005). Adentrando mais a essa assertiva,

podemos dizer que o conhecimento histórico de um fato ou de uma sociedade pode ser mais eficiente quando feito a partir das formas de nomeação das atividades e comportamentos humanos naquele contexto, ou seja, por meio das palavras lexicais que expressam a cultura e a mundividência dos povos.

A Lexicologia e a História são ciências interdisciplinares que dialogam e se complementam para o entendimento da realidade de uma nação, grupo social ou sujeitos, vivendo em contextos reais em qualquer tempo cronológico, bem como compreender pensamentos, ideologias, crenças e tabus de uma sociedade.

Os diálogos entre Lexicografia e Historiografia mobilizam o encontro da história da língua com a história dos escravizados no Brasil, além de mediar a descrição, a análise e a interpretação dos significados do repertório lexical que institucionalizam e legalizam historicamente a escravatura, evidenciando a reavaliação dos rastros político-sociais da colonização e seus desdobramentos. (Gonçalves, 2020, p. 231).

Conforme a citação acima, a Lexicografia (ciência que estuda as formas de registros, organização e definição do léxico em dicionários e glossários) mobiliza encontro com a Historiografia para a história dos escravizados, desta inter-relação se estrutura a Lexicologia, como ciência que abarca o léxico de forma mais ampla, desde sua constituição histórica, seus processos de formação e sua relação com a cultura.

Esta perspectiva concatenadora da Lexicologia nos conduz para além da categoria escravidão acima citada, estendendo para o estudo de outras realidades do Brasil colonial, destacando, aqui, a questão das práticas inquisitoriais que também ressoaram de forma opressiva, impondo castigos e punições severas às pessoas que eram subjugadas por crimes de quaisquer práticas consideradas heréticas.

O alinhamento dessas áreas conduz-nos a um entendimento dos rastros e vestígios humanos no passado histórico. A língua, sobretudo seu léxico, permite ao pesquisador esse passeio pelas frestas do tempo cronológico passado para desvendar enredos e tentar compreender ações e comportamentos também do presente.

Além do viés histórico sobre o estudo do léxico, podemos citar a abordagem na perspectiva sociológica apresentada por Matoré (1953), que associa o estudo do léxico à dinâmica social, histórica e cultural, afirmando que o léxico é testemunho da sociedade. O léxico, conforme afirma o autor, testemunha a vida de uma sociedade, em uma época. Considerado, portanto, um fato social, fora da sociedade a linguagem não tem expressão, não pode ser estudada sem conexão com outros fenômenos sociais, históricos, culturais. Não podemos deixar de ver o léxico embrenhado nos contornos da vida e da sociedade.

Holanda (2019, p. 55), citando o autor diz que “Matoré aponta para o estudo lexical em uma perspectiva sócio-histórica, pois a lexia deve ser entendida como o reflexo da sociedade, desta forma, a Lexicologia deve

considerar em seus aspectos analíticos os fatores sociais, pois esses são refletidos por meio do vocabulário”.

Seabra (2015) reforça as assertivas expostas, apresentando a dimensão social da língua e o léxico como patrimônio herdado, criado e usado por uma comunidade para expressar suas necessidades linguísticas e ideológicas.

Considerando a dimensão social da língua, podemos ver, no léxico, o patrimônio cultural de uma comunidade. Transmitidos de geração a geração como signos operacionais, é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multiseculares de um povo, podendo, por isso, ser considerado testemunho de uma época [...]. (Seabra, 2015, p. 73).

Isso corrobora com o que acreditamos, por meio das formas de dizer, ou seja, das palavras ou lexias, o ser humano diz muito de si próprio e do seu tempo, de suas convicções, de seus tabus, de seus preconceitos e de seus valores.

Por meio do léxico que encapsula sentidos e ideologias de uso em uma época, podemos ver o mundo e a sociedade nele atuando. Quando lemos os textos escritos em um tempo histórico do passado, podemos adentrar nesse tempo por meio das formas de nomear as prá-

ticas humanas que são formas de pensar e de viver de um grupo ou comunidade.

Os textos escritos funcionam como uma espécie de cofre em que são preservadas práticas linguageiras plenas de sentidos e de convicções que denunciam práticas sociais e ideológicas do ser humano, sobretudo, de grupos dominantes quando afirma que os documentos são fontes para o conhecimento do léxico e seus usos sociais:

O texto-documento é objeto sócio-histórico, material, cultural e político que registra os rastros das adoções lexicais dos sujeitos. Dessa forma, os registros escritos constituem-se como fontes relevantes para o conhecimento do léxico e seus usos sociais, em fases pretéritas da língua. (Gonçalves, 2020, p. 227)

Ao estudarmos o léxico em textos que marcam recortes da língua em uma determinada época, podemos enveredar, como afirma Abbade (2006), pela história de um povo que o usa.

Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico[...] o estudo lexical das línguas é deveras importante e necessário para desvendar os inúmeros segredos da nossa história social e linguística [...] (Abbate, 2006, p. 213-214).

O léxico não é apenas uma forma de nomear uma pessoa, um objeto, uma ação, um sentimento, pelo contrário, as escolhas lexicais apresentam posicionamentos políticos e ideológicos que ultrapassam o campo linguístico e a norma gramatical de formação de palavras. Uma forma de nomeação, uma palavra ou uma fraseologia traz em si ideologias que transmitem posicionamentos atrelados a uma prática política, religiosa, acadêmica etc., como uma maneira de visão e atuação do/no mundo. Essa posição pode ser opressora, conservadora e maléfica a uma pessoa, a um grupo ou à humanidade. As formas de dizer nunca são sem intenções.

A linguagem pode ser modulada, como se sabe, por diversos artifícios que podem ser captados na expressão escrita e na falada, o interlocutor pode se valer de diversas figuras de linguagem, como o eufemismo, a metáfora, o disfemismo, além de apresentar discurso irônico dentre outras formas, para maquiagem ou exacerbar aquilo que se quer falar. Muitas vezes, valendo-se do artifício de não falar sobre determinada coisa, para falar exatamente dela.

A utilização de tais métodos manifesta diversas finalidades, seja, num diapasão pejorativo, opressivo, violentador, seja na perspectiva da construção socioantropológica para se falar de temas-tabu, como a sexualidade humana. A análise discursiva de tais recursos comunicativos, por meio da Lexicologia, serve-nos como um desnudamento de muitos aspectos contextuais imbricados ao léxico e a emergência de reapropriação lexical, no sentido de cindir com discursos carregados

de elementos opressivos, para apresentar lexias que expressem a realidade em si, oferecendo ao interlocutor os elementos necessários para apropriação real daquilo a que se refere na estrutura linguística.

No campo da sexualidade humana, muitas políticas linguísticas foram implantadas para nomear as pessoas que não se identificam com a binaridade de sexo masculino/feminino. Muitos termos preconceituosos empregados para denominar uma pessoa homoafetiva ainda circulam na sociedade de forma homofóbica, que possui como elemento subjacente o machismo, sendo carregadas de uma semântica pejorativa por pessoas que adotam esse tipo de discurso.

No entanto, há disputa política e de poder na língua e com a secularização do poder, outros discursos puderam ser construídos e emergidos. Discursos que enaltecem, tratam, respeitam e consideram todas as formas de sexualidade, individualizando cada manifestação com denominação adequada, como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual e mais outros gêneros, assim surge a sigla LGBTQIA⁷⁺

7 L: Lésbicas, Mulheres que sentem atração sexual e afetiva por outras mulheres. G: gays: Homens que sentem atração sexual e afetiva por outros homens. B: bissexuais: Pessoas que sentem atração sexual e afetiva por homens e mulheres. T: transexuais: Pessoas que assumem o gênero oposto ao de seu nascimento. Uma identidade ligada ao psicológico, e não ao físico, pois nestes casos pode ou não haver mudança fisiológica para adequação. Q: QUEER: Sempre foi usada como uma ofensa para a comunidade LGBTQIA+, no entanto, as pessoas do grupo se apropriaram do termo hoje é uma forma de designar pessoas que não se encaixam à heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade. I: intersexo: Pessoas que não se adequam à forma binária (feminino e masculino) de nascença. Ou seja, seus genitais, hormônios etc. não se encaixam na forma típica de masculino e feminino. A: assexual: Pessoas que não possuem interesse sexual. Por vezes, esse grupo pode ser também aromântico ou não, ou seja, ter relacionamentos românticos com outras

que reconhece cada sujeito pela sua orientação sexual e identificação de gênero, rompendo com a classificação heteronormativa e binária.

Nos documentos aqui analisados, escritos no final do século XVI, o pensamento dominante era controlado pela Igreja Católica que impunha uma verdade absoluta, centrada na teologia do medo e na sustentação do poder eclesiástico por meio da lógica do pecado que vinculava as práticas dos sujeitos à uma benesse a um infortúnio no pós-morte, na perspectiva dicotômica de paraíso e inferno, além disso, claro, legitimada pelas relações políticas com a nobreza para a manutenção do *status quo* vigente.

Pelo estudo lexicológico se depreende a impossibilidade de se considerar a compreensão que hoje se tem sobre orientação sexual e identidade de gênero no período circunscrito nos processos analisados, já que a tônica da época, inclusive pelo sufocamento das ciências, era a compreensão da sexualidade sob a lógica “natural” heterossexual e, com fins, meramente reprodutivos.

Inclusive, é necessário compreender com cautela a aplicação do termo heterossexualidade no período, vez que ele emergiu quando se passou a tratar as diferenciações dele, como a homossexualidade, a bissexualidade, a assexualidade etc. Por isso, que aquela realidade política estava longe de considerar as realidades contemporâneas, não defendemos que assim fosse, já que seria um absurdo

peçoas. +: O mais serve para abranger as demais peçoas da bandeira e a pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero. Disponível em: https://simpleorganic.com.br/blogs/simple-blog/sigla-lgbtqia?gclid=CjwKCAjwx8iBhBwEiwA2quaq_1hU-VfiWnKX376YtmJuNDooqnpqumB8GjSmvPvrtZXR_Xy73TzUmBoCRPgQAvD_BwE

tão grande, também, querer transpor o pensamento de hoje para aquele contexto, quanto o que julgamos absurdo o que se praticava e se compreendia sobre a sexualidade e afetividade das pessoas no período da inquisição.

A igreja e a sociedade negavam as práticas e as diversidades sexuais, embora elas existissem e eram bastante praticadas porque é uma realidade do ser humano de qualquer época e de qualquer lugar no mundo. Diversos registros históricos remontam às práticas homossexuais em diferentes contextos históricos e sociais humanos, inclusive, em muitos de tais agrupamentos eram tidas como práticas aceitas e normais socialmente. O exemplo mais claro se dá entre os filósofos gregos e seus pupilos, cuja prática transpunha o caractere sexual e se dava no campo afetivo.

Entretanto, na Idade Média, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram denominadas de práticas sodomitas, uma referência à cidade de Sodoma referida na Bíblia, no capítulo 19 do Livro do Gênesis, em que Sodoma e Gomorra, cidades vizinhas, foram destruídas por Deus, conforme a narrativa bíblica, porque os homens da cidade de Sodoma assediaram dois anjos, julgando serem dois estrangeiros que estavam hospedados na casa de Lot. Na realidade, o significado atribuído à Sodoma por ser considerada uma cidade devassa era, possivelmente, por outras razões e não por questões sexuais de seus habitantes. No século XVI e ainda hoje permanece a lexia sodomita para classificar uma prática sexual entre pessoas do mesmo sexo.

Uma denominação extremamente segregadora e carregada de significação preconceituosa que sustenta um discurso predominante da moral de uma época, que legitima as práticas violentas, hoje denominadas como homofobia, contra esses grupos sociais que compõem a comunidade LGBTQIA+.

Considerando a língua como uma dimensão política, histórica, social e cultural do ser humano, particularmente, seu léxico como uma síntese do pensamento e manifestação da alma de um povo, analisamos as formas de nomeação das práticas homossexuais expressas nos textos de autoconfissão de duas pessoas do sexo masculino que procuraram o inquisidor, na Bahia, para relatarem suas relações sexuais. Todas as formas de referência ao órgão genital masculino e às partes do corpo que remetem à noção de pecado contra os desejos da carne eram consideradas práticas sodomitas, são carregadas de sentimentos de repulsa, rejeição, sujeira e caracteriza o mal e o pecado, conforme veremos na próxima seção.

3 As formas de nomeação das práticas homoafetivas nas autoconfissões

Nesta seção, apresentamos e analisamos as formas de nomeação que descrevem as práticas homossexuais relatadas em dois processos de autoconfissão ao inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, na visita que fez à Bahia, no final do século XVI.

Segundo Vainfas (1997), a Inquisição foi criada em Portugal no ano de 1536, e nos tribunais inquisitoriais das cidades de Lisboa, Évora e Coimbra, milhares de pessoas foram sentenciadas, sobretudo, os cristãos novos descendentes de judeus que eram obrigados à conversão ao catolicismo. Muitos desses judeus eram refugiados da Espanha com a política de expulsão desse povo implementada pelos reis católicos Fernando de Aragão e Isabel de Castela.

Em Portugal, o monarca Dom Manuel I era tolerante à presença dos judeus, mas com a ascensão de seu filho, D. João III, houve perseguição contra esse povo, culminando com a instalação do chamado Santo Ofício para investigar e punir os que não professavam a fé católica.

No Brasil, tudo corria frouxo até o final do século XVI, quando o inquisidor aqui chega em 1591. Salvador e Recife são as cidades investigadas nessa primeira visita, local onde se instalaram os cristãos novos desde o início do Brasil, como informa Vainfas (1997, p. 7): “À Bahia e a Pernambuco, principalmente, dirigiram-se os cristãos-novos, havendo deles artesãos, lavradores, mercadores e senhores de engenho, estabelecidos nas mais prósperas capitânicas da América portuguesa”.

O visitador inquisitorial desembarcou na Bahia no dia 09 de julho de 1591. Após alguns dias de recuperação de sua saúde, iniciaram-se as atividades com cerimoniais de todos os órgãos eclesiásticos e políticos como era de costume ocorrer. Vainfas (1997) descreve como foi

o início da visitação que ocorreu no dia 22 de julho de 1591, após o visitador apresentar-se ao bispo e ao Paço da Câmara municipal de Salvador.

E no dia 22 de julho iniciou-se a visitação, preludida por grande pompa e cerimonial, presentes o bispo e seu cabido, os funcionários do governo e da justiça, vigários, clérigos e membros da confraria, sem falar do povo acotevelado nas ruas de Salvador para acompanhar o cortejo do Santo Ofício (Vianfas, 1997, p. 29).

A partir do dia 29 de julho daquele ano, iniciou-se o período de 30 dias da graça⁸, em que o visitador concedeu à cidade e aos moradores vizinhos até uma légua, para autoconfissão de heresias. O édito e o alvará da graça foram publicados na Sé de Salvador em 29 de julho de 1591, estabelecendo que perdoava as pessoas que fizessem inteira e verdadeira confissão.

Mediante a graça do perdão das confissões, o padre Frutuoso Álvares foi ao encontro do visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça para confessar suas práticas homossexuais. Após fazer juramento de dizer a verdade com a mão direita sobre os Santos Evangelhos, como era prática muito recorrente em todos os processos relatados em documentos coloniais, não só eclesiásticos, o padre confessa suas práticas.

Padre Frutuoso vivia no Brasil, há quinze anos, e confessou que *cometeu torpeza dos tocamentos desones-*

8 Período em que o Inquisidor concedia para que as pessoas fizessem a autoconfissão. Teriam suas penas mais leves ou seriam perdoadas.

tos, com quarenta pessoas mais ou menos. Em suas narrativas disse que esteve com um jovem de 18 anos e *teve tocamientos com as mãos em suas naturas*, como resultado do toque *houve poluição*. Com um moço de 17 anos *tocou no membro desonesto e com ele não houve poluição*. Com outro moço de 18 anos *teve congresso ajuntando os membros desonestos e em outra ocasião teve abraços e beijos e tocamientos dos rostos*. Da mesma forma com muitos outros que não sabe o nome e onde residem teve a mesma prática e com alguns, dormindo na mesma cama, *teve cometimentos, alguns pelo vaso traseiro*, sendo *ele o agente* e outras ocasiões sendo *ele o paciente*.

Ainda acrescenta em sua narrativa a relação sexual que teve com alguns outros moços e diz que *colocando-os de barriga para baixo e comentendo com seu membro os vasos traseiros*. O inquisidor pergunta se ele dizia às pessoas com quem pecava que *cometer aquelas torpezas* era pecado, ele disse que não, mas alguns entendiam *ser pecado*.

O padre Frutuoso era do Norte de Portugal, da cidade de Braga, onde também tinha costume nas práticas sodomitas. Em sua confissão, narra que, em Portugal, *cometeu e consumou o pecado de sodomia* com um moço estudante, mas não informa a idade, diz que *“metendo seu membro desonesto pelo vaso traseiro, dormindo com ele por detrás, como um homem dorme por diante com sua mulher pelo vaso natural”*. E por *cometer tocamento desonesto* com outras pessoas foi degredado para as galés, mas não cumprindo o degredo, foi para Cabo Verde, na África, onde continuou sua prática e foi acusado por *tocamentos torpes*.

O outro caso que trazemos aqui para análise e discussão é a confissão de Jerônimo Parada, que tinha dezessete anos de idade, era estudante e cristão velho, nascido na Bahia, filho de Domingos Lopes e Leonor de Veigas. Em sua confissão narra que há dois ou três anos, ou seja, aos quinze ou quatorze anos, foi confessar-se com o padre Frutuoso Álvares que “*o começou a apalpar dizendo que estava gordo e outras coisas meigas, e lhe meteu as mãos pelos calções e lhe apalpou a sua natura, alvoroçando-lha com a mão [...] e o dito clero juntou sua natura com a dele e com a mão solicitava ambas as naturas juntas por diante a ter polução, porém daquela vez não teve polução nenhum deles*”.

Em outra ocasião, segue a narrativa, há algum tempo, o mesmo confessante se hospedou na casa do padre Frutuoso e se lançou na cama com ele e começaram a se apalpar e o confessante *apalpava com a mão a natura do dito clero*. Tempo depois, o padre Frutuoso se hospedou na casa da avó do confessante e o convidou a fazer de novo, como o moço recusasse, o padre lhe deu um vintém, por não se contentar, o padre lhe deu outro e assim “ambos tiraram os calções e se deitaram em cima da cama”. O clérigo se deitou de barriga para baixo e o moço se deitou por cima e assim “*dormiu com o dito clérigo carnalmente por traz, consumindo o pecado de sodomia, metendo seu membro desonesto pelo vaso traseiro do clérigo como um homem faz com sua mulher pelo vaso natural*”.

Nas duas narrativas, selecionamos trechos em que sobressaem várias lexias que denominam as práticas

homossexuais no século XVI. Os dois confessantes se expõem diante do inquisidor e do escrivão, relatando suas intimidades por meio de formas linguísticas, destacando-se várias *lexias*.

Lexia “é uma unidade lexical memorizada. Ela pertence a uma categoria (forma do significado) ou a classes superiores”. (Pottier, 1978, p. 268). Abbade (2006) complementa o conceito dizendo que *lexia* é a unidade significativa do léxico de uma língua, ou seja, é uma palavra que tem significado social.

Pottier (1978) classifica as *lexias* em simples, compostas, complexas e textuais. A *lexia* simples corresponde a uma palavra, por exemplo, *sodomia*. A *lexia* composta resulta de uma integração semântica que se manifesta na forma agrupada de mais de uma palavra, como *membro desonesto*. As *lexias* complexas são uma sequência em vias de lexicalização, geralmente composta por um verbo e seus complementos, como *praticar sodomia, comentar pecado* e as *lexias* textuais são *lexias* complexas que alcançam nível de enunciado ou texto como provérbios, charadas, tipos de preces etc.

Adotamos a concepção de *lexias* e a classificação apresentada. Podemos observar que, formalmente, a maioria das *lexias* se configuram como complexas e têm em sua base um verbo seguido de complementos. Mas há também *lexias* compostas apenas por duas palavras ou vocábulos.

Elencamos as ocorrências dos dois relatos ou confissões para efeito de exemplificação e comentários,

organizando por semelhanças de sentido, embora apresentem variações de formas. As lexias *cometeu torpeza dos tocamentos desonestos*; *comenter aquelas torpezas* e *cometer tocamento desonesto* são constituídas pela mesma base verbal, ou seja, o verbo *cometer* que no dicionário Bluteau (1789) apresenta várias acepções, parece mais próxima do sentido de uso aqui, a significação *fazer algum crime*. Fica explícito que os confessantes praticaram crime, ou seja, no discurso religioso a prática homossexual era crime além de pecado contra Deus e à religião católica. A noção de crime também está explícita nas Ordenações Filipinas de 2004, conforme se observa, no Livro V, Título XIII:

Toda a pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia per qualquer maneira commetter, seja queimado, e feito per fogo em pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memoria, e todos seus bens sejam confiscados para a Corôa de nossos Reinos, posto que tenha descendentes; pelo mesmo caso seus filhos e netos ficaraõ inhabiles e infames, assi como os daqueles que cometem crime de Lesa Magestade. (Codigo Philipino, 2004, p. 1162).

As Ordenações Filipinas foram editadas em 1603, no reinado de D. Felipe I de Portugal, no período da unificação ibérica, no mesmo contexto das atividades da Inquisição, com as mesmas ideias e noções de mundo, dessa forma a lei superior da monarquia não poderia deixar de deliberar sobre o tema. Estabelece o crime

de sodomia com pena máxima de execução, que hoje é considerada cruel e desumana, em que a pessoa seria queimada para não deixar memória, punindo também os descendentes como inábeis e infames.

Embora queira anular a memória de um sodomita, como se fosse uma doença perigosa, no entanto, seus bens são desejados e passam a compor os bens da coroa. A memória não seria preservada, mas as posses do sodomita, sim, só que incorporadas ao patrimônio da coroa. Qual o interesse da manutenção do patrimônio de um sujeito e sua identidade ser aniquilada? Não expomos nenhuma resposta, deixamos em aberto para quem quiser tirar suas conclusões.

Feita a incursão no contexto e nas leis que regiam a sociedade na época, passamos a analisar o significado das formas linguísticas que caracterizam os atos sexuais. Podemos destacar o verbo *cometer* que exige complemento e amplia a sua força semântica, caracterizando o ato criminoso que é a *torpeza* do toque no *membro desonesto*. Conforme Bluteau, a *lexia torpeza* indica desonestidade e fealdade e o adjetivo *torpe* traz a acepção do que não pode andar ou apresenta *tropeço*, no sentido de paralização, de está impossibilitado de andar. E o *membro desonesto* é o órgão genital masculino, tido como abjeto que leva a uma torpeza ou indecência da ação, refletindo o caráter extremamente negativo da prática homossexual, pois o simples toque nos membros sexuais do outro é uma conduta criminalizada com uma sanção deveras grave. Tudo isso fortalece a ideia do pecado e da abnegação do corpo

como algo abjeto. As três lexias corroboram com a ideologia predominante no contexto de uso de supremacia do pensamento religioso moralista e moralizador e de uma teologia do castigo e do medo.

Contribui com a mesma ideologia as lexias *teve tocamientos com as mãos em suas naturas*; e *tocou no membro desonesto*, tais lexias têm em suas bases o verbo *ter* com a mesma ideia das analisadas anteriormente. *Tocamento nas naturas* e *tocou o membro desonesto* significa que houve toque no pênis em que a permuta de um nome pelo outro expressa uma aversão pela parte do corpo.

Na lexia *teve cometimentos, alguns pelo vaso traseiro*, indica que houve a consumação do ato sexual com a penetração anal, ou seja, no vaso traseiro. Para complementar a confissão e esclarecer os fatos no inquérito, o padre usa duas lexias para indicar seu papel na relação *sendo ele o agente* e *sendo ele o paciente*, assumindo o papel de ativo e de passivo na consumação do ato sexual. Na forma lexical *metendo seu membro desonesto pelo vaso traseiro do clérigo* o verbo *meter* expressa declaradamente a forma mais popular que ainda é usada na atualidade para nomear a penetração anal do órgão genital masculino durante o ato sexual.

Nas lexias *ajuntando os membros desonestos*; e *juntou sua natura com a dele*, vemos a variação de usos entre *membro desonesto* e *natura*, que no contexto, apresentam a mesma relação semântica, no entanto, em toda a narrativa, é mais empregada a lexia *membro desonesto*.

Natura poderia aproximar de natureza ou algo natural e *membro* poderia ser acompanhado de viril ou sexual, mas o qualificativo que o caracteriza é *desonesto* para reforçar o discurso de fealdade e de indecência.

Nas *lexias cometeu e consumou o pecado de sodomia* é a análoga a *consumindo o pecado de sodomia*, muda-se apenas a forma verbal e vê-se que o ato sexual foi concluído, porém parece pesar muito a forma de denominação expressa na palavra *pecado* e acrescentada do adjetivo *sodomia* que caracteriza esse pecado. As palavras são carregadas da ideologia e da moral religiosa em que os confessantes assumem sua culpa diante do inquisidor e do escrivão. Podemos imaginar a força simbólica da presença do inquisidor que cria um sentimento, quicá de culpa, que obriga as pessoas a confessarem seus atos mais secretos diante de todos, expondo suas vidas íntimas por medo de um deus do castigo e da moral religiosa, somadas à aplicação da pena capital, praticada de modo cruel e que poderia tornar indignos, inclusive, os sucessores daquele que cometeu o crime de sodomia.

O verbo *apalpar* constitui base das *lexias apalpou a sua natura; e apalpava com a mão a natura do dito clero* ambos significam a mesma ação de pegar ou tocar no órgão genital. A *lexia meteu as mãos pelos calções* também configura um ato sexual tido como pecaminoso e relatado pelos confessantes.

A base verbal *ter* produziu as *lexias teve abraços e beijos e tocamentos dos rostos; ter polução; e não teve polução nenhum deles*. *Ter polução* é a completude do

ato sexual que é a ejaculação. Não ter polução significa apenas as preliminares sem ejaculação. As preliminares do ato sexual como beijos, abraços e toque de rosto são apresentadas como libidinosas e pecaminosas pelos confessantes ao inquisidor que computa também pecado. A igreja não consentia que duas pessoas do mesmo sexo tivessem qualquer expressão de afeto, a ideia de expressão de amor homossexual parece passar longe das práticas cristãs naquele longínquo século XVI e, ainda, no presente.

A *lexia dormiu com o dito clérigo carnalmente por traz* também remete a consumação do ato sexual anal e aqui o confessante faz uma comparação com o ato sexual dito normal como um homem faz com sua mulher pelo *vaso natural*. A concepção do natural é a relação homem/mulher, pensamento que ainda predomina em algumas instâncias e grupos sociais. Vê-se que a força de uma ideologia dominante não se desconstrói com facilidade.

Destacamos algumas *lexias* compostas como *vaso traseiro* versus *vaso natural* para designar órgãos do corpo humano. O vaso traseiro refere-se ao ânus e o vaso natural à vagina. Outra *lexia* composta é *tocamentos torpes* para indicar as práticas fora do “normal”, conforme já foi comentado anteriormente.

Embora o inquisidor investigasse todos os crimes de heresia, sobretudo, os praticados por cristãos novos, muitas práticas homossexuais eram confessadas e os membros do clero católico não estavam isentos de tais práticas, mostrando o quanto o ser humano e as insti-

tuições criadas por eles são corruptíveis frente aos regramentos que intentam sufocar as subjetividades humanas e suas múltiplas manifestações e, por não dizer, hipócritas. Em qualquer período da história da humanidade houve comportamentos considerados errados, mas quem julga muitas vezes não tem moral para isso. Em relação às práticas homossexuais é uma realidade que a sociedade ainda não aprendeu a encarar, mesmo na atualidade, ainda há julgamento e condenação por prática dita não normais.

Este julgamento é legitimado ainda pelo discurso religioso cristão (católico e protestante) que compreende as manifestações sexuais e afetivas diversas da heterossexual como pecado, e dos mais graves, que hoje, impede que o “sodomita” ingresse no “paraíso”, já que a Igreja não detém mais o direito, porém, a morte cruel e desumana, que tornava indigno o criminoso e seus familiares, passou a ser cometida fora da instituição eclesiástica, agora, por outros sujeitos sociais, alienados sob esta perspectiva religiosa.

Considerando a linguagem dos textos em análise, podemos perceber as escolhas lexicais usadas para denominar os órgãos e as práticas sexuais revestidas de preconceitos e julgamentos com uma carga semântica pesada, que utiliza artifícios linguísticos para tratar da manifestação da homossexualidade com a gravidade que era compreendida pela igreja e, com vistas a criar, na mentalidade dos sujeitos, uma culpa tremenda que lhes impunha uma obrigação de autoacusação, autossa-

crifício e autopenitência com vistas à redenção espiritual, mesmo que isso lhes trouxesse a morte pelos meios mais cruéis, o que caracteriza o discurso dominante e aterrorizante da moral religiosa da época.

4 Considerações finais

As discussões que conduzimos neste texto envolvem a reflexão sobre a língua, especificamente as formas de nomear as práticas homossexuais no século XVI, em documentos produzidos pelo inquisidor, quando veio ao Brasil na primeira visitação, no ano de 1591 para investigar práticas heréticas contra a religião católica.

Expusemos que o léxico é uma forma de nomear o mundo, portanto, por meio das palavras ou lexias podemos adentrar em realidades passadas e conhecer um pouco das manifestações culturais, políticas, ideológicas que foram registradas nos textos. Entendemos que não devemos fazer uma análise anacrônica de tais práticas, no entanto, os textos oferecem subsídios, embora limitados, para compreensão da gênese e da construção da mentalidade homofóbica que desde a Idade Média pune os membros da comunidade LGBTQIA+ à morte, praticada por modos cruéis e indignos. Limitados também, pois nos dá apenas um excerto das práticas de violências e sufocamentos praticados contra pessoas dissonantes da heterossexualidade, uma vez que não há registros de como se dava as relações sociais no âmbito particular, aqui especificamente, no século XVI.

Ao conhecer aquela realidade sobre os pontos abordados, ou seja, como a Igreja e o Direito incidiam sobre a sexualidade humana, vimos a austeridade no julgamento e nas punições quanto à homossexualidade. Além disso, é importante mencionar a inexistência de uma lexia que trate a categoria “homossexualidade”, que pode abrir diversas inferências, a primeira se liga ao sufocamento da compreensão da subjetividade humana, do ponto de vista científico, promovido pela Igreja, como também, na perspectiva simbólica, já que inexistindo a lexia que contemplasse a homossexualidade, também pode importar no desprezo a tudo aquilo que este termo comporta.

Embora não podemos mais interferir nas realidades do século XVI, não devemos nos eximir de opinar que ainda ressoam aqueles pensamentos na atualidade com muita força. Diante da realidade do presente, podemos e devemos intervir para que os julgamentos perversos e as condenações absurdas não aconteçam, apesar de acontecerem.

O pensamento dominante de mais de quatro séculos atrás teima em resistir e punir as pessoas por comportamentos sexuais fora do denominado “natural”, legitimando as várias maneiras de expressar o preconceito, a intolerância e a segregação materializados nas múltiplas formas de violência as quais a comunidade LGBTQIA+ sofre em seu cotidiano, que corriqueiramente, ainda é sancionada com a pena capital, agora não mais cometida pela Igreja e pelo Direito, mas praticada pela própria sociedade.

Pelas narrativas dos inquéritos da Inquisição em que as pessoas se desnudavam diante o inquisidor, relatando suas práticas sexuais, podemos ver as formas lexicais empregadas cuja semântica expressa como era visto com abjeção o corpo humano, as relações homossexuais e, sobretudo, os órgãos genitais, o que caracteriza a manifestação ideológica da Igreja, sobre os corpos e a extrema interferência sobre as subjetividades, ao ponto de criar um sentimento tremendo de culpa que faz com que as pessoas se autoincriminem e se submetam ao máximo constrangimento de sofrer uma pena capital com crueldade e efeitos devastadores, inclusive, aos seus familiares.

O léxico de uma língua é, de fato, a parte que mais absorve e preserva os sentimentos, os preconceitos, as ideias, as crenças, as tratativas sociais e, em última face, as verdades de um povo e da cultura de uma época, registros necessários para a análise posterior de tais arranjos sociais e políticos, com vistas a propiciar as compreensões dos aspectos estruturantes das conflitualidades contemporâneas.

Referências

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O estudo do léxico. In. TEIXEIRA, Maria da Conceição R. et. Al. (orgs.) **Diferentes perspectivas dos estudos filológicos**. Salvador: Editora Quarteto, 2006.

BLUTEAU, Raphael. **Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre Dr. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva**. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira. 1789, v. 2.

CÓDIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el Rei D. Filipe I. Brasília: **Senado Federal**, 2004. Ed. Fac-similar da 14. ed., segundo a primeira, de 1603, e a nona, de Coimbra, de 1821, v. 5.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Léxico e História da Escravatura: reflexões críticas a partir de documentos históricos. *In. Labor Histórico*. Rio de Janeiro: v. 6, n. 3, set/dez, 2020, disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/35125>.

MATORÉ, Georges. **La méthode en lexicologie**: domaine français. Paris: Didier, 1953.

POTTIER, Bernard. **Linguística geral**: teoria e descrição. Rio de Janeiro: Presença/Universidade Santa Úrsula, 1978.

SAMPAIO, Maria Aurilene Pinto. **Estudo Lexical do Ritual da Morte em Certidão de Óbito da Diocese de Itapipoca-CE**. 2019. 348f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2019.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Língua, Léxico e Cultura. *In. SOBRAL. Gilberto Nazareno Telles et al. (Org.) Linguagem, Sociedade e Discurso*. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/elois/Downloads/OpenAccess-Sobral-978-85-8039-117-6%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/elois/Downloads/OpenAccess-Sobral-978-85-8039-117-6%20(2).pdf)

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Confissões da Bahia**: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

As (inter)faces das pesquisas em metalexigrafia: as contribuições de Antônio Luciano Pontes

Hugo Leonardo Gomes dos Santos
Ana Grayce Freitas de Sousa

1 Introdução

Em 2006, com a criação do Grupo de Pesquisa Lexicologia, Terminologia e Ensino (LETENS), ligado ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada, atual Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE), começa a surgir um grupo de pesquisadores interessados no dicionário. Sob a orientação do professor Dr. Antônio Luciano Pontes, várias pesquisas de mestrado e doutorado foram desenvolvidas tendo a Metalexigrafia como base teórica.

Nos programas da UECE e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), 52 trabalhos foram concluídos sob a orientação do coordenador do Letens, sendo 42 dissertações e 10 teses. No entanto, nem todos versam sobre o dicionário - 39 pesquisas apresentam relação direta com as ciências do léxico e 24 são relacio-

nadas especificamente à Lexicografia. Os outros 13 trabalhos abordam questões de ensino-aprendizagem, polidez, gêneros acadêmicos e metadiscorso, por exemplo.

Dessa forma, diante do volume de trabalhos, é possível observar que existe uma característica que parece ser uma marca pessoal do trabalho de orientação do prof. Luciano Pontes: a proposição de interfaces teóricas. Como orientandos desse pesquisador inquieto e de variados interesses acadêmicos, escutamos diversas vezes, durante reuniões e orientações, que as áreas precisam dialogar para crescer.

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é destacar o caráter interdisciplinar, uma das características da Linguística Aplicada, das pesquisas de mestrado e doutorado em Lexicografia orientadas por Luciano Pontes entre os anos de 2010 e 2020 nos programas de pós-graduação da UECE e da UERN. Vale ressaltar que, além da interdisciplinaridade, as pesquisas resenhadas neste artigo têm como foco a análise de verbetes de dicionários escolares, ou seja, um material didático utilizado na sala de aula, em situações reais de interação linguística, o que também as aproxima da LA.

A respeito da estrutura deste artigo, dividimos o texto em mais quatro seções além da presente introdução. Na próxima seção, abordamos o lugar da Lexicografia, prática e teórica, no campo da Linguística Aplicada e, como tal, apresenta potencial para diálogos interdisciplinares. A terceira seção aborda os aspectos metodológicos deste trabalho, os critérios de inclusão e de exclusão

de trabalhos, bem como as categorias utilizadas na descrição dos trabalhos. Por fim, apresentamos nossas considerações finais e as referências dos trabalhos citados.

2 Metalexigrafia, linguística aplicada e a interdisciplinariedade

A Lexicografia é um campo de pesquisa dedicado aos dicionários, tanto sob a perspectiva teórica quanto sob a prática. Quanto à face prática, o interesse da área se volta para todos os processos envolvidos na produção de obras lexicográficas, desde a definição do projeto da obra e da compilação de *corpora*, até o processo de editoração do dicionário (Kirkness, 2004; Pontes, 2009; Welker, 2004). Em relação à face teórica, também conhecida como Metalexigrafia, os principais tópicos de interesse são: a história e a crítica de dicionários, o estudo de suas estruturas, a definição de tipologias e classificações, além de pesquisas sobre os usos e seus usuários (Kirkness, 2004; Pontes, 2009; Welker, 2004).

Em ambos os casos, a Lexicografia se insere, atualmente, no campo da Linguística Aplicada porque tem como preocupação a produção e análise de obras de caráter essencialmente didático, que podem ser usadas para a resolução de problemas ligados à aprendizagem da língua, uma das inquietações que movem as pesquisas da LA, ou para a prática profissional de tradutores e revisores, por exemplo. Assim, tanto a produção de obras lexicográficas quanto sua utilização em contextos

educacionais ou profissionais (tradução, revisão etc.) se configuram como problemas de pesquisa para a LA.

No entanto, vale destacar que a produção de obras lexicográficas é anterior à Linguística Aplicada e à própria Linguística moderna. Mas com o desenvolvimento dessas áreas de estudos da linguagem, a Lexicografia, teórica e prática, tem se aperfeiçoado, incorporando, principalmente na Metalexigrafia, teorias e metodologias que seguem preceitos mais atuais de análise linguística.

Para entendermos melhor a relação entre a Lexicografia e a LA, é interessante fazer uma breve contextualização sobre o percurso histórico desta. Assim, seu surgimento, na segunda metade do século XX, está relacionado ao ensino-aprendizagem de línguas adicionais, especialmente o inglês (Simpson, 2011). Nesse primeiro momento, a LA era compreendida como “aplicação” das teorias linguísticas aos processos de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, guardando com a Linguística uma relação de dependência.

A partir daí, a LA busca sua identidade enquanto área, distanciando-se da Linguística e aproximando-se de outras áreas do conhecimento (Davies; Elder, 2004). Há, nesse outro momento, uma aproximação com as Ciências Sociais, pois a LA procurava compreender as implicações e as inter-relações entre os usos da linguagem e seus contextos. Ainda movida por esse desejo de independência em relação à Linguística, a LA também se aproxima das ciências cognitivas e da Neurociência, propondo e testando modelos de língua e sua relação com as estruturas cognitivas e biológicas.

Atualmente, a LA é compreendida como um campo acadêmico que relaciona diferentes teorias e conhecimentos linguísticos para resolver problemas de linguagem no mundo real (Simpson, 2011; Davies; Elder, 2004). Nesse sentido, três elementos parecem ser essenciais para compreender a LA: o foco em problemas sociais envolvendo a linguagem; a investigação da linguagem em contextos sociais de uso; e a necessidade de diálogo com outros campos de conhecimento.

Cabe aqui ressaltar que a compreensão do que seria um problema de linguagem no mundo real não é um ponto pacífico, já que a LA comporta uma variedade de pesquisas, com abordagens teóricas e metodológicas diversas. Mas na tentativa de se distanciar da Linguística, tida como teórica e não-empírica, a LA foca suas investigações em dados empíricos, obtidos em contextos de uso efetivo de linguagem. Nesse sentido, a LA voltada para questões relacionadas ao ensino-aprendizagem de línguas passou por momentos difíceis para se manter como LA, pois era compreendida como aplicação da Linguística Teórica. No entanto, como questionam Davies e Elder (2004), os usos de linguagem em sala de aula, bem como os problemas envolvendo o ensino-aprendizagem de línguas, não estariam inseridos no mundo real? Assim, os estudos que investigam essas questões são também parte da LA, no sentido de que as aulas são ambientes de interação, em que problemas linguísticos surgem e precisam ser também discutidos e solucionados.

Finalmente, a interdisciplinaridade é um elemento fundamental para a caracterização da LA. Uma possível explicação para isso pode ser encontrada na própria natureza dos usos da linguagem. Por se tratar de um objeto multifacetado, para dar conta dessas investigações, a LA precisa se cercar de diferentes abordagens advindas de perspectivas teóricas diversas.

Feitas essas considerações sobre a LA, retomamos a discussão sobre a Lexicografia. Embora seja uma área tradicional da Linguística Aplicada, é necessário esclarecer como se dá a relação entre essas áreas e como as características gerais da LA se manifestam na Lexicografia. A esse respeito, Kirkness (2004, p. 56), ao discutir a definição de Lexicografia e suas implicações para a área, afirma que

Definir lexicografia [...] como a arte e o ofício de escrever um dicionário pretende situá-la explicitamente no centro do esforço da Linguística Aplicada e enfatizar o alto grau de conhecimento humano, visão, julgamento e habilidade necessários para produzir o texto de uma obra de referência projetada para ser de uso prático e benéfico em situações de vida real. (tradução nossa)⁹

A perspectiva prática da Lexicografia fica bastante evidenciada nesta citação, entretanto, o próprio autor

9 Original: "Defining lexicography [...] as the art and craft of writing a dictionary is meant to locate it explicitly at the center of the applied linguistic endeavor and to emphasize the high degree of human knowledge, insight, judgment and skill required to produce the text of a successful reference work designed to be of practical use and benefit in real-life situations".

destaca a necessidade de reconhecer a face teórica da Lexicografia como parte integrante da prática, uma vez que os estudos teóricos contribuem para o aprimoramento das obras de referência. Nesse sentido, é necessário citar as pesquisas sobre os usos de dicionários para o ensino de línguas e sobre as necessidades dos usuários, desenvolvidas no âmbito da Lexicografia Pedagógica, como os principais representantes dessa relação entre as faces teórica e prática da Lexicografia.

Ao pensar a relação da Lexicografia com a Linguística Aplicada, o uso de dicionários no ensino de línguas (materna ou estrangeira) sobressai como ponto de maior convergência entre as áreas. Entretanto, existem vários outros problemas de linguagem no mundo real em que a Lexicografia pode atuar, como: (1) tradução, auxiliando no processo de interpretação e versão de textos de diferentes gêneros; (2) comunicação profissional e especializada, aproximando-se da terminologia, por exemplo; e (3) planejamento linguístico, atuando no registro de línguas ameaçadas e minoritárias (Kirkness, 2004).

Diante do exposto, é possível observar que o trabalho na área de Lexicografia, tanto prática quanto teórica, envolve conhecimentos que extrapolam o campo da Linguística, configurando-se como uma disciplina multifacetada e que precisa estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento para se aprimorar. Como veremos mais adiante, esses diálogos interdisciplinares podem oferecer novas perspectivas tanto para a produção de dicionários, quanto para seu uso em situações peda-

gógicas ou profissionais diversas. Partiremos agora para a apresentação da metodologia deste trabalho.

3 Aspectos Metodológicos

Para alcançar nosso objetivo, evidenciar a elaboração de interfaces teóricas em trabalhos orientados pelo professor Luciano Pontes, adotamos uma perspectiva qualitativa. Acreditamos também que o método descritivo pode nos ajudar a levantar dados sobre os trabalhos em foco e traçar analogias sobre as características destacadas.

Nesse sentido, estabelecemos os seguintes critérios de inclusão de trabalhos: (1) dissertações e teses orientadas pelo professor Luciano Pontes; (2) relação com a Lexicografia e a Metalexigrafia; (3) interface com outra área, teoria ou campo de estudos; e (4) trabalhos defendidos entre 2010 e 2020. Como critérios de exclusão, optamos por não trazer aqui os trabalhos: (1) que fazem interface com Multimodalidade, contemplados por Carvalho, Sousa e Almeida (2021); (2) que fazem interface com Metadiscorso, contemplados em Pontes, Carvalho e Almeida (2020); e (3) que se caracterizam como pesquisas de campo, contemplados em um trabalho posterior.

Aplicamos esses critérios à relação de dissertações e teses orientadas pelo professor e chegamos a um conjunto de seis trabalhos, sendo 5 dissertações e 1 tese. Os trabalhos selecionados foram: Almeida (2019), Araújo (2019), Carvalho (2016), Chaves (2011), Rebouças (2015) e Santos (2016).

A partir da leitura dos trabalhos, destacamos os seguintes aspectos: (1) objetivos, para identificar a interface teórica proposta; (2) dicionários utilizados, para destacar as principais características da obra abordada (tipo, língua e suporte); (3) elemento microestrutural, para identificar o foco da pesquisa; e (4) resultados obtidos, para apontar como a interface atuou na pesquisa. Agora, partiremos para as análises dos trabalhos.

4 Pesquisas e (inter)faces da metalexigrafia

Para iniciarmos a discussão dos aspectos analisados nas pesquisas descritas, destacamos os objetivos dos trabalhos selecionados e as interfaces propostas pelos autores. Essas informações são apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1: Objetivos e interfaces das pesquisas.

Trabalho	Objetivos	Interface
Almeida (2019)	Compreender a forma como se dá a relação entre os fenômenos da categorização e da corporificação nas definições de frutos em dicionários tipo 3.	Linguística Cognitiva
Araújo (2019)	Investigar como a gíria comum é abordada nos verbetes do dicionário escolar do tipo 3 (AULETE, 2011), voltado para alunos do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II.	Sociolinguística
Carvalho (2016)	Analisar o tratamento dispensado aos fraseologismos com foco nas expressões idiomáticas (EI), em dicionários escolares de língua portuguesa.	Fraseologia
Chaves (2011)	Investigar aspectos ideológicos no contexto informacional de verbetes relacionados aos gêneros sociais homem e mulher.	Análise do discurso
Rebouças (2015)	Analisar os posicionamentos ideológicos das vozes enunciativas da tessitura lexicográfica no que se refere às formas de estruturação social e econômica a partir das definições de verbetes em diferentes contextos históricos.	Análise do discurso
Santos (2016)	Caracterizar os significados ideacionais-experienciais construídos nos verbetes, a partir dos Processos presentes em suas definições.	Gramática Sistêmico-Funcional

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Quadro 1 apresenta algumas das possibilidades de interface teórica de trabalhos em Metalexicografia que foram orientados pelo professor Luciano Pontes. Essas perspectivas se manifestam nos objetivos gerais e específicos e no enquadramento teórico de cada pesquisa, caracterizando categorias de análise para os elementos lexicográficos focalizados pelos pesquisadores, propondo diferentes abordagens para o trabalho com dicionários.

Dessa forma, em nossa seleção de pesquisas, temos dois trabalhos que abordam aspectos ideológicos relacionados aos dicionários, Chaves (2011) e Rebouças (2015). Em ambas, a perspectiva de Análise do Discurso adotada segue a orientação de Fairclough (2001), para abordar, respectivamente, aspectos dos gêneros sociais e dos direitos civis e políticos da população brasileira.

Almeida (2019) busca sua fundamentação em Lakoff (1987) e Geeraerts (2007) para evidenciar como a corporificação e a categorização estão relacionadas à elaboração da definição de verbetes de frutas. Já Araújo (2019) buscou compreender, nas discussões do campo da Sociolinguística empreendidas por Preti (1984) e por Patriota (2009), o conceito de gíria comum para analisar o seu tratamento no dicionário escolar.

Em sua tese, Carvalho (2016) buscou, nos estudos de Fraseologia de Zuluaga Ospina (1980) e Xatara (1998), as características das expressões idiomáticas no intento de investigar como esses aspectos poderiam estar relacionados à forma como os dicionários escolares as regis-

tram. Enquanto Santos (2016) se utilizou da perspectiva de transitividade da Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday e Matthiessen (2014) para identificar os tipos de processos mais recorrentes em seu *corpus*, verbetes de palavras relacionadas aos homossexuais masculinos.

Quanto aos dicionários analisados em cada trabalho, temos cinco trabalhos sobre dicionários de língua materna e uma pesquisa sobre dicionários de língua estrangeira. As pesquisas sobre os dicionários de língua materna se concentraram, principalmente, nos dicionários escolares tipo 3 do Programa Nacional do Livro Didático (Bechara, 2011; Ferreira, 2011; Geiger, 2011; Ramos, 2011; Saraiva; Oliveira, 2010). O Quadro 2, a seguir, apresenta essas informações.

Quadro 2: Dicionários escolares tipo 3 do PNLD 2012.

Trabalho	Bechara (2011)	Ferreira (2011)	Geiger (2011)	Ramos (2011)	Saraiva e Oliveira (2010)
Almeida (2019)	X	X	X	X	X
Araújo (2019)			X		
Carvalho (2016)	X		X		X
Rebouças (2015)		X			
Santos (2016)	X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos autores.

Almeida (2019) e Santos (2016) utilizaram os cinco dicionários tipo 3. Já Carvalho (2016) extraiu seus dados de três dicionários. Araújo (2019), por sua vez, utilizou dados apenas de um dicionário. Por fim, apenas um dicionário dessa lista foi estudado na pesquisa de Rebouças (2015), porém o pesquisador utilizou mais três dicionários em seu trabalho: uma edição anterior de minidicionário da linha Aurélio (Ferreira, 1969) e duas edições de minidicionários da linha Bueno (1969; 2009).

Em relação aos dicionários de aprendizagem de língua estrangeira, temos a pesquisa de Chaves (2011) que utilizou duas versões do Robert Micro (1988; 2006), um dicionário monolíngue de aprendizagem de língua francesa. Quanto ao suporte, todos os trabalhos adotaram dicionários impressos como fontes de suas pesquisas.

Esses dados nos apontam a importância do PNLD para o desenvolvimento de pesquisas em Lexicografia. Como os dicionários escolares selecionados pelo programa são distribuídos para escolas públicas em todo o Brasil, a possibilidade de utilização dessas obras gera nos pesquisadores o interesse em compreender aspectos desses dicionários, contribuindo para o desenvolvimento da área e para a formação dos professores.

Quanto às estruturas lexicográficas analisadas nessas pesquisas, notamos que a microestrutura é foco de todas. Sobre os elementos microestruturais abordados é possível perceber a centralidade da definição, discutida em cinco trabalhos (Almeida, 2019; Araújo, 2019; Chaves, 2011; Rebouças, 2015; Santos, 2016). No entanto,

outros elementos do verbete também foram alvo dessas pesquisas, como pode ser visto no Quadro 3 com essas informações.

Quadro 3: Elemento microestrutural focado na pesquisa.

Trabalho	Entrada	Marca de uso	Definição	Exemplo de uso	Subentrada
Almeida (2019)			X		
Araújo (2019)		X	X	X	
Carvalho (2016)	X	X		X	X
Chaves (2011)			X		
Rebouças (2015)			X		
Santos (2016)		X	X		

Fonte: Elaborado pelos autores.

As marcas de uso foram abordadas em três trabalhos (Araújo, 2019; Carvalho, 2016; Santos, 2016). Já os exemplos de uso foram analisados em duas pesquisas (Araújo, 2019; Carvalho, 2016). Por fim, Carvalho (2016) analisou também as entradas e as subentradas em sua pesquisa, já que as fraseologias são, frequentemente, registradas como entradas secundárias em diversos dicionários.

É importante destacar ainda que, embora algumas pesquisas sejam focadas em um aspecto do verbete, muitas vezes, esse aspecto é observado também em relação a outros elementos microestruturais. Essa análise combinada de elementos pode levar a novas reflexões sobre o aspecto central da pesquisa, além de contribuir para a compreensão do verbete como um texto que deve

ser analisado em sua totalidade, pois as informações que compõem a microestrutura estão conectadas e compartilham o mesmo objetivo, esclarecer ao consultante dúvidas sobre uma determinada unidade lexical.

Quanto aos resultados, destacamos, no Quadro 4, os achados de cada trabalho, buscando evidenciar a contribuição de cada interface proposta.

Quadro 4: Resultados obtidos com a interface.

Trabalho	Resultados
Almeida (2019)	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência a utilizar atributos definidores que remetem à corporificação; • Construção de categorias de nível básico e subordinado a partir de elementos que remetem à corporificação.
Araújo (2019)	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência a marcar a gíria como a última acepção do verbete; • Uso de definições sinonímica; • Combinação das marcas referentes à gíria e a brasileirismo; • Ausência de exemplos de uso em 60% do <i>corpus</i>.
Carvalho (2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de sistematização no registro de expressões idiomáticas como entradas e como subentradas; • Marcação das expressões idiomáticas revela preconceito; • Ausência de exemplos autênticos para as expressões idiomáticas.
Chaves (2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de ideologia sexista, revelada na análise do texto como prática social; • Diferenciação e naturalização dos papéis sociais de gênero acionados através dos modos fragmentação e reificação.
Rebouças (2015)	<ul style="list-style-type: none"> • Apagamento do confronto entre diferentes ideologias, em favor de uma só forma de concepção de mundo.
Santos (2016)	<ul style="list-style-type: none"> • Tendência a selecionar Processos relacionais (78,9%) para construir os significados ideacionais-experienciais relacionados aos homossexuais masculinos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir desses resultados, é possível observar como o dicionário se configura, de fato, como um objeto poliédrico como destacado por Pontes (2009). Tomando como exemplo a definição, elemento recorrente nas pesquisas aqui analisadas, é possível observar que os pesquisadores ressaltam desde seus padrões gramaticais (Santos, 2016) a suas características socio-pragmáticas (Araújo, 2019) e discursivo-ideológicas (Chaves, 2011; Rebouças, 2015), além dos aspectos cognitivos que embasam sua elaboração (Almeida, 2019).

As análises relacionadas às marcas de uso evidenciam que o processo de marcação das entradas está relacionado não só a aspectos sociais, como as gírias analisadas por Araújo (2019) e as entradas referentes a homossexuais masculinos pesquisados por Santos (2016). Esse processo também está relacionado às concepções valorativas de língua dos lexicógrafos e aos seus preconceitos em relação à linguagem tida como coloquial, observada em Carvalho (2016).

Esses aspectos sociais e valorativos também acabam por influenciar na presença ou não de exemplos de uso nos verbetes. Como destacado por Araújo (2019) e Carvalho (2016), a ausência de exemplos de uso pode dificultar a compreensão dos significados das entradas e, possivelmente, indicar que aquela palavra ou aquela expressão idiomática não deveria ser utilizada pelo consultante, na visão do lexicógrafo.

Dessa forma, é possível evidenciar a presença e a produtividade das interfaces teóricas propostas. Indivi-

dualmente, os resultados e as discussões empreendidas por esses trabalhos ampliam a compreensão que temos sobre o dicionário e sobre o verbete. Em conjunto, além de expandir os limites da Metalexigrafia, dão suporte para a concepção do verbete como texto, dotado de sentido, perpassado por diferentes vozes sociais e carregado de ideologias (Pontes, 2009).

Além disso, os estudos descritos contribuem para o desenvolvimento de uma Lexicografia enquanto área interdisciplinar, inserida nos estudos da LA, com foco também em problemas linguísticos reais, já que a maioria dos dicionários analisados são destinados à sala de aula, ambiente de inúmeras interações sociais, linguísticas e políticas.

5 Considerações finais

Nosso objetivo era evidenciar o caráter interdisciplinar dos trabalhos de mestrado e doutorado em Metalexigrafia orientados por Luciano Pontes entre os anos de 2010 e 2020 nos programas de pós-graduação da UECE e da UERN. Então, selecionamos seis pesquisas e destacamos os seguintes aspectos: dicionários utilizados, objetivos de pesquisa, elementos analisados no verbete e resultados obtidos.

A comparação desses aspectos das pesquisas selecionadas nos levou às seguintes observações: (1) a preocupação dos pesquisadores em analisar dicionários efetivamente usados, como as obras do PNLD; (2) a mul-

tipicidade de interfaces teóricas e de categorias de análise; (3) a centralidade da definição como foco de análise, mas em diálogo com outros elementos do verbete; e (4) a ampliação das discussões e da compreensão sobre aspectos do dicionário.

Vale ressaltar ainda que em nossa seleção optamos por não analisar os trabalhos que envolviam Multimodalidade e Metadiscorso. Essas perspectivas teóricas se mostram bastante produtivas e, por isso, foram tratadas em trabalhos específicos: Carvalho, Sousa e Almeida (2021) e Pontes, Carvalho e Almeida (2020), respectivamente.

Devido à complexidade do dicionário e do verbete, a elaboração de interfaces teóricas se faz necessária para dar conta de diversos fenômenos e apresentar diferentes perspectivas sobre os elementos que compõem o dicionário, como apontamos em relação à definição. Assim, o verbete e o próprio dicionário passam a ser vistos como verdadeiros textos, em todos os seus aspectos: gramatical, cognitivo e sociodiscursivo.

Por isso, ressaltamos a importância de disciplinas sobre léxico e dicionários nos cursos de formação de professores, pois, ao tomar contato com essas discussões, eles podem auxiliar seus alunos a entender a organização do dicionário, a desenvolver estratégias de consulta e a exercitar seu olhar crítico.

Essas discussões, para além da descrição de dicionários a partir das teorizações do campo da Lexicografia, contribuem para a ampliação de nossa compreensão sobre o dicionário, suas funcionalidades e suas caracte-

rísticas. Compreender o dicionário, mais do que nos dar acesso a uma ferramenta de auxílio à leitura e à produção textual, leva o consultante a compreender sua língua, sua história e sua sociedade.

Referências

ALMEIDA, Everton Castro de. **Categorização e corporificação em dicionários escolares**: uma análise do paradigma definicional. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/DISSERTA%C3%87%C3%83O_EVERTON-CASTRO-DE-ALMEIDA.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

ARAÚJO, Nayane Carneiro. **Gíria comum no dicionário escolar**. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2019. Disponível em: http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/DISSERTA%C3%87%C3%83O_NAYANE-CARNEIRO-ARA%C3%9AJO-CAPES-1.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

BECHARA, Evanildo (Org.). **Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras**. 3. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2011.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário global escolar da língua portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 6. ed. São Paulo: FENAME/MEC, 1969.

CARVALHO, Daniel Martins de; SOUSA, Ana Grayce Freitas de; ALMEIDA, Everton Castro de. Interfaces entre Metalexigrafia e Multimodalidade em pesquisas com dicionários. **Claraboia**, n. 15, p. 130-147, jan.-jun. 2021. Disponível em: <http://seer.uenp.edu.br/index.php/claraboia/article/view/1862/pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CARVALHO, Gislene Lima. **Expressões idiomáticas em dicionários escolares de língua portuguesa**. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/TESE_GISLENE-LIMA-CARVALHO.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

CHAVES, Claudia Régia Damasceno. **Le micro Robert: desvelando ideologia(s) em torno do gênero verbete**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2019/11/Cla%CC%81udia-Re%CC%81giaDamascenoChaves.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DAVIES, Alan; ELDER, Catherine. General introduction – Applied Linguistics: subject to discipline? In: DAVIES, Alan; ELDER, Catherine (Eds.) **The handbook of Applied Linguistics**. Malden: Blackwell Publishing, 2004. p. 1-15.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno dicionário escolar da língua portuguesa**. 11. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1969.

GEERAERTS, Dirk. **Oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GEIGER, Paulo (org.). **Caldas Aulete: minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

GELPÍ ARROYO, Cristina. **La lexicografía**. Barcelona: Grupo Santillana de Editores, 2000.

HALLIDAY, Michael A. K.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. ed. Londres/Nova York: Routledge, 2014.

KIRKNESS, Alan. Lexicography. In: DAVIES, Alan; ELDER, Catherine (Eds.) **The handbook of Applied Linguistics**. Malden: Blackwell Publishing, 2004, p. 54-81.

LAKOFF, George. **Women, Fire and Dangerous Things: what categories reveal about the mind**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

MARTÍNEZ DE SOUSA, José. **Dicionário de Lexicografia prática**. Barcelona: Bibliograf, 1995.

PATRIOTA, Luciene Maria. **A gíria comum na interação em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2009.

PONTES, Antônio Luciano. **Dicionário para uso escolar: o que é como se lê**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PONTES, Antônio Luciano; CARVALHO, Daniel Martins de; ALMEIDA, Everton Castro de. O metadiscorso em dicionários didáticos. In: RODRIGUES-PEREIRA, Renato; COSTA, Daniela de Souza Silva (Org.). **Estudos em lexicografia: aspectos teóricos e práticos**. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 237-263.

PRETI, Dino. **A gíria e outros temas**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

RAMOS, Rogério de Araújo (Ed.). **Dicionário didático de língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: SM, 2011.

REBOUÇAS, José Válder. **As representações ideológicas em definições de dicionários escolares de língua portuguesa**. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Avançado Profa. Maria Elisa de A. Maia, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Letras. Pau dos Ferros, 2015. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/defesas2015ppgl/arquivos/3856dissertacao_de_jose_valter_reboucas.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

ROBERT MICRO. **Dictionnaire d'apprentissage de la langue française le Robert Micro**. 3. ed. Paris: Dictionnaires Le Robert, 2006.

ROBERT MICRO. **Dictionnaire d'apprentissage de la langue française le Robert Micro**. 2. ed. Paris: Dictionnaires Le Robert, 1988.

SANTOS, Hugo Leonardo Gomes dos. **Verbetes lexicográficos e processos**: uma abordagem metalexigráfica e sistêmico-funcional de dicionários escolares. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada. Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.uece.br/posla/dm-documents/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Hugo%20Leonardo_.pdf. Acesso em: 12 fev. 2020.

SARAIVA, Kandy S. de Almeida; OLIVEIRA, Rogério Carlos G. de. **Saraiva jovem**: dicionário da língua portuguesa ilustrado. São Paulo: Saraiva, 2010.

SIMPSON, James. Introduction: applied linguistics in the contemporary world. In: SIMPSON, James (Eds.). **The Routledge handbook of Applied Linguistics**. Nova York: Routledge, 2011, p. 1-7.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

XATARA, Cláudia. Tipologia das expressões idiomáticas. **Alfa**, São Paulo, v. 42, 1998, p. 169-176.

ZULUAGA OSPINA, Alberto. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Frankfurt a. M., Bern, Cirencester/UK: Lang, 1980.

O registro da informação fônica em dicionários escolares de língua portuguesa

Márcio Sales Santiago

1 Introdução

Nas últimas décadas, o crescimento em nosso país da Lexicografia, área integrante das chamadas “ciências do léxico” (Biderman, 1998), tem despertado, em especial, a atenção de pesquisadores e de profissionais de Letras e Linguística preocupados com a força de penetração dessa disciplina e, naturalmente, com a necessidade e importância que ela exerce junto ao ofício docente, bem como à formação profissional do futuro professor de línguas.

Se consideramos a tradição dos estudos linguísticos que colocam os estudos da palavra no centro de suas discussões, veremos que tanto a Lexicografia quanto a Lexicologia direcionam sua atenção para o estudo do léxico comum. Epistemologicamente, a Lexicologia tem como principal interesse o funcionamento das unidades lexicais, sendo este seu principal objeto analítico; a Lexicografia, por sua vez, cabe o papel de registro dessas unidades nos chamados dicionários de língua.

Ao contrário do que pensava Fernández Sevilla (1974, p. 37), ao afirmar que “o dicionário é uma obra tão familiar a qualquer pessoa de cultura mediana que, raramente, faz-se perguntas sobre o que é um dicionário, como deveria ser, como se elabora¹⁰”, em nosso país, a grande maioria das pessoas ainda não compreende a real função do dicionário, tampouco sua forma de elaboração, que frequentemente é confundida apenas como uma tarefa compilatória. Na escola, especificamente, já foi constatado através de várias pesquisas que o estudante se decepciona diante do dicionário por não ter sido ensinado a usá-lo de forma suficiente.

Tal circunstância se justifica, sobretudo, em razão de a maioria dos professores não possuir formação especializada para o trabalho com o dicionário em sala de aula. Em larga medida, isso se confirma graças à ausência de disciplinas que ofereçam base teórica e metodológica em Lexicografia nas grades curriculares dos cursos de graduação em Letras no Brasil, sendo que “tal fato contribui em muito para este danoso efeito dominó lexicográfico: o aluno não sabe usar o dicionário porque o professor não aprendeu como ensiná-lo a usar” (Santiago, 2015, p. 78).

Ainda nesse enfoque, Gomes e Santiago (2020, p. 320) avançam sobre a importância de um letramento lexicográfico, ao dizerem que

¹⁰ Original: “El diccionario es una obra tan familiar a cualquier persona de mediana cultura, que raras veces se hace cuestión sobre qué es un diccionario, qué debe ser, como se elabora”.

não basta colocar o dicionário nas mãos dos alunos, reduzindo as suas funções apenas ao acesso do conjunto lexical e significado que disponibiliza ao consulente. O dicionário, enquanto livro/gênero de discurso, armazena outros conhecimentos que precisam ser escolarizados para que dele sejam extraídos outros saberes não explorados, indo além da consulta de um significado de uma dada palavra.

Nesse sentido, Gomes e Santiago (2020) propõem que na utilização do dicionário em sala de aula o professor foque, pelo menos, em suas partes principais: macroestrutura e microestrutura. Na primeira, acerca das páginas iniciais, o corpo e as páginas finais do dicionário. Assim, nas páginas iniciais, encontramos apresentação, prólogo, introdução, instruções de uso do dicionário, listas e abreviaturas; no corpo, a nomenclatura, ou seja, o dicionário propriamente dito; e nas páginas finais, anexos, tabelas, bibliografia, informações enciclopédicas etc. Na segunda, sobre a variedade de informações expressas no interior de cada verbete, sendo apresentadas de forma horizontal, quais sejam: o lema, que é a palavra-entrada e os conhecimentos – linguísticos – a ela inerentes.

Mais do que simplesmente oferecer definições, o dicionário tem outras potencialidades e pode ser utilizado como ferramenta para o ensino de língua, uma vez que se presta para verificar outros usos de uma palavra já conhecida, quais sejam: dirimir dúvidas sobre a escrita de uma palavra, desvendar relações de forma e de conteúdo entre palavras, oferecer informações sobre as caracterís-

ticas gramaticais da palavra, entre outras. Assim, dentro desse contexto de potencialidades oferecidas pelas obras lexicográficas, vamos abordar neste capítulo a forma como se projeta o registro da informação fônica em dois dicionários escolares de língua portuguesa do tipo 3, que foram avaliados e selecionados na última edição do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2012.

Além de sua importância, especialmente em relação às indicações sobre a pronúncia de palavras, que, ao contrário do que acontece em outros países, ainda são pouco abordadas na lexicografia brasileira, escolhemos tratar deste tema como forma de agradecer e de homenagear o professor Antônio Luciano Pontes, já que ao longo de sua carreira como docente nos cursos de graduação e de pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Luciano desenvolveu significativas pesquisas e orientou inúmeros trabalhos na área do léxico sem nunca deixar de atuar como professor de Fonética e de Fonologia da Língua Portuguesa, sua primeira grande paixão dentro da Linguística¹¹.

¹¹ Segundo o próprio professor Luciano Pontes, seu primeiro contato com a Fonética e a Fonologia da Língua Portuguesa foi quando ainda era estudante do curso secundário clássico (atual ensino médio) e se deu por meio de cursos de extensão ministrados pelo professor José Reboças Macambira, na Universidade Federal do Ceará.

2 Lexicografia: o que é?

De forma teórica, a Lexicografia é definida como a ciência linguística responsável por estudar aspectos alusivos ao modo como se organizam e se elaboram os dicionários. Já no plano aplicado, a Lexicografia é, segundo a clássica concepção de Casares (1950, p. 11), “a arte ou técnica de fazer dicionários¹²”. Mais modernamente, a ideia de arte foi substituída pela prática de elaboração dos chamados dicionários de língua, “a mais prototípica das obras lexicográficas” (Krieger, 2006, p. 161). De acordo com Rey (1970, p. 19), Lexicografia é “uma atividade prática que existe desde a antiguidade, e cujo objeto é precisamente as unidades lexicais; destinada a apresentar comodamente os signos, de acordo com uma ordem conveniente, e a trazer informações sobre seu tema; esta é a lexicografia ou técnica dos dicionários¹³”.

O termo *lexicografia* pode ainda se referir à análise dos problemas que envolvem a elaboração dos dicionários ou ao tratamento do léxico nessas obras – e, nesse sentido, referimo-nos à Metalexicografia –, bem como ao conjunto dos dicionários de um determinado idioma, por exemplo, a lexicografia inglesa, a lexicografia espanhola, a lexicografia brasileira, entre

12 Original: “El arte o técnica de hacer diccionarios”.

13 Original: “Une activité pratique existe depuis l’antiquité, dont l’objet est précisément les unités lexicales, et qui est destinée à répertoire commodément les signes, selon un ordre convenu, et à apporter des informations à leur sujet; c’est la lexicographie ou technique des dictionnaires”.

outras. Em razão dos avanços nos estudos que decorrem dessa temática, atualmente, pesquisas acadêmico-científicas são desenvolvidas, as quais demonstram análises em relação à tipologia, à estrutura e à utilidade dos dicionários.

Ademais, cumpre ressaltar a existência de uma subárea da Lexicografia que é responsável pelo estudo dos dicionários utilizados em âmbito escolar. Denominada de Lexicografia Pedagógica, esta vertente assinala que, fundamentalmente, todo e qualquer dicionário é, em princípio, um instrumento didático, considerando que tal obra traz inúmeras informações sobre a língua e a cultura. Como uma de suas metas, esta orientação lexicográfica objetiva a caracterização didático-pedagógica dos dicionários escolares que está voltada ao uso produtivo destas obras em sala de aula como ferramenta de apoio ao ensino de língua materna, estrangeira e de outras disciplinas presentes no currículo escolar.

Para Welker (2008), o objeto de estudo da Lexicografia Pedagógica é uma obra específica, o dicionário pedagógico, podendo ele ser voltado a aprendizes iniciantes, a tradutores ou universitários, e não apenas os dicionários para aprendizes de língua estrangeira. Ainda segundo este autor, estes dicionários devem responder às dificuldades de produção e de leitura de seus usuários. Dentre os chamados dicionários pedagógicos, está o dicionário escolar.

3 Dicionário: uma obra para além da definição

Por oferecer ao consulente um variado conjunto de informações, Krieger (2004/2005, p. 102) afirma que o dicionário “é um lugar privilegiado de lições sobre a língua, um instrumental didático de grande valia para o professor” e, como tal, pode funcionar efetivamente, ajudando no desenvolvimento de muitas competências básicas inerentes ao aprendizado de línguas. Apesar disso, a referida autora constata que, na escola,

é bastante comum que seu uso seja limitado à busca de esclarecimento quanto à existência ou não de alguma palavra, à grafia, **ao sentido primeiro das palavras**. Tais hábitos de consulta rápida evidenciam que a potencialidade de informações que a lexicografia costuma oferecer não é devidamente aproveitada em inúmeras situações e propostas pedagógicas (Krieger, 2012, p. 20-21, grifo nosso).

Partindo dessa realidade que ainda limita em muito a utilização do dicionário na sala de aula, bem como levando em conta as tarefas e os desafios que o docente enfrenta em sua prática contemporânea, acreditamos que o conhecimento de aspectos essenciais acerca da Lexicografia tende a contribuir para o ensino/aprendizagem de línguas, tornando o dicionário uma obra que pode e deve ser utilizada para além de consultas pontuais sobre a definição de palavras.

Fica claro, portanto, que muito mais do que um livro que apenas serve para realizar consultas, em especial, sobre os significados das palavras, o dicionário é, especialmente, sob o enfoque da Lexicografia Pedagógica, concebido como uma obra educativa e de representação linguístico-cultural de uma dada comunidade. Apesar de sua importância didático-histórico-social e de diversos aprimoramentos empreendidos no fazer dicionarístico graças, sobretudo, ao desenvolvimento de pesquisas e estudos realizados na área de Lexicografia em nosso país, o dicionário ainda é uma obra que necessita de uma elaboração mais cuidadosa.

Vale dizer que a preocupação com a qualidade dos dicionários, especialmente, os utilizados na escola, teve início nos anos 2000, quando o Ministério da Educação (MEC) criou a Comissão Técnica de Avaliação de Livros Didáticos, pertencente ao PNLD, com a incumbência de avaliar livros e dicionários escolares de língua portuguesa produzidos e/ou reformulados no Brasil. Na última avaliação, realizada em 2012, os dicionários foram categorizados como obras de tipo 1, tipo 2, tipo 3 e tipo 4, adequando-os à realidade lexicográfica do aluno, conforme o quadro a seguir:

Quadro 1: Tipos de dicionários escolares para o PNLD 2012.

Tipos de dicionários	Etapa de ensino	Caracterização
Dicionários de Tipo 1	1º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 500 e máximo de 1.000 verbetes; ▪ Proposta lexicográfica adequada às demandas do processo de alfabetização inicial.
Dicionários de Tipo 2	2º ao 5º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 3.000 e máximo de 15.000 verbetes; ▪ Proposta lexicográfica adequada a alunos em fase de consolidação do domínio tanto da escrita quanto da organização e da linguagem típicas do gênero dicionário.
Dicionários de Tipo 3	6º ao 9º ano do Ensino Fundamental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 19.000 e máximo de 35.000 verbetes; ▪ Proposta lexicográfica orientada pelas características de um dicionário padrão de uso escolar, porém adequada a alunos dos últimos anos do ensino fundamental.
Dicionário de Tipo 4	1º ao 3º ano do Ensino Médio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mínimo de 40.000 e máximo de 100.000 verbetes; ▪ Proposta lexicográfica própria de um dicionário padrão, porém adequada às demandas escolares do ensino médio, inclusive o profissionalizante.

Fonte: Brasil (2012, p. 19).

É muito importante ressaltar que o trabalho de avaliação de dicionários escolares não é uma tarefa simples, ao contrário, trata-se de um processo deveras criterioso, desenvolvido em várias etapas, realizado por profissionais especialistas em Lexicografia.

Dentro do processo de avaliação, questões que envolvem a pronúncia de palavras são levadas em conta. Destacamos, pois, o critério classificatório nº 6, que trata de informações linguísticas em relação à indicação de pronúncia para as palavras, considerando a realidade do português brasileiro, assim como a indicação de pronúncia de todos os empréstimos com grafia não-aportuguesada e a utilização de um sistema de transcrição da pronúncia adequado e consistente (Brasil, 2012).

Nesse sentido, visando a uma mudança de cenário, visto que o uso do dicionário pode ir além do simples ato fundante de definir, ou seja, de oferecer os variados significados das palavras desconhecidas pelo consulente por meio de acepções e definições, mostraremos como é feito o registro em dois dicionários escolares que foram aprovados no PNLD 2012. A importância de conhecer as possibilidades de uso dessa ferramenta de ensino-aprendizagem é mais uma vantagem para o ofício do docente, já que ao professor de línguas materna e estrangeiras “cabem várias tarefas, entre elas, manusear todos os tipos de dicionários, compará-los criticamente assinalando as vantagens de uns e as insuficiências de outros, informar e guiar o aluno no oceano lexicográfico” (Pontes; Santiago, 2009, p. 105).

4 Informação fônica em dicionários escolares de língua portuguesa

Segundo Pontes (2009), a informação fônica é aquela que diz respeito à pronúncia da unidade lexical, que funciona como palavra-entrada na constituição microestrutural. Em sua obra, Pontes (2009, p. 128) cita outros autores que tratam sobre o assunto, entre os quais destacamos: Rios Mestre (1999), ao afirmar que em determinadas línguas históricas, em que o sistema ortográfico se distancia sensivelmente do princípio fonêmico, segundo o qual cada grafema representa um único fonema e cada fonema representa um único grafema, as informações sobre a pronúncia são imprescindíveis,

se a palavra não está na competência do falante, seja ou não nativo; já no caso da língua portuguesa, em que existe uma correspondência regular entre ortografia e pronúncia, é necessário apenas indicar a transcrição de alguns casos isolados da relação letra e som, em que é arbitrária ou irregular; e Gelpí Arroyo (2000), para quem a informação fônica é um elemento relevante ou irrelevante, dependendo do tipo de dicionário. Segundo essa autora, trata-se de uma informação relevante no caso de dicionários escolares.

Ainda segundo Pontes (2009), há pelo menos dois tipos de transcrição para se fazer o registro da pronúncia: a transcrição fonética e a transcrição figurada. Para se fazer a transcrição fonética, é comumente utilizado o Alfabeto Fonético Internacional. Por sua vez, na transcrição figurada, é feita uma tradução ortográfica da palavra através de uma combinação de letras do alfabeto, que se usam regularmente no português escrito para representar a simplificação de um som particular. Em razão disso, Rios Mestre (1999) considera que a transcrição figurada carece do caráter científico e normalizado do Alfabeto Fonético Internacional.

Observaremos agora como se materializam as informações fônicas em dicionários escolares. Para tanto, vamos analisar alguns verbetes retirados de dois dicionários escolares de língua portuguesa do tipo 3 – voltados a estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental – que, como já anunciado, foram avaliados e selecionados no PNLD 2012:

- Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa (Ferreira, 2011), composto por 30.373 verbetes; e
- Saraiva Jovem: dicionário da língua portuguesa ilustrado (Saraiva; Oliveira, 2010), constituído por 19.214 verbetes.

Antes, porém, é importante mencionar que nas páginas reservadas aos guias de uso dos referidos dicionários estão descritos aspectos relativos ao registro de informações fônicas, quais sejam, ortoépia, transcrição fonética e indicação de pronúncia, como podemos observar nas figuras 1 e 2:

Figura 1: Guia de uso do dicionário Aurélio Júnior.

ano de 1977 comemoram o centenário do cientista Carlos Chagas. 2. Por extensão Festejar, celebrar.

cons.ci.en.te *adj.* 2 gêr. 1. Que tem consciência (2, 3 e 5). 2. Que procede com consciência (3 e 4). 3. Cônciso. ■ *subst. masc.* 4. *União* O conjunto dos processos e fatos psíquicos de que temos consciência (5).

con.se.lho *fr. adj.* 1. Que aconselha. ■ *subst. masc.* 2. Aquele que aconselha. 3. Membro de um conselho. 4. *Brasilianismo* Título honorífico do Imperador.

con.se.lho (s) *subst. masc.* 1. Parecer, juízo, opinião. 2. Advertência que se emite; aviso. 3. Corpo consultivo ou deliberativo que se reúne para tratar de assunto de interesse público ou particular. *conselho de ministros.*

CPU [Sigla de inglês *Central Processing Unit*] *subst. fem.* Veja *unidade central de processamento*.

Cr *Ciências naturais* Símbolo de *crômio* (translata *subst.* 2 gêr. Pessoas que escrevem crônicas).

cross country (crôs cãntri) [Inglês] *subst. masc.* Esportes Corrida que não se realiza em pistas convencionais, e na qual os competidores enfrentam obstáculos naturais durante o percurso.

16 -

A **ortoépia** (pronúncia) aparece entre parênteses, logo após a entrada do verbete. Ela esclarece a pronúncia quando o caso pode provocar dúvida (vogal aberta ou fechada, hiato, consoante chiada, estrangeirismo, etc.).

Algumas entradas de verbete são antecidas por um sinal identificador, de acordo com o caso:

- apresenta símbolo, sigla ou elemento mórtico;
- ⇒ indica palavra ou expressão de língua estrangeira (**empréstimos** ou **estrangeirismos**).

A **transcrição fonética** das palavras ou expressões em língua estrangeira vem logo após a entrada desses verbetes, entre parênteses, e representa a pronúncia aproximada dessas palavras ou expressões na língua de origem. Na sequência, entre colchetes, vem indicada a língua de origem.

Fonte: Ferreira (2011).

Figura 2: Guia de uso do dicionário Saraiva Jovem.

desoxirribonucleico (de.so.xir.ri.bo.nu.clei.co)
 (cs...ê ou cs...é) *adj* Diz-se do ácido, encontrado no núcleo das células, responsável pela transmissão das características hereditárias dos seres vivos (sigla *ADN*; em inglês, *DNA*)
 V *ADN* e *DNA*.

franchise (fran.chise) (franxáizi) *sf* *Ingl*
 V *franquia*. Pl *franchises*.

frequentador (fre.quen.ta.dor) (ú) *sm* Pessoa que costuma ir a um lugar, que vai com frequência (*Os frequentadores da lanchonete reclamaram da mudança do cardápio.*)

Indicação de pronúncia: a representação da pronúncia culta (ortoépia), em especial nos casos que possam suscitar dúvidas, é feita logo após a entrada do verbete. Nas palavras que perderam acento devido às novas regras ortográficas, também há a indicação da pronúncia, por motivos didáticos.

Remissivas: a remissiva leva a outro verbete com definição similar, complementar ou para elucidar melhor o significado, eliminando possíveis dúvidas. Também é utilizada no caso de estrangeirismos para os quais há uma grafia aportuguesada reconhecida oficialmente, remetendo o leitor a ela. Também pode aparecer em negrito no meio de uma definição, o que indica que é uma entrada, ou em negrito e itálico, sinal de que se trata de uma expressão idiomática.

Fonte: Saraiva; Oliveira (2010).

Embora o registro dessas informações seja de fundamental importância para os usuários das obras, podemos observar que alguns conceitos não são tratados adequadamente, por exemplo, o de transcrição fonética no dicionário Aurélio Júnior. Ao se referir à transcrição fonética de palavras estrangeiras, o que o dicionário oferece, na realidade, é a transcrição figurada, uma vez que utiliza combinações de letras do alfabeto ao invés de símbolos fonéticos internacionais.

Para a efetivação dos propósitos analíticos, é importante assinalar que o critério de seleção das palavras deu-se em função do nível de escolaridade a que a obra se destina, bem como pelo fato de elas fazerem parte do universo lexical dos consulentes. Dessa forma, para a operacionalização dos dados e conservação integral das características presentes nas obras, os verbetes foram reproduzidos digitalmente, tal como estão dispostos nos dicionários escolares, e são apresentados na forma de figuras, seguidos de breves análises metalexográficas, nas quais apontamos características relativas ao registro da informação fônica presentes nas microestruturas.

O primeiro caso que vamos apresentar corresponde ao seguinte conjunto de palavras:

Figura 3: Verbetes *transalpino*, *transandino*, *transar* e *transatlântico*.

- tran.sal.pi.no** (zal) *adj. Geografia* Situado além dos Alpes, cordilheira da Europa. [Opõe-se a *cisalpino*.]
- tran.san.di.no** (zan) *adj. Geografia* Situado além dos Andes, cordilheira da América do Sul. [Opõe-se a *cisandino*.]
- tran.sar** (zar) *verbo trans. dir. 1. Brasileirismo Gíria* Fazer transa a respeito de; combinar, ajustar, tramar. *Trans. indir. e intrans. 2. Ter transa (com alguém).*
- tran.sa.tlân.ti.co** (za) *adj. 1. Geografia* Situado além do Atlântico, ou que o atra-

Fonte: Ferreira (2011).

Observamos que nesses verbetes o dicionário marca a relação arbitrária existente entre letra e som no interior de uma sílaba inteira: sal → (zal); san → (zan); sar → (zar); sa → (za).

Já no verbete *esforço*, ilustrado na figura 4, é possível observar o fechamento da vogal tônica ‘o’ (ô) marcada pelo uso do acento gráfico circunflexo. No plural da mesma palavra, observamos a marcação de abertura da vogal tônica ‘o’, agora com o uso do com acento gráfico agudo (ó), o que caracteriza alternância fonética:

Figura 4: Verbetes *esforço*.

- es.for.ço** (ô) *subst. masc.* Ação de mobilizar grande energia física, mental ou moral, para atingir determinado fim. [Plural: *esforços* (ó).]

Fonte: Ferreira (2011).

No próximo verbete, *examinador*, o dicionário Aurélio Júnior coloca, simultaneamente, um ao lado do outro, dois aspectos de pronúncia: a relação letra/som (x z) e o timbre fechado da vogal tônica ‘o’ (ô), tal como fez no verbete *esforço*, como podemos ver na figura a seguir:

Figura 5: Verbetes examinador.

e.xa.mi.na.dor (z...ô) *adj.* **1.** Que examina.
 ● *subst. masc.* **2.** Aquele que examina.

Fonte: Ferreira (2011).

Semelhantes a este caso, temos os verbetes presentes na figura 6:

Figura 6: Verbetes *exagerado*, *exagerar* e *exagero*.

e.xa.ge.ra.do (z) *adj.* **1.** Em que há exageração. **2.** Que é dado a exagerar.
e.xa.ge.rar (z) *verbo trans. dir.* **1.** Dar ou atribuir a (coisa ou fato), proporções maiores que as reais. **2.** Encarecer em demasia: *Costuma exagerar as belezas da sua terra.* **3.** Aparentar mais do que sente. *Trans. indir.* **4.** Usar com excesso: *exagerar na pimenta, no sal.* *Intrans.* **5.** Fazer ou dizer algo com excesso.
e.xa.ge.ro (z...ê) *subst. masc.* Exageração.

Fonte: Ferreira (2011).

Nesta série de verbetes do dicionário Aurélio Júnior, é possível notar que as palavras são oriundas de uma mesma base e conservam um mesmo padrão de pronúncia evidenciado pela relação letra/som (x→z) em

todos os verbetes. No verbete *exagero*, notamos também a marcação do timbre fechado da vogal tônica ‘e’ (ê), tal como no verbete *examinador*. Já ao observarmos os verbetes da figura seguinte, temos:

Figura 7: Verbetes exacerbado e exagerado.

exacerbado (e.xa.cer.ba.do) *adj* Que está aumentado, intensificado (*O consumismo exacerbado entre os jovens é alimentado pelos lançamentos constantes de novas tecnologias que os leva a comprá-las pelo temor de ficarem desatualizados.*).

exagerado (e.xa.ge.ra.do) (z) *adj* **1.** Em que há exagero; excessivo (*Aquele bailarino fazia movimentos exagerados para chamar a atenção.*); *adj* e *sm* **2.** que ou quem tem o costume de exagerar (*“Eu nunca mais vou respirar / Se você não me notar / Eu posso até morrer de fome / Se você não me amar [...] Exagerado! / Jogado aos teus pés / Eu sou mesmo exagerado”*, Exagerado, Cazuzza, Ezequiel Neves e Leoni. *Por causa dessa canção, Cazuzza ficou conhecido como “o exagerado”*).

Fonte: Saraiva; Oliveira (2010).

É possível observar que no verbete *exacerbado* não existe registro da informação fônica, no entanto, ela é considerada no verbete imediatamente seguinte, *exagerado*, da mesma maneira que foi registrada pelo dicionário Aurélio Júnior, isto é, pela relação letra/som (x→z).

Segundo Pontes (2009, p. 134-135), “estes procedimentos alternativos, no mesmo dicionário, não são aconselháveis na prática lexicográfica, porque ferem o princípio da uniformidade, segundo o qual as decisões deverão ser mantidas ao longo da obra, em toda sua extensão, para que as informações se tornem previsíveis ao leitor. Desse modo, as buscas serão rapidamente realizadas”.

No verbete *exu*, temos novamente a configuração da relação letra/som, registrando-se entre parênteses o dígrafo ‘ch’, que indica sua pronúncia correspondente à palavra, como podemos ver a seguir:

Figura 8: Verbetes *exu*.

e.xu (ch) *subst. masc.* *Brasileirismo* Orixá ou mensageiro dos orixás que se descreve como tendo gênio irascível, vaidoso e suscetível, embora possa trabalhar para o bem.

Fonte: Ferreira (2011).

Outro caso interessante se refere a diferentes formas de se pronunciar algumas palavras, a exemplo de *condicional*:

Figura 9: Verbetes *condicional*.

con.di.ci.o.nal *adj.* 2 *gên.* **1.** Dependente de ou que envolve condição. ● *subst. fem.* **2.** Liberdade condicional (queira ver). [Plural: *condicionais.*]

Fonte: Ferreira (2011).

Neste verbete, são apresentadas duas formas de pronúncia, como ditongo ou como hiato, indicadas por dois-pontos (:), mostrando a possibilidade de realização de duas pronúncias: con.di.ci.o.nal ou con.di.cio.nal. É importante dizer que o dicionário Aurélio Júnior faz esta observação em seu guia de abreviaturas: “(dois-pontos) : indica a flutuação prosódica de vogais próximas que podem ser pronunciadas como um ditongo ou como um hiato, o que, portanto, viabiliza duas maneiras de se dividir a mesma palavra” (Ferreira, 2011, p. 26).

O mesmo não acontece no dicionário Saraiva Jovem, em que predomina o registro de apenas uma das pronúncias possíveis, conforme podemos observar na figura 10:

Figura 10: Verbetes condicionais.

condicional (con.di.ci.o.nal) *adj* 2 *gên* **1.** Que depende de uma condição (*O amor do cachorro pelo dono não é condicional, porque existe com ou sem prêmios.*); **2.** Gram que expressa condição (conjunção ou oração) (*Em “Se cumprissem o combinado, ganhariam recompensa”, “se” é uma conjunção condicional e “se cumprissem o combinado” é uma oração condicional.*); *sf* **3.** Dir concessão feita a um condenado antes do final da pena (*Conseguiu uma condicional por bom comportamento e cumpriu os últimos meses da pena em liberdade.*). *Pl* **condicionais.** Antôn na acep **1 incondicional.**

Fonte: Saraiva; Oliveira (2010).

Observemos, na sequência, os verbetes *bilíngue* e *tranquilo*:

Figura 11: Verbetes *tranquilo*.

bilíngue (bi.lín.gue) (ü) *adj* 2 gên e s 2 gên
 1. Que ou quem fala duas línguas (Contratou uma secretária bilíngue. Alguns bilíngues têm essa habilidade por conversarem com os pais imigrantes no idioma do país natal deles, enquanto nas atividades fora de casa falam a língua do país em que vivem.); 2. que usa ou é feito em duas línguas diferentes (escola bilíngue; revista bilíngue).

Fonte: Saraiva; Oliveira (2010)

Figura 12: Verbetes *tranquilo*.

tran.qüi.lo (qüi) *adj*. 1. Em que reina a calma, o equilíbrio. 2. Que se efetua ou decorre de modo regular. 3. Diz-se de pessoa de caráter calmo, ou comportamento estável. 4. Certo, seguro: *Pode deixar: é negócio tranquilo*. 5. Que não tem, ou em que não há inquietação, preocupação, remorso.

Fonte: Ferreira (2011).

Cumprе ressaltar que com a adoção do Acordo Ortográfico de 1990, que entrou em vigência em 2008, alguns dicionários, entre eles o Aurélio Júnior e o Saraiva Jovem, passaram a indicar a pronúncia da letra ‘u’ quando esta for pronunciada. No verbete do dicionário Saraiva Jovem foi colocada apenas a letra ‘u’ com o trema (ü), enquanto no verbete do dicionário Aurélio Júnior optou-se por colocar a sílaba ‘qüi’.

Como último exemplo, apresentamos o verbete *bullying* em ambos os dicionários:

Figura 13: Verbetes *bullying*.

bullying (*bul.ly.ing*) (**bulim**) *sm Ingl* Conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. *Pl bulliyings* (pouco us).

Fonte: Saraiva; Oliveira (2010).

Figura 14: Verbetes *bullying*.

→ **bullying** (búlin) [Inglês] *subst. masc.* Agresão, física ou verbal, feita, especialmente em escolas, por indivíduo a outro mais tímido, mais novo, mais fraco, etc.

Fonte: Ferreira (2011).

Como podemos observar, *bullying* é uma palavra estrangeira, originária da língua inglesa. Em relação aos estrangeirismos, os dicionários optam por fazer o registro fônico por meio da transcrição figurada, no intuito de representar a simplificação de um som particular, tornando a pronúncia acessível, sobretudo, para os consulentes que não dominam o inglês. Ainda observando os verbetes, é possível verificar a existência de variação ortográfica na palavra transcrita pelos dicionários: ‘bulim’, no Saraiva Jovem, e ‘búlin’, no Aurélio Júnior.

5 Considerações finais

No caminho de nossas considerações finais, podemos afirmar que as análises revelaram que os dicionários escolares examinados optam pela chamada transcrição figurada, por ser mais próxima à realidade do aluno que na maioria das vezes não conhece os símbolos fonéticos. Na maioria dos casos, na transcrição de parte da palavra, há uma relação arbitrária entre letra e som. Também pudemos observar que a informação fônica está situada na microestrutura imediatamente após a palavra-entrada, entre parênteses.

Os aspectos fonéticos mais comuns na Lexicografia em língua portuguesa funcionam nas seguintes situações: marcação do timbre das vogais, indicação da tonicidade das sílabas e indicação da relação arbitrária entre letra/som consonantal. Também foi possível observar que o modelo de pronúncia descrito nos dicionários corresponde, geralmente, à chamada norma culta.

Em consequência, no bojo de uma visão normativa de língua, as obras consideram para efeitos de registro a pronúncia padrão, ou seja, a ortoépia, usada por pessoas letradas e residentes nos grandes centros. Nessa perspectiva, constatamos que o dicionário atua como código normativo do sistema linguístico, uma vez que funciona como instrumento regulador das regras do bem-dizer das comunidades linguísticas.

Referências

- BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P. de; ISQUERDO, A. N. (orgs.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**. v. I. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998, p. 11-20.
- BRASIL. **Com direito à palavra: dicionários em sala de aula**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.
- CASARES, J. **Introducción a la lexicografía moderna**. Madrid: CSIC, 1950.
- FERNANDEZ SEVILLA, J. **Problemas de lexicografía actual**. Bogotá: Instituto Caro Cuervo, 1974.
- FERREIRA, A. B. H. **Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa**. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.
- GELPÍ ARROYO, C. **La lexicografía**. Barcelona: Santillana, 2000.
- GOMES, R. N.; SANTIAGO, M. S. O vocabulário proposto pelo livro didático de língua portuguesa e o autovocabulário construído pelo aluno: perspectivas de apropriação do léxico em reflexão. **Letra Magna**, v. 25, p. 306-321, 2020. Disponível em: <http://www.letramagna.com/artigos_25/linguistica/letramagna25_ling_17_306-321.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- KRIEGER, M. G. **Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- KRIEGER, M. G. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, M. C. T. C. (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006, p. 157-171.
- KRIEGER, M. G. Dicionário em sala de aula: escolha e utilização para o ensino da língua materna. **Revista Língua & Literatura**, v. 6 e 7, n. 10/11, p. 101-112, 2004/2005. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/42>>. Acesso em: 7 set. 2021.
- PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar: o que é como se lê**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PONTES, A. L.; SANTIAGO, M. S. Crenças de professores sobre o papel do dicionário no ensino de língua portuguesa. In: COSTA DOS SANTOS, F. J. (Org.). **Letras plurais: crenças e metodologias do ensino de línguas**. Rio de Janeiro: CBJE, 2009, p. 105-123.

REY, A. **La lexicologie: lectures**. Paris: Klincksieck, 1970.

RIOS MESTRE, A. La transcripción fonética automática del diccionario electrónico de formas simples flexivas del español: estudios fonológicos en el léxico. **Estudios de lingüística del español**, v. 4, 1999. Disponível em: <<http://elies.rediris.es/elies4>>. Acesso em: 13 out. 2019.

SANTIAGO, M. S. Critérios de avaliação de dicionários escolares de língua portuguesa no Programa Nacional do Livro Didático. In: LIMA, A. M. P.; DUARTE, A. L. M.; *et al.* (org.). **Reflexões linguísticas e literárias**. Fortaleza: HBM, 2015, p. 69-79.

SARAIVA, K. S. A.; OLIVEIRA, R. C. G. **Saraiva jovem: dicionário da língua portuguesa ilustrado**. São Paulo: Saraiva, 2010.

WELKER, H. A. **Panorama geral da lexicografia pedagógica**. Brasília: Thesaurus, 2008.

O atlas linguístico como uma obra lexicográfica

Jamyle dos Santos Monteiro

1 Introdução

As pesquisas dialetais vêm crescendo em número, qualidade e sistematicidade ao longo do século XX e nestas duas décadas do século XXI. Isso ocorre porque a fala possui grande importância para os pesquisadores nos estudos de variação linguística. Como afirma Reis (2006, p. 18), “ao pesquisador, como ao garimpeiro, a busca por fatos que desnudem, pelo menos, uma das faces da linguagem de uma sociedade, se configura como achados de intenso valor – as joias linguísticas”.

Uma das ciências que estuda essas “joias linguísticas”, como a variação de acordo com a distribuição espacial, sociocultural e cronológica, é a Dialectologia (Cardoso, 2010). Esta possui como um ramo de seus estudos a geolinguística, responsável pela elaboração de atlas linguísticos. Esses atlas são uma espécie de fotografia de uma língua ou de um dialeto em determinado espaço geográfico e em determinado tempo, fazendo com que o leitor das cartas de um atlas perceba com mais nitidez as nuances linguísticas existentes.

Os atlas linguísticos são potentes fornecedores de dados que podem ser utilizados pelo público especializado da Linguística e de áreas afins. Podem auxiliar os dialetólogos na definição de áreas dialetais ou de falares; oferecer subsídios para os pedagogos aprimorarem seus materiais didáticos, levando em consideração as diversas realidades linguísticas de uma comunidade; ajudar os lexicógrafos na produção de dicionários, principalmente no acréscimo ou na validação de algum termo com marcação regional (PROJETO ALiB, 2001). Não podemos nos esquecer do caráter didático que possuem, fazendo com que usuários não-especializados leiam por curiosidade ou deleite.

O atlas linguístico é intrinsecamente relacionado à geolinguística. Contudo, neste capítulo, temos os objetivos de apresentá-lo como um produto híbrido de duas áreas de estudos das ciências da linguagem, a geolinguística e a lexicografia, e, a partir de então, analisar uma carta léxica de um atlas linguístico¹⁴.

Para alcançar esses objetivos, abordaremos a geolinguística, a lexicografia regional e a relação tradicional entre essas duas áreas de estudos da linguagem. Ademais, propomos uma nova forma de enxergar a relação dessas duas áreas de estudos da linguagem, através da comparação das estruturas lexicográficas com as divisões encontradas nos atlas linguísticos. Para, em seguida, apresentar a análise de uma carta léxica sob a luz da teoria da multimodalidade.

¹⁴ O *Atlas linguístico como uma obra lexicográfica* traz um recorte da Dissertação defendida por Jamyle dos Santos Monteiro, em 2011, ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará, cujo orientador, Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes, é o homenageado deste livro.

2 A geolinguística

Concebemos a geolinguística como um ramo da dialetologia, responsável pelo estudo de fenômenos linguísticos representados cartograficamente em atlas linguísticos.

Sob essa ótica, geolinguística e dialetologia não se confundem, pois são, conforme Miazzi (1976, p. 61), “modalidades distintas do estudo dialetal, uma vez que têm ambas o mesmo objeto – estudo de falas populares – e diferem só pelo modo de apresentá-lo, cartograficamente ou em glossários”.

O início da geolinguística teve como marco a publicação do primeiro atlas linguístico¹⁵, em 1881. De acordo com Cardoso (2010, p. 68), “o começo da geolinguística está, assim, marcado pela busca da realidade nacional, entendida como a descrição linguística de área que, geográfica ou politicamente, se reveste de unidade”.

Desde então, o fazer metodológico, através do método cartográfico, consiste em escolher, numa determinada região a ser pesquisada, as localidades que comporão a rede de pontos, onde será aplicado um questionário a um dado número de informantes, selecionados conforme o perfil que a pesquisa pretende alcançar.

Inicialmente, na grande maioria dos atlas elaborados, o sujeito da pesquisa era um informante único, geralmente do sexo masculino, analfabeto, nascido e criado na localidade, pois, dessa forma, preservava melhor o dialeto ou falar.

¹⁵ Atlas Linguístico da Alemanha Setentrional e Central, de George Wenker.

Contudo, com o surgimento da Sociolinguística, os dados deixam de ser apresentados nos atlas “numa visão predominantemente diatópica e passam a exibir, também cartograficamente, dados de natureza social” (Cardoso, 2010, p. 61). O perfil do informante passa a contemplar pessoas dos dois sexos, de diferentes gerações, com graus de instrução distintos. Os atlas que contemplam dados de natureza social são conhecidos como pluridimensionais.

Atualmente, existem os mais diversos tipos de atlas linguísticos: nacionais, regionais, transnacionais e de pequenos domínios (Cardoso, 2010). Diversas também são as decisões metodológicas, como os níveis da linguagem contemplados, as perguntas do questionário, o perfil do informante e as localidades da pesquisa. A geolinguística se desenvolve a cada atlas publicado.

No entanto, essa multiplicidade nas decisões metodológicas limita o confronto de dados entre diferentes atlas. Ademais, o tempo é outro fator desfavorável na produção de atlas linguístico. Elaborar o projeto, decidir a rede de pontos, selecionar as perguntas do questionário, realizar a pesquisa de campo, transcrever as falas dos informantes e produzir as cartas demanda bastante tempo.

Atualmente, por conta do desenvolvimento trazido pelo progresso, a elaboração de um atlas torna-se mais facilitada. Melhorias na infraestrutura, de uma forma geral, favorecem o acesso dos pesquisadores às localidades. Os avanços tecnológicos estão presentes tanto na captação do áudio por aparelhos digitais, como nos programas computacionais para a elaboração de cartas.

O progresso, por meio da internet e dos veículos de comunicação, também traz consigo uma tentativa de nivelar as diversas formas e estruturas da linguagem falada nos mais diferentes lugares de um país, por exemplo. Aliás, registrar esses traços da língua falada antes de seu desaparecimento foi sempre uma preocupação entre os dialetólogos, explicitado, inicialmente, por Gilliéron, autor do Atlas Linguístico da França, ainda na primeira década do século XX.

No tocante ao Brasil, o desejo inicial de se elaborar um atlas de extensão nacional data de 1953. Todavia, o projeto tornou-se inviabilizado, pois não havia condições estruturais e o Brasil ainda era um país predominantemente rural. Foram, então, empreendidas pesquisas em escala estadual¹⁶ até haver reais condições infraestruturais de se elaborar um atlas nacional. Passados 43 anos, foi, enfim, viabilizado o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB).

O Projeto ALiB representa um amadurecimento da geolinguística no Brasil. É formado por uma parceria entre diversas universidades brasileiras e tem como principais membros os autores de atlas regionais brasileiros publicados ou em andamento¹⁷.

16 Foram elaborados, ao longo desses 43 anos, os seguintes atlas linguísticos: Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977), Atlas Linguístico da Paraíba (1984), Atlas Linguístico de Sergipe (1987) e Atlas Linguístico do Paraná (1994).

17 Atualmente, o comitê nacional do Projeto ALiB é composto pelos professores Abdelhak Razky (UFPA), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS), Felício Wessling Margotti (UFSC), Jacyra Andrade Mota (UFBA), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFPB e UFC) e Vanderci de Andrade Aguilera (UEL). A Regional do Ceará é parte local do projeto Nacional e foi coordenada pelo professor Antônio Luciano Pontes.

Os objetivos do ALiB são:

Descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque na identificação de diferenças diatópicas, diastráticas e diageracionais (fônicas, inclusive prosódicas, morfossintáticas, léxico-semânticas), consideradas na perspectiva da geolinguística pluridimensional.

Oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicógrafos, etimólogos, filólogos e das demais áreas dos estudos linguísticos), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto para o 1º e 2º graus, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil. (Projeto Atlas Linguístico do Brasil, 1996)

O ALiB pretende, ainda, estabelecer isoglossas e, com isso, traçar a divisão dialetal do Brasil; registrar os processos de mudança linguística; estudar as repercussões de fenômenos fonéticos localizados no ensino-aprendizagem da língua portuguesa; examinar os dados coletados numa interface com áreas afins, com a finalidade de teorizar sobre a implantação e o desenvolvimento da língua materna; contribuir para o entendimento da língua portuguesa no país como possuidora de muitas normas de uso, mas com uma unidade sistêmica.

Em relação ao fazer metodológico,

a equipe do Projeto, no período que compreende os anos de 2001 a 2013, aplicou questionários a informantes de duas faixas etárias (18-30 e 50-65 anos), de ambos os sexos, em todo o território nacional (interior e capital). Em cada localidade do interior entrevistaram-se quatro informantes de nível fundamental e nas capitais somam-se a estes quatro informantes de nível superior. (Romano, 2013, p. 16).

Atualmente, já se encontram lançados dois volumes do ALiB, com informações linguísticas das capitais do Brasil.

A geolinguística possui interface com outros ramos dos estudos da linguagem. Dentre eles, a lexicografia regional, que abordaremos a seguir.

3 A lexicografia regional

A lexicografia regional tem por objetivo estudar, analisar, criticar, dentre outras ações, os regionalismos em obras lexicográficas.

Os regionalismos encontram-se intimamente ligados ao conceito de norma. Para Coseriu, (1979, p. 14), norma é “um sistema de realizações obrigatórias, consagradas social e culturalmente”. Ela está inserida no sistema, entendido como o conjunto abstrato de possibilidades de uma língua. Sistema esse que possui várias normas, de acordo com o grupo social em que estamos

inseridos e com a região na qual vivemos. Diatopicamente, existem duas noções de norma, segundo Biderman (2001, p. 20): “uma norma geral – a da sociedade global ou nação – e as normas parciais, regionais”.

Em relação à língua portuguesa do Brasil, Isquerdó (2006) expõe dois tipos de regionalismos: o amplo e o restrito. O primeiro diz respeito à língua portuguesa variante brasileira ter caráter de regionalismo – mais conhecido como *brasileirismo* – se comparada à variante portuguesa. Já o restrito, configura-se na variedade empregada em uma dada região. Pautamo-nos em Biderman (2001a, p. 136), no tocante ao conceito de regionalismos no âmbito restrito, ao afirmar que

qualquer fato linguístico (palavra, expressão, ou seu sentido) peculiar a uma ou outra variedade regional do português falado no Brasil, excetuando a variedade empregada no eixo linguístico Rio/São Paulo, considerada a variedade de referência, ou seja, o português brasileiro padrão, e excluindo também as variedades usadas em outros territórios lusófonos. (Biderman, 2001a, p. 136).

Conforme Ahumada Lara (2007), há duas linhas de investigação dos regionalismos. A primeira como objeto exclusivo de estudo em vocabulários dialetais ou dicionários de regionalismos e a segunda com a presença dos regionalismos nos dicionários gerais.

Atualmente, os lexicógrafos têm encontrado no critério do usuário uma forma adequada de produção de suas obras, pois é a partir deste que se elaboram as fina-

lidades do repertório, o corpus que será utilizado, a seleção dos itens lexicais que comporão a macroestrutura e as informações presentes na microestrutura. Com as obras lexicográficas de cunho regional não é diferente, porém nem sempre os critérios utilizados são explicitados nas páginas iniciais dessas obras.

Segundo Arnal (2009, p. 130),

um dicionário deve cumprir diferentes funções e está dirigido a diferentes tipos de usuários [...]. Naturalmente, predominará uma ou outra função, segundo o tenha concebido o lexicógrafo e dependendo também do tipo de dicionário regional (tesouro, vocabulário etc.) de que se trate. (Arnal, 2009, p. 130)

As finalidades e funções dos dicionários regionais, conforme Arnal, são: complemento do dicionário geral, finalidade científico-descritiva, finalidade pedagógico-prática, função documental, função cultural e obra para leitura.

Outra função dos repertórios lexicográficos de caráter regional é a validação dos regionalismos presentes nos dicionários gerais.

Os dicionários gerais de língua são elaborados para a consulta de usuários que possuem maior conhecimento da língua e domínio do idioma. Segundo Pontes (2010, p. 204),

obras que podem apresentar uma extensa macroestrutura e uma microestrutura não tão exaustiva. A microestrutura, nesse tipo de dicionário, não pretende explicitar informações

consideradas desnecessárias ao pressupor, o lexicógrafo, que o usuário compartilhe com ele os mesmos conhecimentos sobre a língua. (Pontes, 2010, p. 204)

As vozes com marcação diatópica podem ser encontradas na microestrutura desses compêndios, especificamente nas marcas lexicográficas, ou marcas de uso.

De acordo com Pontes (2009), a língua nos dicionários apresenta-se heterogênea em várias dimensões: temporais, espaciais, sociais e em âmbitos de atividade. Essas dimensões aparecem nessas obras com a denominação “marcas de uso”. Segundo Welker (2004, p. 134), “elas são imprescindíveis quando se precisa de ajuda na produção de textos, mas também são importantes na recepção, pois sem elas não se alcança uma compreensão exata do texto”. Nesse capítulo, deteremo-nos, apenas, nas marcas de uso espaciais, pois são elas que apresentam os regionalismos nos dicionários gerais.

Os lexicógrafos buscam registrar o léxico próprio de uma comunidade linguística ao incluírem, nos dicionários, palavras caracterizadas como brasileirismos/regionalismos, embora muitas obras apresentem contradições nas classificações de “marcas de uso”, com diferentes referências geográficas. Quanto a esse fato, Welker (2004, p. 130) assevera que “todos os dicionaristas e metalexicógrafos concordam que se trata de uma tarefa difícil, e vários autores constataram as divergências existentes em dicionários da mesma língua”.

Portanto, faz-se imprescindível a consulta a obras científicas confiáveis que validem as marcas de uso, como produtos de pesquisas de campo nos âmbitos da própria lexicografia regional – dicionário, vocabulários e glossários regionais, bem como da dialetologia e geolinguística – monografias dialetais e atlas linguísticos.

4 A relação tradicional entre geolinguística e lexicografia regional

Tradicionalmente, a lexicografia regional e geolinguística possuem grande proximidade.

A Geolinguística contribui para a confecção de obras lexicográficas gerais tanto para a elaboração de marcas de uso geográficas em dicionários gerais quanto para a confecção de dicionários regionais.

Martínez de Sousa (1995) discorre sobre a importância dos atlas linguísticos para o registro da variação diatópica:

Os atlas linguísticos são poderosos auxiliares do trabalho lexicográfico, já que oferecem uma enorme riqueza de materiais coletados e tratados sistematicamente, em especial no que se refere a regionalismos, provincialismos, dialetismos etc. Graças a eles, é possível conhecer o alcance geográfico concreto de uma voz, em vez de valer-se de percursos casuais e incompletos desse tipo de unidades léxicas. (Martínez de Sousa, 1995, p. 47)

Em relação à validação de regionalismos nos dicionários gerais, Isquierdo (2007) afirma que

os atlas linguísticos são de grande valia, pois fornecem dados confiáveis acerca do grau de disseminação de uma variante lexical, o que é garantido pela metodologia que orienta pesquisas geolinguísticas, em especial o uso de questionário de natureza onomasiológica utilizado na coleta de dados e uma rede de pontos distribuída na área investigada. (Isquierdo, 2007, p. 199)

Em contrapartida, a lexicografia, tradicionalmente, contribui para a geolinguística ao validar muitas das palavras/termos que aparecem nos atlas linguísticos. Esses compêndios, comumente, apresentam glossário após o conjunto das cartas linguísticas.

5 O atlas linguístico como produto híbrido

Um atlas linguístico não é composto apenas por um conjunto de cartas linguísticas com registro de variação diatópica. Antes dessas, aparecem outras informações, principalmente para ambientar o leitor sobre o universo da pesquisa. Esses dados são relativos a: perfil dos informantes entrevistados, localidades contempladas, questionário utilizado, níveis linguísticos contemplados, dentre outros elementos.

Ademais, encontramos o que comumente se conhece, na tradição da geolinguística brasileira, como apresentação das cartas, uma espécie de guia de uso,

mostrando como o leitor deve proceder para extrair o máximo de informação e otimizar sua pesquisa.

Já na parte final dessas obras, após as cartas linguísticas, é comum haver índices onomásticos, referências bibliográficas, fichas utilizadas na pesquisa e glossários.

Essas diferentes partes dos atlas linguísticos assemelham-se às estruturas de obras lexicográficas. Pesquisamos aporte teórico para fundamentar nossa ideia e encontramos em Haensch (1997) a seguinte afirmação:

Se interpretarmos o conceito de repertório lexicográfico em sentido amplo, há que mencionar como tipo destes os atlas linguísticos [...]. Estes podem ser considerados como inventários onomasiológicos, uma vez que se preocupam pelas denominações de um referente em distintos pontos de um perímetro determinado (uma região, um país), mas como oferecem materiais geograficamente diferenciados, podem ser considerados também como repertórios que registram léxico com marcação diatópica. (Haensch, 1997, p. 81)

As obras lexicográficas possuem quatro estruturas. A primeira delas, a megaestrutura, engloba as páginas iniciais, o corpo do dicionário e as páginas finais. As páginas iniciais, segundo Pontes (2009, p. 67), versam sobre “as características técnicas da obra; a definição de critérios adotados pelo lexicógrafo; as indicações de uso, como guia para a consulta da obra”. O corpo do repertório é o conjunto dos verbetes presentes na obra. Já as

páginas finais, situadas após os verbetes, são de caráter opcional e constituem-se de apêndices e anexos.

A segunda estrutura é a que compõe o conjunto dos verbetes ou das entradas organizadas, de uma maneira geral, verticalmente no corpo da obra, denominada macroestrutura. Esta pode vir organizada de duas formas: semasiológica e onomasiológica. Na semasiológica, os verbetes são dispostos em ordem alfabética e é direcionada da palavra/termo para o conceito. Já a onomasiológica é organizada por campos semânticos, parte do conceito para a palavra.

A medioestrutura, ou terceiro nível estrutural, configura-se em um sistema de remissões ao longo de toda a obra. Esta pode vir, segundo Gelpí Arroyo (2000), de três formas: horizontal, vertical e transversal. A horizontal se configura como uma remissão dentro do próprio verbete; a vertical como a remissão dentro da macroestrutura; e a transversal como remissão fora da macroestrutura, ou seja, referente às informações contidas nas páginas iniciais ou finais.

O último nível estrutural é constituído por paradigmas dispostos horizontalmente dentro de cada verbete, a microestrutura. Portanto, entrada, informação gramatical, exemplo, marca de uso, dentre outras, constituem as informações de um verbete lexicográfico. A microestrutura apresenta-se sob duas formas: a abstrata e a concreta. Aquela constitui-se como um conjunto de informações padronizadas, uma espécie de fórmula

genérica que será realizada pela microestrutura concreta, formada por unidades léxicas propriamente ditas.

Conforme mencionado anteriormente, nos atlas linguísticos, percebemos uma semelhança estrutural com repertórios lexicográficos, compartilhando da mesma ideia de estrutura lexicográfica.

Os atlas linguísticos possuem uma megaestrutura que comporta as páginas iniciais, o corpo do atlas e as páginas finais. As páginas iniciais, normalmente, são constituídas por: apresentação, introdução, perfil dos informantes, rede de pontos, notas de esclarecimento para a leitura do atlas linguístico. Já o corpo do atlas é composto pelo agrupamento das cartas que, por analogia a obras lexicográficas tradicionais, tratamos como um conjunto de verbetes lexicográficos. Nesse sentido, propomos os termos cartas lexicográficas e cartas-verbete. Além dessas, as páginas finais são compostas por informações complementares em forma de anexos e/ou apêndices, como glossários, fichas de informante e de localidade etc.

A macroestrutura é constituída pelo conjunto das cartas lexicográficas, normalmente dispostas em organização onomasiológica.

O sistema de remissivas que compõe a medioestrutura em atlas linguístico dá-se, mais comumente, de forma implícita. Pode ocorrer dentro de uma mesma carta, com a leitura das legendas; entre cartas, ao aparecer um mesmo item em duas ou mais cartas; e entre carta e páginas iniciais ou finais, quando, por exemplo,

o atlas possui uma lista de palavras em apêndice, apontando as páginas em que elas ocorrem, ou quando há um glossário relativo aos itens encontrados nas cartas do atlas linguístico.

A microestrutura, último nível estrutural, é composta pela carta lexicográfica, constituída geralmente pelo nome da carta, pelo mapa da rede de pontos e pelas legendas que contêm as variantes dadas pelos informantes a um mesmo referente, possuindo uma organização onomasiológica. Seguindo a linha lexicográfica, a microestrutura de uma carta-verbete divide-se em abstrata e concreta, sendo a primeira uma carta-modelo e a segunda a materialização das informações nas cartas.

Importante salientar que a composição dos elementos da carta ou microestrutura, em diferentes atlas linguísticos, não é fixa e unificada. Nela há informações que devem constar em todo atlas, como: nome da carta, mapa e legenda. Contudo, há microestruturas de atlas que podem conter comentários de especialistas ou de informantes, figuras, gráficos estatísticos etc.

Acreditamos que a nossa proposta na qual o atlas linguístico é tido como inventário lexicográfico regional é validada por dois fatores: o primeiro é o estrutural e o segundo, como observou Haensch (1997), é o registro do léxico com marcação diatópica, característica de obras lexicográficas regionais.

Para o estudo específico da microestrutura do atlas, a carta, nos baseamos na teoria da multimodalidade.

6 A teoria da multimodalidade

Desde os primórdios da humanidade, o homem tem a necessidade de se comunicar, seja rabiscando mapas nas paredes das cavernas ou posteriormente desenvolvendo a escrita. Esta, com o passar do tempo, ganhou mais prestígio do que as imagens.

Contudo, com o advento e a popularização da internet, a linguagem visual vem ganhando cada vez mais espaço e atenção, não somente no ambiente virtual, mas também no impresso. Conseqüentemente, exige-se do leitor a mesma atenção a um texto não-verbal que delega para o verbal. Na relação escrita-imagem, é necessário um letramento tanto verbal como visual, decodificando o significado que a imagem produz, assim como o da escrita.

Um texto que integre em sua composição mais de um modo semiótico é chamado de multimodal. Textos assim são estudados pela multimodalidade que, por sua vez, está ligada às pesquisas em Semiótica Social.

A Semiótica Social advém dos estudos de Linguística Sistemico-Funcional (LSF) e configura-se, segundo Pimenta e Santana (2006, p. 154) como

a ciência que se encarrega da análise dos signos na sociedade, com a função principal de estudar a troca de mensagens (verbais ou não-verbais), ou seja, a comunicação dentro de um contexto social. Nessa teoria, as diversas formas de representação são denominadas modos semióticos. (Pimenta e Santana, 2006, p. 154)

Dionísio (2005) entende por multimodalidade a “apresentação do texto em pelo menos duas formas de representação da informação ou do conhecimento. A forma verbal pode ser escrita ou oral e a forma pictorial pode ser estática ou dinâmica.” A referida autora disserta que a multimodalidade também é constitutiva do discurso oral e escrito, pois “quando falamos ou escrevemos um texto, estamos usando no mínimo dois modos de representação: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipos gráficos, palavras e sorrisos, palavras e animações etc” (Dionísio, 2006, p. 133).

Seguindo esse raciocínio, os mapas podem ser estudados de acordo com a multimodalidade, segundo Aroucha (2008, p. 38),

por serem constituídos de imagens e palavras e por representarem a linguagem visual e verbal. Os recursos semióticos utilizados na confecção do mapa são estabelecidos conforme a necessidade, o contexto de uso e a intenção de quem produz o mapa. (Aroucha, 2008, p. 38)

Kress e van Leeuwen (2006), na Gramática do Design Visual, propõem para a análise de imagens três metafunções: representacional, interacional e composicional.

Neste capítulo, utilizaremos a metafunção composicional, que possui três sistemas interrelacionados: o valor da informação, a saliência e o *framing*.

O valor da informação trata da posição dos elementos na imagem. As informações relacionam-se por se posicionarem no topo e na base, dando a ideia de que na parte

superior se encontra algo idealizado e, na base, algo concreto. Esse traço da composição é chamado de ideal/real.

O mesmo raciocínio é aplicado à relação existente entre informações que estão à esquerda e à direita na imagem: elementos dispostos à esquerda são familiares e/ou conhecidos do leitor e são chamados de informações dadas. Já os que estão posicionados à direita apresentam algum elemento a que se deva ter mais atenção, é uma informação nova. Essa dicotomia é conhecida por “dado/novo”.

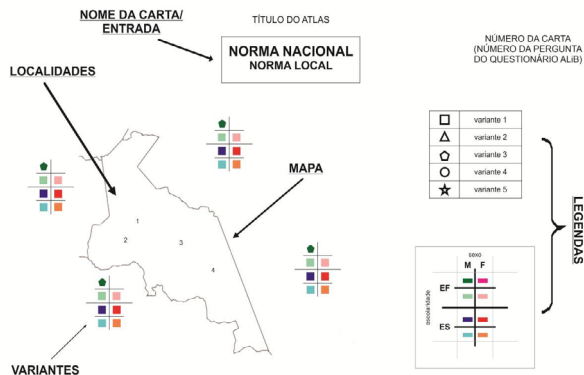
Além das duas dicotomias apresentadas acima, o “centro” faz a intermediação entre o dado/novo e entre o ideal/real.

O segundo tópico da composição, a saliência, proporciona a certos elementos um maior ou menor destaque no plano imagético, dando mais importância ao elemento destacado através do contraste, do jogo de cores, do brilho etc.

A estruturação versa sobre o enquadre (*framing*) na imagem, fazendo com que haja a presença ou ausência de conexão entre os elementos dispostos na composição; a ausência dessa interligação dá-se através de enquadramentos, representados por linhas divisórias, saliências, contrastes que dão uma ideia de fragmento e individualidade à imagem; no entanto, a conexão está presente na ausência de enquadramentos, proporcionando ao leitor uma visão de integração.

Neste capítulo, fazemos a interseção entre as três linhas de estudo acima: a geografia linguística, a lexicografia regional e a teoria da multimodalidade ao analisarmos uma carta léxica de um atlas linguístico.

Figura 1: A microestrutura abstrata do Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano

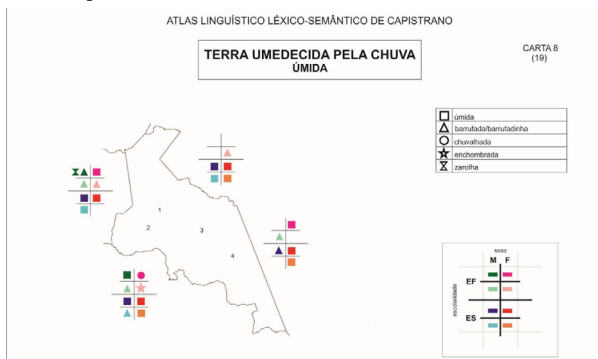


Fonte: Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano (Monteiro, 2011)

A figura anterior apresenta o programa ideal de uma carta linguística do Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano¹⁸ (Monteiro, 2011), que entendemos como a microestrutura abstrata. Os elementos que a compõem são: o nome da carta – o qual também denominamos de entrada, em semelhança a uma obra lexicográfica –, o número da carta, o mapa da região estudada, as legendas que carregam as variantes do item expresso no nome da carta e, por fim, os símbolos que se situam próximos ao mapa, indicando a fala dos informantes. A seguir, vemos a microestrutura abstrata preenchida por dados concretos.

¹⁸ O Atlas Linguístico em questão é fruto de uma dissertação de mestrado, defendida em 2011, na Universidade Estadual do Ceará. A metodologia seguiu o modelo do Projeto ALiB implantado nas capitais do Brasil, no tocante ao perfil do informante. A esse foi aplicado o questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB.

Figura 2: A microestrutura concreta do Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano



Fonte: Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano (Monteiro, 2011)

A seguir, faremos uma breve análise dos elementos da carta do Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano, de acordo com o valor de informação, a saliência e o *framing*, do aspecto composicional da multimodalidade.

Conforme o valor de informação, analisaremos a carta através do ideal/real e do dado/novo. Inicialmente, partiremos do nome da carta, ou entrada, pois, como num verbete ele é o ponto de partida do usuário para a leitura do mapa. Ao visualizarmos toda a carta, perceberemos a entrada como algo “ideal” em relação às outras informações, que denominaremos “reais” – o mapa, as legendas e os símbolos.

Todavia, ao olharmos especificamente para o nome da carta, percebemos que possui dois elementos

enquadrados: a norma nacional e a norma local. A primeira versa sobre um modelo idealizado; a segunda remete-se à frequência de uso dos informantes. A norma nacional refere-se a uma informação ou informações nacionalmente esperadas e é tida como ideal, haja vista a diversidade do português do Brasil; a norma local já se configura como o item lexical mais frequente realizado pelos falantes da cidade.

Ao olharmos para o mapa, percebemos que este situa-se sempre à esquerda da página, como uma informação dada, já conhecida, principalmente pelos habitantes da cidade. No mapa, encontramos os símbolos que representam a realização da fala dos informantes, a identidade linguística da cidade, também já conhecida por eles. Já no lado direito da página, encontramos duas legendas que se complementam para a realização dos símbolos encontrados na parte esquerda: a legenda superior fornece as variantes léxicas e a inferior, informações sobre o sexo e a escolaridade dos sujeitos da pesquisa. Entendemos essas legendas como informações novas, uma vez que o novo pode apresentar alguma informação à qual se deva ter mais atenção e que, além das variantes, pode estar presente na forma como se lê a relação entre as legendas para formar os símbolos coloridos no lado esquerdo.

Percebemos que, na carta, há aspectos que estão destacados pela cor ou mesmo pelo negrito que chamam a atenção do leitor, é a denominada saliência visual. Observamos que os elementos mais destacados são: o nome

da carta (encontra-se em letras maiúsculas e em negrito, além de estar enquadrado, prendendo a atenção do leitor); os símbolos da legenda superior (em negrito); as informações extralinguísticas (sexo – M e F – e escolaridade – EF e ES – estão bem salientes na legenda inferior como importantes dados para o entendimento da variação léxica, além de uma cruz maior contendo duas menores, demarcando o posicionamento de cada informante); os símbolos próximos ao mapa que estão em cores; e os quadrados coloridos da legenda inferior.

Ao traçarmos um paralelo entre os símbolos próximos ao mapa e a segunda legenda, veremos que para cada informante há uma cor diferente, configurando uma rima visual.

Outro aspecto importante para o estudo da composição multimodal da carta é o *framing* ou enquadre. No mapa, há a presença de enquadre no título da carta, salientando-o. Para diferir a norma nacional da local, existe uma linha, acentuando o grau idealizado de uma e real da outra. O enquadre se apresenta também nas tabelas superior e inferior. Na primeira, há destaque para as linhas da tabela que separam uma variante da outra e, na segunda, as informações contidas são emolduradas para haver uma uniformidade. Percebemos que o grau de enquadre da carta é baixo, fazendo com que haja uma maior integração entre os participantes da carta – título, mapa, legendas e símbolos.

7 Considerações finais

Neste capítulo, procuramos visualizar o atlas linguístico além dos limites da geolinguística e mais adiante da já conhecida interface tradicional com a lexicografia. Nossa proposta foi tratá-lo como uma obra híbrida entre esses dois ramos de estudos da linguagem.

A partir da comparação entre as estruturas de um dicionário com um atlas linguístico, identificamos semelhanças em todos os níveis estruturais. Para exemplificar como ocorrem essas correlações, analisamos uma carta de atlas linguístico. Verificamos que, apesar de visualmente bastante diferente de um verbete de dicionário, possui características que a tornam, também, um verbete lexicográfico.

Referências

- AHUMADA LARA, I. Panorama de la lexicografía regional del español. **Kañina, Rev. Artes y Letras**, Univ. Costa Rica. XXXI, 2007, p. 101-115.
- ARNAL, M. L. ¿Para qué y para quién hacemos los diccionarios diferenciales? A propósito del *Diccionario diferencial del español de Aragón*. In: **Archivo de Filología Aragonesa**, Zaragoza, 2009.
- AROUCHA, C. B. L. **Uma análise linguístico-visual de mapas da cidade de Recife**. Dissertação (Mestrado em Letras), UFPE, Recife, 2008.
- BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2001, p. 13-22.

BIDERMAN, M. T. C. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (Org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2001a. p. 131-144.

CARDOSO, S. A. M. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Linguístico do Brasil**: questionários. Londrina: UEL, 2001.

COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Presença, 1979, p. 13-85.

DIONISIO, A. P. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, A. M.; GAYDECKA, B.; BRITO, K. S.. (org.). **Gêneros textuais**: Reflexões e ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 131-144.

DIONISIO, A. P. **Multimodalidade discursiva na atividade oral e escrita** (2005) Mimeo.

HAENSCH, G. **Los diccionarios del español en el umbral del siglo XXI** – problemas actuales en lexicografía; los distintos diccionarios; una guía para el usuario; bibliografía de publicaciones sobre lexicografía. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1997.

ISQUERDO, A. N. Achegas sobre a discussão de regionalismos no português do Brasil. In: **Alfa**, São Paulo, 50 (2): 9-24, 2006.

ISQUERDO, A. N., ALVES, I. M. (orgs). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Vol III. Campo Grande: Ed. UFMS, São Paulo: Humanitas, 2007, p. 193-208.

GELPÍ ARROYO, C. **La lexicografía**. Barcelona: Santillana, 2000.

MARTÍNEZ DE SOUSA, J. **Diccionario de lexicografía práctica**. Barcelona: Bibliograf, 1995.

KRESS, G; VAN LEEWEN, T. **Reading Images**: the grammar of visual design. 2. ed. London: Routledge, 2006.

MIAZZI, M. L. F. **Introdução à linguística românica**. São Paulo: Cultrix, 1976.

MONTEIRO, Jamyle dos Santos. **Atlas linguístico léxico-semântico de Capistrano**. 2011. Sem Numeração Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2011) - Universidade Estadual do Ceará, , 2011. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=69863>> Acesso em: 6 mar. 2022

PIMENTA, S. M. O.; SANTANA, C. D. A. Multimodalidade e semiótica social: o estado da arte. *in* MATTE, Ana Cristina Fricke (org). **Língua(gem), texto, discurso**: entre a reflexão prática e a prática. Vol. 2. Belo Horizonte: Lucerna, 2006.

PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar**: o que é, como se lê. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PONTES, A. L. Multimodalidade em dicionários escolares. In: ISQUERDO, A. N., BARROS, L. A. (orgs). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia e terminologia. Vol V. Campo Grande: EdUFMS, 2010, p. 201-218.

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (1996) Mimeo.

REIS, R. C. P. **Atlas linguístico do município de Ponta Porã - MS**: um registro das línguas em contato na fronteira do Brasil com o Paraguai. Dissertação (Mestrado em Letras), UFMS, Três Lagoas, 2006.

ROMANO, V. P. Balanço crítico da Geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. In: **Entretextos**, Londrina, v.13, nº 02, 203-242, 2013.

WELKER, H. A. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. Brasília: Thesaurus, 2004.

O funcionamento semântico dos adjetivos alto e baixo: em busca de uma invariância

Maria Auxiliadora Ferreira Lima

1 Introdução

A antonímia foi amplamente abordada pela semântica estrutural. Entretanto, como observa Lyons (1977), esse termo não apresenta condições para abranger por completo a diversidade semântica da natureza das relações de contraste estabelecidas entre os mais diversos pares lexicais. Assim, nessa perspectiva, morto/vivo; quente/frio; pai/filho, por exemplo, não podem ser considerados antônimos de maneira indistinta por tais pares não apresentarem uma mesma configuração opositiva em termos de x é oposto a y .

No par lexical *morto/vivo*, se x está morto, x não está vivo, x está morto ou x está vivo. Nesse caso, podemos dizer que vivo é o oposto de morto em uma relação de complementariedade. A afirmação de x implica na negação de y . Já o par *pai/filho* não apresenta esse mesmo tipo de relação; há uma relação semântica conversa, ou seja, se x é pai de y , y é filho de x , ou vice versa, se y é filho

de x , x é pai de y . Trata-se de termos que se pressupõem reciprocamente, pai pressupõe filho e filho pressupõe pai. É o que Lyons chama de uma relação conversa.

Em *quente/frio* temos uma relação de oposição marcada por uma gradação. Se pensarmos em termos de pontos extremos de uma escala, temos em um ponto, *quente* e, em outro, *frio*. Entretanto entre o quente e o frio, é possível termos um elemento intermediário, o morno. Assim, se negarmos que *o leite está quente*, não implicará que ele esteja frio, pode estar morno. Nos opostos graduáveis, a negação de um, não implica necessariamente a afirmação do outro. O que não ocorre com os opostos em uma relação complementar, a negação de um implicará a afirmação do outro. Se *x não está presente*, *x está ausente*.

Lyons (1977) discute extensivamente a relação semântica de oposição entre pares de lexemas, destacando a diferença entre pares lexicais graduais e não graduais e outros tipos de oposição. Trata-se de classificações preestabelecidas que não abrem espaço para o sentido da ocorrência lexical no enunciado que, muitas vezes, contraria as classificações antonímicas já estabelecidas. É o que mostra, por exemplo, enunciados do tipo Pedro está mais morto do que vivo; Este homem é um morto-vivo; Ele é meu pai e meu filho (dito por um filho que assume os cuidados do pai na velhice). Nossa reflexão se distancia de uma perspectiva classificatória e caminha em direção a uma postura teórica que se insere no quadro de uma abordagem construtivista que considera que o sentido de uma unidade lexical é construído no e

pelo enunciado. Interessa-nos refletir sobre o funcionamento semântico de unidades lexicais passíveis de estabelecerem uma relação de contraste em diferentes enunciados, quando se pensa em pontos opostos. Para desenvolvermos esta reflexão, analisaremos as unidades lexicais *alto* e *baixo* com o objetivo de identificar a invariância desse par lexical, a partir do funcionamento semântico de suas ocorrências.

A abordagem teórica assumida enquadra-se na Teoria das Operações Enunciativas (TOE) de Antoine Culioli desenvolvida no âmbito de uma perspectiva construtivista. Para a TOE, o sentido é visto como “determinado e construído pelo material verbal que lhe dá corpo, ou seja, pelas unidades da língua organizadas segundo regras sintáticas e entonativas” (Franckel, 2011, p. 16). Na construção de um enunciado se agencia marcas para a produção de uma significação. O sentido das unidades lexicais é construído a partir das relações cotextuais que elas estabelecem no enunciado. Ao mesmo tempo em que as unidades tem seus sentidos construídos no e pelo enunciado, elas determinam o sentido do enunciado. Nessa perspectiva, o contexto não é exterior ao enunciado, mas é gerado pelo próprio enunciado:

Em uma perspectiva construtivista, para a qual o sentido é apreendido como proveniente unicamente do material verbal, consideramos que o contexto ou a situação não é exterior ao enunciado, mas é gerado(a) pelo próprio enunciado. Nessa perspectiva, o contexto não constitui um

conjunto de dados externos a uma sequência, sendo a própria forma da sequência a responsável por determinar as condições de sua constituição em um enunciado contextualizado. (Franckel, 2011, p. 109)

Situaremos a seguir alguns aspectos teóricos que darão suporte à abordagem proposta.

2 Da noção à unidade lexical

Culioli (1990) concebe a linguagem como uma atividade de representação, de referenciação e de regulação. A atividade de representação manifesta-se sobre 3 níveis de representação:

- nível 1: temos as representações mentais. É o nível do cognitivo ao qual não se tem acesso diretamente, somente através do nível 2 que é o nível linguístico.
- nível 2: temos o nível linguístico em que se dá o agenciamento de formas que permite, de forma indireta, o acesso ao nível 1. Como observa Franckel (2014), o material verbal agenciado constitui o traço de construção de sentido e de conhecimento.
- nível 3: é o nível das representações metalinguísticas, ou seja, é o nível da construção explícita de representações metalinguísticas (Culioli, 1990, p. 22). É o nível sobre o qual o

linguista se debruça para análise de uma língua. E é por meio da relação entre os níveis 2 e 3 que o linguista busca simular a relação entre os níveis 1 e 2.

A atividade de referenciação diz respeito ao dizer, ao que é dito. Por meio de operações, a linguagem permite dizer algo sobre uma dada realidade.

A atividade de regulação remete à intercompreensão entre sujeitos sobre o que é dito, podendo haver a necessidade de ajustamentos sobre esse dito.

A noção está situada no nível da atividade de representação mental. Ela é anterior ao léxico. Não apresenta uma configuração material e diz respeito às representações mentais que construímos acerca de um dado elemento, de uma dada realidade, a partir de um conjunto de propriedades relacionadas a esse elemento, a essa realidade. Como observa Groussier (2000, p.163), a noção resulta do processamento cognitivo do universo extralinguístico e nós não temos acesso a esse processamento. É concebida como um feixe de propriedades físico-culturais e não se equipara a rótulos lexicais ou a itens em uso. Noções são representações e devem ser tratadas como tal. (Culioli, 1990, p. 69).

Enquanto representações, as noções estão vinculadas “ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiência de cada indivíduo” (Culioli, 1999, p.10). Resulta de uma construção mental que efetuamos progressivamente, apreendendo determinadas

propriedades e excluindo outras. Por exemplo, a noção /gato/ pode não ser a mesma entre duas pessoas, embora algumas propriedades sejam comuns. Observando os enunciados “Eu crio um gato, ele é meu companheiro” (dito por A) e “Eu não gosto de gato, ele me causa repulsa” (dito por B), verificamos que A e B, ou seja, os dois sujeitos enunciadorees não compartilham da mesma representação mental da noção /gato/, há diferenças na apreensão de propriedades culturais. As propriedades de uma noção não são fixas, elas vão sendo reajustadas ao longo de nossa existência.

A passagem da noção à ocorrência ocorre por meio de um esquema de individuação:

Existe um esquema de individuação por meio do qual se passa de uma noção (conjunto estruturado de propriedades físico-culturais) que é de ordem estritamente qualitativa à ocorrência (da noção) situada em relação a um sistema de referência cujos parâmetros são S (sujeito enunciador) e T (espaçotempo). (Culioli, 1999, p. 103)

Esse esquema de individuação diz respeito a operações de determinação que Culioli denominou de Qualificação (QLT) e Quantificação (QNT). A noção é de natureza qualitativa (QLT). É predicável e detentora de um domínio de propriedades. Na passagem da noção à ocorrência da noção, temos a apreensão da noção instanciada em um enunciado (QNT) em uma dimensão espaçotemporal. Como observa Romero:

Falar, portanto, em *noção* é falar desse domínio de propriedades, já falar em *ocorrência da noção*, é apreender a noção instanciada em um enunciado e situá-la espaçotemporalmente. A ocorrência, ao conferir uma delimitação à noção por instanciá-la, é caracterizada pela sigla QNT. (Romero, 2019, p. 211)

A ocorrência linguística representa a passagem da noção para a materialidade e, ao mesmo tempo, a um sistema de referenciação. No enunciado tem-se ocorrências linguísticas que remetem a noções. Por exemplo, no enunciado *O gato bebeu o leite*, as unidades *gato*, *bebeu* e *leite* constituem ocorrências linguísticas das respectivas noções *gato*, *beber* e *leite*. Não há uma correspondência entre noções e palavras, por meio das palavras temos acesso às noções, mas não em sua completude, pois “a noção, ao ser apreendida, só o é sob um determinado aspecto definido pela ancoragem espaçotemporal na qual ocorre, nunca por inteira”. (Romero, 2010, p.493)

Para os sujeitos enunciadoreis nem toda ocorrência linguística é representativa de uma dada noção. Por exemplo, em uma relação de intersubjetividade, se A diz para B: - *Me passe essa xícara* e B responde - *Isto não é uma xícara, é uma caneca*. Temos aí um ajustamento. Para B a ocorrência linguística *xícara* não está remetendo à noção de *xícara*, mas à noção de *caneca* que apresenta propriedades distintas da noção *xícara*. As noções de *xícara* e de *caneca* não pertencem a mesma zona de um domínio nocional.

A construção de um domínio nocional ocorre em torno de uma ocorrência tipo que Culioli chamou de centro organizador. Ela engloba as propriedades que caracterizam tipicamente uma noção, ou seja, que permitem que uma noção X seja considerada uma noção X e constitui um ponto de referência para as demais ocorrências. No exemplo acima, as propriedades consideradas como xícara por A não se identificam com as propriedades típicas de xícara; a asserção negativa *Isto não é uma xícara* coloca a ocorrência *xícara* no exterior do domínio nocional de xícara; a asserção *é uma caneca* coloca *caneca* no interior do domínio nocional de caneca por apresentar as propriedades que fazem de caneca uma caneca, tais propriedades fazem parte do centro organizador da noção caneca. Mas se B dissesse *Isto é quase uma caneca*, a ocorrência *caneca* não estaria no interior do domínio nocional de caneca, mas também não estaria no seu exterior por possuir algumas semelhanças com algumas propriedades de caneca, estando a ocorrência situada na fronteira do domínio nocional de caneca. O termo *quase* situa *caneca* nessa zona de fronteira.

Estabelecendo uma relação com o nosso objeto de análise, os pares lexicais *alto* e *baixo*, em uma relação de contraste, situam-se em zonas distintas de um domínio nocional. Por exemplo, se temos *este rapaz é alto, mas aquele lá é baixo*, a noção *rapaz baixo* situa-se no exterior do domínio nocional de *rapaz alto*. Ao situarmos *rapaz alto* no interior do domínio nocional de *rapaz alto*, temos uma operação de identificação que identifica a

ocorrência *rapaz* com *rapaz alto* e uma operação de diferenciação, diferenciando *rapaz alto* de *rapaz baixo*.

Como já ressaltamos em Lima (2019), diferentemente de um substantivo, de um verbo, a noção de uma ocorrência que se efetiva como adjetivo associa-se, na maioria das vezes, a outra noção para se materializar como uma ocorrência adjetival com um dado sentido. A ocorrência de um adjetivo no enunciado nos remete a uma ocorrência vinculada a outra noção. Não se trata de uma junção de conteúdos nocionais, mas de uma relação que o adjetivo estabelece com o nome caracterizando-o. Essa característica não corresponde a uma propriedade da noção em si, mas a uma característica passível de ser atribuída a uma ocorrência de uma dada noção. Por exemplo, em *Derrubaram o muro alto*, *alto* não caracteriza a noção muro, mas a altura de um dado muro, a noção muro envolve um grau de altura (alto, muito alto, médio, baixo, muito baixo); em *o estudante alto*, *alto* não remete a noção estudante, mas a altura de um determinado indivíduo que é um estudante. A noção estudante não envolve a propriedade *alto*, ela remete a um indivíduo que exerce a função de estudar de forma institucionalizada.

Tomando como princípio que o adjetivo remete à noção articulada a uma outra, passemos a análise do funcionamento semântico do par lexical *alto* e *baixo* em diferentes enunciados.

3 Analisando o funcionamento semântico das ocorrências lexicais *alto* e *baixo*

Na análise proposta, analisaremos o funcionamento semântico das unidades lexicais *alto* e *baixo* nos enunciados, em situações passíveis ou não de estabelecerem uma relação antonímica. Consideraremos apenas os pontos extremos dessa relação, ou seja, não nos deteremos no ponto que se situa em uma posição mediana como ocorre, por exemplo, em um enunciado do tipo *Pedro não é alto mas também não é baixo*.

O que estamos chamando de funcionamento semântico são os aspectos que contribuem para a natureza da qualificação de *alto* e *baixo* atribuída a um determinado nome. Por exemplo, em *garota alta* e *luz alta*, a qualificação dada aos respectivos nomes é construída de maneira distinta. Em *garota alta*, *alta* caracteriza garota em termos de altura, de comprimento em uma linha vertical, enquanto que em *luz alta*, *alta* caracteriza a intensidade da luz. Consideraremos também alguns casos em que *alto* e *baixo* estabelecem uma articulação com o verbo.

Um outro aspecto a considerar em relação às análises é o fato de que as variações detectadas nos usos de *alto/baixo* nos conduzirá à identidade dessas ocorrências, por meio de uma forma esquemática “que atua como uma espécie de reguladora da variação que se apresenta nas diversas ocorrências de uma unidade lexical” (LIMA, 2019, p. 14). Inicialmente, selecionamos 23 enunciados para uma análise de cada ocorrência de *alto/baixo*. Vejamos:

1. O rapaz é *alto*/O rapaz é *baixo*.
2. O muro é *alto*/O muro é *baixo*.
3. O quadro está *alto*.
4. A rede está *baixa*.

Nos enunciados **1** e **2** *alto* e *baixo* atribuem um grau de elevação a X (o nome). Este grau de elevação é mediado pelo distanciamento que o ponto de origem (a superfície em que X está ancorado) estabelece com o ponto de chegada (o final da verticalidade de X). Esse distanciamento que se estabelece na verticalidade entre o ponto de origem e o ponto de chegada determinará o grau de altura de x em termos de pontos extremos. O maior distanciamento do ponto de chegada de X do ponto de origem resultará na propriedade de *x ser alto*; o menor distanciamento do ponto de chegada de x com o ponto de origem resultará na propriedade de *x ser baixo*.

Em **3** e **4**, a propriedade *alto* e *baixo* (estar alto e estar baixo) não é atribuída a *quadro* e a *rede* da mesma forma que a *rapaz* e a *muro*. *Alto* e *baixo* atribuem um grau de elevação a X (quadro e rede) mediados por um suporte, um ponto de origem (a superfície) sem que X esteja ancorado sobre esse ponto de origem. Em **3**, X (quadro) está sobre a superfície parede que vai estabelecer uma conexão com o ponto de chegada, o ponto da colocação do quadro. Neste caso, não é o *quadro* em si que tem a propriedade de *ser alto/baixo*, é a sua posição que está *alta/baixa*. O que está sendo qualificado é a posição do quadro - O *quadro* está em uma posição *alta*

ou em uma posição *baixa*. Dessa forma, *alto* e *baixo* são propriedades extrínsecas a quadro e à rede.

Em **4**, a altura de X (rede) é mediada pelo intervalo entre o ponto de origem, a superfície (chão) e o ponto de colocação da rede. Assim como em *quadro*, não é a *rede* que tem a propriedade de ser *alta/baixa*, é a sua colocação que está *alta*. A noção de *quadro* e de *rede* não apresenta o traço altura, e sim o traço tamanho (quadro grande/pequeno, rede grande/pequena).

Em **1** e **2**, há uma relação intrínseca entre *alto/baixo* e *rapaz* e entre *alto/baixo* e *muro*, a altura (o grau de elevação) é intrínseca à constituição de *rapaz* e *muro*. O que não ocorre em **3** e **4**. Nestes, a propriedade *alto/baixo* é extrínseca a X (rede e quadro), não faz parte da constituição desses elementos serem *alto/baixo*. A altura é desencadeada por um elemento exterior. Circunstancialmente, eles estão alto ou baixo.

5. O som do carro está *alto*./O som do carro está *baixo*.

6. O professor fala *alto* nas aulas.

7. Nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz *alta*, exceto ao cruzar com outro veículo (exemplo retirado do *Google*).

8. O uso da luz *baixa* nas rodovias se torna obrigatório durante o dia (exemplo retirado do *Google*).

Nesses exemplos, *alto* e *baixo* não modulam a altura de X em termos de comprimento ou posição em uma linha vertical, mas em densidade. Eles marcam

um grau de intensidade sensória que o nome ou o verbo (exemplo 6) desencadeia. Em **5** o grau de intensidade do som (alto ou baixo), em **6**, *alto* remete a maneira de falar do professor em termos de tom de voz, ou seja, remete ao grau de intensidade do tom da fala do professor que, ao falar, produz uma fala em tom alto, *alto* marca um grau elevado de intensidade sonora; em **7** e **8**, o grau de intensidade da luminosidade. Em **5**, **7** e **8**, há um desencadeador externo para a atribuição de *alto/baixo* a X, ou seja, o som do carro está *alto/baixo* porque alguém colocou x em uma dada altura; o professor fala *alto* porque coloca sua voz em um tom *alto*, a luz está *alta/baixa* porque alguém colocou X em uma densidade *alta* ou *baixa*;

9. Pedro teve febre *alta*/ Pedro teve febre *baixa*.

10. O preço da carne está *alto* e está pesando no bolso dos brasileiros.

11. O que acontece quando a glicose está *alta*? (*Google*).

12. A manteiga tem *alto* teor de gordura.

13. O paciente tomou uma dose *alta* de tranquilizante.

Nos exemplos **9** a **13**, o adjetivo *alto* atribui a X um grau de elevação que extrapola o ponto de referência de X em relação a um ponto de equilíbrio. Vejamos:

- Em **9**, algo no organismo de um indivíduo provoca a elevação de sua temperatura. *Alta* indica elevação de temperatura do organismo que extrapola um ponto de equilíbrio em maior ou menor grau.

- Em **10**, o preço da carne está *alto*, está pesando no bolso dos brasileiros, *alto* extrapola um ponto de equilíbrio de preço da carne, afetando financeiramente as pessoas.
- Em **11**, O que acontece quando a glicose está *alta*?, *alta* extrapola o nível de aceitabilidade da taxa de açúcar.
- Em **12**, A manteiga tem *alto* teor de gordura, *alta* extrapola o nível de aceitabilidade de gordura.
- Em **13**, (O paciente tomou uma dose *alta* de tranquilizante), *alta* extrapola o nível de aceitabilidade de ingestão de tranquilizante.

Nos exemplos **10**, **12** e **13**, X (preço, teor e dose) é passível de receber a propriedade *baixo(a)* sem afetar o ponto de equilíbrio. Já em **11**, *baixa* afeta o ponto de equilíbrio, colocando a taxa de açúcar no sangue aquém do ponto de equilíbrio; em **9**, tanto *baixa* quanto *alta* deixam X fora do ponto de equilíbrio.

Nesses exemplos, o ponto de equilíbrio é afetado em relação a um ponto elevado da seriação (preço alto, glicose alta, alto teor de gordura, dose alta de tranquilizante). A seriação apresenta uma série de valores (preços) ou taxas (glicose, gordura) ou dose (tranquilizante) que se distribuem entre uma localização *baixa* ou *alta*. Já em **11**, o ponto de equilíbrio de X (glicose) pode ser afetado tanto em um nível crescente (*O que acontece quando a glicose está alta?*) quanto em um nível decres-

cente (*O que acontece quando a glicose está baixa?*) O adjetivo *baixa* deixa o grau de elevação aquém do ponto de equilíbrio.

Nos exemplos **10**, **12** e **13**, X (o nome) é passível de receber a propriedade *baixo* sem afetar o ponto de equilíbrio. Já em **11**, *baixo* também afeta o ponto de equilíbrio, colocando a taxa de açúcar no sangue aquém do ponto de equilíbrio.

14a Maria ganha um *alto* salário.

14b Maria ganha um *baixo* salário.

15a Os moradores desse bairro possuem renda *alta*.

15b Os moradores desse bairro possuem renda *baixa*.

Nos exemplos **14b** (*Maria ganha um salário baixo*) e **15b** (*Os moradores desse bairro possuem renda baixa*), *baixo(a)* também afeta o ponto de equilíbrio do ponto de vista financeiro, está aquém de um salário ou de uma renda minimamente condizente com as necessidades básicas de um indivíduo.

Nos exemplos **14a** (*Maria ganha um alto salário*) e **15a** (*Os moradores desse bairro possuem renda alta*), *alto(a)* atribui um grau de elevação a X em termos quantitativos, tendo como suporte o ponto de referência relativo ao que se considera como renda alta, salário alto. O adjetivo *alto* indica que X atende a esse ponto de referência; o adjetivo *baixo(a)* evoca o distanciamento desse ponto. Há uma relação extrínseca entre *alto/baixo* e X. Há um estabelecimento de taxas, valores para que X seja considerado *alto/baixo*.

16. Esta cidade tem um *baixo* desenvolvimento econômico.

17. A cidade possui um *alto* potencial turístico.

18. É um tema de *alto* interesse.

19. É uma série de *alto* nível.

20. A PF investiga o *alto* número de agentes envolvidos com a segurança privada.

Em **16** *Esta cidade tem um baixo desenvolvimento econômico*, o adjetivo *baixo* situa a escassez de desenvolvimento econômico de uma dada cidade, marcando um desenvolvimento aquém do esperado, ou seja, situando desenvolvimento econômico aquém de um ponto de equilíbrio. Se temos *A cidade possui um desenvolvimento econômico*¹⁹, desenvolvimento econômico encontra-se em um ponto neutro de uma escala, evidencia-se apenas a existência de desenvolvimento econômico; ao se inserir o termo *baixo*, desenvolvimento econômico fica aquém do que se espera do desenvolvimento econômico de uma cidade. Em **17** *A cidade possui um alto potencial turístico*, *alto* coloca potencial turístico de x em um grau elevado, extrapolando esse ponto de equilíbrio. A cidade é detentora de vários aspectos que potencializam o turismo.

Em **18** *É um tema de alto interesse*, *alto* gradua interesse em termos quantitativos. O tema interessa a muitos. *Alto* indica a extensão do grau de interesse.

¹⁹ Para esse enunciado, não estamos considerando a possibilidade de se ter um grau elevado de desenvolvimento expresso através da entonação dada pelo sujeito enunciatador.

Em **19** *Uma série de alto nível*, a expressão de nível remete a qualidade da série, *alto* gradua o nível da qualidade da série. É uma série de excelente nível. Se temos *série de baixo nível*, *baixo* elimina a qualidade da série, marcando uma inexistência de qualidade, série sem qualidade.

Em **20** *A PF investiga o alto número de agentes envolvidos com a segurança privada*, *alto* indica a elevação do número de agentes, há uma grande quantidade de agentes envolvidos com a segurança privada.

21. Quem completar todo o quadro vai faturar alto.

Em **21**, em *faturar alto*, *alto* remete a uma grande quantia de dinheiro a ser faturado relacionada a completude do quadro que atua como suporte para faturar alto. Nesse exemplo, *alto* assume o valor de um advérbio de natureza quantitativa, podendo ser substituído localmente por muito:

21.a Quem completar todo o quadro vai faturar muito.

22. A emissora aposta *alto* no talento de seu apresentador.

Nesse enunciado, podemos ter duas leituras vinculadas a contextos distintos. Na primeira, *aposta alto* remete a um grau de resultados positivos que a emissora espera do talento de seu apresentador.; na segunda leitura, *alto* remete ao grau de investimento que a emissora faz em razão do talento de seu apresentador. Em ambos os casos, *alto* acentua um grau de intensidade do ato de esperar, investir. Assim como em **21**, *alto* pode ser substituído por muito.

23. *Maria sonha alto.*

Em **23**, *sonha alto*, *alto* remete a extensão dos sonhos, dos desejos que vão além de uma realidade palpável, ou seja, atingível mais facilmente.

24. Pedro é baixo, não tem princípios.

25. Pedro ficou alto, bebeu muita cerveja.

26. Durante o julgamento, o réu permaneceu com a cabeça baixa.

Nesses exemplos, *baixo* e *alto* não apresentam uma relação de contraste. Em **24**, *baixo* evoca a ausência de educação de Pedro, a falta de princípios, de formação. Em **25**, *alto* marca a ausência de sobriedade. A quantidade de álcool ingerida extrapolou o nível de aceitação do organismo de Pedro. Nesses dois casos, *baixo* e *alto* não comportam uma relação de contraste. O exterior do domínio nocional de *ser baixo* (no sentido de não ter princípios) e *ficar alto* (no sentido de embebedar-se) se dá por meio de uma asserção negativa: *Pedro não é baixo; Pedro não ficou alto*. Mas é possível também termos uma outra unidade que se contraponha a *baixo* ou a *alto* nesses dois casos. Por exemplo:

24.1 Pedro não é baixo, ele é educado.

Em uma operação de diferenciação, *baixo* estabelece uma relação de diferenciação com *educado*. Ao ser *baixo*, Pedro diferencia-se de *ser educado*.

Em **25**, podemos ter sóbrio contrapondo-se a *alto* em um enunciado do tipo *Pedro recuperou-se da bebedeira, já ficou sóbrio*. Em uma operação de diferenciação, *fi-*

car alto estabelece uma relação de diferenciação com *estar sóbrio*. *Baixo* está no interior do domínio nocional de ser baixo e no exterior do domínio nocional de ser educado e *alto* está no interior do domínio nocional de estar alto e no exterior do domínio nocional de estar sóbrio.

Em **26**, a propriedade *baixa* caracteriza a posição da cabeça após um movimento de inclinação. Não se trata da atribuição de uma propriedade em termos de altura, mas de uma propriedade resultante de um movimento de inclinação.

4 Forma esquemática

A propriedade **baixo** (Y1) ou **alto** (Y2) atribuída a X, dá a X uma dimensão de elevação ou de densidade, estando

- I. Y1 e Y2 em pontos extremos de uma linha de abstração na qual Y1 aproxima-se do ponto zero dessa linha e Y2 distancia-se desse ponto.
- II. Y1 aquém de um ponto neutro ou Y2 além de um ponto neutro.

No caso II, *alto* e *baixo* não estabelecem relação de contraste.

Agrupamos os enunciados analisados em 3 grupos, tendo em vista a configuração da relação que Y1 e Y2 (alto ou baixo) estabelecem com X. Vejamos:

Grupo I: a propriedade Y1 (baixo) ou Y2 (alto) atribuída a X ocorre por meio de uma relação intrínseca que se es-

tabelece entre X e Y1 ou Y2 sem mediação de um elemento externo, ou seja, de um suporte atuando como um sustentáculo para o grau de elevação ou de densidade que Y1 ou Y2 atribui a X. Enquadram-se nesse grupo, os enunciados:

(1) O rapaz é *alto*. O rapaz é *baixo*.

(2) O muro é *alto*. O muro é *baixo*.

(5) O som do carro está *alto*/. O som do carro está *baixo*.

(6) O professor fala *alto* nas aulas.

(7) Nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz *alta*, exceto ao cruzar com outro veículo (*Google*).

(8) O uso da luz *baixa* nas rodovias se torna obrigatório durante o dia.

(20) A PF investiga o *alto* número de agentes envolvidos com a segurança privada.

Grupo II: a propriedade Y1 ou Y2 (baixo ou alto) atribuída a X ocorre por meio de uma relação mediada por um elemento externo, ou seja, por meio de um suporte que atua como um sustentáculo do grau de elevação, de densidade ou quantidade de X. Enquadram-se nesse grupo, os enunciados:

(3) O quadro está *alto*.

(4) A rede está *baixa*.

(9) Pedro teve febre alta

(10) O preço da carne está *alto* e está pesando no bolso dos brasileiros.

(11) O que acontece quando a glicose está *alta*? (*Google*.)

(12) A manteiga tem *alto* teor de gordura.

(13) O paciente tomou uma dose *alta* de tranquilizante.

(14) Maria ganha um *alto* salário/*baixo* salário.

(15) Os moradores desse bairro possuem renda *alta*/renda *baixa*.

(16) Esta cidade tem um *baixo* desenvolvimento econômico.

(17) A cidade possui um *alto* potencial turístico.

(18) É um tema de *alto* interesse.

(19) É uma série de *alto* nível.

(21) Quem completar todo o quadro vai faturar *alto*.

(22) A emissora aposta *alto* no talento de seu apresentador.

(23) Maria sonha *alto*.

Grupo III: *alto* e *baixo* não estabelecem uma relação com X em pontos extremos de uma linha como Y₁ (baixo) ou Y₂ (alto). A relação entre X e Y se manifesta em função de um ponto neutro o que permite que X se autogere apenas enquanto *baixo* ou apenas enquanto *alto*. Enquadram-se nesse grupo os enunciados:

(24) Pedro é *baixo*, não tem princípios.

(25) Pedro ficou *alto*, bebeu muita cerveja.

(26) Durante o julgamento, o réu permaneceu com a cabeça *baixa*.

5 Considerações finais

As análises nos permitiram constatar que a relação antonímica só se estabiliza no enunciado, onde ocorre a construção de sentido de uma dada ocorrência. Assim, *alto* e *baixo* ao estabelecerem uma relação de contraste, tal relação é estabelecida nos limites do sentido em que tais ocorrências evocam no enunciado em que ocorrem. Por exemplo, a relação de contraste que se estabelece entre *alto* e *baixo* em a) *O rapaz é alto/baixo* e em b) *Nas vias não iluminadas o condutor deve usar luz alta*, mas ao cruzar com outro veículo deve usar luz *baixa*, mostra essa diferença de sentido. Em a, *alto/baixo* remete à altura e em b, ao grau de densidade da luz. Isso mostra que as relações antonímicas são construídas no enunciado, um par lexical, como *alto* e *baixo*, por exemplo, não é suficiente para efetivar uma relação de contraste.

As análises mostraram também que o funcionamento semântico de *alto* e *baixo* é norteado por um grau de elevação, de densidade ou de intensidade. Esse grau de elevação, de densidade ou de intensidade configura-se como uma propriedade intrínseca a X (X ser Y₁/Y₂) ou como uma propriedade que caracteriza X por meio de um suporte, ou seja, por meio de um elemento Z que atua como um suporte para que X se apresente portando a propriedade Y₁ ou Y₂.

A ausência de um grau de elevação, de densidade ou de intensidade inibe o estabelecimento de uma relação de contraste, como ocorre, por exemplo, em *Pedro está*

alto (alcoholizado), *Maria é baixa, não tem educação* em que temos respectivamente, a extrapolação de um ponto neutro ou o não atingimento desse ponto. Embora *alto* e *baixo* não apresente, nesses enunciados, uma relação de contraste, eles mantêm uma relação de identidade com os demais exemplos dos grupos I e II. No grupo III, a extrapolação ou o não atingimento de um ponto neutro tem em comum com os demais grupos o nível de distanciamento de X, evocado por Y1 ou Y2 em relação a um ponto.

Referências

ARAÚJO, Andreana de Carvalho de Barros; LIMA, Ma. Auxiliadora F. Uma abordagem enunciativa das relações antonímicas entre cobrir e des-cobrir. In: **Dominíos de Linguagem**. Uberlândia, v. 11, n. 3, 2017, p. 893-907.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. Tomo 1. Paris: Ophrys, 1990.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. Tomo 3. Paris: Ophrys, 1999.

DE VOGÜÉ, Sarah **Construction d'une valeur référentielle**: entités, qualités, figures. Travaux linguistiques du CerLico, Presses Universitaires de Rennes, 1999, La référence 2, pp. 77-106. hal-02060097f.

FRANCKEL, Jean-Jacques. Introdução. In: DE VOGÜÉ, Sarah; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Dennis. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. Organização de textos e de tradução: Márcia Romero & Milenne Biasotto-Holmo. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCKEL, Jean-Jacques. Da interpretação à glosa: por uma metodologia da reformulação. In: DE VOGÜÉ, Sarah; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Dennis. **Linguagem e enunciação**: re-

apresentação, referência e regulação. Organização de textos e de tradução: Márcia Romero & Milenne Biasotto-Holmo. São Paulo: Contexto, 2011.

FRANCKEL, Jean-Jacques Prolifération et reformulation comme traces de l'activité énonciative à travers l'agencement des formes. In: **Linx**. 2014, p. 70-7, p. 197-207.

GROUSSIER, M.-L. On Antoine Culioli's theory of enunciative operations. **Lingua**, v. 110, 2000, p. 157-182. [https://doi.org/10.1016/S0024-3841\(99\)00035-2](https://doi.org/10.1016/S0024-3841(99)00035-2).

LIMA, Ma. Auxiliadora F. O sentido em uma abordagem construtivista. In LIMA, M. A. F (Org.) **Unidades lexicais: identidade e variação em um dinâmica de interação**. Teresina: EDUFPI, 2019.

LIMA, Francisco de A. P. Um estudo semântico-enunciativo da marca legal no português brasileiro: identificando a invariância nas variações. In: LIMA, M. A. F (Org.) **Unidades lexicais: identidade e variação em uma dinâmica de interação**. Teresina: EDUFPI, 2019.

LYONS, John. **Semântica - 1**. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1977.

ROMERO, Márcia Um possível diálogo entre a Teoria das Operações Enunciativas e a aquisição: identidade semântica e produtividade discursiva. In: **Alfa**, 54 (2). São Paulo, p. 475-503, 2010.

ROMERO, Márcia. Teoria das Operações Enunciativas. In: ROMERO, M; GOLDNADEL, M; RIBEIRO, N. P; FLORES, V do N. **Manual de linguística: semântica, pragmática e enunciação**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

ROMERO, Márcia; FRANCISCONI, Leonam; FUJISAKA, Larissa. O semantismo do substantivo na perspectiva da Teoria das Operações Enunciativas: princípios de variação no confronto nome-verbo. **Co-nexão Letras**, Porto Alegre, v. 16, n. 25, p. 191-220, jan-jun. 2021.

A construção da significação especializada: de onde e para quem

Maria José Bocorny Finatto

1 Introdução

Começo este texto lembrando um pequeno segmento de uma publicação da autoria do estimado colega Prof. Antônio Luciano Pontes, de 2005, na qual já se lia “*As pesquisas em torno de gêneros utilizados em ensino a distância são cada vez mais necessárias e urgentes (...)*” (Pontes, 2005). Ao ler isso, hoje, em 2024, nós lembramos a pandemia que mudou nossas vidas e que nos obrigou a algo que batizamos de *Ensino Remoto Emergencial* (ERE). Veja só que antecipação!

Pois, tirante esse primeiro ponto premonitório, gostaria de já prevenir o leitor que este capítulo, ao discutir um tópico muito caro no âmbito dos estudos de Terminologia, a construção da significação especializada, fará, via de regra, apontamentos sobre antecipações. Ao construir este texto, queremos destacar também outros pontos do trabalho de Pontes (2005). Sua contribuição, como sabemos, tem sido sempre muito relevante para os estudos terminológicos e lexicográficos, merecendo ser conhecida, resgatada e valorizada.

Este capítulo tomará como ponto de partida, além do trabalho citado, dados textuais escritos provenientes de um tradicional *site* de divulgação científica (*MSD Manuals/Manual MSD*, ver em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional>). Essa tradicional fonte traz informações em português sobre cuidados com a Saúde. Oferece uma versão com conteúdos para médicos ou profissionais da Saúde e uma outra apresentação, para leigos, pensada como algo para a “família”. Os dois formatos da informação estão nas figuras a seguir. Em 2023, segue tal divisão, mas modificaram alguns conteúdos.

Figura 1 – Manual MSD – Versão para Profissionais

Apresentado a você pela MSD

SOBRE A MSD · CARREIRAS NA MSD · INVESTIGAÇÃO · NO MUNDO TODO

MANUAL MSD
Versão para Profissionais de Saúde

O fornecedor confiável de informações médicas desde 1890

SELECIONAR IDIOMA

VISUALIZAR A VERSÃO SAÚDE PARA A FAMÍLIA

INÍCIO ASSUNTOS MÉDICOS RECURSOS NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS PROCEDIMENTOS TESTES SOBRE

Q. Pesquisar

ASSUNTOS MÉDICOS E CONFLITOS A | Á | B | C | D | E | F | G | H | I | J | K | L | M | N | O | P | Q | R | S | T | U
V | W | X | Y | Z

Manuais MSD para profissionais
O primeiro e melhor lugar para buscar informações médicas

Milhares de assuntos em todas as áreas médicas

É grátis, e sempre será

Elaborados por centenas dos melhores especialistas médicos

Fotos, vídeos, animações e mais!

Fonte: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa>

Figura 2 – Manual MSD – Versão Saúde para a Família.

Apresentado a você pela **MSD** SOBRE A MSD · CARRERAS NA MSD · INVESTIGAÇÃO · NO MUNDO TODO

MANUAL MSD
Versão Saúde para a Família
O fornecedor confiável de informações médicas desde 1899

SELECIONAR IDIOMA

VISUALIZAR A VERSÃO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

INÍCIO ASSUNTOS MÉDICOS SINTOMAS EMERGÊNCIAS RECURSOS NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS SOBRE

Pesquisar

ASUNTOS DE SAÚDE E CEFALUAS A | Á | B | C | D | E | F | G | H | I | J | K | L | M | N | O | P | Q | R | S | T | U | V | W | X | Y | Z

Manuais MSD para consumidores
O primeiro e melhor lugar para buscar informações médicas

Milhares de assuntos em todas as áreas médicas

É grátis, e sempre será

Elaborados por centenas dos melhores especialistas médicos

Fotos, vídeos, animações e mais!

Fonte: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa>

Essa versão para a família/consumidores, sobre a qual trataremos mais adiante, algumas vezes não parece ser tão acessível - em termos de compreensibilidade do texto escrito - como se imaginaria que fosse ou pudesse ser. Tal tipo de suporte ou veículo de comunicação, que envolve divulgação e informação científicas, inclui-se nas reflexões do texto “Famílias de gêneros e novas formas comunicativas para a ciência” de Guiomar Ciapuscio (2021).

Essa autora, tal como Pontes (2005), já se ocupava de distinguir “entre duas famílias bem diferenciadas em comunicação da ciência: (a) os gêneros de pesquisa (produção e validação de conhecimento) e (b) os gêneros para a comunicação da ciência para a sociedade (popularização do conhecimento)” (op. cit. 2021).

A partir do exemplo de conteúdos do *site MSD Manuals*, na sua versão em português, examinada em 2021, verificaremos como eram suas diferentes propostas de popularização científica. Queremos ponderar como se constitui e expressa a construção da “significação especializada” (Pontes, 2005), apresentada para profissionais e para leigos.

Considerando a proposta dessa fonte de informações *on-line*, partiremos do pressuposto que, na versão para famílias, teria havido um esforço de simplificação ou facilitação de conteúdos. Afinal, trata-se de um redator/enunciador que tem trazido esse tipo de informação, em diferentes formatos e idiomas, há um bom tempo. Essa experiência no *métier* da divulgação científica pode ser inferida pelo subtítulo: “*Versão Saúde para a Família - O fornecedor confiável de informações médicas desde 1899*”.

Nesse contexto de comunicação, que envolve uma divulgação científica construída a partir de fontes originais estrangeiras, queremos refletir sobre a necessária condição de acessibilidade textual e terminológica (ATT) desses materiais, sobre a promoção do *Letramento em Saúde no Brasil* e sobre os desafios da *Linguagem Simples* (Fischer, 2020 e 2022). Isso será feito considerando-se as necessidades da maioria da população brasileira, conforme temos explorado em alguns trabalhos (Finatto; Paraguassu, 2022; Finatto; Silva; Esteves, 2021).

2 Trazendo temas de saúde para pessoas leigas

Conforme Pontes (2005, p. 34), o discurso especializado, em suas instâncias, deverá ser tratado também pelos estudos de Terminologia, que se ocuparão dos diferentes graus de densidade do léxico especializado. Tratando de uma situação de ensino, em alguma medida semelhante à que trataremos, o autor declarava que o enunciador-redator do informe de um conteúdo especializado, quando se dirige a pessoa que não tenha nenhum conhecimento prévio de um dado tema, usará uma terminologia apropriada, mas, certamente, com um nível de densidade inferior àquele encontrado na comunicação do tipo especialista-especialista. Nesse cenário, as **exemplificações** e as **definições** (grifos nossos) tornam-se necessidades e recursos fundamentais apontados por Pontes (2005) para que se obtenha o sucesso da comunicação de caráter didático.

Tendo em mente essas ideias, vejamos agora um exemplo de informação disponível no já referido *site Manual MSD*, cujo título é *Vacina contra a varíola*, o qual acessamos em agosto de 2021. Como se pode inferir, as informações oferecidas em português brasileiro são fruto de uma tradução que partiu do inglês. Nelas destacava-se a autoria do original e que teria havido uma revisão desse conteúdo em outubro de 2020. O caminho percorrido para chegar ao assunto foi seguinte: PÁGINA INICIAL => INFECÇÕES => IMUNIZAÇÃO => VACINA CONTRA A VARÍOLA (o conteúdo, conforme aqui repro-

duzido, deixou de estar publicado no *site* da empresa em 2023). Interessante notar que se parte do pressuposto que o leitor saiba, de antemão, o que é a *variola* e que o cenário estado-unidense permanece como uma referência para as ações relatadas no informe, sem preocupação com alguma contextualização para leitores de países de língua portuguesa. Vejamos, a seguir, o texto, com alguns grifos em negrito de nossa autoria.

Vacina contra a variola

Por Margot L. Savoy, MD, MPH, Lewis Katz School of Medicine at Temple University

Última revisão/alteração completa out 2020|
Última modificação do conteúdo out 2020.

**CLIQUE AQUI PARA A VERSÃO PARA PROFIS-
SIONAIS**

Nos Estados Unidos, a vacinação rotineira com a vacina contra variola foi interrompida em 1972 porque a variola foi **erradicada**. Uma vez que os efeitos protetores da vacina desaparecem depois de aproximadamente dez anos, a maioria das pessoas encontra-se, atualmente, **suscetível** à variola.

Como amostras do vírus foram armazenadas, algumas pessoas temem que a variola possa ser usada por terroristas como **arma biológica**. **No entanto**, até que ocorra um **surto** na população, a vacina contra a variola é recomendada somente para pessoas que tenham um **alto**

risco de exposição, tais como funcionários de laboratórios e de assistência à saúde que trabalham com o vírus da varíola ou materiais relacionados.

Foi preparada uma quantidade suficiente de vacina contra a varíola para vacinar toda a população dos Estados Unidos, se necessário.

A vacina contra a varíola contém o vírus vivo **vaccínia**, o qual é aparentado ao vírus da varíola e proporciona **imunidade** contra este.

A vacina é mais **eficaz** quando administrada antes da exposição. **No entanto**, a vacina também pode ser benéfica se **administrada** até quatro dias após a exposição e pode ajudar a prevenir a doença ou limitar sua gravidade.

Para obter mais informações, consulte os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) Varíola: Declaração de prevenção e tratamento. (Consulte também Considerações gerais sobre a imunização).

Fonte: MDS Manual – os grifos em cores são nossos. O conteúdo, conforme aqui reproduzido, deixou de estar publicado no *site* da empresa em 2023.

Nesse trecho, podemos localizar uma explicação/definição: *A vacina contra a varíola contém o vírus vivo vaccínia, o qual é aparentado ao vírus da varíola e proporciona imunidade contra este.* Com certeza, esse segmento confirma a pressuposição de que redator-autor está acreditando que leitor já sabe o que é uma *vacina*, valendo o mesmo

para *varíola*, faltando-lhe apenas, em tese, apenas algumas complementações circunstanciais e/ou cultural-geográficas. Nessa frase antes destacada, o uso do pronome *este* instaura uma anáfora que o autor também parece imaginar que seja facilmente resolvível por seu leitor.

Enfim, poderíamos apontar diversos problemas ou questões, nesse trecho, relacionados com uma maior ou menor acessibilidade terminológica e textual do material. Para além dos termos “técnicos”, pouco explicados ou definidos, há uma série de elementos associados às escolhas de escrita que seriam potenciais complicadores para o entendimento “das famílias” do Brasil. Isso afirmamos levando em conta que, conforme pesquisas de 2018 (INAF2018) apenas 12 entre cada 100 pessoas no nosso país podem ser plenamente proficientes em leitura. Palavras como as negritadas **erradicada**, **suscetível** e **vaccínia** e mesmo os dois encadeadores **no entanto** podem potencializar dificuldades para uma pessoa adulta com escolaridade limitada e que tenha poucas experiências de leitura com textos desse tipo. Ou terá sido esse material oferecido em português – variante brasileira – pensando-se em informar pessoas residentes fora do Brasil? Isso parece pouco provável.

O leitor deste nosso capítulo já pode estar se perguntando: como será essa mesma informação na versão que é oferecida para profissionais da Saúde? Antes de oferecer uma resposta, vejamos, na Figura 3, uma outra situação em que os redatores desenvolveram uma comunicação do tipo especialista-especialista ou médico-médico:

Figura 3 – Manual MSD – Variola – Versão para Profissionais de Saúde.

☰
📖
MANUAL MSD
Versão para Profissionais de Saúde

🔍 Vacina contra a varíola

ASSUNTOS MÉDICOS E CAPÍTULOS
|
A
|
Á
|
À
|
B
|
C
|
D
|
E
|
É
|
F
|
G
|
H
|
I
|
Í
|
J
|
K
|
L
|
M
|
N
|
O
|
P
|
Q
|
R
|
S
|
T
|
U
|
V
|
W
|
X
|
Y
|
Z

PROFISSIONAL / PROCURAR RESULTADOS

ASSUNTO MÉDICO

Varíola

(Varíola)

Varíola é uma doença altamente contagiosa causada pelo vírus da varíola, um ortopoxvírus. Provoca morte de até 30%. A infecção natural foi erradicada. A preocupação principal quanto a epidemias...

Fisiopatologia | Sinais e sintomas | Diagnóstico | Tratamento | Prevenção | Pontos-chave | Informações adicionais

ASSUNTO MÉDICO

Varíola do macaco

A varíola do macaco, uma doença rara, é causada pelo vírus da varíola símia, que está estruturalmente relacionado com o vírus da varíola e causa doença semelhante, mas geralmente mais leve...

Referência | Informações adicionais

Principais imagens para Vacina contra a varíola



Veja mais imagens para Vacina contra a varíola >

ASSUNTO MÉDICO

Visão geral da imunização

A imunidade pode ser alcançada Ativamente usando antígenos (p. ex., vacinas, toxoides) Passivamente, pelo uso de anticorpos (p. ex., imunoglobulinas, antitoxinas)...

Administração de vacinas | Restrições, precauções e grupos de alto risco | Segurança das vacinas | Imunização para viajantes | Informações adicionais

Fonte: <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/SearchResults?query=Vacina+contra+a+var%C3%ADola>. Texto cf. acesso em agosto de 2021. O conteúdo está modificado em junho de 2023.

Assim como se percebe no material “para famílias”, esse material voltado para *Profissionais de Saúde* também tem uma autoria estrangeira identificada. O texto, aqui reproduzido apenas no seu segmento inicial, com grifos também inseridos por nós, trazia o seguinte (conteúdo removido do *site* da empresa em 2023):

Variola (Variola)

Por Brenda L. Tesini, MD, University of Rochester School of Medicine and Dentistry

Última modificação do conteúdo abr. 2019

CLIQUE AQUI PARA ACESSAR EDUCAÇÃO PARA O PACIENTE

Recursos do assunto Áudio (o) Calculadoras (1) Imagens (5) Modelos 3D (o) Tabelas (o) Vídeo (o)

Variola é uma doença altamente contagiosa causada pelo vírus da variola, **um ortopoxvírus**. Provoca morte de até 30%. A infecção natural foi erradicada. A preocupação principal quanto a epidemias é o **bioterrorismo**. **Sintomas constitucionais intensos e exantema** com pústulas características se desenvolvem. O tratamento costuma ser de suporte e potencialmente com antivirais. A prevenção envolve a vacinação que, por causa de seus riscos, é realizada de forma seletiva.

Nenhum caso de variola ocorreu no mundo desde 1977, em razão da vacinação mundial. Em 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou a descontinuação da **vacinação rotineira** contra variola. A vacinação rotineira nos EUA terminou em 1972. **Como seres humanos são os únicos hospedeiros naturais do vírus de variola e este não pode sobreviver > 2 dias no meio ambiente, a OMS declarou erradicada a infecção natural.**

Preocupações com o **uso bioterrorista** do vírus da varíola armazenado para pesquisa ou mesmo de vírus criados sinteticamente levantam a possibilidade de recorrência (ver Agentes biológicos com armas e CDC: Smallpox: Bioterrorism).

Fonte: Manual MSD – texto cf. estava disponível em www.msmanuals.com/pt/profissional/doen.as-infecciosas/v%C3%ADrus-pox/var%20a%20var%C3%ADola?query=Vacina%20contra%20a%20var%C3%ADola. Trecho com negritos coloridos nossos. Esse conteúdo foi removido do site da empresa em 2023.

Finalizando o nosso percurso pelo *site* MSD conforme se apresentava em 2021, chegamos a mais um material que a mesma fonte indica como *Educação para o paciente*. Essa seria, em tese, um terceiro tipo de apresentação para a informação. Apenas nessa terceira página/conexão, acionada a partir daquele ponto inicial de busca que colocamos, reproduzida na figura a seguir, vemos um quadro de interação mais próxima entre um especialista, profissional da Saúde, e uma pessoa leiga na posição de seu paciente ou interlocutor.

Figura 4 – Manual MSD - Versão Educação para o Paciente.

MANUAL MSD
Versão Saúde para a Família

ASUNTO DE SAÚDE E CAPÍTULOS A Á | À | B | C | D | E | F | G | H | I | J | K | L | M | N | O | P | Q | R | S | T | U | V | W | X | Y | Z

PÁGINA INICIAL / INFECÇÕES / POXVÍRUS / VARÍOLA

NESTE ASSUNTO

- Síntomas
- Diagnóstico
- Prevenção

OUTROS TÓPICOS NESTE CAPÍTULO

- Poxvírus
- Varíola símia
- Varíola

CONTÊIDO ADICIONAL

TESTE OS SEUS CONHECIMENTOS

Cacexialidomose

Qual dos medicamentos a seguir é usado para tratar casos graves de cacexialidomose progressiva?

1. A. Amphotericina B.

Varíola
(varíola)

CLIQUE AQUI PARA A VERSÃO PARA PROFISSIONAIS

Por *Brenda L. Teitel, MD*, University of Rochester School of Medicine and Dentistry
Última revisão/alteração completa dez 2020 | Última modificação do conteúdo dez 2020

Recursos do assunto

Áudio (0)	Imagens (2)	Módulos MD (0)	Tabelas (0)	Vídeos (0)
-----------	-------------	----------------	-------------	------------

A varíola é uma doença altamente contagiosa e muito mortal causada pelo vírus da varíola. Hoje a doença é considerada eliminada.

- Não houve casos de varíola desde 1977.
- As pessoas podem contrair a infecção ao respirar ar contaminado com vírus contido nas partículas expiradas ou tossidas por uma pessoa infectada.
- As pessoas apresentam febre, dor de cabeça, dor nas costas e erupções na pele, por vezes com grave dor abdominal e sentem-se muito doentes.
- O diagnóstico é confirmado quando o vírus é identificado em uma amostra obtida da erupção cutânea.
- A vacinação durante os primeiros dias de exposição pode prevenir ou reduzir sua gravidade.
- O tratamento envolve líquidos, alívio dos sintomas e tratamentos para manter a pressão sanguínea e ajudar com a respiração.

[Consulte também: [Considerações gerais sobre infecções virais](#)]

O vírus da varíola só pode existir nas pessoas e não nos animais.

Há duas formas principais:

Fonte: <https://www.msmanuals.com/pt/casa/infec./es/poxv%3C%ADrus/var%3C%Adola>. Texto cf. acesso em agosto de 2021. O conteúdo, em 2023, está um pouco diferente, aponta-se: *Avaliação/revisão completa ago 2022 | modificado dez 2022*

A ideia que tivemos, neste ponto, é que um profissional de Saúde brasileiro poderia aproveitar os recursos e informações desta página, na Figura 4, como subsídio em uma interlocução didática. Imaginamos, assim, que o texto e sua apresentação por tópicos e frases curtas podem ser parte de um “guia” que um médico ou enfermeiro poderia usar para ensinar seus pacientes sobre um dado tema.

No segmento destacado em uma caixa de texto, na figura acima, temos a frase “A varíola é uma doença altamente contagiosa e muito mortal causada pelo vírus da varíola. Hoje a doença é considerada eliminada.” Essa frase, como nas versões anteriores da informação, não nos

aponta para uma possível necessidade de se explicar ao paciente o que seja um *vírus*, salientando-se que a doença associada a ele, chamada *varíola*, não existiria mais. Por outro lado, elementos como o *período da erradicação* (1977), os *modos de contágio*, *sintomas*, *diagnóstico* e *tratamento* parecem estar convenientemente apresentados, em uma ordem didática, além da informação que o vírus “*só pode existir nas pessoas e não nos animais*”.

O alerta, ao final dessa página do *site* Manual MSD informava que “*OBS.: Esta é a versão para o consumidor. MÉDICOS: Clique aqui para a versão para profissionais.*” Desse modo, vemos nominada, mais uma vez, a *persona* de um interlocutor que é um **consumidor**. Essa figura, associada a alguém que compra produtos e serviços, muitas vezes subsume a ideia de um *cidadão*. Destaca-se, assim, infelizmente, uma entidade-destinatário um tanto nebulosa nesse tipo de comunicação sobre temas de Utilidade Pública. E isso nos faz pensar, imediatamente, em valores financeiros.

Convido meu leitor a imaginar uma pessoa adulta brasileira que buscasse, nesse ponto, no *website desta tradicional empresa produtora de conteúdos*, algum conhecimento/informação sobre o tema da *varíola e sua vacinação*. Vamos supor que essa pessoa tivesse escolaridade limitada e pouco hábito de leitura. Com esses elementos e condições em mente, voltemos aos excertos antes apresentados. Vale reler rapidamente e localizar definições e explicações ao longo das figuras e trechos de texto.

Como se pode perceber, a *varíola* é uma doença altamente contagiosa, esse é o ponto principal, algo sendo definido. Fora isso, destaca-se o fato de ela ter sido superada, embora não se explique, nesse bloco inicial da “versão educativa”, que isso foi conquistado pela vacinação, tampouco se esclareça o que seja um *vírus*. Provavelmente, o leitor/consumidor com quem os enunciadores imaginam dialogar, via texto, deveria já saber do que se trata. O tema da vacinação somente será mencionado mais adiante nessa versão do texto que, conforme se anuncia, tem viés didático.

Feito esses exames, ainda que superficiais, poderíamos nos questionar sobre o quanto esses materiais teriam o potencial de realmente ajudar, diretamente, um cidadão leigo brasileiro, o qual estivesse percorrendo um *site* na internet, buscando um dado conhecimento. Talvez apenas esse último ponto de informação, de viés mais didático, pudesse melhor atender suas necessidades. Ainda assim, conforme pensamos, haveria alguns elementos de dificuldade linguística e conceitual a superar como também uma sucessão de passos a percorrer pelo *site* até chegar a esse ponto “mais amigável” em termos de compreensibilidade. Dito isso, podemos afirmar que intervenção de algum mediador de comunicação (um linguista-terminólogo?) parecia ser uma condição necessária para qualificar a funcionalidade esses materiais.

Nesse sentido, quisemos evidenciar a necessidade de reescrita ou de adequação dos textos e pontos de informações aqui exemplificados. Para tanto, a retomada dos recursos, das estratégias e dos marcadores linguísticos

descritos por Pontes (2005), ainda que inscritos em um gênero que ele denominou de *aula* (naquele momento pensada como algo “no formato a distância”), parecem apontar para insumos importantes para o que, nessa fonte de informação, chamou-se de *Educação para o paciente*.

3 Considerações finais

Ao longo do que temos estudado²⁰ e testemunhado, parece que há, ainda, um lento caminho para que cheguemos à compreensão do que perfaz uma Linguagem Simples (veja mais sobre esse tema em Fischer, 2020 e 2021 e/ou Finatto; Paraguassu, 2022). É longo o caminho que precisamos percorrer rumo a uma contribuição efetiva para o Letramento em Saúde da população brasileira. Precisamos da inclusão do cidadão no mundo dos conhecimentos e saberes sobre cuidados com a Saúde, o que é feito também via linguagem.

Na maioria das vezes, infelizmente, parece haver falta de empatia ou uma dificuldade dos produtores de conteúdo colocarem-se no lugar do cidadão brasileiro que se reconhece naquela pesquisa do INAF antes mencionada. E isso fica evidente ao observarmos, mesmo de relance, a figura 5, a seguir. Quem saberá o que é/significa *resiliência* ou *tornar as crianças mais resilientes*? Com quem se está, afinal, dialogando via texto? Com um dado *consumidor* ou com um *cidadão letrado*?

²⁰ Fica o convite para conhecer o nosso grupo de estudos em ATT: <http://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade/>

Figura 5 – Manual MSD – Versão Saúde para a Família.

Apresentado a você pela MSD SOBRE A MSD · CARRERAS NA MSD · INVESTIGAÇÃO · NO MUNDO TODO

MANUAL MSD
Versão Saúde para a Família
O Formador confiável de informações médicas desde 1899

SELECIONAR IDIOMA

VISUALIZAR A VERSÃO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

INÍCIO ASSUNTOS MÉDICOS SINTOMAS EMERGÊNCIAS RECURSOS NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS SOBRE

Assuntos de Saúde e Cuidados A A | A | B | C | D E | F | G | H | I | J | K | L | M | N | O | P | Q | R | S | T U
V | W | X | Y | Z

CONTEÚDO EM DESTAQUE

PROMOVER A RESILIÊNCIA NAS CRIANÇAS
A pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios no cuidado com crianças. Saiba e entenda melhor esse assunto. A atenção do profissional ao avaliar e proporcionar um ambiente seguro, significativo e resiliente para crianças.

TORNAR AS CRIANÇAS MAIS RESILIENTES

LINKS RÁPIDOS

- PRIMEIROS SOCORROS E EMERGÊNCIAS
- VALORES LABORATORIAIS NORMAIS
- VÍDEOS
- AUTOAVALIAÇÕES

COMENTÁRIO: COVID-19 e saúde mental das crianças – O que os pais precisam saber

Quando se trata de crianças e da COVID-19, grande parte do foco tem sido no fato de que crianças e adolescentes têm taxas mais baixas de infecção do que adultos. No entanto, só porque crianças...

VOCÊ SABIA...

Considerações gerais sobre lesões provocadas pelo frio
Tomar bebidas alcoólicas na realidade faz o corpo ficar mais frio.

Fonte: <https://www.msmanuals.com/pt/casa> Acesso em: agosto de 2021.

Quando acessamos esta página, em 2021, no meio de um longo texto, havia este segmento em destaque:

Promovendo a resiliência em crianças - Enquanto procuram por sinais de alerta de transtornos de saúde mental, os pais e cuidadores também podem ajudar a promover em seus filhos maior resiliência contra a COVID-19 e outros desafios. Aqui estão algumas dicas (...)

Infelizmente, mais uma vez, explicar isso não pareceu necessário. Talvez todos os usuários desse canal informativo já devessem ou pudessem saber do que se tratava. Conforme destacou Pontes (2005) na sua busca por boas estratégias didáticas, podemos ainda interrogar na tessitura do texto: a) Que elementos compreendem ‘*outros desafios*’? b) Como essa significação espe-

cializada precisaria ser didaticamente construída? c) De onde essa significação – ainda que lacunar - parte e para quem deve(ria) chegar?

Para a pessoa interessada nessas questões, fica o convite para prosseguir conosco, neste longo caminho de estudos e perplexidades relacionado à divulgação científica para leigos. Em meio a esses textos e discursos tão complexos, produzidos por empresas ou mesmo por entidades públicas, há muito além de terminologias “técnicas” e palavras difíceis. Neles vemos autorias, faltas e falhas que se mostram.

Isso tudo sem contar as questões macroestruturais e políticas sobre Alfabetização e/ou Letramento em Saúde, sobre Linguagem Simples (derivada das ideias de *plain language*) e a Linguagem Facilitada (inspirada no movimento *easy language*) e/ou linguagem multimodal, essas últimas configuradas para que se possa incluir pessoas com necessidades especiais e também as pessoas que têm dificuldades cognitivas (veja mais nos trabalhos reunidos por Hansen-Schirra & Maaß (2020), valendo conhecer a coleção *Easy-Plain-Acessible* promovida por essas autoras.

Nós, linguistas, terminólogos e estudiosos do léxico, conforme acredito, ainda temos muito a dizer e a resgatar sobre o tanto que perfaz esse cenário comunicativo. Um cenário que envolve a conformação da significação especializada e a promoção do seu acesso e entendimento para todos, conforme as suas necessidades ou condições.

Referências

CIAPUSCIO, G. E. Famílias de gêneros e novas formas comunicativas para a ciência. **Calidoscópico**, [S. L.], v. 7, n. 3, p. 243-252, 2021. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/calidoscopio/article/view/4878>

FINATTO, M. J. B.; SILVA, A. DA; ESTEVES, F. F. *Fake news* e desinformação sobre vacinas. **Revista GTLex**, v. 6, n. 2, p. 445-494, 22 maio 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Lex12-v-6n2a2021-1>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FINATTO, M. J. B.; MOTTA, E. Terminologia e Acessibilidade. **Revista GTLex**, v. 2, n. 2, p. 316-356, 2019. Disponível em: DOI:<https://doi.org/10.14393/Lex4-v-2n2a2017-6>. Acesso em: 9 ago. 2021.

FINATTO, M. B. F.; PARAGUASSU, L. (orgs.) **Acessibilidade Textual e Terminológica**. Uberlândia : EDUFU, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

FISCHER, H. [2022]. **Linguagem Simples**. Comunica Simples – Serviços de Linguagem Simples. [Site] Disponível em: <https://comunicasimples.com.br/a-linguagem-simples/>

FISCHER, H. Só é acessível se der para entender. In: **Acessibilidade cultural: atravessando fronteiras** [recurso eletrônico]. SALASAR, D. N. ; MICHELON, F. F. (Orgs). Pelotas: Editora UFPel, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/6550>

HANSEN-SCHIRRA, S.; MAAß, C. (eds.) **Easy – Plain – Accessible - Vol. 2. Easy Language Research: Text and User Perspectives**. Berlin: Frank & Timme, 2020, p. 285. Disponível em: https://www.frank-timme.de/fileadmin/docs/Easy_Language_Research_Text_and_User_Perspectives.pdf.

INAF 2018 – AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. (2018). **Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF BRASIL 2018)**: resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; IPM. Disponível em: < <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/indicador-de-alfabetismo-funcional-inaf-brasil-2018/>>

PONTES, A. L. A Construção da significação especializada no texto didático. In: LIMA, P. L. C; ARAÚJO, A. D. (Orgs.) **Questões de Linguística Aplicada/Miscelânea**. Fortaleza: EdUECE, 2005. p. 31-52, 177.

As variantes denominativas da economia: perfil lexicosseântico²¹

Lucimara Alves Costa

Ieda Maria Alves

1 Introdução

Definidas como denominações distintas para uma mesma realidade ou traços similares de um mesmo conceito, a variação terminológica denominativa tem sido amplamente estudada e debatida nos últimos anos. Diversos trabalhos têm abordado esse fenômeno do ponto de vista linguístico, funcional e também cognitivo.

Partindo de um viés cognitivo, a variação terminológica está diretamente relacionada ao processo de construção do conhecimento na comunicação especializada. Processo este que vai desde a construção do conhecimento na mente do autor/emissor/escritor até a divulgação desse conceito, por meio das unidades terminológicas, e a compreensão dos traços conceituais divulgados por essas unidades, por parte do leitor/interlocutor.

²¹ Este trabalho é parte do projeto “As várias faces da Economia: um estudo contrastivo sobre a variação denominativa entre Brasil e Espanha”, desenvolvido como pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade de São Paulo e financiado pela FAPESP, processo nº: 2019/11136-7.

Sendo assim, ao utilizar uma variante em detrimento de outra, consideramos que há uma motivação cognitiva, ainda que desapercibida, por parte do autor e também uma consequência cognitiva no leitor que, ao ter contato com a unidade selecionada, tem acesso a informações conceituais específicas e que, possivelmente, não seriam as mesmas veiculadas se a unidade terminológica apresentada fosse distinta. As informações conceituais a que esse leitor tem acesso também influenciam diretamente na construção do conhecimento especializado desse interlocutor.

A respeito do processo cognitivo de construção do conhecimento especializado, Temmerman (2000), em Teoria Sociocognitiva da Terminologia, procura explicar a dinamicidade dos processos de categorização existentes na comunicação especializada, partindo do pressuposto de que os processos de categorização e construção do conhecimento especializado não são estáticos e podem variar de acordo com distintos fatores internos e externos. Sendo assim, as características de um conceito não são essenciais e intrínsecas ao termo a que este se relaciona; ao contrário, são funcionais e interativas e, portanto, podem sofrer variações considerando-se os diversos fatores cognitivos e comunicativos envolvidos no processo de construção do conhecimento especializado e sua comunicação por meio da linguagem – variantes denominativas – .

Como destaca Cabré (1999), por ser uma característica intrínseca ao termo como unidade poliédrica, a variação terminológica pode apresentar-se em qualquer

âmbito de especialidade, inclusive na Economia. Dessa forma, no presente trabalho temos por objetivo analisar as variantes denominativas da Economia, com o intuito de traçar seu perfil lexicossemântico, por meio das informações formais (composição) e conceituais veiculadas por essas variantes.

2 A economia na vida cotidiana

Definida como a “Ciência que estuda os fenômenos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, com o intuito de promover o bem-estar da comunidade” (Michaelis *Online*), a Economia sempre esteve muito presente no dia a dia da população.

Embora, poucos conheçam em profundidade os meandros e sinuosidades da ciência econômica, estando esse conhecimento mais restrito a profissionais de negócios, de finanças e do governo, ela tem extrema relevância na vida cotidiana das pessoas, compreendendo ações que vão desde aprender a controlar o orçamento da casa, fazer o orçamento das taxas de câmbio das viagens de férias até operar aplicações financeiras em poupanças, CDIs e /ou bolsa de valores.

A palavra “economia” origina-se do grego “oikonomia” - administração da casa – porém, com o passar do tempo, esse significado foi ampliado para o “estudo das maneiras de gerir os recursos e, mais especificamente, a produção e a permuta de bens e serviços” (Mendes Rosa, 2013, p. 12). Entretanto, como destaca este mesmo autor,

a melhor definição de Economia talvez tenha sido a apresentada pelo economista Lionel Robbins, em 1932, ao defini-la como a “ciência que estuda o comportamento humano como inter-relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos”, o que permite que a caracterizemos como a ciência das escolhas ou a “ciência que estuda as escolhas de pessoas, empresas e governos”.

A esse respeito, Mill (2017) destaca que é nas situações de escassez que os indivíduos aprendem a reagir e tomar decisões que lhes permitem sair desse estado de escassez, ou seja, movimentar/criar a Economia como uma forma de sobrevivência. Assim, como aponta Thomas Souweell “a primeira lição da economia é a escassez: nunca há algo em quantidade suficiente para satisfazer os que as pessoas querem. A primeira lição da política é desconsiderar a primeira lição da economia” (Thomas Souwell, *apud* Mendes Rosa, 2013, p. 13).

A Economia moderna surgiu como disciplina específica no século XVIII, tendo como seu marco a publicação do livro “A riqueza das nações”, de autoria de Adam Smith, em 1776. No entanto, de acordo com Mendes Rosa (2013), o que realmente motivou e, por conseguinte, ocasionou a difusão dessa ciência, não foram os textos escritos por economistas a respeito do assunto, e sim as mudanças ocorridas na própria economia, com o advento da Revolução Industrial. O surgimento das fábricas e, principalmente, da produção dos bens de massa motivou uma nova organização econômica, que passou a ser denominada “economia de mercado”. Por Economia

de mercado ou Economia de livre mercado entende-se o “sistema econômico em que as decisões são tomadas pelo mercado, e não pelo governo” (Epping, 2010, p.321).

Segundo essa nova organização econômica, as decisões sobre as variáveis de preços e produções são responsabilidade do mercado, sem influência do governo. Segundo Eppig (2010), o objetivo e propósito da Economia de mercado é prover consumidores e produtos, com produtos de qualidade e a um preço acessível, o que a diferencia das economias planejadas, cujas decisões sobre a produção e forma de distribuição dos produtos são tomadas pelo governo. Embora, à primeira vista, este conhecimento pareça ser bastante abstrato para um leitor leigo, essas e outras decisões e organizações econômicas afetam diretamente a população e tem muitas implicações na vida cotidiana.

Concebida como uma ciência de difícil compreensão, com termos e conceitos compreensíveis apenas para um grupo seleto e restrito de pessoas - os economistas-, a Economia sempre esteve presente no dia a dia das pessoas, as relações econômicas comandam a nossa vida, o que torna necessário que tenhamos um certo conhecimento sobre o assunto, em especial sobre sua terminologia, uma vez que, constantemente, somos bombardeados por termos do domínio da Economia, nos jornais impressos, nos noticiários de TV, nos serviços bancários ou até mesmo quando vamos ao supermercado.

Como aponta Gonçalves (2015), de uma forma simplista, a Economia pode ser entendida como a ciência

das escolhas que fazemos o tempo todo. É ela que nos orienta a como agir diante das indecisões do dia a dia em situações de escassez. Para tornar mais clara essa relação, Mill (2017, p.7), ilustra a seguinte situação:

Você abre a porta da geladeira, olha os alimentos dentro dela e declara: “não há nada para comer nesta casa”. Mais tarde, você entra no closet cheio de roupas e pensa: “não tenho nada para vestir”. Você está diante de uma situação de escassez. Você nunca tem o suficiente ou o que quer. O fato é que você tem muita coisa para comer e muita roupa para vestir. Você escolheu ignorar as opções naquele momento e lugar, mas no final sabe que cederá e comerá a maçã perto das uvas enrugadas no fundo da gaveta e, depois vestirá a camisa e a calça que odeia. Você é uma criatura da economia. Diante da escassez, olha para as opções, avalia e, em seguida, escolhe (Mill, 2017, p. 7).

São essas situações cotidianas que nos fazem, por exemplo, observar e calcular os *descontos* do supermercado para decidir o que comprar para o almoço, que nos induzem a passar as férias no Chile e não na Europa, porque sabe que a *taxa de câmbio* do euro está muito superior à do peso chileno. Situações que nos levam a escolher aplicar em Letra de Crédito Imobiliário (LCI) porque tem um rendimento maior que o da poupança e que nos fazem questionar o porquê de pagarmos R\$ 5,00 por uma garrafa de água no semáforo, quando pagaríamos

R\$ 1,00 pela mesma garrafa se comprássemos 5 garrafas no supermercado e depois, por fim, entender na prática, o que significa *curva de demanda*²².

Estes são alguns exemplos de como a Economia está presente e se faz importante na vida cotidiana das pessoas, o que reforça a importância de nos aprofundarmos um pouco mais a respeito desse tema, em especial a respeito de sua terminologia e variações terminológicas.

3 A terminologia da economia

Como já destacado, a Economia é uma ciência muito presente no dia a dia das pessoas e, por essa razão, estamos sempre em contato com uma grande profusão de termos desse âmbito de especialidade. Sendo assim, como ressalta Alves (2016, p. 48), “[...] como consequência, não raro encontramos definições de termos dessa ciência, que procuram explicitar o conceito de um termo para leitores não especializados”.

Em relação à terminologia da Economia, constatamos que esta, assim como a própria Terminologia (disciplina), tem um caráter interdisciplinar, assim, é comum encontrarmos em sua terminologia unidades lexicais especializadas de outros âmbitos de especialidade, como do Direito – arbitragem/arbitragem cambial/ arbitragem tributária, ação, abono –, da Medicina – crise financeira,

²² A curva de demanda de determinado bem nos diz quanto estamos dispostos a pagar para adquirir diferentes quantidades desse bem. A curva de demanda é uma associação inversa (quando sobe um, desce o outro) entre quantidade demandada e preço: quanto maior o preço de um bem, menor a demanda por ele (Gonçalves, 2015, p. 30).

colapso econômico, abatimento de juros – , da Ecologia – desastre econômico –, da Marinha – âncora cambial –, da Geologia – corrosão inflacionária – ou da terminologia bélica – arsenal anticrise – . Com exceção do Direito, na utilização de termos originados de outras ciências, expressa-se sempre uma relação metafórica na terminologia da Economia, como pudemos constatar nas formações com termos da Medicina, Economia, Ecologia, Geologia e terminologia bélica, anteriormente apresentados.

Quanto à sua constituição, ao analisarmos as variantes da Economia, constatamos que estas são, em sua maioria, unidades sintagmáticas, ou seja, compostas por dois ou mais lexemas – crise econômica/ crise da Economia; colapso imobiliário/ colapso do sistema imobiliário; compensação tributária/ compensação de dívidas tributárias –, entre outras.

3.1 Composição das variantes

Em relação à sua composição, verificamos que as variantes denominativas da Economia são estruturadas de acordo com vários padrões de formação: **S** (substantivo); **NS+A** (núcleo substantival + adjetivo); **NS+SA+S**. **ADV** (núcleo substantival + sintagma adjetival + sintagma adverbial); **NS+SA+A** (núcleo substantival + sintagma adjetival + adjetivo); **NS+SA** (núcleo substantival + sintagma adjetival); **NS+A+A** (núcleo substantival + adjetivo + adjetivo); **SA + NS** (sintagma adjetival + núcleo substantival); **S + S** (substantivo + substantivo); **NS + A +**

SA (núcleo substantival + adjetivo + sintagma adjetival); **NS+ SA+ S** (núcleo substantival + sintagma adjetival + substantivo); **NS + SA+ SA** (núcleo substantival + sintagma adjetival + sintagma adjetival); **NS+ S.ADV+ SA** (núcleo substantival + sintagma adverbial + sintagma adjetival); **NS+ S.ADV + A** (núcleo substantival + sintagma adverbial +adjetivo). Vide tabela a seguir.

Tabela 1: Composição das variantes

Termo principal	Composição	Variante denominativa	Composição
Aceleração inflacionária	NS + A	Aceleração da inflação	NS + SA
Acordo de livre comércio da América do Norte	NS + SA + SA	Tratado de Livre Comércio da América do Norte	NS + SA + SA
Acordo de livre comércio Norte-Americano	NS + SA + A	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio	NS + A + SA
Alavancagem financeira	NS + A	Alavancagem do setor financeiro	NS+SA + A
Arrecadação tributária	NS + A	Arrecadação de tributos	NS + SA
Banco	S	agência bancária	NS + A
BMF	S	BM&F	S
		Bolsa de Mercadorias e futuros	NS + SA+S
Colapso do crédito	NS+SA	Colapso do sistema de crédito	NS + SA + SA
Colapso econômico	NS + A	Colapso da economia	NS + SA
Controle inflacionário	NS + A	Controle da inflação	NS + SA
Colapso financeiro	NS + A	Colapso do mercado financeiro	NS + SA + A
		Colapso do sistema financeiro	NS + SA + A
Colapso imobiliário	NS + A	Colapso do mercado imobiliário	NS + SA + A
		Colapso do setor imobiliário	NS + SA + A
Compensação tributária	NS + A	Compensação de dívidas tributárias	NS + SA + A
Conversão cambial	NS + A	Conversão do câmbio	NS + SA
Crise americana	NS + A	Crise nos EUA	NS + S.ADV
Crise cambial	NS + A	Crise do câmbio	NS + AS
Crise da dívida europeia	NS + SA + A	Crise da dívida na Europa	NS + SA + S.ADV
Crise da economia	NS + SA	Crise na economia	NS + S.ADV
Crise da Grécia	NS + SA	Crise na Grécia	NS + S.ADV
Crise das hipotecas	NS + SA	Crise de hipotecas	NS + SA
Crise de confiança	NS + SA	Crise de credibilidade	NS + SA

Termo principal	Composição	Variante denominativa	Composição
Crise de crédito	NS + SA	Crise do crédito	NS + AS
		Crise no ambiente de crédito	NS + S.ADV+SA
		Crise no mercado de crédito	NS + S.ADV+ SA
Crise do euro	NS + SA	Crise na zona do euro	NS + S.ADV+ SA
Crise do setor financeiro	NS + SA + A	Crise do sistema financeiro	NS + SA+A
Crise econômica	NS + A	Crise da economia	NS + SA
Crise econômica global	NS + A + A	Crise econômica mundial	NS + A + A
Crise europeia	NS + A	Crise na Europa	NS + S.ADV
Crise financeira	NS + A	Crise das finanças	NS + SA
Crise financeira global	NS + A + A	Crise financeira mundial	NS + A + A
Crise global	NS + A	Crise mundial	NS + A
Crise global de 2008	NS + A + S.ADV	Crise mundial de 2008	NS + A + S.ADV
Crise grega	NS + A	Crise da Grécia	NS + AS
Crise imobiliária	NS + A	Crise no setor imobiliário	NS + S.ADV+ A
Curva de juros DI	NS + SA + A	Curva DI	NS + A
Dedução de ágio amortizado	NS + SA + A	Dedução na amortização de ágio	NS + S.ADV+ SA
Depreciação cambial	NS + A	Depreciação da taxa do câmbio	NS + SA + SA
Derivativos cambiais	NS + A	Derivativos de câmbio	NS + SA
Desaquecimento econômico	NS + A	Desaquecimento da economia	NS + SA
Desequilíbrio da economia	NS + SA	Desequilíbrio na economia	NS + S.ADV
Estagnação econômica	NS + A	Estagnação da economia	NS + SA
Flexibilização monetária	NS + A	Flexibilização da política monetária	NS + SA + A
Flutuação cambial	NS + A	Flutuação da taxa de câmbio	NS + SA + SA
Fundos emergentes	NS + A	Fundos de emergentes	NS + SA
Índice acionário	NS + A	Índice de ações	NS + SA
Mercado cambial	NS + A	Mercado de câmbio	NS + SA
MPS	S	Master Production Schedule	SA+NS
		Plano Mestre de Produção	NS+A+SA
		Planejamento Mestre da Produção	NS+A+SA
OMC	S	Organização mundial de comércio	NS + A + SA
		Organização Mundial do Comércio	NS + A + SA
Operações cambiais	NS + A	Operações de câmbio	NS + SA
Poupança	S	caderneta de poupança	NS + SA
PTAX	S	Taxa de câmbio Ptax	NS + SA + S
Retração econômica	NS + A	Retração da economia	NS + SA
Taxa anual	NS + A	Taxa anualizada	NS + A
Taxa cambial	NS + A	Taxa de câmbio	NS + SA
Taxa inflacionária	NS + A	Taxa de inflação	NS + SA
SELIC	S	Taxa básica de juros	NS + A + SA
		Taxa Selic	S + S

Fonte: Costa, 2020.

Verificando as recorrências dos padrões compositionais apresentados, constatamos que das 119 unidades terminológicas apresentadas (termos principais e suas variantes), há uma maior recorrência de termos constituídos por **NS + SA** (taxa inflacionária, retração econômica), totalizando 35 Uts (unidades terminológicas).

Em segundo lugar aparecem as construções com **NS + SA** (taxa de câmbio, caderneta de poupança), com 32 termos. Em seguida temos as unidades constituídas por **NS+ SA+ A** (crise do sistema financeiro, flexibilização da política monetária), com 10 ocorrências, seguidas das Uts compostas por **NS+ A+ SA** (taxa básica de juros, Organização Mundial do Comércio) e os termos simples compostos por **substantivos** (banco, poupança), cada um com 8 ocorrências.

Com menor produtividade temos as construções compostas pelos padrões: **NS + SA +SA** (Acordo de livre comércio da América do Norte, Tratado de livre comércio da América do Norte, flutuação da taxa de câmbio, depreciação da taxa do câmbio), com 6 ocorrências, **NS + S.ADV** (crise na Europa, crise na economia), com 5; **NS+A+A** (crise econômica global, crise financeira mundial), com 4 ocorrências e **NS+S.ADV+SA** (dedução na amortização de ágio, crise na zona do euro), com 3 unidades cada e, por último temos as unidades constituídas por **NS+SA+ S** com 2 e as composições **NS + S.ADV + A** (crise no setor imobiliário), **SA+NS** (Master Production Schedule) e **NS+ SA+ S.ADV** (crise da dívida na Europa) e **S+S** (taxa Selic), com apenas uma ocorrência.

A respeito do padrão composicional das variantes apresentadas, convém destacar que consideramos as siglas como OMC, BMF, dentre outras, como substantivos, uma vez que correspondem à forma abreviada das unidades terminológicas desenvolvidas “Organização Mundial do Comércio” e “Bolsa de Mercadorias e Futuros”.

Quanto ao fato de considerarmos as unidades “crise **na economia**”, “crise **na amortização** do ágio”, “desequilíbrio **na economia**” etc., como sintagmas adverbiais, ressaltamos que temos ciência que, de acordo com as regras gramaticais da língua portuguesa, essas unidades não podem ser classificadas como tal, entretanto, analisando os traços conceituais, podemos perceber que, no caso dessas variantes, na *economia* e na *amortização* pressupõem uma ideia de locativo, *no setor da economia*, *no setor de amortização*, por isso as classificamos como tal.

3.2 Informações conceituais veiculadas pelas variantes

Embora concebidas como unidades lexicais sinônimas, constatamos que, na maioria dos casos, as variantes denominativas apresentadas evidenciam traços distintos da informação conceitual, o que não nos permite classificá-las, quase sempre, como sinônimos completos. Temos, nesses casos, uma relação de sinonímia parcial, mas não total, como salienta Cabré (2008):

Retomando agora a concepção da unidade terminológica como um signo composto de forma (denominação) e conteúdo (significado), o que devemos perguntar é como se verifica a relação entre os conceitos e os termos, uma vez que uma mesma categoria conceitual pode se projetar em distintos termos, cada um dos quais pode transmitir um sentido distinto. Esses termos são, a grosso modo, sinônimos, mas não em sua totalidade, já que por meio da denominação nos fazem perceber uma faceta distinta do mesmo conceito que representam²³ (Cabré, 2008, p. 29).

Nesses casos, entendemos que a variação denominativa tem consequências cognitivas²⁴ para o receptor uma vez que, ao ter contato com os termos variantes, o leitor tem acesso a traços ou matizes significativas diferentes nos conceitos apresentados e, sendo assim, a utilização de uma variante em detrimento de outra, muito mais que uma escolha textual por parte do autor/emissor, pode influenciar na forma como o leitor recebe e compreende as informações conceituais e também na construção do conhecimento especializado a respeito do âmbito em questão.

23 Retomando ahora la concepción de la unidad terminológica como un signo compuesto de forma (denominación) y contenido (significado), lo que cabe preguntarnos es cómo es la relación entre los conceptos y los términos a la vista de que una misma categoría conceptual puede proyectarse en distintos términos, cada uno de los cuales puede transmitir un sentido distinto. Estos términos, son a grosso modo sinónimos, pero no en su totalidad, ya que a través de la denominación nos hacen percibir una faceta distinta del mismo concepto que representan.

24 De acordo com Fernandez-Silva (2010, p. 03), a variação denominativa com consequências cognitivas se produz quando um conceito se expressa por meio de variantes que se diferenciam não só formalmente, mas também semanticamente, uma vez que apresentam aspectos distintos do conteúdo conceitual.

Fernandez-Silva *et al* (2008) propõem uma classificação preliminar dos tipos de variação denominativa com consequências cognitivas. Segundo as autoras, esse tipo de variação pode se classificar em 7 tipos: variação na configuração conceitual, variação na seleção categorial, variação no nível de abstração da categoria, variação na seleção de uma característica pertencente a uma mesma dimensão, variação na inclusão de uma característica adicional e variação no número de constituintes para expressar a mesma informação:

Tabela 2: Tipos de variação denominativa com consequências cognitivas

Variante denominativa	Diferença na abordagem do conceito
Recurso marinho /produto marinho	Encontram -se em categorias diferentes
Ostra rizada / ostra portuguesa	Mencionam-se em dimensões diferentes
Produtor/ mariscador	Menciona-se na mesma dimensão, mas se situa em um nível de abstração diferente
Produto marinho /produto da pesca	Menciona-se na mesma dimensão, mas se atribuem características diferentes
Estação/ estação experimental pontos fixos de amostragem / pontos fixos zona de produção conchylicole/ zona conchylicole	Transmite-se uma quantidade de informação diferente
Qualidade da água / qualidade das águas marisqueo de barco / marisqueo com barco	Transmite-se a mesma quantidade e tipo de informação, mas varia algum traço expressivo
Atividade marisqueira / atividade de marisqueo	Transmite-se a mesma quantidade e tipo de informação, mas a relação entre as dimensões varia
Concessionário/ titular de concessão	Transmite-se a mesma quantidade e tipo de informação, mas alguma característica adquire um maior destaque.

Fonte: traduzido de Fernández-Silva *et al*, 2008.

É com base nessa classificação que analisamos as informações conceituais veiculadas pelas variantes denominativas da Economia, a seguir.

Tabela 3: Classificação das variantes cognitivas com consequências cognitivas da Economia

Variantes denominativas	Diferença na abordagem do conceito
-----	Encontram-se em categorias diferentes
Selic/ taxa básica de juros	Mencionam-se em dimensões diferentes
Acordo de livre comércio da América do Norte/ Tratado de livre comércio da América do Norte	Menciona-se na mesma dimensão, mas se situa em um nível de abstração diferente
Crise global / crise mundial	Menciona-se na mesma dimensão, mas se atribuem características diferentes
Alavancagem financeira/ alavancagem do setor financeiro Colapso do crédito/ colapso do sistema de crédito Colapso financeiro/ colapso do mercado financeiro/ colapso do sistema financeiro Colapso imobiliário/ colapso do mercado imobiliário/ colapso do setor imobiliário Compensação tributária/ compensação de dívidas tributárias Flexibilização monetária/ flexibilização da política monetária	Transmite-se uma quantidade de informação diferente
Fundos emergentes / fundos de emergentes Crise da dívida européia / crise da dívida na Europa Crise americana / Crise nos EUA	Transmite-se a mesma quantidade e tipo de informação, mas varia algum traço expressivo
Dedução de ágio amortizado / dedução na amortização do ágio	Transmite-se a mesma quantidade e tipo de informação, mas a relação entre as dimensões varia
PTAX/ taxa de câmbio PTAX Selic / taxa Selic	Transmite-se a mesma quantidade e tipo de informação, mas alguma característica adquire um maior destaque.

Fonte: Costa (2021), adaptado de Fernández-Silva et al (2008).

Apresentamos, na tabela 3, alguns exemplos de variantes denominativas com consequências cognitivas extraídas do *corpus*. Como se pode verificar, além de apresentarem denominações distintas, todas as unidades destacam características distintas do conteúdo conceitual, ou seja, diferenciam-se formal e semanticamente.

Não encontramos, em nossas variantes, nenhuma unidade que se encontrassem em categorias diferentes, ao contrário do que ocorre na classificação original de Fernández-Silva et al (2008), com os termos *recurso marinho/produto marinho*.

Seguindo a mesma ordem apresentada pela tabela, temos nas unidades terminológicas *Selic / taxa de juros básica*, variantes denominativas que são mencionadas em dimensões diferentes. Em *Selic* destaca-se o campo da denominação, ou seja, o nome dado a um tipo de taxa bancária, enquanto em *taxa básica de juros* destaca-se a natureza desse tipo de taxa – uma taxa que é básica –.

A temporada de previsões para a economia em 2019 começou. Em uma espécie de repetição do ocorrido no início deste ano, as expectativas são cercadas de otimismo. A mais recente pesquisa Focus do Banco Central (BC) estima que o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 2,5% no próximo ano, em um quadro de inflação domada (alta de 4,12%, abaixo do centro da meta) e a *Selic*, a *taxa básica de juros* da economia, a 7,75%. Mas, também emulando 2018, há uma linha tênue que separa o otimismo de uma eventual frustração (CTE_Voto de confiança_DATT_2018).

Embora pareça claro que *Selic* é o nome dado a *taxa básica de juros* da Economia, essa não é uma informação clara para um receptor leigo no assunto e que não tenha como recurso o contexto de uso ou uma explicação, como a apontada no excerto anterior.

Por sua vez, em *Acordo* de livre comércio da América do Norte/ *Tratado* de livre comércio da América do Norte, temos variantes que se mencionam na mesma dimensão, mas se situam em níveis de abstração diferentes. Para explicar essa diferença de abstração, recorremos ao dicionário Houaiss (2009 digital):

Acordo

1. Ajuste formal; pacto, convenção, concerto;
2. resultado da comunhão de ideias, de sentimentos etc.; entendimento recíproco; concórdia, harmonia;
3. mudança para adaptação a novas condições; acomodação, combinação, conciliação;
4. consentimento, permissão;
5. decisão ou resolução conjunta.

Tratado

1. o que se tratou;
2. que ou que foi objeto de discussão, estudo ou exposição;
3. que ou o que foi acordado, combinado; trato;
4. convenção entre dois ou mais países referentes a comércio, paz etc;
5. Obra que expõe de forma didática um ou vários assuntos a respeito de uma ciência, arte etc.

Analisando as definições de *Acordo* e *Tratado*, apresentadas pelo dicionário Houaiss, observa-se que em *Acordo* evidencia-se a característica de colocar-se em comum, em consentimento ou decisão conjunta. Por outro lado, em *Tratado*, destaca-se a questão do que foi discutido, tratado, combinado. Verifica-se, também, que apenas na segunda variante menciona-se, diretamente, que essa unidade terminológica pode referir-se a uma convenção entre dois ou mais países.

Constata-se que, se analisarmos todo o contexto de utilização das Uts, podemos concluir que elas se encontram na mesma categoria (ato de tomar uma resolução conjunta), podem apresentar a mesma quantidade de informação, mas se encontram em níveis diferentes de abstração. *Acordo* em um nível mais superficial no sentido de concordar/estar de acordo/ chegar a um entendimento comum e *tratado* no sentido de tratar de algo/ fazer um trato, em um sentido mais comercial e profissional.

Em *crise mundial* e *crise global*, as variantes são mencionadas na mesma dimensão, mas são atribuídas características diferentes a elas. Dizer que uma crise é *mundial* é entendê-la como uma crise que afeta o mundo todo, internacional: “relativo ao mundo como um todo, à terra inteira, universal” (HOUAISS, 2009). Por outro lado, em *crise global*, evidencia-se o todo, o conjunto, uma crise que engloba vários setores, vários países, uma crise integral.

Nas variantes Fundos *emergentes*/ fundos de *emergentes*; crise da dívida *européia*/ crise da dívida na *Euro-*

pa; crise americana / crise nos EUA, são transmitidas a mesma quantidade e tipo de informação, mas há alteração em algum traço expressivo.

Em fundos *emergentes* destaca-se a característica e também a função ou objetivo desse tipo de fundo – um fundo utilizado para necessidades emergenciais:

Entre os emergentes, três dos quatro grandes grupos apresentaram perda de recursos, como os diversificados Mercados Emergentes Globais (GEM, na sigla em inglês). No entanto, o diretor gerente da EPFR Global, Ian Wilson, faz uma ressalva apontando que parte da saída de dinheiro na categoria reflete o pagamento de dividendos feito por um fundo. Não fosse por isso, os *fundos emergentes* registrariam captação positiva (CTE_ Fundos de ações captam US\$ 8,4 bilhões na terceira semana de dezembro) (Campos, 2008).

Em fundo *de emergentes* salienta-se a origem desse tipo de fundo. Um fundo de mercados ou países emergente:

O Fundo disse ainda que o montante de recursos para o mercado de ações tende a cair, com a redução dos ganhos das companhias de petróleo emergentes exportadoras do produto. “Os fluxos para *fundos de emergentes* já caíram nos últimos seis meses” (CTE_Emergentes são especialmente vulneráveis à alta do dólar) (Lamucci, 2015).

Em crise da dívida *européia* / crise da dívida na *Europa*; crise *americana* / crise nos *EUA*, verificamos que em *européia* evidencia uma caracterização atribuída ao termo crise – uma crise que é *européia*, o mesmo ocorre em crise *americana*. Já em suas variantes *crise na Europa* e *Crise nos EUA*, destaca-se o lugar na qual a crise se instalou, isto é, uma crise que está ocorrendo *na Europa* e/ou *nos EUA*.

Nas variantes dedução *de ágio amortizado* / dedução na *amortização do ágio* se transmitem a mesma quantidade e tipo de informação, mas a relação entre as dimensões varia. Na primeira unidade apresentada salienta-se que o ágio sofreu a ação de ser amortizado, ou seja, sofreu uma redução *no ágio*. Entretanto, em sua variante, *dedução na amortização do ágio*, a dedução ocorre na amortização, isto é, na ação ou propriedade e não no produto (*ágio*). Contata-se que, embora, para o autor as duas unidades expressem o mesmo tipo de informação, para o leitor a relação entre as dimensões especificadas são distintas.

Por fim, em *PTAX/ taxa de câmbio* *PTAX* e *Selic / taxa Selic* se transmite a mesma quantidade e tipo de informação, mas alguma característica adquire um maior destaque. No caso da primeira dualidade, a característica com maior destaque é *taxa de câmbio* e na segunda é a dualidade *taxa*. Dizemos que são transmitidas a mesma quantidade de informações porque *PTAX* por si só já se refere a uma taxa de câmbio e, em relação a *Selic*, por sua vez, também é de conhecimento comum que se trata de um tipo de taxa, porém a partir do momento em que

se evidenciam essas informações nas variantes, essas características passam a ter, isoladamente, um destaque maior que o nome.

4 Considerações finais

Neste estudo, tivemos por objetivo analisar as variantes denominativas de um *corpus* da Economia, procurando traçar seu perfil lexicosseântico, por meio da descrição de seu padrão de estruturação (informações formais/composição) e por meio das informações conceituais veiculadas pelas próprias variantes.

Com base na análise das variantes denominativas selecionadas, verificamos que, em sua grande maioria, a terminologia da Economia se constitui por termos sintagmáticos constituídos por mais de uma unidade, como observou-se em *mercado cambial/ mercado de câmbio, crise grega/ crise da Grécia*, entre outros.

Constatamos, também, que alguns dos termos utilizados na terminologia da Economia são provenientes (de) ou utilizados em outros âmbitos de especialidade, como o Direito, a Medicina, a Geologia etc., muitas vezes por meio de uma utilização metafórica como em *colapso da Economia, arbitragem cambial/tributária e depressão econômica*.

Quanto às informações semânticas, salientamos que, embora utilizadas como unidades terminológicas sinônimas por parte dos autores (economistas), muitos desses termos podem ser classificados como variantes denominados com conseqüências cognitivas, ou seja,

diferem não apenas formalmente (denominação), mas também semanticamente, uma vez que destacam traços distintos do conteúdo conceitual e, portanto, influenciam, cognitivamente, na forma como o leitor compreende e constrói o conhecimento especializado.

Referências

ALVES, Ieda Maria. As denominações da crise econômica mundial no entrecruzamento da Economia e da Medicina. **Filologia e Linguística Portuguesa**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 43-64, 2016.

CABRÉ, María Teresa. **La terminología**: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

CABRÉ, María Teresa. El principio de poliedricidad: la articulación de lo discursivo, lo cognitivo y lo lingüístico en Terminología. **Ibérica**, n. 16, 2008.

CAMPOS, Eduardo. Fundos de ações captam US\$ 8,4 bilhões na terceira semana de dezembro. **Valor Econômico**, 2008.

DATT, Felipe. Voto de confiança. **Valor Econômico**, 2018.

EPPING, Randy Charles. **Descomplicando a economia do século XXI**: 101 informações para sobreviver e prosperar no novo mercado global. São Paulo: ôte, 2010.

FERNÁNDEZ-SILVA ET AL. La variación denominativa desde una perspectiva cognitivo-discursiva. In: Actas del XI Simposio Iberoamericano de Terminología (Riterm 2008): **La terminología en el tercer milenio**: hacia la adopción de buenas prácticas terminológicas. Lima, Perú del 13 al 16 de octubre de 2008- CD-ROM.

GONÇALVES, Carlos Eduardo; GIOVANNETTI, Bruno Cara. **Economia na palma da mão**: do economês para o português. São Paulo: Benvira, 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário digital da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAMUCCI, Sérgio. Emergentes são especialmente vulneráveis à alta do dólar. **Valor Econômico**, 2015.

MENDES ROSA, Carlos. **O livro da Economia**. São Paulo: Globo, 2013.

MICHAELIS ONLINE. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2021.

MILL, Alfred. **Tudo o que você precisa saber sobre Economia**. São Paulo: Editora Gente, 2017.

TEMMERMAN, Rita. **Toward New Ways of Terminology Description: The Sociocognitive Approach**. Amsterdam: John Benjamins, 2000.

Comunicação especializada: algumas noções teórico-conceituais

Edmar Peixoto de Lima

José Marcos Rosendo de Souza

Josefa Francisca Henrique de Jesus

1 Introdução

As motivações que respaldam as propostas mobilizadas neste trabalho consistem, especialmente, na homenagem concedida ao primeiro terminólogo do Ceará, professor Antônio Luciano Pontes, que muitas contribuições nos proporciona, seja com temáticas que versam sobre questões atuais e necessárias ao contexto social, seja com o desenvolvimento de sua tese de doutoramento, que culminou com o dicionário dos termos do caju, no ano de 1996. O professor representa um marco nos estudos lexicais cearense e nordestino e, como tal, instiga-nos à continuidade deste percurso, oportunizando-nos a construção de alguns pontos de vista que possam, mesmo que ainda timidamente, dialogar com questionamentos já evidenciados pelos pesquisadores, mas que sejam capazes de ampliar as possibilidades investigativas envolvendo as linguagens de especialidade.

Principiamos, portanto, nosso itinerário, nesta empreitada, destacando algumas interrogações que suscitam reflexões sobre o contexto especializado da linguagem que, a nosso ver, motivam as proposições aludidas com este trabalho: i) qual o propósito da comunicação especializada e suas configurações? Sob esse contexto, ii) de que forma é possível especificar os chamados gêneros textuais especializados? e iii) quais elementos embasam a definição e a delimitação da noção de texto especializado?

Partindo de tais inquietações, objetivamos promover possíveis encaminhamentos no entendimento dos pontos em destaque, tomando por base os conceitos textualizados nos trabalhos de divulgação científica. Para isso, organizamos, metodologicamente, um acervo de textos considerados como o *habitat* natural dos objetos de estudo da ciência terminológica, denominado, para esta investigação, de *corpus* da Terminologia (Co-Term). O objetivo desse conjunto de textos consiste em reunir trabalhos que viabilizem discussões relacionadas às linguagens especializadas e que nos possibilitem mobilizar componentes teóricos capazes de responder as questões suscitadas anteriormente. Elegemos, preferencialmente, para essa construção, artigos científicos, dissertações, teses e livros, disponibilizados em domínio público, por acreditarmos que esses textos podem ser considerados como os gêneros de maior representatividade na socialização e divulgação científica sobre o tema nos últimos anos.

Aludimos ao critério, nesse processo de seleção, além do período de publicação, o local em que os textos estão disponibilizados. Para isso, recorreremos aos periódicos de disseminação nacional, aos repositórios de dissertações e teses dos programas de pós-graduação e, por fim, aos livros que fazem parte das referências bibliográficas ou foram publicados no período delimitado para a composição do acervo desta pesquisa.

Sobre a comunicação especializada, teoricamente, partimos do pressuposto de que as relações semânticas, pragmáticas e discursivas convocam os sentidos dos termos relacionados diretamente à área de especialidade da qual faz parte. Nesse sentido, tomamos como nossas as palavras de Cabré (1999), quando a autora afirma que essa comunicação se materializa diferentemente de uma comunicação geral, principalmente, por viabilizar elementos caracterizadores que contemplam tanto o processo de interação quanto os saberes que são veiculados na situação comunicativa.

Sendo assim, organizamos este texto, inicialmente, com os aspectos introdutórios, em que explicitamos as motivações para a construção do capítulo; na seção seguinte, recorreremos aos encaminhamentos possíveis para caracterizar o entorno da comunicação especializada e quais objetos são mobilizados para essa finalidade, com destaque, sobretudo, para o uso da linguagem; em seguida, delimitamos as questões norteadoras que nos instigam a pensar nos gêneros textuais especializados, e, para finalizar o percurso, aludimos a alguns

posicionamentos sobre a noção de texto especializado. Acrescentamos que este capítulo conta com as considerações finais, nas quais tracejamos nossas conclusões, embora saibamos da incompletude da seção por conta da necessidade de se continuar esta pesquisa e, por fim, apresentamos as referências bibliográficas que nos serviram de base neste percurso investigativo. Seguimos, portanto, na próxima seção, tratando de algumas perspectivas que contemplam o contexto situacional da comunicação de especialidade.

2 Linguagem e comunicação especializada: perspectivas teóricas

A análise do léxico especializado nos permite afirmar, juntamente com os pressupostos explicitados por Cabré (1999), que a linguagem de especialidade funciona sob os mesmos paradigmas da linguagem geral e que o âmbito de ocorrência comunicacional demonstra particularidades inerentes à organização terminológica da área. Sendo assim, discorrer sobre essa linguagem é percorrer um território vasto que abarca significados, conceitos e, sobretudo, teorias que nos servem de bússolas para identificar as conceitualizações que circundam os objetos necessários ao processo de comunicar.

Segundo Maciel (2010), a linguagem especializada foi definida como um sistema comunicativo alocado ao contexto dos especialistas (pessoas que atuam em áreas técnico-científicas). Todavia, a autora ainda advoga que,

graças ao seu caráter multidisciplinar, esse tipo de linguagem não apresenta “fronteiras delimitadas” entre os diferentes campos do saber.

Isso implica perceber que essa linguagem não apresenta a noção de pertencimento a territórios linguísticos fronteirços de forma bem delimitada, isto é, ela figura em diferentes espaços sociais com finalidades também específicas e os termos “se movimentam” entre as áreas, mobilizando significações diversas e adequando-se às práticas comunicativas. Sob essa perspectiva, é possível conceber o caráter especializado no campo da comunicação humana, considerando o processo de divulgação das áreas de especialização. De acordo com Finatto e Zílio (2015), o advento tecnológico foi o grande responsável pela expansão do vocabulário terminológico e pelo aumento considerável de textos especializados.

Contudo, segundo os preceitos defendidos pelos pesquisadores mencionados, “[é] evidente que as linguagens especializadas desenvolveram-se muito antes e que os princípios da pesquisa terminológica remontam a um passado distante” (Finatto; Zílio, 2015, p. 22). Em vista desse posicionamento, é possível perceber a dimensão temporal que a linguagem especializada adquire, uma vez que os preceitos norteadores se vinculam ao atendimento das necessidades humanas, inicialmente, e as pesquisas no campo terminológico (enquanto marco de objeto de pesquisa) datam da década de 60. Por essa razão, os estudos sobre a linguagem de especialidade consistem em um campo de conhecimento que pode ser concebido

enquanto território a ser explorado em diferentes momentos históricos e inúmeros espaços investigativos.

A nível de ilustração, Finatto e Zílio (2015) apresentam o cenário “evolutivo” da linguagem especializada, ao situar o período anterior ao século XX. Para os autores,

[a]s linguagens especializadas desenvolveram-se primeiramente em um universo relacionado a obtenção de alimentos pelo homem (caça, pesca, pecuária, agricultura e todo o beneficiamento dos produtos dali obtidos); em seguida, veio a satisfação de outras necessidades elementares (vestuário e habitação); somou-se a isso a produção e a denominação/descrição de ferramentas de trabalho e eletrodomésticos (Finatto; Zílio, 2015, p. 22).

Podemos inferir, nesse sentido, que há um paradoxo entre linguagem especializada e comunicação especializada, tendo em vista que aquela antecede esta, quer dizer, a origem dessa linguagem, ainda de acordo com Finatto e Zílio (2015), pode estar atrelada ao aprimoramento das atividades humanas; enquanto a comunicação especializada surge da reflexão sobre o uso da linguagem de especialidade “[...] sem a necessidade imediata de se aspirar à análise e à representação sistemática” (Ibidem, 2015, p. 21).

Ainda com relação ao contexto evolutivo da comunicação de especialidade, Krieger (2000) intenta situar criticamente o panorama atual dos estudos teóricos e

práticos aplicados à Terminologia²⁵ e aponta a transição dos estudos clássicos normativos voltados para um enfoque mais pragmático-comunicacional. Desse modo, ao assinalar o debate crítico-reflexivo, a autora fomenta a discussão sobre a necessidade de se reavaliar os princípios que balizam a Terminologia clássica, pois, conforme aponta a estudiosa, há aspectos distintivos que ora primam por um viés dos “estudos da linguagem”, ora se debruçam sobre os “paradigmas científicos, culturais e tecnológicos”, próprios desse novo contexto sócio-histórico.

Nesse ínterim, destacamos os estudos desenvolvidos por Cabré e seus colaboradores, considerando que a proposta de redimensionar os estudos clássicos parte, inicialmente, do interesse de se desvencilhar da prescrição imposta pela Teoria Geral da Terminologia (TGT). E, como consequência disso, o enfoque central da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), sistematizada por Cabré (1993, 1999), é perceber as terminologias com base numa perspectiva poliédrica, pela qual é vista a dinamicidade do léxico terminológico na comunicação especializada.

Sendo assim, o entendimento advindo desse princípio pode contribuir para que compreendamos a evolução da linguagem especializada. Corroborando nosso pensamento, Krieger (2000) afirma que a proposta defendida pela TCT apresenta uma série de fundamentos que alicerçam um novo princípio, cunhado mais nos

25 “O termo terminologia é entendido sob duas concepções: em referência ao conjunto de termos específicos de uma área do conhecimento – terminologia (t minúsculo) e em referência ao campo de estudos dedicado aos termos técnico-científicos – Terminologia (T maiúsculo)” (Lima, 2017, p. 54).

aspectos comunicativos das linguagens especializadas do que propriamente em princípios normalizadores. Convém acrescentar que, ao redimensionar os estudos em Terminologia, a TCT viabiliza, inclusive, espaço para a variação terminológica e reconhece que as terminologias podem ser descritas em diferentes níveis de especialidade (Cabré, 1999).

São inegáveis, portanto, as contribuições da TCT para o desenvolvimento dos estudos em Terminologia, tanto que Krieger (2000) aponta novos caminhos norteadores advindos dessa vertente teórica. Além dos estudos em Socioterminologia, que percebe os termos na dimensão social do uso, outras áreas estabelecem interfaces com os estudos terminológicos. Entre elas, destacamos: a Linguística Textual, a Análise do Discurso, a Pragmática, a Semântica narrativa, entre outras áreas do conhecimento, as quais possibilitam perspectivas que permitem compreender melhor “a feição e o funcionamento das linguagens especializadas” (Krieger, 2000, p. 222).

Apontamento semelhante é encontrado em Finatto e Zílio (2015), quando os pesquisadores traçam um percurso do desenvolvimento da linguagem especializada e destacam o crescimento desse tipo de linguagem, materializado pelos avanços da técnica, das transformações na Economia, da política e de outras “forças motrizes” como ciência, cultura e ensino, que também são responsáveis pelas mudanças da comunicação e, conseqüentemente, da linguagem.

Nesse sentido, percebemos que a definição de linguagem especializada não se restringe unicamente ao critério temático, ou apenas ao seu caráter tecnicista. De acordo com Hoffmann (1998, p. 52), a linguagem especializada reúne “[...] os elementos de todos os níveis linguísticos, – desde os sons, (as letras) até a frase – como as manifestações suprasegmentais, os princípios estilísticos, os mecanismos de organização do texto, etc.” Logo, o contexto de especialização reivindica a mesma complexidade da linguagem usada cotidianamente, comum aos indivíduos que não estão nos contextos técnico-científicos.

Krieger (2000) salienta que é, justamente, sob esta ótica, de abranger a perspectiva dos estudos terminológicos, incorporando outros elementos a esse processo, que permitirá ao estudioso compreender o funcionamento do léxico terminológico por um novo enfoque, distante do fenômeno da normalização. Essa mudança ou reorganização dos estudos, permite cruzar a fronteira estabelecida pelo domínio da normalização (dos estudos clássicos) e incorporar o dinamismo e a complexidade dos fatos da linguagem. Para a autora, isso será possível quando ocorrer “a passagem do domínio, ou seja, do privilégio aos esquemas conceituais das ciências e das técnicas, para o texto e o discurso [...]” (Krieger, 2000, p. 224).

Aludimos, pois, à concepção de que a situação de comunicação pode se relacionar às condições pragmáticas, cognitivas e linguísticas (Cabré, 2007), que são

importantes para caracterizar o nível de especialização desta comunicação. Com relação às condições pragmáticas, destacamos que se configuram em circunstâncias próprias do cenário comunicativo, envolvendo, nesse processo, o locutor do texto, podendo ser um especialista na área; o interlocutor, que pode ser um especialista ou não; e a função do texto, abalizada pelo propósito comunicativo.

Já as condições cognitivas compreendem regras impostas pelo próprio tema, pela forma de tratamento do assunto e pelos conhecimentos específicos da área que são veiculados no texto (Cabré, 2007) e materializados, sobretudo, pelo repertório vocabular mobilizado pelos sujeitos envolvidos na comunicação. Por fim, acrescentamos as condições linguísticas que contemplam questões envolvendo desde a organização até os elementos linguísticos constitutivos dos textos.

Considerando, portanto, que os contextos comunicativos permitem interpretações diversas, podemos afirmar que a “distinção entre linguagem geral e a especializada decorre quer das interações comunicativas quer da vigência (ou ausência) de conhecimentos especializados”. (Ferreira, 2014, p. 04). É pertinente salientar que esses limites a que nos referimos não se realizam de forma fixa ou bem definida, visto que tanto os elementos da língua geral quanto os da especializada “se movimentam” nas comunicações, pois pode-se recorrer a itens lexicais considerados da língua geral para o registro de termos especializados e vice-versa. Claro que

sob esse contexto, as significações também são atualizadas de acordo com o propósito de cada situação de comunicação.

Recorremos, portanto, nesse caso, às palavras de Cabré (1999, p. 152, tradução nossa) ao sintetizar que

[...] as chamadas linguagens de especialidades são registros funcionais caracterizados por um tema específico, utilizados em situações de características pragmáticas precisas, determinadas pelos interlocutores (basicamente o emissor), o tipo de situação em que ocorrem, e os fins ou intenções propostas pela comunicação especializada.²⁶

Acrescentamos à ideia da autora a compreensão de que o interlocutor assume uma função primordial nesse processo, visto que os dizeres são construídos com a finalidade de manter relação dialógica com o público-alvo a quem os textos se direcionam. Portanto, retomando o contexto de interação veiculado pela concepção defendida por Cabré (1999), nós reafirmamos o papel deste interlocutor (seja mais ou menos especialista ou leigo) no processo da comunicação especializada.

Em suma, evidenciamos, também, que são as particularidades inerentes à organização terminológica das áreas do conhecimento o diferencial catalisador exis-

26 Original: [...] els anomenats llenguatges especialitats són registres funcionals caracteritzats per una temàtica específica, emprats en situacions de característiques pragmàtiques precises, determinades pels interlocutors (bàsicament l'emissor), el tipus de situació en que se produeixen, i els propòsits o intencions que es proposa la comunicació especialitzada.

tente entre as linguagens especializada e geral. É o contexto da comunicação especializada que atribui valor à linguagem de especialidade “em virtude da necessidade da referência especial para denominar seus objetos próprios” (Cabré, 2001, p, 176, tradução nossa).

Sendo assim, podemos sintetizar os posicionamentos expostos até esta etapa do texto da seguinte forma:

Figura 01: Sobre a comunicação especializada



Fonte: Elaborado pelos autores.

De posse dessa ilustração, é possível afirmar que a comunicação de especialidade se configura como o elemento motivador para o uso da linguagem especializada, considerando a adequação tanto ao assunto proposto nas práticas comunicativas quanto aos sujeitos envolvidos e às necessidades do próprio entorno da comunicação. Ou

seja, a nosso ver, o contexto situacional determina as imposições languageiras que envolvem o processo; no entanto, convém salientar que essa noção de determinação não significa se tratar de algo externo à comunicação. Portanto, é a própria situação de interação que reivindica elementos necessários para que se cumpra o propósito da ação especializada; conseqüentemente, também pleiteia a adequação do gênero ao contexto.

Em outras palavras, retomamos os dizeres de Serra (2019) ao esclarecer que, no tocante à configuração que norteia as especificidades sobre a comunicação especializada, Cabré (1999) destaca: “a temática de um texto, os falantes ou comunicadores de um texto e a situação em que aquele texto é veiculado” (Serra, 2019, p. 60). Inferimos, portanto, que o imbricamento desses elementos confere a característica de especialização à comunicação e, conseqüentemente, reivindica que a linguagem utilizada apresente em sua organização elementos representativos da situação contextual.

Assim sendo, após as considerações que instigam nosso pensamento com relação aos elementos envolvidos na comunicação especializada, que motiva, grosso modo, o uso da linguagem em contexto de especialização, seguimos nosso percurso na tentativa de traçar alguns elementos norteadores sobre os chamados gêneros textuais especializados.

3 Gênero textual especializado: alguns encaminhamentos

Os textos produzidos no cotidiano de uma comunidade de profissionais se configuram como gêneros textuais específicos do campo de atividade em que atuam, cujas especificidades de uso da linguagem se materializam por meio das particularidades de sua produção, enquanto gênero, e de sua utilização, enquanto comunicação especializada.

Essa tomada de posição implica afirmar que cada campo de utilização da língua elabora seus gêneros textuais por meio de enunciados concretos relativamente estáveis (Bakhtin, [1979] 2003), com base em critérios funcionais, tais como: o propósito comunicativo, os usuários - destinador e destinatários (Krieger; Finatto, 2004) e o contexto situacional que envolve a comunicação, considerando nesse processo a presença dos chamados gêneros textuais especializados. Acrescentamos, ainda, a esses elementos funcionais, os usos de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais que representam o repertório vocabular e os conhecimentos especializados da área mobilizados para a comunicação.

Assim, com base nas palavras de Finatto e Zílio (2015), reafirmamos a ideia de que o gênero textual especializado, do ponto de vista organizacional e funcional, relaciona-se ao texto que atende aos propósitos comunicativos de uma comunidade discursiva, em uma determinada área especializada. Essa noção de adequa-

ção ao contexto está mais vinculada à compreensão das “funções comunicativas, cognitivas e institucionais [do que às] peculiaridades linguísticas e estruturais” (Marcuschi, 2010, p. 19).

Em outras palavras, convém a retomada do posicionamento que suscita a ideia de emparelhamento do gênero “às necessidades e atividades socioculturais” (Marcuschi, 2010, p. 19) que integram o contexto situacional no qual os textos estão inseridos. Nesse caso, os gêneros textuais especializados se vinculam aos textos cuja produção linguística objetiva a divulgação, socialização e transmissão de conhecimentos especializados.

Nesse sentido, com relação ao objeto textual materializado na comunicação especializada, Krieger e Finatto (2004) apontam dois níveis de análise, com base nos estudos de Hoffmann (1998): o de observância de suas partes constitutivas - a macroestrutura - como um primeiro nível de compreensão, e o de sucessão e encadeamento de elementos núcleos (termos/palavras, frases, parágrafos) ou demais porções textuais de organização interna - a microestrutura ou segundo nível.

Para as referidas autoras, com base nesses dois níveis, é possível observar, entre as escolhas lexicais e as construções gramaticais mais incidentes e peculiares da tessitura textual, os termos característicos de uma área; ou seja, a terminologia relativa a uma área de conhecimento que alberga termos ou palavras recorrentes em textos conexos e similares (artigos, manuais de instrução) que os tornam filiados à determinada área.

Do ponto de vista linguístico-terminológico, o texto especializado reúne aspectos que vão além dos limites da sintaxe ou da relação sintagmática de tópicos frasais, evoluindo para os usos semântico-pragmáticos que orientam e favorecem um sujeito enunciador/destinador, individual ou coletivo, a produzir ou reconstruir (redizer) um conhecimento, tornando-o acessível ao leitor/destinatário (Krieger; Finatto, 2004).

Quanto à análise e caracterização do texto enquanto gênero e, portanto, enquanto práticas sociodiscursivas e “formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa” (Marcuschi, 2010, p.19), os textos “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo” (Bakhtin, [1979] 2003, p. 261) e, como tal, contribuem para sistematizar e atualizar as significações e o repertório conceitual das ciências nas diversas áreas disciplinares. Nas palavras de Marcuschi (2010, p. 19), “os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos”.

Para a área de estudos terminológicos, consideramos as asserções de Bakhtin (2003) e de Marcuschi (2010) pertinentes, pois em se tratando do avanço contínuo da ciência e da técnica, em que a língua deve/necessita acolher toda a terminologia que surge, há, então, a contínua necessidade, não só de denominar, definir e conceituar novos conhecimentos/termos e realidades, mas também de albergá-los em gêneros textuais e comunicações especializados adequadamente.

Concordamos com o posicionamento de que “o objeto textual [especializado] necessita ser visto como uma totalidade de significação que se particulariza como um objeto social e culturalmente construído em diferentes dimensões e níveis” (Krieger; Finatto, 2004, p. 192) em função do público-alvo, de modo que o texto possa ser “tanto instrumento quanto resultado da atividade comunicativa exercida em relação a uma atividade socio-produtiva especializada” (Krieger; Finatto, 2004, p. 192): o gênero textual especializado.

Pelo viés léxico-textual da Terminologia, o texto e o sistema da língua são complementares: os termos aparecem como unidades semânticas dominantes nos textos, integrando a tessitura textual em sua totalidade. Quando se descreve um texto especializado também se descreve uma linguagem especializada, não se podendo desconsiderar a dimensão da descrição de um determinado conhecimento” (Krieger; Finatto, 2004, p. 232) [técnico-científico].

Os “gêneros textuais especializados são uma classe especial de gêneros textuais, para cuja produção e recepção, além dos conhecimentos gerais, são necessários conhecimentos especializados (Hoffmann, 1990a, p. 11)” (Finatto; Zílio, 2015, p. 140). Assim, entendemos o imbricamento existente no processo de comunicar que convida o uso do gênero, materializado por meio dos textos, considerando as questões que envolvem o tema tratado, os participantes, o propósito comunicativo que, por sua vez, influencia tanto nas escolhas realizadas pelo locutor como na organização do próprio texto especializado.

Consideramos, pois, esse conjunto de saberes como componentes necessários no entendimento dos gêneros textuais especializados que se fazem necessários no processo da ação comunicativa materializados nessas práticas por meio de textos. Por essa razão, em seguida, propomos discutir algumas noções sobre os aspectos que definem o texto especializado.

4 Texto especializado: definição e caracterização

O empreendimento no ato de definir texto é uma ação complexa; no entanto, esta tarefa se torna ainda mais multifacetada e labiríntica quando a proposição é tentar estabelecer os parâmetros definitórios do texto especializado. A busca por uma definição mais específica desse tipo de texto norteia muitas investigações e, na tentativa de contribuir com essa questão, mencionamos as ideias de Cabré (1999), quando a autora nos instiga a observar esse objeto sob o viés da pragmática e da funcionalidade do próprio texto na comunicação de especialidade.

Retomamos dessa estudiosa as ideias defendidas por Rondeau (1983), quando suscita que, para caracterizar as produções especializadas, dois critérios são importantes: “o plano textual e o plano lexical” (Cabré, 1999, p. 156). O primeiro diz respeito à temática de que tratam os textos e o segundo se refere ao repertório terminológico, a nosso ver, representativo de uma área do conhecimento. Ainda retomando as palavras da autora, é importante acrescentar a esses dois planos, os aspectos

tos pragmáticos que, segundo ela, “são os fatores que melhor representam as especificidades dos textos especializados”²⁷ (Ibidem).

Para ampliar o foco de discussão sobre esse fenômeno, evocamos também à noção defendida por Krieger e Finatto (2004), quando as estudiosas afirmam ser o texto especializado o *habitat* imanente ao surgimento dos termos. Para as autoras supracitadas, é importante reconhecer “que o texto é o *habitat* natural das terminologias, bem como concebê-lo como objeto de comunicação entre destinatador e destinatário” (Krieger; Finatto, 2004, p. 106). Com base nesse entendimento, analisar o repertório terminológico que constitui o texto especializado significa observar o comportamento dos termos em contextos de ocorrências reais de comunicação.

Nesse caso, a concepção de texto especializado envolve a ideia de socialização e disseminação das pesquisas que abordam questões relacionadas à área da Terminologia. Em razão desse entendimento, recorreremos aos posicionamentos defendidos por Desmet (2002, p. 30) que considera os “textos especializados como lugares de conceptualizações, mas também como lugares de expressão especializada”. Referimo-nos, assim, à função que os termos exercem nas comunicações especializadas que, por sua vez, revelam conhecimentos específicos de uma área.

Dito de outra forma, de acordo com a posição de Krieger e Finatto (2004, p. 192), “o texto especializado se

27 Original: els factors que millor representen l'especificat dels textos de caràter especialitzat.

mostra como fruto da ação perceptiva e transformadora de um sujeito enunciadador, individual e múltiplo sobre um conjunto de conhecimentos e textos com os quais se relaciona”. Nesse sentido, o texto revela diferentes posturas do produtor, que incluem a ação de (re)dizer algo de modo a tornar o assunto mais próximo do interlocutor. Assim, de acordo com Cabré *at al* (2001, p. 181, tradução nossa), o texto especializado é definido

como a produção linguística que serve para expressar e transmitir conhecimento especializado, que tem uma série de características linguísticas que lhe conferem especificidade no conjunto de textos produzidos em uma língua, e que apresenta uma série de características pragmáticas que determinam os elementos específicos do processo de comunicação (tema, usuários e situação comunicativa).²⁸

Com tais características, o texto se constitui como o espaço em que a terminologia surge naturalmente, revelando em seu arcabouço as particularidades linguísticas e pragmáticas dessa área, cuja função engloba a comunicação entre os envolvidos na ação. Assim sendo, o repertório vocabular pertencente a um determinado campo do conhecimento passa a existir como léxico especializado a partir da materialização no texto/discurso que, por sua vez, está atrelado diretamente ao vínculo comunicacional.

28 Original: Como la producción lingüística que sirve para expresar y transmitir conocimiento especializado, que tiene una serie de características lingüísticas que le confieren especificidad en el conjunto de textos producidos en una lengua, y que presenta una serie de características pragmáticas que determinan los elementos específicos del proceso de comunicación (tema, usuarios y situación comunicativa).

Ainda com a finalidade de caracterizar essa noção de texto, Ciapuscio (2003) nos orienta a compreender o texto especializado com base em seus aspectos funcionais, situacionais e temáticos, visto que tal fenômeno, a nosso ver, resulta da união desses elementos que influenciam, sobremaneira, as escolhas realizadas pelo produtor na construção do texto.

Sob essa perspectiva, Hoffmann (2004, p. 81) afirma que a linguagem especializada pode ser definida como “um conjunto de todos os recursos linguísticos que são utilizados em um âmbito comunicativo, delimitado por uma especialidade, para garantir a compreensão entre as pessoas que nela trabalham”. De acordo com esse posicionamento, é o espaço de interlocução e os sujeitos envolvidos no processo que configuram o caráter especializado do texto.

Considerando os elementos descritos anteriormente, ancoramo-nos nos dizeres de Costa (2001, p. 200), ao afirmar que “o texto de especialidade é uma das formas privilegiadas ao qual o especialista recorre para transmitir e aceder ao conhecimento”, como forma de promover a comunicação na comunidade acadêmico-científica. Essa colocação demonstra a importância do texto no processo de compreensão dos discursos que circulam em diferentes áreas. Nesse sentido, essas áreas especializadas promovem, entre outras discussões, a socialização dos conhecimentos, a troca de experiências teórico-metodológicas e a construção e reconstrução de novos saberes que, de alguma forma, envolvem a comunidade acadê-

mico-científica. São essas questões que nos motivam a afirmar que dominar os elementos que compõem o texto especializado é imperativo para o auxílio no processo de aprendizagem do aluno e de entendimento do tema.

Por esse ângulo, “o texto técnico-científico revela-se uma totalidade de significação que se particulariza como um objeto social e cultural construído em diferentes dimensões e níveis” (Krieger; Finatto, 2004, p. 193). Então, o que produzimos nas interlocuções está relacionado com as questões sociais das quais fazemos parte e as marcas linguísticas expressas nos textos revelam crenças, convicções, valores e posicionamentos defendidos, seja pelo especialista com relação aos leigos, seja pelos próprios especialistas de uma comunidade.

Esclarecemos que o texto especializado, na presente pesquisa, consiste nas teses, dissertações, artigos e livros que circulam nos contextos acadêmico-científicos. Esse cenário acadêmico contempla desde as aulas nas universidades até o desenvolvimento de pesquisas nos diversos níveis de formação acadêmica. Consideramos, com base em Costa (2001) que, no nosso caso, o texto especializado opera como um elemento de socialização das pesquisas e como uma forma de o aluno ter acesso a novos conhecimentos, podendo funcionar como instrumento pedagógico que promove o encontro entre autor-pesquisador e leitor.

O texto especializado pode ser entendido, segundo Cabré (2007, p. 02, tradução nossa), como “produções linguísticas, orais ou escritas, que se produzem em cenários

de comunicação profissional e servem exclusivamente a uma finalidade profissional”²⁹. Na presente investigação, ele, o texto, configura-se em um cenário acadêmico-científico, cujos interlocutores se reconhecem como pertencentes a uma mesma comunidade discursiva e atuam em uma situação de comunicação que visa à disseminação e socialização de conhecimentos na academia.

No que se refere às condições cognitivas, elas influenciam diretamente a forma como os conhecimentos se processam e quais desses saberes são acionados no momento da construção textual. Já as condições linguísticas dizem respeito aos aspectos gerais do texto, à forma textual e, sobretudo, às unidades léxicas utilizadas no texto.

Em suma, o texto especializado é o espaço em que circulam as unidades terminológicas que representam, denominam e conceituam a terminologia pertencente a uma área temática. É também o lugar em que os especialistas expressam, significam e ressignificam conhecimentos sobre o tema. Portanto, um texto é especializado tanto pela circulação do conteúdo temático quanto pela forma como é estruturado pelos especialistas.

Sendo assim, com base nesse entendimento, é possível concluir que a comunicação de especialidade se materializa nas práticas sociais de carácter especializado, por meio dos textos, evidenciando as escolhas do especialista que o produz, mas que também se relaciona com o assunto tratado, com o contexto situacional, envolvendo tanto os especialistas quanto os não especialis-

29 Original: Producciones lingüísticas, orales o escritas, que se producen en escenarios de comunicación profesional y sirven exclusivamente a una finalidad profesional.

tas ou leigos no processo comunicativo, assim como se vincula à função e ao propósito comunicativo que o texto exerce nessas práticas de linguagem.

Considerando, portanto, as discussões apresentadas neste capítulo, em seguida, expomos os nossos posicionamentos conclusivos com relação aos resultados da investigação, embora esta pesquisa se configure como “um percurso ainda no meio do caminho” e muitas outras pesquisas terminológicas deverão emergir dos questionamentos ainda sem respostas.

5 Considerações finais

Os itinerários traçados neste capítulo advêm da tentativa de construir conceitos que nos instiguem a compreender o complexo emaranhado que é a linguagem especializada. Esse tipo de linguagem se distingue de outros sistemas comunicativos por se apresentar em um contexto distante da realidade da linguagem comum, visto que se configura em um espaço cuja produção de conhecimentos especializados se torna um *habitat* propício ao desenvolvimento de uma linguagem que alcance um propósito comunicativo específico.

Assim, objetivamos com este artigo investigar as possíveis conceitualizações que envolvem essas linguagens e, para tal, destacamos reflexões sobre o propósito da comunicação especializada, suas possíveis configurações e os elementos que concernem aos aspectos que envolvem os gêneros textuais especializados. Além dis-

so, apresentamos alguns encaminhamentos conceituais sobre a noção de texto especializado, com base nas pesquisas desenvolvidas por estudiosos nos últimos anos.

Na rota traçada neste texto, objetivando compreender os aspectos que envolvem a comunicação especializada e suas configurações, concluímos que o cerne da linguagem humana é comunicar e veicular informações. Isso ocorre porque a comunicação especializada reivindica o uso de uma linguagem que atenda aos propósitos exigidos pela comunidade discursiva da qual o ato de comunicar faz parte. Por essa razão, tal situação diz respeito a um cenário profissional que, na interação, pleiteia a divulgação de saberes de determinada área do conhecimento, cuja finalidade é dialogar com o interlocutor que figura, por sua vez, como um representante dos pares, portanto, também especialista, mas que pode ser um semiespecialista ou leigo na temática de que trata a comunicação.

Assim, o contexto discursivo no qual esses indivíduos se localizam faz eclodir uma verdadeira profusão de gêneros. Acerca disso, especificamos o que chamamos de gêneros textuais especializados, partindo da noção preliminar consolidada por teóricos, tais como Bakhtin e Marcuschi. Nesse sentido, concebemos o conceito de gênero textual especializado como práticas sociodiscursivas (formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa) utilizadas na comunicação especializada que se voltam, especificamente, para as linguagens de especialidade pertencentes a determinada área do conhecimento.

Então, se essas práticas comunicativas produzem esse tipo de gênero textual, logicamente, são compostas por um produto: o texto especializado. E quanto aos elementos que balizam a definição desse texto, essa é construída considerando o repertório vocabular, os propósitos e os sujeitos (destinador e destinatários), bem como a forma, o estilo e o conteúdo temático evidenciados nas construções textuais (em nível macro e microtextual). Salientamos que esses “achados da excursão” depreendida pelo território do texto especializado, ainda que timidamente, revelam que outras rotas devem ser exploradas para consolidar as conceitualizações que envolvem o entorno da comunicação especializada.

Sendo assim, ainda para a noção de texto especializado, como “produtos predominantemente verbais de registros comunicativos específicos”³⁰ (Ciapuscio; Kuguel, 2002, p. 41, tradução nossa) de um (ou do) cenário acadêmico-científico, em que os interlocutores se reconhecem como pertencentes a uma mesma comunidade discursiva e partícipes em uma situação de comunicação, merecem destaque o modo como os conhecimentos são acionados e compartilhados na construção textual.

Em suma, é possível estabelecer a ideia de que, com relação à tríade classificatória (tipologia), discutida neste trabalho, podemos ratificar que a comunicação de especialidade é o elemento motivador para o uso da linguagem especializada em gêneros especializados e que, portanto,

30 Original: como productos predominantemente verbales de registros comunicativos específicos.

aprofundar o entendimento sobre essa questão viabiliza contribuições importantes para os estudos terminológicos.

Nesse sentido, convém destacar que este capítulo não objetivou contemplar todas as nuances que envolvem o tema, em razão dessa incompletude por questões teórico-metodológicas do próprio texto, acreditamos que muitas investigações ainda estão por vir, na tentativa de esclarecer os aspectos norteadores da comunicação de especialidade.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1979] 2003.

CABRÉ, Maria Teresa. La terminologie, une discipline en évolution: le passé, le présent et quelques éléments prospectifs. Dins: L'Homme, Marie-Claude; Vandaele, Sylvie. **Lexicographie et terminologie**. 1 ed. Ottawa: 2007. Disponível em <https://www.upf.edu/en/web/iulaterm/publicacions//ppc/vistaAmpliada/CAP8355/CAT/SjCCEkhE4iso>. Acesso em: 19 nov. 2021.

CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología científico-técnica**. Barcelona: IULA; UPF, 2001, p. 187-191.

CABRÉ, Maria Teresa. Una nueva teoría de la terminología: de la denominación a la comunicación. In: CABRÉ, Maria Teresa. **La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos**. Textos em castellà, catalã i francès. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1999.

CABRÉ, Maria Teresa. **La Terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona: Editorial Antártida, 1993.

CABRÉ, María Teresa Cabré; CODINA, Luís; ESTOPÀ, Rosa (Coord.). **Terminología i documentación**. Barcelona: IULA, Universitat Pompeu Fabra, 2001.

CIAPUSCIO, Guiomar Elena. **Textos especializados y terminología**. Barcelona: IULA; Universitat Pompeu Fabra, 2003.

CIAPUSCIO, Guiomar Elena; KUGUEL, Inês. Hacia una tipología del discurso especializado: aspectos teóricos y aplicados. In: PALACIOS, García; FUENTES, Maria Teresa (Edit.). **Entre la terminología, el texto y la traducción**. Salamanca: Almar, 2002, p. 37-73.

COSTA, Maria Rute Vilhena. O termo como veículo de especificidades conceituais e semânticas. **Polifonia**, Lisboa, n. 4, p. 199-204, 2001.

DESMET, Izabel. Teoria e prática da fraseologia de especialidade: aplicações. **Filologia Linguística**, São Paulo, n. 5, p. 27-56, 2002.

FERREIRA, Ana Filipa Henriques. **Univocidade na linguagem especializada**. Relatório de Estágio curricular em Tradução (Mestrado em Tradução) – do Programa de Pós-graduação em Tradução, da Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2014.

FINATTO, Maria José Bocorny; ZÍLIO, Leonardo. **Textos e termos por Lothar Hoffmann**. Porto Alegre: Palotti, 2015.

HOFFMANN, Lothar. Conceitos Básicos da Linguística das linguagens especializadas. **Cadernos de tradução**, Porto Alegre, n. 12, 2004, p. 29-90.

HOFFMANN, Lothar. **Lengatges d'especialitat**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998.

KRIEGER, Maria da Graças. Terminologia Revisitada. **D.E.L.T.A.**, vol. 16, nº 2, 2000.

KRIEGER, Maria das Graças; FINNATO, Maria José Borconny. **Introdução à Terminologia**: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2004.

MACIEL, Anna Maria Becker. Linguagens Especializadas e Terminologia. In: LOPES-PERNA, Cristina; DELGADO, Heloísa Koch; FINATTO, Maria José (orgs.). **Linguagens especializadas em corpora**: modos de dizer e interfaces de pesquisa. Dados Eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SERRA, Luís Henrique. **A variação denominativa no discurso especializado da cana-de-açúcar no Brasil**: uma pesquisa sobre a variação funcional. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras clássicas e Vernáculas, da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2019.

REFERÊNCIAS DO CORPUS DA TERMINOLOGIA (CoTerm)

ESTUPINÁN, Mireya Cisneros; ARIAS, Giohanny Olave; PINTO, María Alicia Serna. **Escritura académica en el acceso al posgrado**: Aproximación al léxico disciplinar en Lingüística. Pereira: Editorial Universidad Tecnológica de Pereira, 2018.

FINATTO, Maria José Bocorny; ZÍLIO, Leonardo. **Textos e termos por Lothar Hoffmann**. Porto Alegre: Palotti, 2015.

KRIEGER, Maria das Graças. Terminologia. In: LEITE, Cândida Manuela Selau; HAAG, Cassiano Ricardo; OTHERO, Gabriel de Ávila (orgs.). Entrevistas com linguistas [recurso eletrônico]: **ReVEL** (2003 - 2018) 1. ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2020.

LIMA, Edmar Peixoto de; SANTIAGO, Márcio Sales. Critérios para o reconhecimento do repertório terminológico das Teorias da Argumentação. **Revista Saridh – Linguagem e Discurso**. v. 1, n. 1, 2019.

LIMA, Edmar Peixoto de. **Abordagem Terminológica nas veredas teóricas da argumentação**: uma investigação sob a perspectiva da variação denominativa. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Linguística Aplicada (PosLA), Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 2017.

MONTILLA, Gloria Iraima Mogollón. Discurso de divulgación científica y tecnológica: de la definición al análisis crítico. **Revista de la Facultad de Ingeniería** U. C. V., Vol. 30, N° 1, pp. 15-26, 2015.

RODRÍGUEZ-TAPIA, Sergio. Los textos especializados, semiespecializados y divulgativos: una propuesta de análisis cualitativo y de clasificación cuantitativa. **Revista Signa** 25, págs. 987-1006. 2016.

RODRÍGUEZ-TAPIA, Sergio. **El grado de especialización textual**: caracterización a partir de la percepción sociocognitiva de la terminología y las relaciones discursivas. Tese (doutorado) - Instituto de

Estudios de Posgrado Programa de Doctorado en Lenguas y Culturas, Universidade de Córdoba. 2019.

SANTOS, Georgina Márcia; SERRA, Luís Henrique; SILVEIRA, Theciana Silva (orgs.). **Estudo do Léxico Geral e Especializado**: teorias e aplicações. [Recurso eletrônico]. Catu: BordôGrená, 2021.

SERRA, Luís Henrique. **A variação denominativa no discurso especializado da cana-de-açúcar no Brasil**: uma pesquisa sobre a variação funcional. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras clássicas e Vernáculas, da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2019.

SERRA, Luís Henrique; FILHO, Francisco Alves. Os gêneros textuais especializados e o conceito de comunidade discursiva como elementos de análise da variação denominativa em terminologia. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 17, n. 2, p. 320-338, maio/ago. 2021.

Análise léxico-cultural de expressões idiomáticas com lexias ligadas à religião

Gislene Lima Carvalho
Ticiane Rodrigues Nunes

1 Introdução

A relação estabelecida entre língua e cultura influencia nas palavras e nas expressões linguísticas, bem como na forma como estas são usadas e convencionadas pela sociedade. Entendemos, pois, língua e cultura enquanto termos relacionados e indissociáveis que se interferem e se determinam, já que, como bem postula Silva Neto (1960), há entre a sociedade e a língua uma relação intrínseca e capaz de imprimir no léxico, por exemplo, a história das culturas, compreendendo-o como parte integrante dessa história e, ao mesmo tempo como aspecto linguístico que revela atitudes, tradições, ideologias e categorizações sociais.

Considerando essa relação que se estabelece entre língua e cultura, delimitamos nossas análises às expressões idiomáticas (EIs). Assim, o objetivo deste capítulo é discutir os aspectos léxico-culturais presentes em EIs

cuja composição apresenta lexias ligadas às religiões. Para isso, selecionamos 11 expressões que apresentam, em sua composição, palavras que fazem parte do léxico religioso, a saber: *santo do pau oco*, *despir um santo para cobrir outro*, *ter santo forte*, *ensinar o padre-nosso ao vigário*, *ser um Deus nos acuda*, *acender uma vela a Deus e outra ao diabo*, *segurar vela*, *estar com a vida que pediu a Deus*, *levar a cruz ao calvário*, *estar entre a cruz e a espada*, e *dizer o diabo*. Vale ressaltar que as expressões foram retiradas do *corpus* de Carvalho (2016), organizado a partir de expressões idiomáticas que constam em dicionários escolares brasileiros do tipo 3, de acordo com o PNLD-2012³¹.

Inicialmente, tratamos da definição de Fraseologia, seu objeto de estudo, os tipos de fraseologismos e, dentro deles, situamos as expressões idiomáticas no campo dos estudos fraseológicos. Em seguida, apresentamos uma discussão acerca da relação léxico-cultural presente nas línguas e passamos à análise das expressões selecionadas, seguida das considerações finais.

2 Fraseologia e expressões idiomáticas

Existe, nas línguas, um conjunto de expressões prontas e sancionadas pela população cujos falantes recorrem em vez de produzirem livremente outras combinações. Estas unidades lexicais pertencem ao léxico mental dos falantes e já são de conhecimento dos que

³¹ O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD avalia e indica livros didáticos e dicionários a serem utilizados na Educação Básica. Os dicionários do tipo 3 são indicados para o Ensino Fundamental II.

compartilham e vivenciam a língua e a cultura. Tais expressões são inseridas no discurso como reforço ao enunciado, pois já estão prontas, são amplamente conhecidas por seus falantes e se caracterizam por apresentar uma forma fixa.

A fixação de algumas unidades linguísticas já era citada por Saussure nas primeiras décadas do século XX, em seu Curso de Linguística Geral, quando fez a distinção entre expressões fixas e expressões livres. Posteriormente, esse conjunto de expressões passou a ser o objeto de estudo da Fraseologia, disciplina que engloba os fraseologismos ou unidades fraseológicas³².

Entende-se por unidade fraseológica (ou fraseologismos) as expressões linguísticas que se caracterizam por sua composição plurilexical e por apresentar fixação em sua construção. Dentro desse campo, encontramos as locuções, as expressões idiomáticas, os provérbios, os ditados populares, dentre outras categorias de expressões fixas. Considerando esses pontos, Tristá (1998) classifica como fraseologia todas as combinações de duas ou mais palavras que apresentem fixação no uso.

Ruiz Gurillo (1997) ao apresentar as unidades fraseológicas, coloca-as em um contínuo, do centro à periferia, considerando maior ou menor grau de fixação destas expressões. A autora destaca, ainda, outras características, tais como a idiomaticidade, a motivação

32 O objeto de estudo da Fraseologia recebe diversas denominações: fraseologismos ou unidades fraseológicas (Tristá, 1988); unidades (expressões) fixas (Zuluaga, 1980); unidades pluriverbais (Casares, 1950), dentre outros. Aqui, utilizamos unidades fraseológicas e fraseologismos como sinônimos.

metafórica e a frequência de uso. Ortiz Alvarez (2009) corrobora essa definição e as características quando define as fraseologias como:

Conjunto de combinações de elementos linguísticos de uma determinada língua, relacionados semântica e sintaticamente, e que não pertencem a uma categoria gramatical específica e cujo significado é dado pelo conjunto de seus elementos. Nela se incluem todas as combinações onde os componentes possuem traços metafóricos geralmente estáveis (em alguns casos a estabilidade é parcial permitindo algumas alterações sem perder o significado total da expressão). (Ortiz Alvarez, 2009, p. 498).

A autora destaca, além da fixação, o traço metafórico presente nesses elementos linguísticos e a possível variação que podem apresentar, sendo mais ou menos metafórico, a depender da categoria de fraseologia. A motivação metafórica advém da origem e da característica de estas expressões não apresentarem, em grande parte, significado literal. A estabilidade também é apontada pela autora, embora possa haver variação em alguns casos. Logo, observamos que a estabilidade e o traço metafórico dos fraseologismos estão relacionados ao teor cultural presente nestas unidades, que motivam as escolhas e a convenção de uso por parte dos falantes.

Dentre as unidades fraseológicas, destacamos aqui as expressões idiomáticas, doravante EIs, por apresentarem alto grau de fixação, metaforicidade, idiomaticidade e pela relação que se estabelece entre essas lexias

e a cultura da língua na qual são utilizadas. As EIs são fraseologismos compostos por duas ou mais palavras que apresentam um sentido único que não corresponde ao significado isolado de seus componentes. Tais expressões se caracterizam pela fixação de seus elementos e pelo grau de idiomaticidade que apresentam.

A fixação refere-se ao fato de que algumas palavras e expressões linguísticas ocorrem sempre da mesma forma, são convencionadas e não permitem alteração. No caso das EIs, as palavras que as compõem tendem a ser as mesmas, não permitindo alteração de lexias nem da ordem em que se apresentam, são, portanto, construções linguísticas fixas.

Ainda sobre a fixação, Zuluaga (1980) destaca a capacidade que essas expressões têm de serem reproduzidas em bloco como unidades previamente feitas. Corpas Pastor (1996) chama essa característica de “estabilidade”, uma vez que a fixação fraseológica leva à especialização semântica ou lexicalização, ao afirmar que “se estabelece uma relação direta e unívoca entre as unidades fraseológicas e sua interpretação semântica por parte da comunidade falante” (Corpas Pastor, 1996, p. 24). A interpretação das expressões por parte da comunidade falante vai depender do valor semântico convencionado, bem como do conhecimento metafórico e cultural que interferem nessa convenção.

Além da fixação, as EIs também apresentam alto teor de idiomaticidade, ou seja, o significado da expressão não corresponde à soma dos significados das lexias que

a compõem, o que pode ser entendido como opacidade ou não composicionalidade semântica. Estas expressões apresentam um sentido figurado que está relacionado às manifestações culturais e às escolhas de uso que foram convencionadas pela sociedade. Este traço está relacionado aos valores conotativos presentes nas línguas naturais e, em princípio, refere-se a características que particularizam uma língua. Nos fraseologismos, a noção de particularidade ainda se faz presente, uma vez que é provável que todas as línguas naturais apresentem estas expressões e os falantes nativos dessas línguas conheçam e as compreendam a partir de uma referência cultural própria.

Dessa forma, as EIs apresentam forte relação com a cultura das línguas nas quais são utilizadas. Nesse sentido, para Casares (1950), a idiomaticidade seria o aspecto semântico dessas expressões. Embora o autor não cite as EIs diretamente, refere-se a expressões caracterizadas por apresentar fixação e idiomaticidade, as quais ele denomina locuções. Essa última seria, para ele, a particularidade das unidades fixas e que as diferencia das demais combinações de palavras.

Assim, considerando a fixação e a idiomaticidade como traços definidores das EIs, podemos estabelecer relações léxico-culturais destas expressões que as particularizam a determinada língua e cultura, já que apresentam traços culturais e ideológicos destas. Como exemplo, podemos citar as expressões que são motivadas por um elemento comum, como as EIs que são formadas por partes do corpo (*perder a cabeça*, *dar*

o braço a torcer), relacionadas a alimentos (*comer o pão que o diabo amassou, estar com a faca e o queijo na mão*), animais (*engolir sapo, pagar o pato*), contexto religioso (*santo do pau oco, ensinar o padre-nosso ao vigário*) etc.

3 Relações entre léxico e cultura

Compreender as EIs como uma referência linguística de alta relação idiomática é fundamental para observar como a cultura se entranha nas práticas de linguagem das comunidades de fala. Por essa razão, investigar o aspecto cultural nas EIs pode revelar a presença de relações etnológicas, ideológicas, políticas, econômicas, espirituais, dentre outras, que não só associam povos a suas culturas, mas trazem à tona nuances das tradições que vivem ou viveram em um dado espaço ou contexto.

Ao destacar as EIs como um elemento linguístico de menor ou maior grau de fixação, Ruiz Gurillo (1997) estabelece uma relação com a dinamicidade lexical apontada por Krieger (2006), pois, para a autora, “[...] o léxico [é] o pulmão das línguas, e, simultaneamente, um objeto multifacetado e em constante mobilidade” (Krieger, 2006, p. 163). Nesse sentido, podemos refletir acerca da popularização das EIs a partir da fixação, contudo, sem esquecer as efemeridades das relações sociais e humanas, visto que há, mesmo nas EIs, uma tentativa de contemplar elementos inerentes ao modo de vida e às mudanças que acompanham as comunidades de fala.

A esse respeito, Nunes (2018) postula que:

Através do léxico é possível perceber como as sociedades se organizam, como pensam os atores inseridos nessas sociedades e suas tradições. Ou seja, o léxico é dotado de significados atribuídos pelos falantes e que estão diretamente relacionados com as suas vidas e com o contexto em que vivem. (Nunes, 2018, p. 54).

Ou seja, mesmo as formas lexicais mais fixas, como as EIs, são influenciadas pelo modo de vida dos atores sociais que delas fazem uso, já que trazem efetivamente em sentido metafórico uma associação semântica entre as formas linguísticas e as demandas comunicativas de suas relações sociais. Por essa razão, é possível percebermos a existência de variações, posto que os usuários da língua utilizam as unidades lexicais em consonância com suas intencionalidades comunicativas (Faulstich, 1998; Marenco, 2016). Faulstich (1998, p. 141) acrescenta que “a polifuncionalidade da unidade lexical [...] pode produzir mais de um registro”, uma vez que os falantes podem incorporar em estruturas fixas polilexicais elementos de sua cultura, trazendo à EI o caráter de variação e enfatizando a presença de um elemento diretamente ligado à tradição vivida por uma determinada comunidade de fala.

Nessa esteira, podemos observar a EI *chutar o balde* que no Brasil é recorrentemente utilizada como “fazer algo sem se importar com as consequências” enquanto que, em inglês, *kick the bucket* significa “morrer”, o que corrobora o conceito de carga cultural partilha-

da (*charge culturelle partagée*) postulado por Galisson (1987), pois verificamos a existência de significados não explícitos e compartilhados a partir de seu uso em uma dada realidade linguística. Para melhor esclarecer o termo, Galisson (2000) explica que:

Carga – remete a uma ideia de suplementação, acrescida ao conteúdo (significado) da palavra; **Cultura** – inscreve esta carga para além da denotação tratada pelos dicionários da língua (a dimensão semântica), isto quer dizer, uma conotação singular, não presa à carga da dicionarística clássica (a dimensão pragmática); **Partilhada** – é próprio da cultura (toda cultura é produto comunitário/coletivo), mas, em ocorrência, esta partilha é de interesse de um maior número de interlocutores que se reivindica como desta comunidade. (Galisson, 2000, p. 55-56, tradução nossa).³³

No tocante a essa questão, Santos (2016) afirma que observar o léxico numa perspectiva cultural é conhecer e compreender que os acervos lexicais específicos dos grupos comportam “[...] significados que somente ali, naquele espaço histórico e cultural, era possível de existir” (Santos, 2016, p. 74). Em outros termos, no diálogo lexicocultural, acessamos a cultura por meio das palavras, posto que o ensino da palavra deve ser antes de tudo o

³³ **Charge** – renvoie à une idée de supplément, d’ajout au contenu du mot; **Culturelle** – inscrit cette charge dans l’au-delà de la dénotation dont traitent les dictionnaires de langue (cf. la dimension sémantique), c’est-à-dire dans une connotation singulière, non prise en charge par la dictionnaire classique (cf. la dimension pragmatique); **Partagée** – est le propre de la culture (toute culture est un produit communautaire), mais, en l’occurrence, ce partage est l’affaire du plus grand nombre des locuteurs qui se réclame de cette communauté. (Galisson, 2000, p. 55-56, grifos do autor).

ensino da cultura, a compreensão da dimensão pragmática e discursiva do léxico, que, por sua vez, não é contemplada na edição dicionarística (Santos, 2016), mas é possivelmente observada em contato com as realidades linguísticas *in loco* (Coseriu, 1981).

Por meio desse contato, desnudamos a relação da palavra com os diversos segmentos que se revelam nos costumes vividos em uma cultura (ideologia, posicionamento político, questões e fatos históricos, características socioeconômicas etc.), uma vez que o léxico é permeado pela Carga Cultural Partilhada, doravante CCP, pelos falantes de uma língua-cultura. Logo, em consonância com Galisson (2000) e Santos (2016), concluímos que a CCP é fruto de vivências cotidianas, de interações espontâneas/características de um grupo ou de uma comunidade, assim, a CCP é adquirida na realidade linguística em curso, na vida, nas interações.

Contudo, é válido destacar que nem sempre é possível aos falantes de uma língua-cultura a compreensão do vínculo da dimensão corrente de uso das CCPs com a sua dimensão factual histórica, esse descompasso pode ser percebido com as EIs, visto que é comum haver um hiato entre a motivação, a composição e o uso dessas estruturas, o que pode acarretar a não compreensão desses fraseologismos. Nesse sentido, Galisson (2000) postula que a língua-cultura é produto e, ao mesmo tempo, processo dinâmico e contínuo, que é transformada no espaço-tempo e transforma, por meio da palavra, os enunciados e a realidade em que é empregada.

Em diálogo com a transformação relatada pelos autores, lembramo-nos da relação estabelecida por Hampaté Bâ (2010, p. 172) entre a palavra e o divino, a partir da história de seu povo africano, visto que, segundo o autor, a palavra para a tradição africana é “[...] um dom de Deus. Ela é ao mesmo tempo divina, no sentido descendente, e sagrada, no sentido ascendente”. E essa conexão surgiu desde a criação do Homem – *Maa* – como interlocutor de Deus – *Maa Ngala* –, porque o Divino criou *Maa*, soprou-lhe a vida, deu-lhe parte de seu próprio nome e instituiu uma relação dialógica com a própria criação: “*Maa Ngala* ensinou a *Maa* [...] as leis segundo as quais todos os elementos do cosmo foram formados e continuam a existir. Ele o intitidou guardião do Universo e o encarregou de zelar pela conservação da harmonia universal” (Hampaté Bâ, 2010, p. 171).

Hampaté Bâ (2010) enfatiza ainda que a cosmologia africana sobre a palavra a concebe como um instrumento que, por meio da fala, “[...] pode criar a paz, assim como pode destruí-la. [...] a Palavra [tem] não só o poder criador, mas também a dupla função de conservar e destruir” (Hampaté Bâ, 2010, p. 173). É esse olhar que lançamos sobre a conexão que liga o léxico e a cultura, posto que acreditamos ser a palavra o meio pelo qual a cultura resiste, passa de geração em geração e garante que seus falantes dominem a CCP presente em seu léxico, possibilitando que outros grupos de fala a conheçam e reconheçam através dos traços revelados pelo léxico que nomeia as práticas culturais de sua realidade linguística (objetos, procedimentos, rituais, profissões, ações, funções, ideologias, seres animados e inanimados, entre outros).

Nessa esteira, encontram-se as EIs, visto que elas evocam, nos contextos de linguagem em que são empregadas, os aspectos que permeiam as culturas que as motivaram e popularizaram, tornando a sua composição polilexical um aspecto a ser explorado e problematizado a nível idiomático, de modo a discutirmos, como delimitado no objetivo supracitado, contemplando os aspectos léxico-culturais presentes em EIs.

4 Discussão dos dados

Neste trabalho, temos como objetivo discutir os aspectos léxico-culturais presentes em expressões idiomáticas compostas por palavras relacionadas à religião. Para tanto, selecionamos 11 expressões que contêm, em sua composição, palavras que fazem parte do contexto religioso. As expressões aqui analisadas foram extraídas do *corpus* organizado por Carvalho (2016), composto por 1537 expressões que apresentam algum grau de idiomaticidade e estão presentes em três dicionários escolares, indicados pelo PNLD-2012 e destinados ao Ensino Fundamental II, a saber: *Dicionário escolar da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras* (2012), *Caldas Aulete* (2012) e *Saraiva Jovem ilustrado* (2010).

Para discutir os aspectos culturais presentes nas expressões idiomáticas, selecionamos 11 expressões que contêm palavras relacionadas ao campo da religião, quais sejam: *santo do pau oco*, *despir um santo para cobrir outro*, *ter santo forte*, *ensinar o padre-nosso ao vigário*, *ser um*

Deus nos acuda, acender uma vela a Deus e outra ao diabo, segurar vela, estar com a vida que pediu a Deus, levar a cruz ao calvário, estar entre a cruz e a espada, e dizer o diabo.

A fim de propiciar uma melhor compreensão, apresentamos, no quadro 1, as EIs selecionadas e seus respectivos significados, em consonância com os dicionários supracitados:

Quadro 1 – Expressões Idiomáticas³⁴

Expressão idiomática	Significado
Santo do pau oco	coloq. Pessoa sonsa
Despir um santo para cobrir outro	coloq. Favorecer alguém em detrimento de outra pessoa.
Ter santo forte	coloq. 1. Ser protegido de alguém; ter pisto-lão. 2. Ter proteção espiritual.
Ensinar o padre-nosso ao vigário	querer dar lições a uma pessoa mais expe-riente e mais sábia.
Ser um deus ³⁵ nos acuda	confusão ou tumulto: O filme foi bom, mas a entrada foi um deus nos acuda. [nota: us. Sempre antecedido do artigo um.]
Acender uma vela a Deus e outra ao diabo	procurar estar bem com os dois lados; se-guir duas ideias opostas.
Segurar vela	acompanhar um casal.
Estar com a vida que pe-di-u a Deus	não ter mais nada que desejar
Levar a cruz ao calvário	sofrer com resignação.
Estar entre a cruz e a espada	estar em situação difícil, da qual não há como fugir.
Dizer o diabo	falar mal de; criticar: Quando viu que era o alvo das nossas brincadeiras, ela disse o diabo de todo mundo.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

34 Os significados das expressões aqui elencados são baseados nas definições que constam no *corpus* do qual as EIs foram retiradas.

35 A lexia *deus* está aqui grafada com inicial minúscula em respeito à ocorrência no *corpus* de análise.

Diante das EIs elencadas, as lexias que fazem referência ao contexto religioso são: *santo*, *padre-nosso*, *vigário*, *Deus/deus*, *vela*, *diabo*, *cruz* e *calvário*. Como lexias simples, estas palavras carregam significados próprios que designam elementos relacionados à fé e a rituais religiosos/espirituais. Ou seja, a CCP que relacionamos a essas palavras nos remetem ao universo religioso, referindo diretamente entidades, orações, cargos da igreja, objetos utilizados em cultos religiosos/espirituais e lugares que ambientam acontecimentos relatados na bíblia cristã. Como parte das expressões idiomáticas, tais significados ganham novos sentidos, destacando o caráter metafórico e idiomático desses fraseologismos. O significado dessas lexias nas expressões não corresponde, portanto, ao seu valor semântico isolado, sendo preciso a inserção da expressão no discurso para que seus significados sejam alcançados. Percebemos, então, a relação cultural que se estabelece a partir do uso que a comunidade de falantes faz dessas expressões.

As expressões analisadas comprovam a fixação das EIs, bem como a sua idiomaticidade, uma vez que seu valor semântico não está relacionado à religião, com exceção da segunda acepção para a expressão *ter o santo forte*, que significa *ter proteção espiritual*. Ademais, destacamos, também, o fato de que estes elementos precisam estar inseridos no discurso para que tenham sentido completo, além de serem de conhecimentos do(s) interlocutor(es) envolvidos no ato enunciativo, tendo em vista a necessidade do compartilhamento dessa CCP

como um elemento de língua-cultura que propicia interações interculturais. Assim, podem referir e/ou caracterizar pessoas e situações, bem como promover uma compreensão mútua entre os atores socioculturais.

Inicialmente, percebemos que as expressões aqui analisadas fazem referência a elementos do Cristianismo. Essa percepção fica evidente nas lexias *Deus/deus* e *diabo*, que são recorrentes e trazem a concepção dicotômica de bem e mal, ideia presente no Cristianismo. De igual maneira, as lexias *calvário*, *vigário*, *cruz* e *padre-nosso* estão relacionadas a estas religiões. De âmbito mais abrangente, temos a ocorrência das lexias *santo* e *vela*, não restritas a uma única religião, pois são elementos que se relacionam à fé e, portanto, podem ser inseridos no campo religioso ou, ainda mais abrangente, ao campo espiritual.

Vale ressaltar que a expressão *segurar vela* faz referência a alguém que acompanha um casal, resgatando, metaforicamente, o ato de acender vela, iluminar a um santo ou a uma entidade, como costume religioso ou espiritual. A esse respeito, Durand (2012, p. 174) traz para a discussão a polivalência da simbologia do fogo, visto que, segundo os princípios espiritualistas, o “fogo espiritual” assume o lugar de elemento purificador e iluminador, capaz de conduzir e preparar para experiências espirituais ou carnisais, já que diferentemente do – mas bivalente ao – “fogo sexual”, a chama assume o lugar de elemento motivador da fertilidade desejada aos casais que se unirão, em analogia aos que foram antes iluminados, que, de acordo

com a escritura cristã, crescerão e se multiplicarão (Bíblia Sagrada, 1996, p. 49, [Gênesis, 1, 28]).

Destacamos ainda as lexias *Deus, santo e vela*, pois podem ser relacionadas também às religiões de outras matrizes, como a africana (Umbanda e Candomblé, por exemplo). Assim, refletindo sobre a relação genérica entre essas lexias e as condutas sociais, a EI *despir um santo para cobrir outro*, de acordo com as fontes lexicográficas analisadas, comporta a lexia *santo* aludindo à metáfora de favorecimento de alguém em detrimento de outrem. Contudo, há uma variação dessa EI e outro sentido, não referido pelo *corpus*, e que circula em contexto de língua-cultura popular no Ceará, *descobrir um santo para cobrir outro*, que, por sua vez, remete ao sentido de resolver um problema arranjando outro. Desse modo, observamos que em ambos os casos a ação executada não resolve a situação, tampouco torna os envolvidos no contexto discursivo como interlocutores de um enunciado feliz, o que corrobora a visão pessimista e inconclusiva da situação referida pela EI.

Analisando sob o viés cultural e considerando que as expressões idiomáticas são, inicialmente, convencioneadas pela comunidade de fala, entendemos que a prevalência de lexias que estão ligadas ao Cristianismo justifica-se pelo fato de o Brasil ser considerado um país de maioria católica³⁶ (6). Esta observação nos leva

³⁶ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em dados do último censo realizado no país, 123.280.172 pessoas se declaram católicas, enquanto 167.363 se declaram candomblecistas e 407.331 umbandistas. Outras 14.103 pessoas declaram praticar outras religiões de matriz afro-brasileira.

à reflexão sobre a falta de expressões que remetam às religiões com menor número de praticantes, como as já citadas religiões de matriz africana. A esse respeito constatamos como as CCPs são permeadas nos contextos socioculturais que vivemos, o que evidencia a prevalência dessas EIs e/ou suas variantes como recorrentes desde o período da colonização brasileira e, por conseguinte, representam o empreendimento de apagamento de outras culturas presentes no percurso sócio-histórico brasileiro, mas não recebem o mesmo *status* que o Cristianismo.

Ainda sob esse viés, é válido destacar as ideias compartilhadas nas expressões aqui analisadas, compreendendo-as como *Cargas Culturais Partilhadas* (Galissou, 1987, 2000), visto que o conhecimento pragmático-discursivo sobre essas expressões legitima o emprego delas nos enunciados proferidos pelos usuários da língua-cultura, já que ao conhecerem a forma fixa há também a compreensão sobre o sentido atribuído a essas formas no discurso.

Nesse sentido, a ideia de bem e mal, dualidade não presente nas religiões de matriz africana, são representadas pelas lexias *Deus vs diabo* e visíveis no significado da expressão *acender uma vela a Deus e outra ao diabo*, cujo significado é seguir duas ideias opostas, paradoxais. Dessa forma, as expressões que trazem essas lexias podem significar algo positivo, se presente a lexia *Deus/deus*, ou negativo, com a lexia *diabo*, com base na interpretação que se faz de tais elementos e das religiões às quais estas se associam. A esse respeito, Hampaté Bâ

(2010) traz a lume uma discussão acerca das concepções partilhadas a partir das vivências orais, pois há, entre as comunidades, um lugar de destaque para a tradição oral como registro e memória desses povos, o que nos leva a perceber o modo como essas concepções são disseminadas na língua-cultura por meio das EIs, que, por sua vez, são aprendidas primeiramente nas comunidades de fala, ou seja, na realidade linguística cotidiana e espontânea.

Essa interpretação dicotômica também pode ser percebida na expressão *dizer o diabo*, visto que a presença da lexia *diabo* associa a EI a concepções negativas, voltadas para a desconstrução ou para a destruição do interlocutor. Em contrapartida, na expressão *estar com a vida que pediu a Deus*, a presença da lexia *Deus* corrobora o sentido de plenitude de vida, ou seja, uma positividade referente à ideia de paraíso, de desejo alcançado, que mais uma vez confirma a dualidade entre bem e mal, bom e ruim. Diferentemente das referidas EIs, a expressão *ser um Deus nos acuda*, apesar de trazer em sua composição polilexical a lexia *Deus*, tem como significado confusão ou tumulto, isto é, uma carga semântica negativa. Porém, observando o conjunto sintagmático que estrutura essa EI, vemos que a situação aludida faz referência a uma confusão que em tese só poderia ser resolvida por Deus, em outras palavras, apenas um ser divino poderia ajudá-los em tal embrolho.

Outra noção de dualidade pode ser também observada na expressão *estar entre a cruz e a espada*, pois a partir das lexias *cruz* e *espada* há uma carga cultural parti-

lhada que remonta aos conflitos vividos entre as Cruzadas e os não cristãos durante a Idade Média. Essa relação traz à tona o período histórico, referenciando diretamente o empreendimento da Igreja Católica em impedir o avanço do Islamismo para a Europa. Sendo assim, os não cristãos eram colocados entre a *cruz* como uma representação da conversão forçada para o cristianismo e a *espada* como um instrumento que os mataria se decidissem manter-se em sua fé muçulmana, por serem considerados hereges.

A noção de *cruz* como um castigo é também assimilada na EI *levar a cruz ao calvário*, posto que as lexias *cruz* e *calvário* simbolizam o sofrimento de Jesus em sua paixão narrada na Bíblia: “Levaram então consigo Jesus. Ele próprio carregava a sua cruz para fora da cidade, em direção ao lugar chamado Calvário, em hebraico *Gólgota*.” (Bíblia Sagrada, 1996, p. 1410, [João, 20, 17], grifo do autor). Desse modo, assim como Jesus aceitou sua predestinação ao sofrimento, a EI retrata a resignação diante de uma situação de penar inevitável.

Diante das análises expostas até aqui, constatamos que além da motivação religiosa, algumas dessas expressões podem também estar relacionadas a fatos históricos. Nesse rol, incluímos o caso de *santo do pau oco*, surgida com base no fato de que durante o Período Colonial, no século XVIII, mais precisamente no ciclo do ouro, em Minas Gerais, imagens de santos eram utilizadas para a circulação de ouro sem o pagamento de impostos, surgindo daí a ideia de falsidade, o que leva ao atual significado de pessoa sonsa. Desse modo, no contexto da épo-

ca, observamos que a prática religiosa foi reconfigurada para disfarçar a má intenção de contrabandear o metal precioso, ou seja, o fim religioso era falso e indiscriminadamente utilizado para burlar o controle sobre a produção e a comercialização do ouro.

Por fim, na expressão *ensinar o padre-nosso ao vigário*, observamos a presença marcante do elemento sabedoria, visto que há o desconhecimento de um sobre a sapiência do outro, o que motivaria a intenção de ensinar algo que, erroneamente, achava-se que o interlocutor não sabia. Assim, podemos dialogar a partir das lexias *padre-nosso* e *vigário* sobre a presença da igreja como uma instituição que orienta e acompanha seus fiéis, compreendendo que a oração e os agentes envolvidos são simbologias de uma organização que conduz e fiscaliza com experiência e maestria. A lexia *vigário* nos remete ainda à ideia de Hampaté Bâ (2010) acerca da sabedoria e do discernimento dos mais velhos, posto que o vigário não é apenas um líder, mas um modelo de cristandade a ser seguido e um guardião do conhecimento.

Pela análise das expressões aqui selecionadas, fica evidente o viés cultural presente na língua, sobretudo nas EIs. O fator cultural dessas expressões relaciona-se não apenas às vivências e às crenças religiosas, mas também trazem em seu bojo matizes históricas e sociais que estão presentes na comunidade de fala e fazem parte da carga cultural partilhada pelos falantes, evidenciando, assim, a motivação metafórica que subjaz as expressões e os motivos que levam ao seu condicionamento de uso.

5 Considerações finais

Voltar-se para as EIs é abrir um espaço para um debate que enxergará não apenas os elementos linguísticos que a compõem, pois há em sua estrutura um conjunto lexical que traz à tona aspectos motivacionais do surgimento do fraseologismo e, ao mesmo tempo, referenciam questões exacerbadamente contextuais, primeiramente, por seu caráter idiomático e, depois, por refletirem as práticas socioculturais das comunidades de fala.

Nesse sentido, nosso objetivo neste capítulo – discutir os aspectos léxico-culturais presentes em EIs cuja composição apresenta lexias ligadas às religiões – tornou-se um movimento que revelou a diversidade de elementos lexicais que aludem ao aspecto religioso ou espiritual, compreendendo que há uma menção direta ao Cristianismo, mas também a presença de lexias abrangentes à questão espiritual, como *Deus*, *santo* e *vela*. Com a presença dessas lexias e a reconfiguração de algumas dualidades observadas nas EIs analisadas, percebemos que, apesar da predominância do Cristianismo por razões contextuais, a compreensão do espaço brasileiro como um lugar multicultural é latente e precisa fazer parte do rol de discussões da escola, já que a diversidade social permeia também o contexto educacional.

Portanto, as EIs são composições lexicais que precisam da CCP dos falantes que integram as comunidades de fala para que possam ser compreendidas e melhor envolvidas nos contextos enunciativos, de modo a assi-

milarmos não apenas o seu engajamento no contexto de uso, mas percebendo que o uso pauta a sua constituição como signo linguístico e cultural, capaz de aludir a elementos históricos, sociológicos, antropológicos, filogenéticos, dentre outros.

Referências

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de Monges de Maredsous. 101. ed. São Paulo: Ave Maria, 1996.

CARVALHO, Gislene Lima. **Expressões idiomáticas em dicionários escolares de língua portuguesa**. 2016. 253 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

CASARES, J. **Introducción a la Lexicografía Moderna**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Lingüísticas, 1950.

CORPAS PASTOR, Gloria. **Manual de fraseología española**. Madrid: Gredos, 1996.

COSERIU, Eugenio. **Principios de semântica estrutural**. Tradução de M. M. Hernandez. 2. ed. Madrid: Gredos, 1981.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário: Introdução à arquetipologia geral**. Tradução de Hélder Godinho. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

FAULSTICH, Enilde. Variação Terminológica. Algumas tendências no Português do Brasil. In: **Cicle de conferencies 96-97. Lèxic, corpus i dictionaris**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, 1998. p. 135-147.

GALISSON, Robert. Accéder à la culture partagée par l'entremise des mots à CCP. **Études de Linguistique Appliquée**, v. 67, p. 109-151, 1987.

GALISSON, Robert. La pragmatique lexicoculturelle pour accéder autrement, a une autre culture, par un autre lexique. **Mélanges CRAPE**, n. 25, p. 47-73, 2000.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 11 jan. 2022.

KRIEGER, Maria da Graça. Lexicografia: o léxico no dicionário. In: SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG, 2006. p. 157-172.

MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. **Variações terminológicas e diacronia**: Estudo léxico-social de documentos manuscritos militares dos séculos XVIII e XIX. 2016. 780 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

NUNES, Ticiane Rodrigues. **Língua(gem) e Cultura**: um estudo etnográfico dos campos lexicais de vaqueiros do Ceará. 2018. 368f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa. **A língua(gem) nossa de cada dia**: o componente fraseológico no ensino de línguas próximas (ELE E PLE). 2009. Disponível em: https://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/publicaciones_centros/PDF/saopaulo_2008/42_ortiz.pdf. Acesso em: 10 jan. 2022.

RUIZ GURILLO, Leonor. Aspectos de fraseologia teórica espanhola. In: RUIZ GURILLO, L. **Cuadernos de filología**. Valencia: Universidad de Valencia, 1997.

SANTOS, Cosme Batista dos. Um estudo lexicoculturológico da palavra “pernambucano” em narrativas do semiárido baiano. In: SANTOS, Cosme Batista dos; QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. **As palavras e as culturas**: estudos da relação léxico e cultura na realidade baiana. Salvador: EdUneb, 2016.

SILVA NETO, Serafim da. **Língua Cultura e Civilização**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1960.

TRISTÁ, Antonia María. **Fraseología y Contexto**. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1988

ZAVAGLIA, Claudia. O léxico tabu em dicionários infantis: o Caldas Aulete. **GTLex**, 2015. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padroao_cms/documentos/eventos/gtlex/2015_resExClaudiaZavaglia.pdf. Acesso em: 11 jan. 2022.

ZULUAGA OSPINA, Alberto. **Introducción al estudio de las expresiones fijas**. Frankfurt a. M., Bern, Cirencester/UK: Lang, 1980.

Topologia cognitiva e rede lexical da partícula *up*

Elaine Carvalho Chaves Hodgson

Paula Lenz Costa Lima

1 Introdução

Nos meados da década de 2000, tivemos o privilégio de compartilhar, com o nosso dileto amigo Luciano Pontes, algumas disciplinas, em forma de seminários, nas quais buscávamos compartilhar e entender os conhecimentos e as contribuições da linguística cognitiva e da lexicologia, lexicografia ou terminologia para os estudos e compreensão da linguagem.

O estudo dos significados, parece-nos, sempre foi o grande interesse do ilustre pesquisador, cujo olhar recai fortemente na forma de apresentação desses significados para dar aos falantes a oportunidade de apreendê-los, como bem demonstram suas publicações sobre lexicografia e lexicografia didática.

De fato, nas nossas disciplinas em conjunto, a partir dos conceitos básicos das áreas do conhecimento em estudo, contrastando as visões clássicas com as novas, buscávamos desenvolver com os alunos uma análise crítico

comparativa da macro e da microestrutura de determinados dicionários, com base nas novas visões. Analisávamos, por exemplo, a contribuição de conceitos da Linguística Cognitiva–linguagem convencional, linguagem metafórica, linguagem literal, protótipos, estruturas radiais, Modelos Cognitivos Idealizados, polissemia, sincronia e diacronia, dentre outros – na construção dos verbetes dos dicionários.

A linguagem metafórica, particularmente, a fraseologia, tem sido objeto de atenção de Pontes e outros estudiosos da área da lexicologia e da terminologia. A compreensão da importância dessas unidades léxicas levou Pontes, em 2010, a examinar como dicionários escolares brasileiros configuram as unidades fraseológicas na composição de seus verbetes, identificando que estas aparecem sempre como subentradas, destacadas, com definições, mas raramente exemplificadas. Mais recentemente, Termignoni e Finatto (2017) chamam a atenção para a importância de se ensinar expressões idiomáticas a aprendizes de uma língua estrangeira, e, com este fito, estabelecem as bases teórico-metodológicas para o protótipo de um dicionário *on-line* semibilingue italiano-português. Nossa preocupação alinha-se com a desses autores, uma vez que também se debruça sobre a aquisição, aprendizagem e uso de unidades fraseológicas tanto na língua materna quanto na língua estrangeira.

Neste capítulo, discutimos o caso específico de verbos multpalavras em inglês (também comumente chamados de *phrasal verbs*) com a partícula *up*, à luz da linguística cognitiva, buscando construir a estrutura ra-

dial de seus vários sentidos. Apesar de não oferecermos aplicações diretas para a sala de aula ou a construção de verbetes, acreditamos que a identificação das redes de sentido por si só é um passo importante para qualquer proposta que busque facilitar a compreensão e/ou produção de determinados itens lexicais.

É, portanto, considerando que o estudo dos significados tem potencial aplicação para diferentes formas de apresentação (por exemplo, dicionários ou materiais didáticos) que leve um falante, nativo ou de língua estrangeira, a apreender o uso e o sentido de unidades fraseológicas, que dedicamos este capítulo ao homenageado.

2 Unidades fraseológicas *versus* material didático e de referência

As unidades fraseológicas têm sido consideradas um verdadeiro desafio para professores e aprendizes de uma língua estrangeira. Sendo altamente produtivas na língua, elas têm, como afirma Costa (2017, p. 33), “um papel bastante importante na aquisição de fluência e de naturalidade tanto na língua falada, quanto na escrita”, o que certamente tem impacto na comunicação.

Essas unidades são basicamente estruturas gramaticais e lexicais (tais como verbos multpalavras e expressões idiomáticas) as quais classicamente têm sido consideradas arbitrárias e, como tal, não podem exatamente ser ensinadas, mas na maioria das vezes “aprendidas de cor”, uma a uma.

Neste capítulo, tratamos de um tipo específico de fraseologia: os verbos multipalavras. Estes são verbos seguidos de uma ou mais partículas (preposição, advérbio ou preposição e advérbio) as quais alteram ou ampliam seus significados, formando uma unidade linguística única. No nosso estudo, discutimos verbos multipalavras em inglês com a partícula *up*; a partícula mais frequente nesse tipo de construção (Hodgson 2004, 2010).

Os livros didáticos costumam dedicar pouco ou quase nenhum espaço para o ensino formal dessas unidades, principalmente nos níveis iniciais. Em uma série de ensino de inglês moderno de quatro livros, Hodgson (2004) identificou que, do total de 44 verbos multipalavras com a partícula *up*, apenas seis apareceram no Livro 1, oito no Livro 2, doze no Livro 3 e 38 no Livro 4, mas muitos não eram exatamente pontos de ensino. O ensino pouco frequente de itens como esses e o número de publicações suplementares e de referência sobre verbos multipalavras e outras fraseologias podem indicar que um item considerado difícil por professores, autores e editores também se mostrará difícil para o aprendiz.

Embora a perspectiva comunicativa não considere a gramática como o aspecto mais importante a ser ensinado, há ainda em muitos materiais didáticos uma clara tendência a se privilegiar exercícios voltados para as estruturas gramaticais. Colocar a gramática em primeiro plano pode ser um dos fatores que contribuem para a ideia de arbitrariedade de certas expressões, pois, se o vocabulário, nessa visão, é apenas um “preenchimen-

to de lacunas sintáticas”, um número infinito de itens pode, em princípio, ser substituído, formando novos significados. Isto, porém, não ocorre com frequência com os elementos de verbos multipalavras ou com expressões idiomáticas, por exemplo, os quais geralmente não podem ser facilmente substituídos por outras palavras sem comprometer seu sentido original.

Além disso, tais itens são caracterizados como expressões figurativas, tradicionalmente tratadas como estruturas fixas, congeladas, não composicionais. Ou seja, conhecer o sentido isolado de cada palavra em uma expressão não leva ao seu sentido final. Embora os estudos da linguagem figurada indiquem, há mais de três décadas, uma visão diferente, ainda hoje tais estudos não tiveram a repercussão esperada no mundo fora do campo de atuação. A crença do senso comum continua sendo que a maioria das expressões que usamos diariamente é arbitrária.

Os dicionários em língua inglesa, por outro lado, também não parecem contribuir para desfazer essa crença. Hodgson (2004, 2010) analisou três dicionários comuns e dois especializados. A autora observou que os verbos multipalavras em inglês ocorrem como subentradas nos dicionários comuns (semelhantemente aos achados de Pontes (2010) nos dicionários brasileiros), e que há diferença no número de sentidos atribuídos às partículas *up* em cada um deles: o *Longman Dictionary of English Language and Culture* (1992) apresenta 16 definições de *up* como advérbio e seis como preposição, perfazendo um total de 22 sub-entradas; o *Oxford Advanced*

Learner's Dictionary (2000) tem 12 definições diferentes como advérbio e três como preposição para a partícula *up*, totalizando 15 sub-entradas; e o *Macmillan English Dictionary for Advanced Learners* (2007) dispõe 16 definições diferentes de *up*, sem diferenciar a função da partícula como advérbio ou preposição. Entretanto, as definições das partículas dadas pelos dicionários apresentam, em diversos casos, diferenças mínimas e muitas vezes dependentes do sentido do verbo. Nenhum dos dicionários explica a razão de haver definições tão próximas. A pesquisadora levanta a possibilidade de algumas definições serem separadas pela frequência de uso dos exemplos dos enunciados. De fato, ao buscar a expressão *Time's up* no *WebCorp*³⁷, encontrou 671 ocorrências nas 100 páginas disponibilizadas na internet.

As partículas, segundo a autora, são definidas de forma muito específica e detalhada, no entanto, não parecem dar a eficiência necessária para professores e aprendizes, pois a quantidade de informação e de exemplos, além de ter muitos pormenores, não auxilia na compreensão de outros verbos que possam coocorrer com essas partículas. Não há explicações sobre o uso dessas partículas na composição de verbos multipalavras. As explicações e definições pouco contribuem para a aprendizagem desse tipo de verbo, e o grande número de definições isoladas reforça o aparente conceito de arbitrariedade a eles associados.

³⁷ O *WebCorp* (www.webcorp.org.uk) é um mecanismo de busca desenvolvido e operado pela *Birmingham City University*, na Inglaterra. Seu acesso é livre e seu objetivo é facilitar análises linguísticas.

Semelhantemente, os dicionários específicos também não são congruentes na quantidade de sentidos da partícula *up*. O *Oxford Phrasal Verbs Dictionary for Learners of English* (2001) apresenta 13 significados para a partícula, enquanto o *Collins Cobuild Phrasal Verbs Dictionary* (2002) organiza os significados em 12 grupos. As definições dadas mais uma vez têm a aparência de uma lista de sentidos aleatórios e arbitrários, a serem decorados. Mesmo o dicionário do Collins Cobuild, elaborado de forma mais interessante, pois relaciona os sentidos dos verbos aos das partículas e acrescenta uma lista de verbos que coocorrem com as partículas em cada sentido, não traz nenhum tipo de relação entre os sentidos das várias partículas, de forma a facilitar sua aquisição/aprendizagem.

Nesse sentido, acreditamos que a Teoria da Metáfora Conceitual pode ser um elemento-chave no ensino-aprendizagem das línguas, pois oferece novos *insights* não apenas sobre como novas palavras e expressões são formadas, mas também sobre a organização do pensamento humano (Kövecses, 2002), dando “ao aprendiz o poder de gerar todo um conjunto de novos significados usando palavras familiares” (Willis; Willis, 1996). Como menciona Scholes (2003), “nenhuma palavra ou expressão surge sem motivo”, ou seja, todas têm alguma forma de motivação e fundamento. Conhecer essa motivação parece ter um papel importante na aprendizagem, uma vez que ela lida com “um fenômeno central da cognição” (Lakoff, 1987). Nesse sentido, Lakoff nos lembra o que todos nós já experimentamos tantas vezes: “é mais fácil aprender algo motivado do que algo arbitrário. Também

é mais fácil lembrar e usar o conhecimento motivado do que o conhecimento arbitrário”. Consequentemente, o estudo dessa motivação e desse fundamento pode facilitar a aquisição de vocabulário por aprendizes de línguas, cabendo ao professor dar-lhes consciência de como a língua funciona.

3 Linguística cognitiva e polissemia

Estudos baseados na Teoria da Metáfora Conceitual, lançada em 1980, por Lakoff; Johnson, mostram que a maioria das expressões que usamos para falar dos mais variados aspectos de nossa vida cotidiana é metafórica. Tais expressões não parecem ser criações simples elaboradas no momento da elocução, mas, ao contrário, são formas sistemáticas que naturalmente usamos. Não nos referimos aqui à metáfora poética, mas à linguagem cotidiana, aquela que nada tem daquilo que normalmente entendemos por “poesia”. Usamos uma série de expressões provenientes de outros domínios conceituais quando nos referimos, por exemplo, a “ideias”. Às vezes, tratamos as ideias como se fossem alimentos (*são boas ideias, mas precisam amadurecer*), outras vezes, como plantas (*suas ideias finalmente deram frutos*) ou mesmo como fenômenos meteorológicos (*vamos fazer uma tempestade de ideias*). Existe um número razoável de expressões que tratam “ideias” por diferentes aspectos de alimentos, plantas, fenômenos meteorológicos ou outros. Esse fenômeno se repete com diversos conceitos utilizados por qualquer comunidade linguística, e não

é exclusivo de nenhum gênero específico do discurso. Nem mesmo o discurso técnico ou científico constitui exceção (Mourão, 2015).

Lakoff; Johnson (1980, 1999) sugerem que a forma como nos expressamos não é arbitrária, mas baseada em metáforas subjacentes, geradas a partir de nossas experiências com nossos próprios corpos e com o mundo, as quais fazem parte do nosso sistema conceitual. Em outras palavras, usamos as expressões acima sobre “ideias” de forma natural e automática, sem dificuldade em compreendê-las, porque são licenciadas por metáforas conceituais, no caso, IDEAS SÃO ALIMENTOS, IDEAS SÃO PLANTAS e IDEAS SÃO FENÔMENOS METEOROLÓGICOS.

Muito desse sistema conceitual está fortemente relacionado às nossas experiências corporais, tais como nossa orientação espacial. O conceito de VERTICALIDADE, por exemplo, é gerado pelo fato de termos um corpo com a estrutura que tem e de vivermos em um planeta com gravidade como a Terra, o que nos permite ficar de pé, com os olhos para cima, os pés para baixo e apontando na direção à frente. Vários conceitos de orientação espacial advêm dessa nossa posição canônica e de experienciar nosso corpo como um recipiente: para cima-para baixo, frente-trás, dentro-fora, núcleo-periferia, começo-fim. Metáforas como A FELICIDADE ESTÁ PARA CIMA/A TRISTEZA ESTÁ PARA BAIXO, SAÚDE E VIDA ESTÃO PARA CIMA/DOENÇA E MORTE ESTÃO PARA BAIXO são geradas pela correlação do sentimen-

to/estado do homem e a postura do seu corpo: quando bem, feliz, saudável e vivo, levanta-se; quando triste, doente ou morto, deita-se.

Esses aspectos/processos são tão naturais e corriqueiros que normalmente passam despercebidos. Ou seja, muitas expressões metafóricas são usadas automaticamente, não exigindo nenhum esforço de interpretação, pois fazem parte do sistema conceitual de uma determinada comunidade linguística (Lakoff; Turner, 1989), podendo inclusive nem ser percebidas como metafóricas no primeiro momento, dada sua frequência e prevalência. A questão principal é que compreender e usar essa diversidade de significados é um processo natural para um falante nativo, mas muitas vezes apresenta uma dificuldade considerável para aprendizes de uma língua estrangeira. Muitos autores concordam que a visão polissêmica da Linguística Cognitiva pode nos levar a insights sobre a formação de diferentes significados de um item lexical que pode ser pedagogicamente útil (Lindstromberg, 1996; Pullum; Huddleston, 2002; Kövecses, 2002; Csábi, 2002; Rudzka-Ostyn, 2003; Lima, 2005; Hodgson, 2010). Por exemplo, o grau de aparente arbitrariedade no significado de itens polissêmicos diminui à medida que levamos em consideração o papel das metáforas na formação desses significados. Muitas partículas que formam verbos multipalavras são polisêmicas e consideramos que a consciência da metáfora conceitual subjacente às partículas pode levar alguns aprendizes a entender esse tipo de verbo.

O estudo sobre a polissemia, para a linguística cognitiva, é essencial por se tratar de um fenômeno que está intimamente ligado à organização do nosso sistema conceitual (Lakoff, 1987). A partir do trabalho de Brugman; Lakoff (1988) sobre a preposição *over*, em inglês, a linguística cognitiva passou a abordar a distinção clássica entre monossemita, polissemia e homonímia com novos olhares (Cuenca; Hilferty, 1999). Discordando da visão de autores como Sinclair (1987), Benson et. al. (1986) e Nattinger; DeCaricco (1992), os quais consideram que a maioria das palavras é deslexicalizada, ou seja, as palavras não têm um significado que seja comum a todos ou mesmo muitos de seus contextos, Lakoff (1987) defende que a polissemia ocorre quando uma mesma palavra possui diferentes significados sistematicamente relacionados. Ou seja, a sistematicidade das relações entre esses sentidos é crucial para que uma palavra seja considerada polissêmica.

Segundo Lakoff (1987), os diferentes significados de uma única palavra formam uma categoria, na qual cada significado equivale a um membro dessa categoria. Há significados mais centrais e outros menos centrais. O significado mais central é chamado de prototípico e forma a raiz da qual derivam os demais significados de uma determinada palavra (Brugman; Lakoff, 1988). Um item polissêmico é, na visão desses autores, uma categoria de significados radiais, com um membro central e uma rede de vínculos com outros membros dessa estrutura. As ligações entre esses membros não são arbitrárias, mas sim

sistemáticas e baseadas em princípios. Embora os vários significados de um item polissêmico estejam relacionados entre si, não necessariamente estão ligados ao mesmo membro central. Ao contrário, geralmente ocorre que cada sentido pode gerar, por meio de um processo metafórico ou metonímico, por exemplo, outro sentido, alheio ao membro central da estrutura radial.

4 Categoria radial de *up*

Na visão tradicional, os verbos multipalavras, de acordo com seus significados, são classificados como “literais” quando mantêm significados literais dos verbos e da partícula individualmente; como “não-literais” quando criam um sentido totalmente novo, sem relação com o sentido literal de suas partes; ou como ‘semiliterais’ quando mantêm o sentido literal do verbo com uma nuance adicionada pela partícula (Workman, 1995). Entretanto, segundo Hodgson (2004), há dois aspectos importantes a serem levados em consideração ao se analisar a classificação dos verbos multipalavras dessa forma. O primeiro refere-se a uma certa controvérsia sobre o que constitui a linguagem literal.

Lakoff (1986) explica que o que conhecemos e definimos como literal é baseado em um modelo de linguagem idealizado e simplificado, que não oferece uma explicação claramente definida do que é, de fato, literal. Para ele, quando falamos de linguagem literal, estamos nos referindo principalmente a quatro diferentes significa-

dos dessa palavra: Literal 1 ou literalidade convencional - é a linguagem convencional, do dia a dia, em contraste com as formas poética, indireta, exagerada, entre outros tipos; Literal 2 ou literalidade de assunto - é a linguagem objetiva comumente usada para falar de determinado assunto; Literal 3 ou literalidade não metafórica - é a linguagem direta não metafórica, que não é compreendida, mesmo que parcialmente, em termos de uma outra coisa; e Literal 4 ou literalidade condicionada à verdade - é a linguagem que se refere objetivamente à realidade, ou que é objetivamente verdadeira ou falsa. Segundo o autor, tanto na semântica quanto na lógica filosófica clássica, esses quatro significados de literal convergem e, portanto, estão relacionados. No entanto, do ponto de vista da Linguística Cognitiva, apenas a definição do Literal 3 contrasta com o termo ‘metafórico’, enquanto as definições do Literal 1, 2 e 4 são consistentes com este termo. Em outras palavras, a linguagem convencional (Literal 1), por exemplo, pode ser, e muitas vezes é, metafórica. Acompanhando Hodgson (2004), neste trabalho, optamos por denominar de “literal” somente os verbos multipalavras com significado estritamente não metafórico.

O segundo aspecto é que a classificação da visão tradicional de verbos multipalavra apresentada acima não dá conta do fenômeno como um todo, pois a mesma combinação de verbo e partícula muitas vezes dá origem a verbos multipalavra com significados diferentes, que podem ser mais ou menos metafóricos. Para ilustrar, consideremos os exemplos apresentados por Hodgson (2004) sobre usos do verbo multipalavras *pick up*:

1. *Pick up your pen.* (Pegue sua caneta.)
2. *What time can you pick me up?* (Que horas você me pega?)
3. *I've picked up a cold.* (Peguei uma gripe)
4. *I picked up some French while I was in Europe.* (Peguei um pouco de francês quando estava em Paris.)

No exemplo 1, a partícula *up* não altera o significado do verbo *pick*, mas alude a elevar a caneta a uma posição para cima, em movimento ascendente, formando um verbo multipalavras que se enquadraria na classificação “literal”. No segundo exemplo, o significado de *up* não é tão literal, pois não envolve movimento ascendente, e não altera exatamente o significado do verbo. No entanto, essa estrutura não é opcional, pois, em inglês, não se usa essa estrutura sem a partícula. Esse verbo não se enquadra em nenhuma das três categorias propostas. No terceiro e quarto exemplos, a combinação entre *pick* e *up* não é literal, mas sim mais metafórica, pois não se pode literalmente “pegar” um resfriado ou “pegar” um pouco de francês. O uso do *up* para pegar um resfriado pode estar relacionado ao fato de o vírus causador do resfriado estar suspenso no ar, ou seja, em posição superior. No caso de pegar um pouco de francês, o significado de *up* pode estar relacionado ao fato de que o sujeito da frase não aprendeu formalmente a língua francesa, mas sim “pegou” a língua informalmente, como se a língua estivesse no ar sobre nossas cabeças, como ilustrado por expressões como *it went right over my head* (passou acima da minha cabeça).

Assim, diferentemente da classificação tradicional, Hodgson (2004) assume a proposta de outros estudos (Selinker; Kuteva, 1992; Gibbs, 1999; Dirven, 2001) quanto a representar as diferenças de sentidos dos verbos multipalavras em um contínuo, partindo do mais literal para o mais metafórico, como ilustrado abaixo.

.....>
 +literal +metaphorical
Pick up your pen What time can you pick me up? Pick up a cold Pick up a language

Uma das possíveis explicações para os sentidos de *up* já mencionados e para a relação entre eles é o fato de tais associações não serem arbitrárias, mas sim baseadas em nossas experiências físicas e culturais. Particularmente, no caso específico da partícula *up*, Lakoff; Johnson (1980) reiteram que seus sentidos se devem ao fato de o nosso sistema conceitual ser influenciado por nossa verticalidade gravitacional, conforme explicado acima.

Hodgson (2004) elaborou a estrutura radial de *up*, seguindo as diretrizes de Brugman; Lakoff (1988). Utilizando os vários sentidos propostos pelos dicionários especializados, a autora construiu a estrutura topológica cognitiva em sete esquemas inter-relacionados, os quais, por sua vez, têm extensões com os diversos sentidos da partícula estudada. A estrutura radial parte do sentido mais prototípico até seus demais sentidos, mostrando como a relação entre esses diversos sentidos é es-

tabelecida por meio de metáforas conceituais ou outros processos figurativos.

De acordo com o *Oxford Phrasal Verbs Dictionary for Learners of English* (2001), assim como outros autores (Flower, 1993; Yule, 1998; Harrison, 2002), o sentido básico de *up* está relacionado ao “movimento vertical ascendente” e é por isso que essa partícula ocorre com muitos verbos que indicam movimento, tais como *climb up* (subir), *look up* (olhar para cima, procurar), *sit up* (sentar). Este é o sentido do ESQUEMA 1. As diferenças entre os demais sentidos de *up*, mesmo que mínimas, compõem os demais esquemas, os quais formam a rede lexical da partícula em uma estrutura topológica.

ESQUEMA 1 - O sentido “para cima”: Como observado, o sentido mais prototípico de *up* é “movimento vertical ascendente”, presente em expressões como e (*She climbed up the flight of steps* (Ela subiu o lance de escadas) e *He jumped up from his chair* (Ele pulou da cadeira). Esse sentido é determinado pela nossa experiência física e cultural, por meio da qual percebemos *up* como sendo posição superior, em oposição à partícula *down* (posição inferior). Note-se que nos dois exemplos citados, parte-se de um ponto dado, que chamaremos de referência, para um ponto superior. No primeiro exemplo, a referência é a parte inferior da escada e no segundo, o próprio sujeito da frase. Ambos os exemplos envolvem movimento ascendente (MV↑). Além disso, em ambos os casos, esse movimento é finito (F). A diferença entre um significado e outro é que, no primeiro, há a ideia de

contato (C) com a escada e, no segundo, não há contato (NC), pois o sujeito age sobre ele próprio. É possível representar ambos os significados da partícula *up* como $MV\uparrow.F.C$ e $MV\uparrow.F.NC$, respectivamente.

ESQUEMAS 2 e 3 - Os sentidos “aumentar” e “melhorar”: O sentido mais prototípico de “movimento ascendente” pode ser estendido a outros dois sentidos normalmente associados à partícula *up*, ou seja, “aumentar” e “melhorar”. No sentido de “aumentar”, consideremos o exemplo *Petrol is going up next week* (a gasolina vai subir na próxima semana). Neste caso, há um movimento para cima ($MV\uparrow$), mas não há contato (NC). A diferença do significado do Esquema 1 é que este não é um movimento finito (F), mas infinito (I). É, então, possível representar esse significado de *up* como $MV\uparrow.NC.I$, possibilitado pela metáfora conceitual MAIS É PARA CIMA. Também é possível observar que esse é um sentido mais abstrato da partícula, além de também ter sido gerado por um processo metonímico, pois não é a própria gasolina que sobe, mas o preço dela. Este caso é denominado ESQUEMA 2.

Nas frases *I'd like to brush up my knowledge of Italian* (eu gostaria de aprimorar meus conhecimentos de italiano) e *The year started badly but things are starting to look up* (O ano começou mal, mas as coisas estão começando a melhorar), há um significado mais abstrato relacionado ao significado “aumentar” explicado acima, no ESQUEMA 2. O significado de *up* nesses dois exemplos está associado à metáfora conceitual BOM/FELIZ É PARA CIMA. Esse uso da partícula *up* foi denominado ESQUEMA 3.

ESQUEMAS 4 e 5 - O sentido de “aumentar”:

Como observado por Yule (1998), o sentido de “aumentar” dá a ideia de “aumentar de nível, ao longo de algum tipo de escala vertical”, por exemplo, em *Can you lift up the cover?* (Você pode levantar a capa?) e *He told them all to stand up* (Ele disse a todos que se levantassem). Segundo o autor, por analogia, esse sentido de “aumentar em escala vertical” pode ser estendido a outros domínios, como “aumentar em atividade” e “aumentar em visibilidade”. Esses domínios estão ligados às metáforas conceituais ATIVIDADE É PARA CIMA e VISIBILIDADE É PARA CIMA, as quais licenciam expressões tais como *Business has picked up recently* (Os negócios melhoraram recentemente) e *Your friend showed up this morning* (Seu amigo apareceu esta manhã). Essas duas metáforas estão, portanto, ligadas ao ESQUEMA 1, pois a ideia de movimento ascendente está presente ao se considerar que “aumentar em nível em uma escala vertical” dá a ideia de “movimento para cima”. A esses sentidos de *up* denominados, respectivamente, de ESQUEMAS 4 e 5.

Observe que esses esquemas também podem estar relacionados ao ESQUEMA 2, pois a ideia de “aumentar em algum tipo de escala” está presente. O ESQUEMA 4, que no exemplo dado dá a ideia de “melhorar”, está intimamente ligado ao ESQUEMA 3. Também é possível observar que existem duas situações diferentes relacionadas ao ESQUEMA 5. A primeira diz respeito à “aproximação” gradual, como em *The exams are looming up* (Os exames estão se aproximando), a qual representa-

mos como MV↑. A outra diz respeito à “aproximação”, mas de natureza mais repentina, como em *Can you come to the office as soon as possible? Something serious has come up* (Você pode vir ao escritório o mais rápido possível? Surgiu algo sério), que foi representado como MV↑.

ESQUEMA 6 - O sentido de “apoiar” ou “manter de pé”: Outro sentido de *up* é “apoiar” ou “manter de pé”, como em *Will you back me up if I tell them what really happened?* (Você vai me apoiar se eu contar a eles o que realmente aconteceu?). Nesse caso, a ideia de movimento está relacionada a uma força exercida para manter uma posição vertical, ou orientação para cima. Neste exemplo, há, além da ideia de “movimento ascendente”, também a ideia de que esta é uma posição finita, ou seja, delimitada. Este exemplo está associado à metáfora conceitual PERSISTIR É PERMANECER ERETO. É importante notar que este esquema está ligado ao ESQUEMA 1, pois ambos possuem as mesmas variáveis, ou seja, movimento ascendente finito (M↑.F). A diferença é que, no significado de “apoiar”, há uma metáfora conceitual associada ao esquema, ao invés de um movimento propriamente dito. Este significado de “apoiar” ou “manter de pé” é representado por MV↑.F + PERSISTIR É PERMANECER ERETO.

ESQUEMA 7 - O sentido de “completar”: *Up* também tem o sentido de “completar”, “terminar”, “totalizar” (Yule, 1998; Costa, 2002). É esse sentido de *up* que possibilita expressões como, por exemplo, *We will have*

used up all our coal reserves by the end of the year (Temos usado todas as nossas reservas de carvão até o final do ano). Neste exemplo, a ideia de movimento também está presente e há a ideia de limite. Como é o caso do ESQUEMA 6, este esquema pode ser considerado uma extensão do Esquema 1, pois possui as mesmas variáveis. A diferença entre esses esquemas é que o Esquema 7 é viabilizado pela metáfora conceitual COMPLETAR É PARA CIMA, devidamente representada por MV↑.F. + COMPLETAR É PARA CIMA. O caso mencionado também está relacionado a outros três sentidos de *up*, os de “apertar”, “fechar” e “restringir”, como em *Remember to do up all the buttons* (Lembre-se de fechar todos os botões), os sentidos de “estragar” e “destruir”, como em *Now you’ve really messed up things* (Agora você realmente estragou tudo) e os sentidos de “parar”, “atrasar” e “interromper”, como em *The police broke up the demonstration* (A polícia acabou com o protesto). Nesses exemplos, há a ideia de movimento (MV) e limite (F), ligados ao sentido de “completar”, “terminar”, “totalizar”.

Os sentidos de “preparar”, “criar” e “construir”: Os sentidos de “preparar algo”, como em *She’s busy drawing up a plan of how the whole scheme will work* (Ela está ocupada elaborando um plano de como todo o esquema funcionará), e “criar” e “construir” como em *My grandmother was fantastic at making up stories for us* (Minha avó era ótima em inventar histórias para nós) são comuns. Eles também estão relacio-

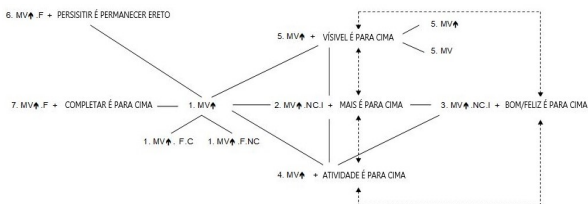
nados ao Esquema 1, pois em nosso sistema conceitual a ideia de construir algo pode estar ligada ao “movimento ascendente”. Como nos casos mencionados anteriormente, esse sentido pode ser mais ou menos metafórico. Por exemplo, *She built the business up from nothing* (Ela construiu o negócio do nada) é mais do que *I would like to know who dreamed up this whole idea* (eu gostaria de saber quem sonhou toda essa ideia). No entanto, ambos envolvem a ideia de movimento ascendente finito (MV↑.F), pois a preparação, criação ou construção de algo tem um objetivo definido, ou seja, o objetivo de completar algo. Eles estão, portanto, também ligados ao Esquema 7.

Os sentidos de “dividir/separar” e “agrupar/colecionar”: Aparentemente, são dois sentidos totalmente dissociados, mas na estrutura radial proposta por Hodgson (2004) é fácil visualizar como eles estão inter-relacionados e fazem parte do conceito COMPLETAR É PARA CIMA. Os exemplos *Paul and Pam have split up after twenty years of marriage* (Paul e Pam se separaram após vinte anos de casamento), *I think it's best if we team up with people from other departments* (Acho que é melhor nos juntarmos a pessoas de outros departamentos) transmitem a ideia de que se trata de um processo limitado e finito (F), como é o caso dos exemplos mencionados acima no sentido de “completar” e os de “preparar, criar e construir”. Conseqüentemente, esses significados de *up* são representados aqui por MV↑.F. e estão ligados ao Esquema 7. Podemos observar que tanto o sentido “divi-

dir/separar” quanto o sentido “agrupar/coleccionar” são influenciados pelo verbo e não simplesmente pela partícula *up*. Isso também acontece com os demais sentidos ligados à metáfora conceitual COMPLETAR É PARA CIMA discutidos anteriormente, pois, em todos esses casos, a partícula não altera o sentido do verbo, apenas lhe dá um sentido adicional de finalização.

A Figura 1 sintetiza a topologia cognitiva e estrutura radial de *up*, demonstrando a ligação entre os esquemas de seus vários sentidos.

Figura 1 – Representação da estrutura radial da partícula *up* de verbos multipalavras.



Legenda:

M : Movimento	I : Infinito
V : Vertical	F : Finito
↑ : Ascendente	↑↑ : Gradualmente ascendente
C : Contato	←--> : Relações entre metáforas conceituais
NC : Ausência de contato	_____ : Relações entre o esquema e suas extensões

Fonte: Hodgson, 2004.

Hodgson (2004) também analisou outras funções do *up*. De acordo com o Macmillan English Dictionary for Advanced Learners (2002), *up* pode ser usado como

advérbio (*Their voices could be heard up in our room* - suas vozes podiam ser ouvidas em nossa sala), preposição (*He climbed up the steps* - Ele subiu os degraus), adjetivo (*the up escalator* - a escada rolante para cima), substantivo (*on the up and up* - as coisas estão melhorando), verbo (*They've upped taxi fares because of the rise in fuel prices* - Eles subiram as tarifas de táxi por causa do aumento dos preços dos combustíveis) e prefixo (*She went upstairs* - Ela subiu as escadas). Na estrutura radial apresentada na Figura 1, foi discutido e demonstrado apenas o uso da partícula *up* como advérbio e preposição, pois essas funções estão associadas a verbos multi-palavras. No entanto, pode-se verificar que os sentidos de *up* com outras funções também estão relacionados à estrutura radial apresentada.

Up como adjetivo: No Macmillan English Dictionary for Advanced Learners (ibid:1578), o uso de *up* como adjetivo é muito comum em inglês, especialmente na linguagem oral. Está presente em diversas expressões, principalmente com o verbo *to be*, como, por exemplo, em *He was up early the next morning* (Ele acordou cedo na manhã seguinte), *Food prices are up* (Os preços dos alimentos estão altos), *Time is up* (O tempo acabou) e *I know that something was up* (eu sabia que alguma coisa estava acontecendo). Essas expressões são licenciadas por diferentes metáforas conceituais ligadas a diferentes esquemas na estrutura radial proposta por Hodgson (2004). A expressão *He was up early the next morning* (Ele acordou cedo na manhã seguinte) transmite a ideia de que o sujei-

to está de pé, ou seja, na posição vertical. Essa expressão, no entanto, está ligada ao ESQUEMA 4 (ATIVIDADE É PARA CIMA), pois o fato de o sujeito estar de pé implica a ideia de estar acordado e, portanto, ativo. Da mesma forma, a expressão *I knew something was up* (eu sabia que algo estava acontecendo) nos dá a ideia de atividade (algo acontecendo) e está ligada ao mesmo Esquema. *Food prices are up* (Os preços dos alimentos estão altos) está ligado a um uso mais metafórico da partícula *up*, como o exemplo *Petrol is going up next week* (a gasolina vai subir na próxima semana) discutido acima. Essa expressão está ligada à metáfora conceitual MAIS É PARA CIMA e, portanto, ao ESQUEMA 2. A expressão *Time is up* está ligada ao sentido de “completar” da partícula *up*, discutido na seção de sentidos de “completar”. Está, portanto, ligado ao ESQUEMA 7 e, conseqüentemente, licenciada pela metáfora conceitual COMPLETAR É PARA CIMA.

Up como substantivo: De acordo com o dicionário citado acima, o uso de *up* como substantivo ocorre principalmente em contextos mais informais, como nas expressões *Things are on up and up – we are doing better each year* (As coisas estão melhorando a cada ano) e *The company has had its share of ups and downs, but it seems to be doing well now* (A companhia já teve sua cota de altos e baixos, mas está se saindo melhor agora). Em ambos os casos, há duas metáforas conceituais que licenciam essas expressões: MAIS É PARA CIMA e BOM/FELIZ É PARA CIMA, ligadas ao ESQUEMA 2 e ESQUEMA 3, respectivamente, que, por sua vez, estão interligados.

Up como verbo: O uso de *up* como verbo também é informal e significa “aumentar”, como em *They’ve upped taxi fares because of the rise in fuel prices* (Eles aumentaram as tarifas de táxi por causa do aumento dos preços dos combustíveis). Esse uso da partícula *up* está ligado à metáfora conceitual MAIS É PARA CIMA e, portanto, ao ESQUEMA 2.

Up como prefixo: O uso de *up* como prefixo dá origem a vários adjetivos (*upbeat*, *upcoming*, *uphill*), substantivos (*upbringing*, *upheaval*, *upkeep*), verbos (*update*, *upgrade*, *uphold*) e advérbios (*upfront*, *upright*, *upriver*). Muitas dessas palavras têm funções diferentes, por exemplo, *uphill*, que pode funcionar tanto como adjetivo quanto como advérbio.

Hodgson (2004) não procurou relacionar todos os exemplos de palavras com o prefixo *up* com a estrutura radial apresentada, mas dá exemplos de como as metáforas conceituais dão origem a algumas delas. Por exemplo, a expressão *The players seemed upbeat about their chances of winning* (Os jogadores pareciam otimistas quanto às suas chances de ganhar) está ligada à metáfora conceitual BOM/FELIZ É PARA CIMA e ao ESQUEMA 3. *The system has been upgraded to meet customers’ needs* (O sistema foi atualizado para atender às necessidades dos clientes) é um exemplo de expressão ligada às metáforas conceituais MAIS É PARA CIMA e BOM/FELIZ É PARA CIMA e, conseqüentemente, aos ESQUEMAS 2 e 3. O último exemplo mostra que há certa ambigüidade na própria frase, pois *upgrade* não significa necessariamente que

algo foi adicionado; é essa ambiguidade que leva a mesma expressão a fazer parte de mais de um esquema. Isso acontece porque os esquemas compartilham algumas características que permitem que eles sejam interligados.

5 Considerações finais

Neste capítulo, buscamos demonstrar, por meio do estudo de Hodgson (2004), que o conceito de polissemia como a coexistência de sentidos múltiplos e interrelacionados corrobora a ideia de que unidades lexicais aparentemente arbitrárias e aleatórias, como os verbos multipalavras, podem ser exploradas com efetividade, por exemplo, em matérias didáticos e de referência, considerando a relação entre seus vários sentidos.

A crença de que os sentidos dos itens polissêmicos como *up* são não-sistemáticos e não-relacionados desencoraja professores e aprendizes a lidar com as fraseologias (Csábi, 2004). Mas é difícil pensar que as palavras ou expressões surgem sem alguma forma de motivação ou fundamento. Conhecer essa motivação parece ter um papel importante na aquisição/aprendizagem de uma língua, uma vez que ela é um fenômeno central da cognição (Lakoff, 1987). Como dito anteriormente, “é mais fácil aprender algo motivado do que algo arbitrário. Também é mais fácil lembrar e usar o conhecimento motivado do que o conhecimento arbitrário” (Lakoff, 1987). Portanto, o estudo dessa motivação e desse fundamento pode facilitar a aquisição de vocabulário por aprendizes

de línguas, cabendo ao professor dar-lhes consciência de como a língua funciona.

Como vimos nos dados de Hodgson (2004, 2010), os diversos sentidos da partícula *up* constituinte de verbos multipalavras estão interligados e formam um todo coerente por meio de processos metonímicos e metafóricos. A autora desenhou a estrutura radial da partícula em sete esquemas, mostrando como seus variados sentidos são gerados sistematicamente a partir de nossas experiências como o próprio corpo e o mundo ao nosso redor, e como esses sentidos se inter-relacionam, formando uma rede coerente de sentidos. Um livro didático de uma língua estrangeira, por exemplo, que considere essa rede de sentidos certamente levará os aprendizes a uma melhor compreensão dos verbos multipalavras, além de promover maior confiança na produção desse tipo de verbo entre aprendizes cujas línguas maternas não possuem estruturas semelhantes.

A Teoria da Metáfora Conceitual, portanto, pode ser um elemento-chave no estudo das línguas, por oferecer novos *insights* não apenas sobre como novas palavras e expressões são formadas, mas também sobre a organização do pensamento humano (Kövecses, 2002), dando “ao aprendiz o poder de gerar todo um conjunto de novos sentidos usando palavras familiares” (Willis; Willis, 1996). Já existe um número significativo de estudos, baseados nessa teoria, com aplicações úteis e práticas, por exemplo, para o ensino de línguas estrangeiras (Selinker; Kuteva, 1992; Boers; Demecheleer, 1998; Köve-

ces, 2002; Lazar, 1996, 2003; Hodgson, 2010; Pierozan, 2015; Melo, 2006; Skoufaki, 2008).

Naturalmente que qualquer empreendimento nesse sentido exige um profundo estudo da Teoria da Metáfora Conceitual e dos aspectos linguísticos de interesse, mas, sobretudo, exige uma compreensão clara da mudança de paradigma proposta pela Linguística Cognitiva. Os principais pressupostos que fundamentam nosso senso comum, tais como “toda linguagem convencional é literal”, “tudo pode ser descrito e entendido sem o uso de metáforas”, “todas as definições no léxico de uma linguagem são literais”, “os conceitos usados na gramática de uma língua são todos literais” são radical e ousadamente confutados. Na visão da linguística cognitiva, a metáfora é uma parte importante e indispensável de como conceitualizamos o mundo e nosso comportamento cotidiano reflete a compreensão metafórica de nossas experiências, portanto, a metáfora faz parte natural da nossa linguagem.

Referências

- BENSON, Morton; BENSON, Evelyn; ILSON, Robert. **The BBI combinatory dictionary of English**. Amsterdam: John Benjamins, 1986.
- BOERS, F.; DEMECHELEER, M. A cognitive semantic approach to teaching prepositions. **ELT Journal**, London, 52: 3: 197-204, 1998.
- BRUGMAN, C.; LAKOFF, G. Cognitive topology and lexical networks. In: SMALL, S. L.; COTTRELL, G. W.; TANNENHAUS, M.K. **Lexical ambiguity resolutions: perspectives from psycholinguistics, neuropsychology, and artificial intelligence**. San Mateo: Morgan Kaufman Publishers, Inc., 477-508, 1988.

Collins Cobuild phrasal verbs dictionary. Glasgow: Harper Collins, 2002.

COSTA, M. B. **Globetrotter**: inglês para o ensino médio. São Paulo: Macmillan, 2002.

COSTA, P. T. Os verbos frasais mais frequentes na escrita de aprendizes: um estudo contrastivo. **Texto Livre**, v. 10, p. 31, 2017.

CSÁBI, S. A cognitive linguistic view of polisemy in English and its implications for teaching. In: ACHARD, M.; NIEMEIER, S. (ed.) **Cognitive linguistics, second language acquisition and foreign language teaching**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004, p. 233-254.

CSÁBI, S. Polysemous words, idioms and conceptual metaphors. Cognitive Linguistics and Lexicography. In: BRAASCH, A.; POVLSEN, C. (Eds.) **Proceedings of the Tenth EURALEX International Congress**, EURALEX, 2002. Vol. 1. Copenhagen, Denmark, 2002, p. 249-254.

CUENCA, M. J.; HILFERTY, J. **Introducción a la lingüística cognitiva**. Barcelona: Ariel Lingüística, 1999.

DIRVEN, R. English phrasal verbs: theory and didactic application. In: PÜTZ, M.; NIEMEIER, S. (ed.) **Applied cognitive linguistics II: language pedagogy**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2001.

FLOWER, J. **Phrasal verb organizer**. Hove: LTP, 1993.

GIBBS, R. W. Jr. **Intentions in the experience of meaning**. Cambridge University Press, 1999.

HARRISON, J. **Phrasal verbs**. 2 ed. Translation: GOUVEIA, R. S. R. C São Paulo: SBS, 2002.

HODGSON, E. C. C. **What's up?** Metáforas conceituais e o ensino de verbos com *up*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

HODGSON, E. C. C. **Breaking down and building up**: metáforas conceituais e Ensino para verbos de duas ou mais palavras. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, 2010.

KÖVECSES, Z. **Metaphor**: a practical introduction. Nova York: Oxford University Press, 2002.

LAKOFF, G. The meanings of literal. **The metaphor and symbolic activity**. Berkeley, 1: 4: 291-296, 1986.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: Chicago University Press, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western thought. Nova York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G.; TURNER, M. **More than cool reason** - a field guide to poetic metaphor. Chicago, The University of Chicago Press, 1989.

LAZAR, G. **Meanings and metaphors**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LAZAR, G. Using figurative language to expand students' vocabulary. **ELT Journal**, London, 50: 1: 43-58, 1996.

LIMA, P. L. C. Metáfora e ensino/aprendizagem de língua estrangeira. In: LIMA, P. L. C.; ARAÚJO, A. D. (Orgs.) **Questões de lingüística aplicada**. Fortaleza: EdUECE, 2005, p. 97-123.

LINDSTROMBERG, S. Prepositions: meaning and method. **ELT Journal**, London, 50: 3: 225-236, 1996.

Longman dictionary of English language and culture. Essex: Longman, 1992.

Macmillan English dictionary for advanced learners. 2 ed. Oxford: Macmillan, 2007.

Macmillan English dictionary for advanced learners. Oxford: Macmillan, 2002.

MELO, C. S. R. **O ensino/aprendizagem do GET na perspectiva da teoria da metáfora conceitual**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, 2006.

MOURÃO, J. S. **"Patenteando" metáforas**: uma descrição do uso de metáforas em documentos de patentes de invenção. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Universidade Estadual do Ceará, 2015.

NATTINGER, J. R.; DeCARRICO, J. S. **Lexical phrases and language teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

Oxford advanced learner's dictionary. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Oxford phrasal verbs dictionary for learners of English. Oxford: Oxford University Press, 2001.

PIEROZAN, S. K. M. **A metaforicidade dos phrasal verbs constituídos por up e down**: uma investigação sob a ótica da semântica cognitiva. Dissertação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

PONTES, A. L. Fraseologia em dicionários escolares brasileiros, **Revista de Letras**, Vol. 30 - 1/4 - jan. 2010/dez. 2011, p. 130-137.

PULLUM, G. K.; HUDDLESTON, R. Preposition and preposition phrases. **The Cambridge grammar of the English language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

RUDZKA-OSTYN, B. **Word power**: phrasal verbs and compounds. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003.

SCHOLES, J. **OK! curiosidades divertidas do inglês**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SELINKER, L.; KUTEVA, T. Metaphor as a consciousness-raising strategy. **New departures in contrastive linguistics**, Innsbruck, vol 2, 247-258, 1992.

SINCLAIR, J. (ed.). **Collins Cobuild English language dictionary**. London: Collins, 1987.

SKOUFAKI, S. Conceptual metaphoric meaning clues in two idioms presentation methods. In: BOERS, F.; LINDSTROMBERG, S. (eds.). **Cognitive linguistic approaches to teaching vocabulary and phraseology**. Berlin: Mouton de Gruyter, 101-133, 2008.

TERMIGNONI, S.; FINATTO, M. J. B. Sobre a importância de ensinar expressões idiomáticas. **Revista de Italianística**, v. 35, p. 112-124, 2017.

WILLIS, J.; WILLIS, D. **Challenge and change in language teaching**. Oxford: Heinemann, 1996.

WORKMAN, G. **Phrasal verbs and idioms**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

YULE, G. **Explaining English grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

Posfácio

Al Dr. Antônio Luciano Pontes

Sin duda, si a estudios léxicos en el ámbito de la lengua portuguesa en general nos referimos y, en particular, a la enseñanza del léxico en el espacio docente del aula de infantil, es la figura del profesor Antônio Luciano Pontes la que sobresale por su dedicación a esta tarea investigadora y docente. Sus análisis de los materiales didácticos lexicográficos, como son los diccionarios infantiles, entre otros tipos, han permitido comprender y arrojar luz sobre el modo teórico y metodológico de estas herramientas de enseñanza del léxico, poco atendidas en el panorama general de los estudios lexicográficos y apenas tratadas en las historias de la lexicografía existentes.

Los estudios del Dr. Pontes permiten acercarnos a la lexicografía infantil, que tiene su aparición a principios del siglo XIX, y en donde el primer cliente es la escuela (el maestro) y no el usuario (el niño) a quien está destinado el material. De ahí que sea necesario que esta escuela conozca cómo funcionan estos diccionarios, qué posibilidades ofrecen como recurso para la enseñanza del léxico a fin de poder ser implementados con éxito en el aula.

Esta lexicografía es una práctica especial, que el Dr. Pontes ha sabido caracterizar en su forma de clasi-

ficación onomasiológica –porque el léxico no se aprende por orden alfabético–, y en donde la imagen resulta ser el elemento principal de la descripción léxica –tal y como ya había apuntado el pedagogo Comenius en su Orbis sensualium pictus (1658) al señalar que la imagen servía para atraer a los niños hacia el aprendizaje–. La imagen del diccionario infantil se presenta como estrategia didáctica, de modo que se asocia al texto para transmitir un conocimiento significativo y facilitar el proceso de comprensión, especialmente, para los más pequeños que están iniciando su conocimiento al código escrito. De este modo, así como aquella versión moderna y española del Juanito – del Il Giannetto (1837), del pedagogo milanés Luigi A. Parravicini – se ofrecía como una obra para «guiar los primeros pasos de la inteligencia del niño», los trabajos sobre estudios del léxico que el profesor Antônio Luciano Pontes ha dedicado en su labor académica han servido y nos sirven de manera adecuada, precisa y sabia a guiar los pasos del docente y del estudiante que se aproxima a una de las esferas de la lengua, en donde queda representada la significación lingüística, los sentidos sociales, la identidad cultural y el conocimiento del mundo, esto es, a saber, el léxico de un idioma. Gracias, maestro, por compartir su conocimiento.

Dra. María Águeda Moreno Moreno

Profesora Titular de la Universidad de Jaén, España.

Directora del Grupo de Investigación Seminario de Lexicografía Hispánica.

Autora-editora de EnRÉDate. Diccionario temático infantil (2018)

Sobre os autores



Ana Grayce Freitas de Sousa

Graduada em Letras- Português pela Universidade Estadual do Ceará- Uece. Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Uece. Doutora em Linguística Aplicada pelo mesmo programa de pós-graduação. Professora da rede estadual de ensino do Ceará desde 2014. Membro do Grupo de Pesquisa Letens.



Edna Maria Vasconcelos Martins Araújo

Professora de língua inglesa, com especialização em tradução de inglês pela UFC, mestrado e doutorado em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em LA (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Cursos de formação continuada em inglês, realizados na Universidade de Alberta, CA em 2012 e 2017. Atua como tutora do curso Semipresencial de Licenciatura em Língua Inglesa do Instituto UFC Virtual. Pesquisa e divulga o uso do dicionário como ferramenta de ensino/aprendizagem de línguas, através do grupo de estudos LETENS - Lexicografia, Terminologia e Ensino.



Expedito Eloísio Ximenes

Expedito Eloísio Ximenes é mestre e doutor em Linguística pela UFC, pós-doutor em Filologia pela USP-São Paulo. É professor Adjunto da UECE, lecionando no Curso de Letras do Campus de Quixadá e nos programas de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, sendo atualmente coordenador desse. É fundador e coordenador do Grupo de Pesquisa Práticas de edição de Textos do Estado do Ceará-PRAETECE e pesquisa documentos históricos produzidos no Ceará colonial, estudando vários temas e atualmente investiga a história da violência no Ceará registrada nos documentos e orienta vários projetos de teses e dissertações com essa temática.



Eric Gomes da Mota

Advogado com especialização em Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN e graduando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.



Edmar Peixoto de Lima

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), docente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e professora adjunta da Faculdade de Letras e Artes (FALA), pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); tem experiência acadêmica na área de Linguística, Terminologia, Língua Portuguesa e de Linguística Aplicada ao ensino de língua materna e estrangeiras, com ênfase nos estudos sobre as ciências do léxico (Terminologia, Lexicologia, Lexicografia e Terminografia), Linguística de Corpus, Produção e Ensino do Texto e do Discurso, Argumentação, Formação e Prática Docente.



Elaine Carvalho Chaves Hodgson

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), atua na área de ensino de inglês há mais de 30 anos tendo trabalhado em diferentes instituições de ensino públicas e privadas nos estados de São Paulo, Ceará e no Distrito Federal. Atuou também em projetos de capacitação e desenvolvimento de professores de escolas públicas junto à Embaixada dos Estados Unidos e do Conselho Britânico. Por cerca de 13 anos foi orientadora do curso de mestrado à distância em TESOL da Universidade de Birmingham, no Reino Unido. É autora e editora de materiais didáticos voltados para o ensino da Língua Inglesa no Brasil e no exterior.



Gislene Lima Carvalho

Professora Adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com pesquisa na área de Linguística Aplicada. Licenciada em Letras-Português-Espanhol. Desenvolve trabalhos na área de Fraseologia, Ensino de Português como Língua Adicional (PLA), Políticas Linguísticas, Lexicologia e Lexicografia.



Glauber Lima Moreira

Professor de espanhol da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) no curso de Bacharelado em Turismo. Doutor em Traducción y Ciencias del Lenguaje pela Universitat Pompeu Fabra (UPF). Pesquisador e membro nos Grupos de Pesquisa: Grupo de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem de Léxico e de Espanhol como Língua Estrangeira (GREPELE), Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Turismo - EITUR/UFDPAr y Lexicologia, Terminologia e Ensino - LETENS/UECE y Grupo de Pesquisa Ensino e Aprendizagem de Espanhol (UNILA).



Hugo Leonardo dos Santos

Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGLin-UFC), Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL) e Licenciado em Letras - Português pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor da rede pública de ensino da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Fortaleza-Ceará (SME-PMF).



Ieda Maria Alves

Doutora em Linguística pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3 (Paris, França). É Professora Titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (São Paulo), atuando junto à área de Filologia e Língua Portuguesa. Suas pesquisas são dedicadas aos estudos do léxico do português brasileiro, especialmente à Neologia, Morfologia, Terminologia e Lexicografia.



Jamyle dos Santos Monteiro

Graduada em Letras Português/Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e mestre pelo POSLA/UECE, ocasião em que defendeu a dissertação “Atlas Linguístico Léxico-Semântico de Capistrano. Durante a graduação e o mestrado, atuou como bolsista do projeto Atlas Linguístico do Brasil Atualmente, é servidora técnico-administrativa da Universidade Federal do Ceará.



José Marcos Rosendo de Sousa

Professor Adjunto no Curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará, campus Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Tem pesquisas nas seguintes áreas: Ensino e Letramento Literário de Surdos, Libras, Educação Inclusiva e Socioterminologia aplicada à Libras.



Josefa Francisca Henrique Jesus

Doutora e Mestre em Letras (2020; 2015), pelo Programa de Pós-Graduação em Letras-PPGL da Universidade Estado do Rio Grande do Norte/UERN. Especialista em Linguística Aplicada e graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa e respectivas literaturas. Professora do Departamento de Letras Vernáculas, da Faculdade de Letras e Artes, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Tem experiência acadêmica na área de Linguística, Letras e Artes, com experiência em Linguística Aplicada, Língua Portuguesa, Escrita Acadêmica, Análise de gêneros e Metadiscorso.



Lucimara Alves da Conceição Costa

Professora adjunta no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutora em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista-UNESP e doutora em Traducción y Ciencias del lenguaje pela Universidad Pompeu Fabra -UPF, Barcelona-Espanha (2015).



Márcio Sales Santiago

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Realizou estágio Pós-Doutoral em Terminologia na Universitat Pompeu Fabra, em Barcelona. Foi pesquisador do CNPq na Universidade Federal do Ceará (UFC), onde também realizou Pós-Doutorado em Linguística. Atualmente, é Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Vice-Diretor da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (FELCS).



Maria Auxiliadora Ferreira Lima

É Professora da Universidade Federal do Piauí, com atuação no curso de Letras-Português e no Programa de Pós-Graduação em Letras, área Linguística. Graduou-se no Curso de Letras da Universidade Federal do Ceará, possui mestrado em Linguística na Universidade Federal de Santa Catarina, doutorado em Linguística e Língua Portuguesa, na Universidade Estadual Júlio de Mesquita – UNESP/Araraquara e pós-doutorado, na Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de linguística com ênfase em Teoria e Análise Linguística e com ensino de Língua Portuguesa. Na pesquisa, tem se dedicado à descrição de aspectos léxico-gramaticais do português na perspectiva da Teoria das Operações Enunciativas (TOE) e ao ensino de gramática.



Maria do Socorro Silva de Aragão

Possui Graduação em Letras Anglo Germanicas pela Universidade Regional do Nordeste (1969), Mestrado em Lingüística pela Universidade de São Paulo (1973) e Doutorado em Lingüística pela Universidade de São Paulo (1974). Pós-Doutorado na Université de Paris Sorbonne Nouvelle (1976-1977). Pós-Doutorado na Universidad Complutense de Madrid (1976/1978). Pós-Doutorado na Central Connecticut State University - USA (1989/1990). Atualmente é Professor Visitante Titular da Universidade Federal do Ceará e Professor Voluntário Titular da Universidade Federal da Paraíba. Tem experiência nas áreas de Lingüística e Literatura, com ênfase em Sociolingüística, Dialetoлогия e Geolingüística, atuando principalmente nos seguintes temas: Dialetoлогия, Atlas Lingüísticos, Falares Regionais, Fonética e Fonologia, Língua Portuguesa e Literatura Regional. Membro da Academia Paraibana de Letras e Artes; Membro da Academia Feminina de Letras da Paraíba; Membro da Academia Cabedelense de Ciências, Artes e Letras - Litorânea. Membro da União Brasileira de Escritores - Paraíba.



Maria José Bocorny Finatto

Pesquisadora premiada, em 2019, pelo programa LARA – Latin America Research Awards – da empresa *Google* pela iniciativa Ferramenta MedSimplex, para auxiliar a simplificação de texto sem português sobre temas de Medicina para pessoas leigas com escolaridade limitada [<http://www.ufrgs.br/textecc/acessibilidade>]. Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, Brasil, na área de Letras e Linguística desde 1994. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS desde 2002, na área de Estudos da Linguagem, especialidade Estudos do Léxico. Atualmente estuda terminologias e padrões da linguagem médica em enfoque histórico.



María Águeda Moreno Moreno

Profesora Titular de la Universidad de Jaén. *Licenciada en Filosofía y Letras (sección de Filología)*, Universidad de Granada y *Doctora en Filología Hispánica*, Universidad de Jaén. Titulación de postgrado en la *Maestría de Elaboración de diccionarios y control de la calidad del léxico español. Itinerario: Diccionarios históricos*, Universidad Nacional de Educación a Distancia. Directora del Grupo de Investigación “*Seminario de Lexicografía Hispánica*” (HUM922).



Maria da Graça Krieger

Professora Titular aposentada de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi Diretora do Instituto de Letras da UFRGS (1992-1996) e Pró-Reitora de Pesquisa da mesma Universidade (1997-2000). Mestre em Língua Portuguesa, UFRGS (1979). Doutora em Linguística e Semiótica, Universidade de São Paulo (1990). Realizou Pós-Doutorado em Terminologia na Universidade Pompeu Fabra, Barcelona (2002-2003). Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ-1B), atua nas áreas de terminologia e lexicografia. Fundadora do projeto TERMISUL, UFRGS. É autora de vários artigos e também de livros como: *Dicionário em sala de aula: guia de estudos e exercícios*. (Lexikon, 2012), *Caderno Interativo: atividades com dicionário*, com Alexandra F.Müller (Lexikon, 2017). *Temas de Terminologia*, em coautoria com Anna Maria Becker Maciel. (Humanitas, 2002) *Introdução à Terminologia: teoria e prática* com Maria José Finatto. (Contexto, 2004). Entre as obras terminográficas publicadas em coautoria com o Grupo TERMISUL, destacam-se: *Dicionário de Direito Ambiental: terminologia das leis do meioambiente*. (UFRGS, MPF, 1998). *Glossário Multilíngue de Direito Ambiental Internacional*. (Editora Forense, 2004). *Glossário de Gestão Ambiental*, Disal, 2006.

**Paula Lenz Costa Lima**

Professora Associada do Curso de Letras na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA). Tem graduação e mestrado em Letras, pela UECE, doutorado em Linguística, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com sanduíche na University of California, Santa Cruz (UCSC), e desenvolve pesquisas, principalmente, sobre metáfora conceitual, linguística cognitiva e psicolinguística experimental.

**Ticiane Rodrigues Nunes**

Professora do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará/Faculdade de Educação Ciências e Letras do Sertão Central (UECE/FECLESC). Doutora em Linguística Aplicada.